

# UFRPE: 100 ANOS DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL

Paulo Afonso Barbosa de Brito (*In memoriam*)

Maria Grazia Cribari Cardoso

(*organizadores*)



# UFRPE: 100 ANOS DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL

Paulo Afonso Barbosa de Brito (*In memoriam*)

Maria Grazia Cribari Cardoso

(*organizadores*)





**UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO**

**Prof. Marcelo Brito Carneiro Leão**  
Reitor da UFRPE

**Prof. Gabriel Rivas de Melo**  
Vice-Reitor

**Edson Cordeiro do Nascimento**  
Diretor do Sistema de Bibliotecas da UFRPE

**Antão Marcelo Freitas Athayde Cavalcanti**  
Diretor da Editora da UFRPE

**José Abmael de Araújo**  
Coordenador Administrativo da Editora UFRPE

**Josuel Pereira de Souza**  
Chefe de Produção gráfica da Editora Universitária da UFRPE

**Victor Sandes de Menezes**  
Diagramação



Editora Universitária da UFRPE  
Endereço: Av. Dom Manoel de Medeiros, s/n,  
Bairro Dois Irmãos CEP: 52171-900 - Recife/PE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

---

U25 UFRPE: 100 anos de participação estudantil / Paulo Afonso Barbosa Brito, Maria Grazia Cribari Cardoso (organizadores).  
– 1. ed. – Recife: EDUFRPE, 2022.  
E-book (209 p.: il.)

Também disponível na forma impressa.  
Inclui bibliografia.  
ISBN 978-65-86547-73-3

1. Sociologia. 2. Movimentos sociais 3. Movimentos estudantis  
4. Estudantes – Atividades políticas 5. Participação política 6.  
Universidade Federal Rural de Pernambuco I. Brito, Paulo Afonso  
Barbosa, org. II. Cardoso, Maria Grazia Cribari, org.

# Sumário

## Capítulo I:

COOPERAÇÃO E NEGOCIAÇÃO: A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL DO “PERÍODO BENEDITINO” À CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE RURAL DE PERNAMBUCO – URP (1914 – 1947). .....	15
---	----

## Capítulo II:

ATTITUDE E OUSADIA NA LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE E DO PAÍS (1955 – 1964).....	31
---	----

## Capítulo III:

A REBELDIA CORAJOSA: A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR INSTALADA EM 1964.....	47
--	----

## Capítulo IV:

DISPOSIÇÃO E COMPROMISSO: A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1977 – 1984).....	71
---	----

## Capítulo V:

DE NOVO, OS ESTUDANTES E A REFORMA UNIVERSITÁRIA: NOVOS ENTUSIASMOS, NOVAS PRÁTICAS - Uma nova universidade é possível, mas é difícil (1983 a 1996). .....	93
--	----

## Capítulo VI:

ATUALIDADE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFRPE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA VISÃO DOS ESTUDANTES.....	117
--	-----

## PARTE II:

QUESTÕES TRANSVERSAIS E ANALÍTICAS DOS 100 ANOS DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA UFRPE.....	131
--	-----

## Capítulo VII:

GÊNERO E POLÍTICA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFRPE.....	131
---	-----

## CAPÍTULO VIII

CRISTÃOS UNIVERSITÁRIOS: SOLIDARIEDADE E REVOLUÇÃO COMO MODO DE VIDA .....	159
--	-----

## CAPÍTULO IX

100 ANOS DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL: UM BALANÇO SOCIOLÓGICO .....	187
---	-----

## PREFÁCIO

Nos mais de 110 anos da Universidade Federal Rural de Pernambuco, a participação do movimento estudantil em seu cotidiano foi de fundamental importância. Analisar esta participação permite não somente descrever uma história de luta e de engajamento, bem como a oportunidade de refletirmos sobre o papel deste movimento nos dias atuais, que apesar de não ser o objetivo central desta obra, contribuirá decisivamente para trabalhos futuros nesta linha.

Esta obra é resultado de uma cuidadosa e profunda pesquisa coordenada pelos professores do Departamento de Ciências Sociais (DECISO) Paulo Afonso Barbosa de Brito e Maria Grazia Cribari Cardoso e, por estudantes dos Cursos de Graduação em Ciências Sociais e em História da UFRPE. Os autores enfocaram a discussão, dentro de uma perspectiva e de um olhar, através de suas organizações representativas, como também a partir dos registros e análises de outros grupos alternativos ligados à vida acadêmica.

O texto fundamenta-se em métodos qualitativos da pesquisa social. Foram para a construção da presente obra, levantados matérias dos jornais impressos locais que divulgaram notícias sobre a participação estudantil na UFRPE, bem como materiais impressos das próprias organizações estudantis, possibilitando a composição de um mapeamento das principais ações realizadas pelos estudantes durante os quase 100 anos de existência da universidade. A partir desse mapeamento realizado em torno do material impresso (jornais, boletins, panfletos, cartas- programas, relatórios), os pesquisadores foram procurar os protagonistas das ações e organizações mapeadas, com quem realizaram entrevistas abertas, com um roteiro guia buscando explicações, interpretações ou detalhes sobre as experiências vividas pelos entrevistados.

Para a elaboração final dos artigos os pesquisadores assumiram o método de “análise de conteúdo”, compondo um quadro interpretativo e analítico das experiências pesquisadas, ou seja, da participação estudantil na dinâmica acadêmica e política da UFRPE nestes mais de 100 anos de existência. A publicação registra os artigos produzidos a partir do material da pesquisa, distribuídos nos diversos períodos da história da universidade, alguns depoimentos dos próprios protagonistas das mobilizações estudantis na universidade, e um balanço sociológico dos cem anos de participação estudantil na UFRPE, próprio deste tipo de pesquisa acadêmica.

Enfim, a UFRPE sente-se extremamente feliz pela presente obra que além de focar a história do movimento estudantil da UFRPE, proporciona reflexões importantes sobre a participação da sua comunidade na construção de uma Universidade cada vez mais Inclusiva e de uma Sociedade mais Justa e Solidária.

Parabéns aos autores!!! parabéns ao Movimento Estudantil da UFRPE!!!  
Parabéns a nossa querida Universidade Federal Rural de Pernambuco!!!

**Marcelo Carneiro Leão**

**Vice Reitor da Universidade Federal Rural de  
Pernambuco – UFRPE.**

## PREFÁCIO II

Ao ingressar na UFRPE em 1978 tive a curiosidade de assistir uma reunião do Diretório Central dos Estudantes. Estava chegando do interior para estudar em Recife. Tudo era novidade. Aqueles(as) jovens reunidos(as) tinham um jeito diferente de ser. Vestiam-se, predominantemente, com calças jeans, camisas de algodão, bolsas e alpercatas de couro; além de usarem bardas e cabelos longos. Mas, o que me chamou mais atenção foram os discursos que proferiam. Nesta reunião, escutei na “avaliação de conjuntura” que a universidade estava abandonada e moribunda. A perplexidade se instaurou em mim, porque a formação universitária era o sonho de todo jovem interiorano e de classe popular.

O contexto era de arrocho, ameaças e perseguições, mas era visível que o movimento estudantil – M.E. estava em ascensão. No início da década de 80, junto com um grupo de companheiros(as) cristãos(as), vinculados(as) a teologia da libertação, decidimos participar da luta do DCE e dos Diretórios Acadêmicos. O clima era animador com muitas mobilizações populares nas cidades e no campo, além da luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Dentro da Universidade vivíamos uma efervescência política com a realização de assembléias, congressos, passeatas e a recriação da União Nacional dos Estudantes e da União dos Estudantes de Pernambuco, cujo primeiro presidente foi Pedro Laurentino, estudante da UFRPE.

O ativismo das correntes políticas de esquerda era intenso na disputa de narrativas e espaços institucionais estudantis. Inúmeras greves foram realizadas para protestar contra a precariedade da Universidade e os aumentos sucessivos nas taxas impostas aos estudantes pela administração. O M.E. na Rural foi um movimento político, educador, conscientizador e coletivo construído com mentes, corações e mãos de uma juventude rebelde e corajosa, que desafiou hostilidades e o medo para ser protagonista da história.

Paulo Afonso, companheiro muito querido e um irmão de tantas caminhadas, juntamente com a professora Grazia Cardoso perceberam que esta memória viva necessitava ser partilhada como um legado ou como referência para as juventudes do presente e futuro que lutam e lutarão por democracia e justiça.

Neste trabalho Paulo Afonso parece falar de si mesmo, narrando a sua própria trajetória de vida, de estudante de ciências sociais da UFPB, inquieto, crítico e revolucionário. De ser humano especial, alegre, doce, afetuoso, educador e de intelectual-orgânico aguerrido que lutou incansavelmente junto com classes populares do Nordeste e do Brasil.

**Paulo Afonso, Presente! Presente! Presente!**

**Marcos Antônio B. Figueiredo.**

**Professor da Universidade Federal Rural de  
Pernambuco - UFRPE.**

**Recife, 01.12.2022.**



## APRESENTAÇÃO

Ao completar um século de existência, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) realiza uma série de atividades comemorativas de forma a registrar tanto os acontecimentos importantes, quanto todo o processo que consolidou uma das mais importantes instituições acadêmicas do Nordeste brasileiro. Este registro histórico alimenta uma reflexão atualizada de forma a aprofundar as significativas contribuições e avanços, mas, também as limitações que fazem parte da trajetória, porém não diminuem o significado e a importância histórica da instituição. Pelo contrário, devem ser encaradas como desafios a serem superados pelo conjunto de sujeitos que, na atualidade e no futuro, fazem e farão desta universidade um lugar privilegiado de produção de conhecimentos e saberes necessários à emancipação humana e social, à consolidação da democracia e ao desenvolvimento sustentável e solidário no contexto regional nordestino, pernambucano e brasileiro.

Entre os principais acontecimentos e processos que dinamizaram e dignificaram a história da UFRPE, certamente, se destaca a participação estudantil, marcando a presença dos estudantes como sujeitos que desejam também se expressar, se fazer ouvir como parte importante da vida da instituição. Esta participação, muitas vezes, é marcada pela rebeldia e irreverência, outras pela integração e regulação, às vezes pela mobilização e combatividade, outras pela negociação e acordos, outras vezes ainda articulando combatividade e negociação. Em todas as situações, há uma busca por reconhecimento através da apresentação de demandas, reivindicações e proposições. Ou seja, a participação estudantil tem se revelado como parte da vitalidade e dinamismo da vida acadêmica e estrutural da UFRPE, contudo, nem sempre a universidade tem tido a capacidade para incluir as iniciativas estudantis como legítimas fontes constituintes da Universidade, o que tem gerado tensões ou afastamentos.

Frente a esta constatação acadêmica e a esta problemática sociológica, potencializada pela celebração dos 100 anos da UFRPE, um grupo de professores do Departamento de Ciências Sociais e de estudantes dos cursos de Bacharelado em Ciências Sociais e Licenciatura em História decidiu realizar uma pesquisa para aprofundar a questão. Nossa pesquisa demonstrou que a trajetória estudantil no interior da UFRPE possibilitou a expressão de distintas formas de lutas tendo como conquistas importantes ganhos para a vida estudantil e acadêmica no inte-

rior da universidade; influenciou fortemente na formação de importantes lideranças sociais e políticas com capacidade de incidir e provocar mudanças na realidade; possibilitou também importante aprendizado para as estruturas de poder da UFRPE, mudando o comportamento dos organismos superiores da universidade, passando de uma relação de confronto, desconhecimento e repressão, para uma atitude de acolhimento e reconhecimento da legitimidade de suas demandas. Mas permanecem, ainda, diversos limites e dificuldades, como a manutenção da capacidade mobilizadora, a descontinuidade das ações, a dinamização das organizações de base, de forma a permanecer constantemente em condições propositivas enquanto sujeitos coletivos presentes na dinâmica institucional da UFRPE.

O resultado da pesquisa está apresentado em nove capítulos distribuídos em duas partes deste livro assim constituídas:

Primeira parte: A trajetória da participação estudantil na UFRPE, distribuída em seis capítulos correspondente a diversos períodos da história do movimento estudantil da universidade, geralmente, indicando as principais reivindicações e mobilizações daquele período, os métodos e formas de intervenção, a capacidade e criatividade organizativa e mobilizadora, as dificuldades encontradas e as conquistas alcançadas. Destaca-se também as influências do contexto externo à universidade, notadamente as questões sociais e políticas relacionadas com as questões acadêmicas e estudantis, bem como as relações com o Movimento Estudantil Nacional.

O primeiro capítulo - *Cooperação e negociação: a participação estudantil do "Período Beneditino" à criação da Universidade Rural de Pernambuco - URP (1914 a 1937)* - localizando, especialmente, a participação dos estudantes nas primeiras décadas das Escolas de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento entre Olinda e o Engenho Tapera até a volta para Recife, com a instalação no Campus de Dois Irmãos, onde permanece até hoje. Este é o período da atuação do "Centro Acadêmico de Agricultura e Medicina Veterinária", organização que incluía, além dos estudantes, também professores e funcionários e que trabalhou em intensa colaboração com os monges beneditinos, diretores da instituição, e que teve importância significativa para dinamização da vida estudantil, realizando diversas atividades em defesa dos interesses estudantis.

O segundo capítulo - *Atitude e ousadia na luta pela democratização da Universidade e do País* - aqui registra e discute um dos mais alvissareiros períodos de participação estudantil na universidade (1955 a 1964), provavelmente a maior

demonstração de mobilização contínua. Durante anos, um conjunto de reivindicações em torno da qualidade de ensino e da democratização da universidade, articulando a bandeira da “reforma universitária”, com as reformas de base de forte adesão social e política do contexto pautou a agenda do período. Desgraçadamente, este foi também o período de maior tensão e conflito entre os estudantes e os organismos dirigentes da universidade, com invasões, prisões, tentativas ou ameaças de assassinatos, expressando uma dimensão em que as reivindicações estudantis são combatidas e reprimidas e não toleradas e dialogadas.

O terceiro capítulo – *A rebeldia corajosa: a participação estudantil durante a ditadura civil-militar instalada em 1964* - parte da demonstração da capacidade dos estudantes em resistir à ditadura e manter ainda forte capacidade mobilizadora, quando sofrem a ofensiva do “golpe dentro do golpe”, com vários decretos governamentais que inibiam a participação estudantil que culminou com o famigerado Ato Institucional Número 05 (AI-5), a partir de quando os estudantes não conseguem manter vivas as suas organizações, sofrendo de brutal perseguição, incluindo o assassinato sob tortura de uma de suas principais lideranças, forçando vários estudantes à vida clandestina e à participação em organizações revolucionárias. Mas, em menos de uma década as organizações são reconstruídas e a luta retomada.

O quarto capítulo - *Disposição e compromisso: a participação estudantil na transição democrática* (1977 – 1984), registra e contextualiza a importantíssima participação dos estudantes da UFRPE na reconstrução do movimento estudantil local e nacional, demonstrando uma incrível capacidade de mobilização no interior da universidade, caracterizando-se como uma das mais mobilizadas do País. Realiza uma espetacular articulação entre as lutas estudantis e as lutas sociais e políticas nos processos de abertura, anistia, redemocratização, contribuindo decisivamente para a derrota da ditadura e a reconstrução da democracia no País.

O quinto capítulo – *De novo, os estudantes e a reforma universitária: novos entusiasmos, novas práticas - uma nova Universidade é possível, mas é difícil* (1983 e década de 1990) - registra e analisa a participação estudantil no período da consolidação democrática, destacando-se a ampliação das formas de organização e mobilização dos estudantes, bem como o esforço para enfrentar o grande desafio: a conquista da democratização da própria universidade.

O sexto capítulo - *Atualidade do movimento estudantil da UFRPE: uma análise a partir da visão dos estudantes* - aborda uma reflexão sobre a participação estudantil na atualidade, a partir de uma pesquisa entre estudantes de diversos cur-

sos constata-se que, há muito tempo, não se realiza uma mobilização que seduza, motive e entusiasme uma grande quantidade de estudantes, o que indica que nesta universidade se verifica uma tendência do Movimento Estudantil Nacional. Embora, a liderança estudantil da UFRPE continue demonstrando importante compromisso e combatividade.

Segunda parte: apresentamos três capítulos, que são marcados por princípios e valores humanos e políticos presentes na trajetória estudantil da UFRPE e pelo debate teórico- metodológico em torno da ação dos estudantes e da juventude.

Nesta parte, encontramos o sétimo capítulo – *Gênero e Política no movimento estudantil da UFRPE* – incorpora o debate sobre a participação das mulheres na luta estudantil da UFRPE, relacionando com a entrada destas na luta política em geral e a afirmação das discussões e práticas sobre equidade de gênero nos movimentos estudantis e sociais.

O oitavo capítulo - *Cristãos Universitários: solidariedade e revolução como modo de vida* - registra e discute uma das mais generosas, entusiasmadas e comprometidas formas de participação estudantil na UFRPE, que, na década de 1980, manteve um grupo de estudantes com forte dinamismo interno e espetacular capacidade de ação, demonstradas desde o trabalho realizado entre as comunidades pobres do entorno da universidade, passando pelo trabalho entre os estudantes no interior da universidade, até à solidariedade com as lutas revolucionárias da América Latina e Caribe.

No nono capítulo, tratamos de algumas questões teóricas e metodológicas a respeito da participação estudantil - *100 anos de participação estudantil: um balanço sociológico* – retoma-se o processo da pesquisa 100 anos de participação estudantil na UFRPE, que resultou na presente publicação, realizando-se um diálogo com as principais correntes sociológicas que tratam da questão, notadamente as teorias de gerações e juventude, bem como, as abordagens dos movimentos sociais, construindo-se algumas conclusões.

**Paulo Afonso Barbosa de Brito e Maria Grazia Cribari Cardoso  
(Organizadores).**

Recife, 1º de fevereiro de 2014 – Dia de aniversário de 100 anos da aula inaugural da Escola Agrícola e Veterinária (Escolas Superiores de São Bento) que viria a se constituir posteriormente em Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

## APRESENTAÇÃO

### UFRPE: 100 anos de Participação Estudantil

A pesquisa “A Participação Estudantil nos 100 anos da UFRPE”, do professor Paulo Afonso Barbosa de Brito está relacionada com uma pesquisa mais ampla sobre “Juventude e Participação Política em Pernambuco” que ele vinha desenvolvendo. No ano de 2012, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) realizou “uma série de atividades comemorativas a fim de registrar tanto os acontecimentos importantes quanto todo o processo que consolidou uma das mais importantes instituições acadêmicas do Nordeste brasileiro”, foi então que surgiu a ideia de elaborar um projeto para registrar a contribuição histórica e promover uma reflexão atualizada sobre a participação do movimento estudantil para “a vitalidade e dinamismo da vida acadêmica e estrutural” da universidade.

Fui convidada por ele para participar como pesquisadora e membro da equipe executora do projeto de pesquisa junto com os (as) seus (as) estudantes que também são autores (as) deste livro. Eu li e adorei o projeto e tive oportunidade de desenvolver um trabalho de pesquisa, e muito mais que isso, de conviver intensamente com Paulo Afonso.

Enquanto professor, pesquisador, militante e educador popular ele era totalmente coerente e este livro é a expressão dele. Paulo, teve profunda participação nos movimentos sociais. Enquanto pesquisador, refletiu sobre o cenário político e social contemporâneo. Ao mesmo tempo que, como professor, suscitou a reflexão sociológica sobre o tema e estimulou os estudantes à participação social e a serem protagonistas na produção de conhecimentos necessários para autonomia e humana e social.

Todos os autores e autoras estão felizes que esta obra esteja sendo publicada. Paulo vive neste livro!

**Maria Grazia Cribari Cardoso**  
**Recife, 12 de setembro de 2022**

PARTE I:

Capítulo I:

## **COOPERAÇÃO E NEGOCIAÇÃO: A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL DO “PERÍODO BENEDITINO” À CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE RURAL DE PERNAMBUCO – URP (1914 – 1947).**

Paulo Afonso Barbosa de Brito<sup>1</sup>

Joabson Melo Silva de Aquino<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Este capítulo apresenta uma longa trajetória da participação estudantil nas primeiras décadas de vida universitária, do que veio a se constituir quase meio século depois, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Desde os primeiros anos das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento, entre Olinda e o Engenho Tapera, o chamado “Período Beneditino”, da primeira aula, no ano de 1914 a 1937, passando pela transferência para o Campus de Dois Irmãos em 1937, quando estas Escolas foram estatizadas, vindo a se chamar Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (ESAP). Em 1947, nova mudança é imputada à ESAP passando a se chamar Universidade Rural de Pernambuco (URP), que passa a incorporar a Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Medicina Veterinária, o Curso de Economia Doméstica Rural e a Escola Agrotécnica de São Lourenço.

A primeira seção do capítulo trata do chamado “Período Beneditino”, em que os estudantes se organizavam em torno do “Centro Acadêmico de Agricultura e Medicina Veterinária”, que não era uma organização especificamente estudantil, mas do conjunto dos segmentos presentes na Escola, era presidido pelo reitor, um monge beneditino. Este é um período marcado por ações de cooperação entre estudantes, as estruturas universitárias e a comunidade envolvente.

---

1 Doutor em Sociologia, professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), supervisor da Área de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais (DECISO). Pesquisador e extensionista nas áreas de Juventudes, Movimentos Sociais, Desenvolvimento Rural – Territorial. E-mail: pauloafonsoobr@hotmail.com.

2 Assistente Social, especializado em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos. É discente do curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: joabson.aquino@fda.ufal.br

Apesar de fortemente controlado pelos monges, como é próprio na grande maioria das escolas de congregações religiosas, o Centro Acadêmico possibilitou espaços importantes para dinamização da vida estudantil, constituição de laços de amizade, solidariedade e companheirismo (era um período que chegavam jovens de diversos Estados do Brasil sem vivência coletiva anterior), de relacionamento dos estudantes no interior da faculdade e com a população envolvente, de constituição de espaços para a prática esportiva, festiva, religiosa e cultural. Mesmo assim já neste período, iniciativas estudantis para além da cooperação, a forte intervenção dos estudantes no processo de estatização (saída do controle dos monges beneditinos e ida para o Estado) é indicador desta capacidade de iniciativa autônoma dos estudantes.

A segunda seção trata da participação estudantil no período da estatização das Escolas de Agronomia e Medicina Veterinária, observando-se uma ampliação desta participação. Tanto pela dinâmica universitária fora do controle dos monges, quanto pela composição social dos estudantes, esta é uma época que as mulheres passam a integrar o alunado da Escola. Neste período é criado o Centro Social dos Estudantes, como uma organização especificamente estudantil, e que desde o seu nascedouro demonstra boa capacidade para a negociação, uma vez que defendeu os interesses dos estudantes no processo de estatização das Escolas. Em seguida foram constituídos os Diretórios Acadêmicos de Agronomia e de Medicina Veterinária.

A terceira seção deste capítulo articula as iniciativas realizadas pelos estudantes da “Rural” com as formas de organização e de ação do movimento estudantil brasileiro do período, em que se destaca a construção da União Nacional dos Estudantes (UNE) discutindo as semelhanças entre as formas de organização e de mobilização locais com o que ocorria em nível nacional, mas destacando também as peculiaridades dos estudantes locais, desde o “Período Beneditino” até o período da estatização.

Finalmente, são apresentadas algumas conclusões sobre a participação estudantil neste período, destacando a forte ênfase colaboracionista entre estudantes e organismos dirigentes das Escolas, sobretudo no período de controle dos monges beneditinos, mas também a capacidade para negociação e proposição característica do período da estatização, em que se destacaram diversas iniciativas de defesa dos interesses dos estudantes, incluindo momentos de enfrentamentos característicos das organizações estudantis independentes e autônomas.

## 1. O “Período Beneditino” e o Centro Acadêmico de Agricultura e Medicina Veterinária – 1912 a 1936

No ano de 1913, a já centenária Olinda vivia a euforia da construção de um novo prédio ao lado do também centenário Mosteiro de São Bento. O mesmo deveria abrigar as Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária São Bento e seu Hospital Veterinário. Em 1914, deu-se início às aulas daqueles cursos. Estava criado o que viria a ser, 54 anos depois, a Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Entre 1915 e 1917, em virtude da grande demanda discente aliada à necessidade de espaço para as aulas práticas construíram-se novas instalações deslocando-se para o Engenho São Bento, no município de São Lourenço da Mata, ou como prefere chamar o professor Osvaldo Martins Furtado de Souza (2007) “Santuário Ecológico do Vale do Tapacurá”. Esta transferência vai apresentar significativa mudança para a dinâmica estudantil, embora a Escola continue sobre o controle dos beneditinos, é registrada no Ministério da Agricultura e em anos seguintes passa a receber subsídios do governo federal. A Escola de Veterinária permaneceu com sua sede em Olinda.

Esta mudança e ampliação fortalecem a identidade da Escola Superior de Agricultura (ESA) que passa a ser uma importante referência para a formação universitária da época, atraindo estudantes de diversos Estados “[...] aos cursos de iniciação, mestría, mecânica agrícola, com jovens procedentes do Pará a Alagoas, enchendo de alegria as dependências da Escola” (FURTADO DE SOUZA, 2007, p. 21).

Denise Siqueira da Silva (2010), também registra esta origem geográfica dispersa de tais estudantes:

[...] encontramos relatos sobre jovens de outros estados brasileiros que realizaram sua formação acadêmica nas Escolas Superiores de São Bento, dos quais, representantes dos Estados do Pará, Maranhão, Paraíba, Alagoas, Rio de Janeiro e São Paulo. (Silva, 2010. p. 109).

Enquanto a dinâmica acadêmica da Escola de Agronomia era marcada pelo internamento de seus alunos, com todos morando, estudando, vivendo juntos no mesmo espaço, no meio rural, entre plantações e rebanhos; a Escola de Veterinária continuou funcionando em Olinda, ficando marcada pela dinâmica do externato, mesmo com intensos momentos de estudos, mas com cada aluno mantendo sua dinâmica social e familiar particular.



A peculiaridade da Escola Superior de Agricultura (ESA) era marcada tanto pela exigência nos ritmos acadêmicos, pela necessidade de apressar a conclusão do curso, quanto pela dimensão religiosa própria de uma Escola Beneditina:

[...] inesquecível é lembrar o badalar do sino da igreja do Engenho São Bento, anunciando a Ave Maria e a missa do Vale do Tapacurá, assim como lembrar o mês de maio com as novenas, tendo como ‘noiteiros’ alunos, professores, funcionários e proprietários dos engenhos vizinhos; as festas de Natal e Ano Novo, com as barraquinhas armadas defronte à igreja. (FURTADO DE SOUZA, 2007,p.21).

Ou como expressa a historiadora Denise Siqueira da Silva:

[...] o fascínio pelas Escolas Superiores de São Bento, as histórias que giram no entorno de sua criação, dos seus cursos, as vivências nos espaços escolares, entre alunos e professores, o dia-a-dia no campo, na sala de estudos, os encontros no refeitório, à convivência dos alunos no internato, que se revelaram timidamente das fontes enclausuradas no silêncio de arquivos, as biografias coletivas e a bibliotecas, as quais misteriosamente guardam segredos de muitos momentos interessantes do ambiente escolar. [...] Pensamos que reviver as Escolas Superiores de São Bento, a partir do seu cotidiano, é abrir este trabalho e perceber em cada página, que as salas aulas, a biblioteca, o estábulo, os laboratórios, o centro acadêmico [...] foram espaços de convívio, solidariedade, e aprendizagens, mas, principalmente de negociações e resistências protagonizadas por diferentes atores que desenvolveram suas tramas e travaram batalhas diárias pelo poder de enunciação, de afirmação. (SILVA: 2010, 61 – 63).

Neste período, a participação estudantil foi dinamizada a partir da constituição do Centro Acadêmico de Agricultura e Medicina Veterinária (SILVA, 2010, p. 63), instituição semelhante ao que posteriormente se designou como Diretórios Acadêmicos. Contudo, ressaltando algumas peculiaridades da época e da natureza da instituição, sendo uma organização composta por estudantes, professores (incluindo diretores), funcionários administrativos e de campo. Como a maioria das instituições, mantinha uma diretoria com diversos cargos, um regimento interno, estatuto, plano de ação. Entre os objetivos destacavam-se: “defender e proteger os interesses das nossas Escolas e de seus acadêmicos; concorrer para o desenvolvimento intelectual e moral; em particular da sua turma e em geral da coletividade acadêmica pernambucana.” (*Idem*).

O Centro Acadêmico contava com uma significativa estrutura de funcionamento, com uma sede própria onde se realizava a maioria de suas atividades,

como reuniões mensais e assembleias, tanto dos associados como com diversos segmentos da sociedade entre os quais “matutos trabalhadores rurais”.

Entre as principais atividades desenvolvidas pelo Centro Acadêmico podemos destacar:

- a) As iniciativas próprias da vida acadêmica, com o acompanhamento das questões específicas, desde a seleção das disciplinas, até a luta pelo reconhecimento dos diplomas de final de curso pelos organismos públicos competentes;
- b) Realização de festas profanas e religiosas com certa regularidade, desde aquelas do calendário religioso, como aquelas da tradição da cultura popular, como São João e São Pedro;
- c) Criação e manutenção do “São Bento Football Club”, como alternativas esportistas que mantinha atividades regulares no interior da Escola, bem como a preparação para participação em torneios, considerando-se que, este era um período de criação dos primeiros clubes de futebol do Brasil;
- d) Publicação da Revista Agrícola – Veterinária, com tiragem trimestral, apresentando textos, artigos e poesias de professores e estudantes, apresentando-se como precursora da imprensa universitária brasileira;
- e) Manutenção da “Escola Noturna de Agropecuária D. Pedro Roeser”, destinada aos filhos dos pequenos agricultores da região, os chamados “matutos” com aulas normais, mas também se utilizando de palestras, representações teatrais, projeções luminosas e diversos instrumentos que atraíssem, despertassem, impressionassem a atenção das pessoas com menor grau de escolaridade;
- f) Manutenção do “Tiro Acadêmico São Bento” como outra modalidade esportiva, mas também disciplinar, sendo assessorado por um profissional das forças armadas;
- g) Manutenção da “Caixa Escolar D. Amaro Bodenmüller”, que foi uma importante iniciativa com o intuito de garantir recursos para compra de livros, cadernos, lápis e outros materiais didáticos para oferecer gratuitamente aos estudantes filhos de agricultores pobres da região que frequentavam a “Escola Noturna”.

Fora dos espaços institucionais, os estudantes das escolas de agronomia e medicina veterinária de São Bento editaram, ainda na década de 1920, um “Bo-

letim Informativo” escrito à mão pelos estudantes e distribuído entre seus pares, com notícias do cotidiano da vida estudantil. Posteriormente o Centro Acadêmico passou a publicar a “Revista Agrícola – Veterinária” (SILVA, 2010, p. 120), com edições trimestrais, contendo artigos e notícias produzidas por estudantes e professores; posteriormente foi editada a revista “O Semeador”, com caráter mais noticioso, assumido pela instituição. Provavelmente, estes boletins são precursores da imprensa universitária no Brasil.

O conjunto de atividades realizadas demonstrava uma permanente atuação no interior da Escola, mas também, um profundo nível de relacionamento com a sociedade envolvida, o que possibilitava que professores e alunos da ESA participassem de um conjunto de atividades, conseguindo influenciar com seus pontos de vista, suas disposições ideológicas, suas tendências políticas, suas artes de saber fazer, de inventar o cotidiano (SILVA, 2010).

Na Escola de Veterinária, devido sua permanência no espaço urbano ficava mais evidente a sua relação com a sociedade envolvente e as lutas sociais. Neste sentido, Silva (2010) registra a relação com a greve dos operários da Pernambuco Tramways, por sinal, muito criticada pelos monges, que foram forçados a interromper as atividades escolares por mais de quinze dias. “Isso nos leva a crer que os acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária participavam ativamente de conflitos civis e políticos ocorridos na região” (SILVA, 2010, p. 125 – 126). Registre-se ainda que, nesse período, o País, sobretudo Pernambuco, vivenciava um dos momentos políticos mais agitados, cidades como Recife e Olinda passaram a vivenciar profundas mobilizações nas ruas, teatros e cinemas, que convergiam para a paralisação de bondes, casas comerciais, entre outros espaços. O que indica que a Faculdade de Veterinária de São Bento, se caracterizava como um importante celeiro de ideias e práticas progressistas.

## **2. Ampliação da Participação Estudantil: passagem para Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (ESAP) e depois Universidade Rural de Pernambuco (URP) – 1936 a 1947**

Entre os anos de 1935 e 1937, intensa movimentação é realizada no sentido de estatização da Escola Superior de Agricultura. É importante lembrar que este é o período da afirmação do “Estado Novo”, como ficou conhecido à ditadura dirigida por Getúlio Vargas entre 1937 e 1945, com um projeto nacionalista e de

controle da sociedade pelo Estado. Embora, não se possa afirmar que este processo tenha obedecido a ditames do governo central do país, é importante considerar o contexto de forte influência do nacionalismo e de valorização das iniciativas estatais na vida e na dinâmica da sociedade.

Apesar do Estado subsidiar financeiramente, desde a década de 1920, a Escola mantida pelos beneditinos, ou seja, o Estado mantinha uma relação com a instituição em 03 de outubro em 1935, Carlos de Lima Cavalcanti, então governador do Estado de Pernambuco, fundou através de decreto, a nova Escola, denominando-a naquele momento Escola de Agricultura e Veterinária de Pernambuco (EAVP), ocasionando diversas críticas que inclusive, foram publicadas no Diário de Pernambuco, no dia 06 de setembro de 1936, no qual o governo foi obrigado a publicar, dois dias depois, uma extensa nota explicativa no Diário do Estado (MARTINS E LEITÃO, 2011, p. 55).

Em 1936, a Escola Superior de Agricultura São Bento é desapropriada como bem de utilidade pública, passando a ser denominada de Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (ESAP), na mesma época foi aprovado um novo regime acadêmico e um novo regimento universitário.

Algumas pesquisas afirmam que a passagem dos beneditinos para o controle do Estado se deu de forma tranquila (SILVA, 2010), contudo, é necessário perceber os conflitos e as tensões provocadas, tanto a partir das iniciativas dos estudantes, quanto de outras forças sociais e políticas presentes na dinâmica política do Estado de Pernambuco naquele período.

A tensão criada com este ato é registrada por Eudes de Souza Pinto Leão *apud* MARTINS E LEITÃO (2011, p. 80): “Naquele momento, existia um clima de tristeza, pois alguns Beneditinos, desgostosos com a desapropriação da Escola resolveram que não mais deveriam ficar ali”. Do púlpito da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, o deputado Padre Gonzaga Lyra, destilava severa crítica ao governo, por tal atitude, através dos gastos realizados pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, conforme registrado pelo Jornal do Comércio de 19 de novembro de 1935:

[...] uma das provas mais evidentes de que o titular daquela pasta não tem mãos a medir nos gastos do dinheiro do povo, a ideia da fundação de uma Escola de Agronomia em Recife, que o orador chega a considerar uma aventura de louco, máxime já contando o Estado com a Escola de Tapera, uma das mais bem organizadas do país. (MARTINS E LEITÃO, 2011, p. 163).

A matéria continua criticando e afirma que a atitude governamental “[...] veio dar um golpe de morte na antiga Escola de Agricultura de Tapera, instituição valiosa de iniciativa particular da ordem beneditina e que o próprio governo do Estado há cinco anos emprestou melhor apoio.” (*Idem*, p. 163). Ora, a expressão de denúncia do padre deputado, que certamente representava a percepção de um conjunto de forças da sociedade - “aventura de louco” - não pode significar pouca coisa frente ao problema apresentado.

Entretanto, foi da parte dos estudantes que veio a maior parte das mobilizações, não exatamente contra a atitude da estatização da Escola, mas na defesa dos interesses e direitos dos estudantes. Segundo Martins e Leitão (2011, p. 166) diversas manifestações, abaixo-assinados, visitas ao governo do Estado e à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, ofícios foram engendradas pelos estudantes. Todavia, no dia 23 de outubro de 1935, uma Comissão de representantes do Diretório Acadêmico de Agricultura de Pernambuco visita à Secretaria de Agricultura do Estado para a entrega de um ofício contendo pelo menos 18 reivindicações ou pedidos de esclarecimentos:

“O Diretório Acadêmico da Escola Superior de Agricultura de Tapera, tem a subida honra de apresentar a V. S. os quesitos abaixo, que por certo virão trazer para nós do Diretório, melhores esclarecimentos acerca da criação da nova Escola de Agronomia de Recife, e da situação dos estudantes desta em face d’aquela” (*idem*, p. 166).

As questões levantadas iam desde o processo de transferência de uma Escola para outra, com relação aos períodos, às taxas que porventura os alunos deveriam pagar, bem como ficariam os estudantes que gozavam do direito de gratuidade, o encadeamento das disciplinas e dos anos seriados, o reconhecimento dos diplomas pelo Ministério da Agricultura e à questão dos programas de pós-graduação.

Em menos de um mês, o Secretário do Governo responde ao ofício do Diretório Acadêmico, abordando uma por uma de todas as 18 questões levantadas pelos estudantes, revelando que, o Diretório Acadêmico se constituía como uma entidade representativa com bastante capacidade para interlocução com os poderes instituídos e os diversos tipos de autoridade.

Finalmente, em janeiro de 1937, quase um ano e meio após a assinatura do Decreto criando a nova Escola, o governo e os monges beneditinos registram as “Bases para o acordo sobre a indenização do Engenho São Bento e da Escola

Superior de Agricultura São Bento”, consolidando-a, definitivamente, na Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (ESAP).

A estatização impõe à nova escola, um novo regimento, um novo sistema acadêmico, ou seja, uma nova dinâmica de funcionamento, bastante distinta da orientação religiosa e da vivência cotidiana no meio rural, exigindo dos estudantes e de seu Centro Acadêmico, novas estratégias de ação.

O Centro Acadêmico passa a ser chamado de Centro Social dos Estudantes, passando a ser uma organização exclusivamente dos estudantes, enquanto, que os professores e funcionários passam a ter a sua própria organização, a Cooperativa Agrícola Renato Portela. Isso porque, no período anterior, o Centro Acadêmico, congregavam também professores, monges e outros trabalhadores da Escola. O novo Centro, imediatamente reconstrói a imprensa estudantil, com a publicação da Revista de Agricultura, que se transformou, durante vários anos, em um importante veículo de comunicação dos principais debates sobre a realidade agrícola do Estado de Pernambuco e do Brasil. Constitui também o jornalzinho, “O Agromecânico”, órgão de divulgação mais cotidiano das atividades estudantis e acadêmicas (FURTADO DE SOUZA, 2007, p. 21).

Uma novidade significativa da participação estudantil na década de 1940 é a presença feminina, tanto nos cursos universitários, sobretudo de agronomia, quanto na dinâmica estudantil. Estudos realizados por Conceição Lopes (2007) revelam a presença de algumas mulheres no curso de agronomia, destaca ainda, a participação da estudante Maria Celene nos movimentos estudantis e, demonstrando incrível capacidade de vanguarda, ela participa do Diretório Acadêmico, escreve artigos na revista do próprio diretório e expõe suas ideias para o público mais amplo. Nesta passagem Conceição Lopes (2007, p. 75) fala um pouco sobre a capacidade de participação e integração de Maria Cilene nos movimentos estudantis da “Rural”: “[...] Dinâmica desde os tempos de estudante [...] De vanguarda, enquanto ainda cursava o 3º ano de Agronomia escreveu o artigo ‘A mulher e a profissão agrônoma’, [...] vencendo preconceitos da sociedade” (LOPES, 2007, p. 75).

No ano de 1947, uma nova mudança é imputada à Escola por imposição do interventor no Estado de Pernambuco, a mesma passa a se chamar Universidade Rural de Pernambuco (URP), que passa a incorporar a Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Medicina Veterinária, o Curso de Economia Doméstica Rural, o Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA), o Instituto de Pes-

quisas Zootécnicas (IPZ), o Instituto de Pesquisas Veterinárias (IPV) e a Escola Agrotécnica de São Lourenço. Na década seguinte (1955), como resultado de diversos esforços, a Universidade Rural de Pernambuco (URP), passa a integrar o Sistema Agrícola Superior do Ministério da Agricultura, saindo do âmbito do Estado de Pernambuco para se consolidar como uma instituição federal.

### **3. Os estudantes da UFRPE e o Movimento Estudantil Nacional**

A questão da participação estudantil na “Rural”, tanto no “Período Beneditino”, quanto durante a estatização pode ser considerado como expressão do que acontecia no Brasil em termos de participação e movimento estudantil. Aliás, a peculiaridade, sobretudo da Escola de Agronomia, já delimitava um importante avanço em relação ao Movimento Estudantil Nacional, devido a forte vinculação desta escola e de seus estudantes com a comunidade envolvente. No mais, constata-se forte similitude entre os movimentos estudantis local e nacional, tanto em termos de demandas quanto de método de ação.

Em “O Poder Jovem”, José Arthur Poerner (1995) reconstrói a trajetória do Movimento Estudantil Nacional, lembra a forte dimensão festiva, assistencial, filantrópica e de entretenimento das primeiras organizações estudantis nas duas primeiras décadas do século XX. Na década de 1930, antes da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), Poerner (1995, p. 27) registra a existência de três iniciativas que assumiam uma dimensão política, contudo, o autor lembra que se tratavam de organizações regionais, efêmeras, descontínuas, que não conseguiram constituir uma pauta comum nem uma estrutura organizativa permanente, foram elas: A União Democrática Estudantil; a Frente Democrática da Mocidade, com uma extensa pauta de mobilizações progressistas em que se apresentavam diversas questões em torno da futura candidatura presidencial de José Américo de Almeida, e; a Federação Vermelha dos Estudantes, que sofreu forte perseguição do Estado Novo”, incluindo o assassinato de um de seus principais dirigentes.

Apenas em 1937 dá-se início a construção de uma organização nacional, a UNE. Todavia, no seu início, embora esta organização tenha uma importância significativa, dada a sua dimensão nacional e seu caráter representativo das organizações locais então existentes, do ponto de vista de projeto político, esta organização nasce e permanece assim nos seus primeiros anos, com ênfase nas ações filantrópicas e de forte colaboração com o governo. Estas características são

constatadas tanto pelas forças hegemônicas no processo de criação da nova entidade, quanto na sua dinâmica e método de construção.

A União Nacional dos Estudantes nasce na antiga Casa do Estudante do Brasil, entidade de forte ligação com o poder público e de ações marcadamente filantrópicas. O congresso de fundação, naquele momento chamado Conselho Nacional dos Estudantes, foi realizado no dia 12 de setembro de 1937, “[...] instalado solenemente pelo Ministro da Educação” (POERNER, 1995, p. 127). O presidente Getúlio Vargas logo manifestou especial interesse pelos estatutos da nova organização, recebendo em audiência os delegados do Congresso. Porém, aos poucos a UNE se afasta dos princípios conservadores da Casa do Estudante do Brasil, já que no segundo congresso começa a aparecer bandeiras progressistas, demonstrando o que viria depois como, algumas importantes definições ideológicas, as grandes manifestações, passeatas e comícios contra o fascismo cinco anos depois, a partir do ano de 1942 (*Idem*, p. 139).

Mesmo no chamado período do colaboracionismo dos estudantes com as autoridades dirigentes da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, o Centro Acadêmico foi capaz de realizar importantes iniciativas para dinamizar a vivência estudantil, naquele período foi gestado o que viria a se constituir como “imprensa universitária”, importante instrumento da luta dos estudantes em períodos posteriores; além de existir um plano de atividades realizadas durante todo o ano. Diversas iniciativas demonstram que não se tratava apenas de colaboração, mas também de negociação, uma vez que, diversas demandas dos estudantes eram assumidas pelo Centro Acadêmico e pela própria diretoria da instituição, constatando-se que, apesar da rigidez institucional, algum tipo de negociação era possível. Mas a existência da estrutura organizativa possibilitou também momentos de enfrentamentos nas negociações, o que foi demonstrado no período da estatização, com o Centro Acadêmico assumindo a interlocução de defesa dos estudantes frente à nova instituição dirigente das Escolas, que passou para o Governo de Pernambuco.

Neste processo de negociação e enfrentamentos, a nova dinâmica institucional, agora uma universidade leiga e pública, impõe nova dinâmica à participação estudantil, encerrando as atividades do Centro Acadêmico, e construindo o Centro Social dos Estudantes, uma organização especificamente estudantil.



## ALGUMAS CONCLUSÕES PARA ESTE PERÍODO

O Centro Acadêmico de Agronomia e Medicina Veterinária das Escolas São Bento foi importante referência para a socialização interna e para legitimação externa na defesa de interesses dos seus estudantes durante mais de duas décadas. Apesar da natureza da instituição a que estava ligado, bem como, das limitações no contexto acadêmico, social e político da época, o Centro Acadêmico construiu uma referência de organização e de luta estudantil.

Buscando compreender a composição social e econômica dos estudantes daquela época, a maioria era descendente das velhas oligarquias agrárias, muitos deles, no Estado de Pernambuco, remanescentes do Império, arraigados a costumes e benesses do poder público.

Até mesmo, a criação das Escolas Superiores de Agricultura e de Medicina Veterinária São Bento reflete um movimento paradoxal entre a necessidade de modernização da produção e da sociedade e o conservadorismo, que continuava marcando as elites de então. Situação descrita por Peter Eisenberg (1997) em *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*.

Apesar desta composição social, a dinâmica estudantil no interior das Escolas possibilitava certo descolamento do contexto familiar e a vivência comprometida ou aventureira de novas práticas e novas socializações. As ações desenvolvidas pelo Centro Acadêmico e posteriormente pelo Diretório Acadêmico de Agricultura de Pernambuco corroboram com esta afirmação, ainda que as atividades cotidianas fossem marcadas por iniciativas que buscassem tornar mais agradável à vida nas Escolas, sobretudo para os estudantes de Agronomia, isolados numa Escola – Engenho, e que, conseqüentemente, centrava as ações em torno da vivência coletiva entre os estudantes, com atividades recreativas, esportivas, festivas, religiosas, mas também com ações de estímulo às atividades acadêmicas e à criatividade intelectual e investigativa dos estudantes. Igualmente, faz-se necessário reconhecer o esforço do Centro Acadêmico para o relacionamento permanente com a comunidade envolvente, em especial, o apoio dado aos pequenos produtores rurais circunvizinhos da Escola-engenho.

Para além destas ações de ajuda mútua, de vivência comunitária, de socialização entre os estudantes, de colaboração com os organismos dirigentes da Escola e da relação com a sociedade circunvizinha, o fator organizativo possibilitado pela existência do Centro Acadêmico, mantinha as condições para ações por

fora do estabelecido. Ou seja, o fato de existir um espaço organizativo, facilitava que os estudantes tomassem outras posições, e que agissem de forma autônoma na cena estudantil, social e política da época, superando o simples colaboracionismo, passando para uma posição de negociação com os organismos dirigentes e outros poderes constituídos, inclusive com atitudes políticas de enfrentamentos, indicando que os estudantes participavam de atividades civis e políticas da época. Duas iniciativas são emblemáticas para legitimar esta afirmação: 1) a presença e o apoio dos estudantes de medicina veterinária à greve dos operários da Pernambuco Tramways, forçando os monges a suspenderem as aulas por quinze dias; 2) a pressão junto ao governo do Estado e à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco no processo de estatização da Escola de Agricultura São Bento, demonstrando poder organizativo e capacidade de defesa dos interesses e direitos dos estudantes das Escolas Superiores São Bento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOURA, Romero M.; MENEZES, Maria; MARIANO, Rosa L. R. (editores). **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica**. Recife: UFRPE, Imprensa Universitária, 2007.

ANDRADE, Manuel C. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1989.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910**. Rio de Janeiro: Universidade Estadual de Campinas, Paz e Terra, 1977.

FURTADO DE SOUZA, Osvaldo Martins, “Arruar” a Universidade Rural. In: Anais da Academia Pernambucana de Agronomia/ Editores Romero Mariano de Moura, Maria MENEZES, Rosa de Lima Ramos Mariano. Recife: UFRPE, Imprensa Universitária, 2007.

LOPES, Conceição. **Mulheres Pioneiras, Mulheres de renome: As engenheiras agrônomas pernambucanas da primeira metade do século XX (década de 40)**. In: Anais da Academia Pernambucana de Agronomia/ Editores Romero Mariano de Moura, Maria MENEZES, Rosa de Lima Ramos Mariano. Recife: UFRPE, Imprensa Universitária, 2007.

MARTINS, Conceição. **O pioneirismo das engenheiras agrônomas pernambucanas nos 96 anos da UFRPE**. In: Jornal Folha de Pernambuco, Caderno Cidadania. Recife, 31 de outubro, 2008.

, Conceição. **Memória e informação: o testemunho das engenheiras agrônomas pernambucanas**. In: Anais do XV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. São Paulo, 2008.

MARTINS, Conceição; LEITÃO, Maria R. A. (organizadores). **Prédio da reitoria da UFRPE: resgate histórico 1935 – 2011**. Recife: UFRPE, 2009.

MENDONÇA, Sônia Regina. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

POERNER, José Arthur. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 4ª edição, ilustrada, revisada, ampliada e atualizada. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

SILVA, Denise S. **Tecendo memórias: linhas e entrelinhas da trajetória da universidade Federal Rural de Pernambuco (1912 – 1936)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2010.

## Capítulo II:

### ATITUDE E OUSADIA NA LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE E DO PAÍS (1955 – 1964)

Paulo Afonso Barbosa de Brito<sup>3</sup>

Joabson Melo Silva de Aquino<sup>4</sup>

Thiago Luiz de Souza Leão<sup>5</sup>

#### INTRODUÇÃO

Este capítulo debruça-se sobre a questão da participação estudantil na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) no recorte histórico de 1955 a 1964, período que vai desde a federalização da Universidade Rural de Pernambuco (URP), passando pelas grandes e permanentes ações do Movimento Estudantil, articuladas em torno da “Reforma Universitária”<sup>6</sup> que em nível local foi pautada na luta pela destituição do Reitor Manoel Rodrigues Filho (1954- 1962). Chegando até 1964, período em que as Forças Armadas, em conluio com setores empresarias, organizações civis de direita, governo norte americano, instalaram no Brasil a ditadura civil-militar, marcada pelo autoritarismo, desmantelamento das instituições democráticas brasileiras, perseguições, torturas, assassinatos, desaparecimentos.

Na primeira seção deste capítulo é abordado o processo de radicalização do Movimento Estudantil Nacional e local, como parte das chamadas lutas pelas “Reformas de Base”<sup>7</sup>, em que se incluía a Reforma Universitária, e as grandes

---

3 Doutor em Sociologia, professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), supervisor da Área de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais (DECISO). Pesquisador e extensionista nas áreas de Juventudes, Movimentos Sociais, Desenvolvimento Rural – Territorial. E-mail: pauloafonsoobr@hotmail.com.

4 Assistente Social, especializado em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos. É discente do curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: joabson.aquino@fda.ufal.br

5 Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. É discente do Curso de Licenciatura em História pela mesma universidade. E-mail: thiagoleaozinho@hotmail.com

6 As bandeiras e reivindicações da “Reforma Universitária”, compunham parte da grande campanha pelas “reformas de base” que mobilizavam Pernambuco e o Brasil na época.

7 Denominava-se de “Reformas de Base” um conjunto de propostas de mudanças nas instituições políticas, jurídicas, econômicas e educacionais brasileiras e que visavam reduzir as desigualdades sociais no país.

Estudantes da UFRPE  
decidem situação amanhã



Permanecem ocupadas as duas  
escolas: Universidade Rural

Atentado Contra  
Estudante: Inquérito  
Vai Começar Hoje

mobilizações sociais e políticas locais que, provocavam profundas modificações na vida política estadual. A segunda seção aborda o processo de federalização da Universidade Rural de Pernambuco (nome anterior à Universidade Federal Rural de Pernambuco), sua vinculação ao sistema de ensino do Ministério da Agricultura e as significativas mudanças verificadas no movimento estudantil da época. Mas trata, sobretudo da dinâmica estudantil no interior daquelas profundas mudanças que se realizavam no Estado de Pernambuco, particularmente a criação do Movimento Popular de Cultura (MPC), o advento das Ligas Camponesas e a mudanças na correlação das forças políticas presentes no jogo político estadual.

A terceira seção aborda a radicalidade dos enfrentamentos realizados no interior da universidade, entre os estudantes e as estruturas dominantes da mesma, referenciando em registros extraídos de jornais de grande circulação da época. Tais enfrentamentos têm grande repercussão na dinâmica social e política local e nacional, incorporando-se e reforçando o clima de disputas e radicalidade do Movimento Estudantil Nacional. Neste sentido, constata-se como as profundas mobilizações realizadas pelos estudantes da Rural revelavam, por um lado, um forte comprometimento para enfrentar graves problemas no interior da universidade, mas por outro lado, demonstravam também, um profundo comprometimento com as lutas populares para além dos muros da universidade, particularmente com as mobilizações dos movimentos sociais populares nos anos que antecederam a ditadura civil-militar.

A quarta seção aborda o tema da Reforma Universitária, que pode ser considerada como a grande bandeira do movimento estudantil da época no Brasil. Registra a mudança política no interior da UNE, com a passagem da hegemonia do Partido Comunista para a Juventude Universitária Católica e sua expressão política, a Ação Popular, entre 1961 e 1962, o que provocou projetos mais ousados da entidade, como a UNE Volante e os Centros Populares de Cultura (CPC). Articulando um profundo processo no interior da universidade (autonomia, planos de ensino, participação estudantil nos órgãos dirigentes, mudança nas cátedras...), com as grandes lutas sociais e políticas da época. Finalmente, o capítulo indica algumas conclusões para o período, retomando a criatividade generosa e comprometido dos estudantes daquele período, e sua profunda relação com os setores populares e democráticos do período.

## 1. A Universidade Rural de Pernambuco e o Movimento Estudantil Nacional

A URP foi federalizada por força da Lei nº 2.524, de 4 de julho de 1955, combinada com a Lei nº 2.290, de 13 de outubro de 1956<sup>1</sup>, passando a integrar o Sistema Agrícola de Ensino Superior do Ministério da Agricultura.

Os anos seguintes à federalização da Universidade Rural de Pernambuco foram marcados por mudanças significativas nos movimentos estudantis local e nacional, com um conjunto de bandeiras articuladas em torno da plataforma da “Reforma Universitária” e de diversas iniciativas no interior das universidades e na disputa política geral do país.

Na entidade nacional, a União Nacional dos Estudantes (UNE), verifica-se desde sua fundação, uma forte inclinação às ações políticas-ideológicas da esquerda, inicialmente com a hegemonia política do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, em seguida, da Juventude Universitária Católica (JUC), que criou uma organização política-ideológica própria para atuação no movimento estudantil e na política em geral, a Ação Popular (AP), que passou a conduzir o Movimento Estudantil Nacional e em diversos Estados, até o desmantelamento da UNE pela ditadura civil-militar instalada em 1964 (KADT, 2003).

Na Universidade Rural de Pernambuco, carregada de uma forte herança fundamentalmente conservadora e autoritária, impossibilitando a promoção de um ambiente de diálogo e de cooperação na vida universitária, o novo regime se instala com maior força, passando ser palco das disputas mais radicais desse período.

Por sua vez, os estudantes da Universidade Rural de Pernambuco, entusiasmados com a reflexão local e nacional sobre a “reforma universitária”, bem como com o ambiente de políticas participativas no poder local, desenvolvidas a partir dos governos de Pelópidas da Silveira e de Miguel Arraes em Recife e Pernambuco, assumem diversas iniciativas no sentido de democratizar a universidade e torná-la mais conectada à dinâmica social, especialmente das classes populares. Este é um período em que o movimento estudantil demonstra uma incrível capacidade de mobilização e de organização, realizando atividades quase cotidianamente, como: reuniões, assembleias, panfletagens, greves, ocupação da reitoria e de outros espaços de poder da universidade, culminando inclusive com a deposição do Reitor Manoel Rodrigues Filho.

1 Sobre o processo de federalização da Universidade Federal Rural de Pernambuco acesse a lei: BRASIL. Lei nº 2.524, de 4 de julho de 1955, combinada com a Lei nº 2.290, de 13 de outubro de 1956. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2524-4-julho-1955-360914-publicacaooriginal-1-pl.html>

É sobre essa incrível capacidade de mobilizações e organizações verificadas no interior da “Rural” que trataremos nos próximos capítulos.

## **2. Os estudantes da Rural no contexto das grandes lutas populares de Pernambuco entre o final da década de 1950 e início da década de 1960**

A segunda metade da década de 1950 e os primeiros anos da década seguinte foram de bastante mobilização entre os estudantes da “Rural”, demonstrando que estes se colocavam como parte da tendência e da dinâmica do conjunto dos movimentos sociais e dos segmentos democráticos do Brasil de então, principalmente de Pernambuco. Algumas matérias dos jornais dessa época são indicadores desta afirmação.

Diversos jornais da época, especialmente o Diário de Pernambuco e o Jornal do Commercio, indicam a intensa atividade realizada pelos estudantes no interior URP, apresentando às questões universitárias para os diversos espaços sociais, fazendo com que a sociedade fosse informada e tomasse posições a respeito de tais questões; outrossim, indicam a vinculação dos estudantes da “Rural” com os movimentos sociais populares de então, particularmente com os movimentos sociais no campo, tanto do operariado rural, que realizavam greves por melhores salários e condições de trabalho dignas, quanto dos sitiantes, posseiros e meeiros que trabalhavam em grandes propriedades de terras e, articulados pelas Ligas Camponesas, desenvolviam iniciativas de resistência contra expulsões das terras, ou ocupavam usinas e latifúndios, forçando a reforma agrária. Essas atitudes são marcadas pelo contexto social e político da época, caracterizado pelas lutas pelas reformas de base.

Em célere caracterização do contexto social e político que permeia a transição da década de 1950 para a década de 1960, “Pernambuco, e o Recife em particular, pareciam um laboratório a céu aberto expressando os anseios mais rebeldes e mais generosos daquele período” (BRITO, 2013, p. 29). O Recife permaneceu sem o direito de eleger seus prefeitos, mesmo após a abertura política de 1946, ou seja, continuou sendo governado por interventores nomeados, mas como a população podia se expressar através da eleição direta dos vereadores, depositava uma imensa expectativa nos partidos do campo popular; a primeira eleição após a ditadura do Estado Novo (1947) é emblemático neste sentido: numa câmara de vinte e cinco vereadores, foram eleitos onze vereadores comunistas – já na clandestinidade, mas expressão pública daquelas mobilizações, além de vários vereadores socialistas e de outros partidos progressistas (COELHO, 2004, p. 46).



Quando finalmente os recifenses puderam exercer seu direito de voto para prefeito, elegeram, sucessivamente, governantes vinculados às forças populares: Pelópidas da Silveira, em 1955, Miguel Arraes, em 1959 e, novamente Pelópidas da Silveira, em 1963.

Estes governantes vinculados às forças populares promoveram profundas inovações na realização das políticas públicas, acatando importantes demandas sociais, incorporando a participação popular nas decisões governamentais, construindo políticas para enfrentar os graves problemas urbanos de então, sobretudo das populações dos morros e favelas, fomentando políticas de ampliação cultural e educacional do povo.

As eleições estaduais de 1962 foram afetadas tanto pelo avanço dos movimentos e lutas populares no Estado, quanto pelas políticas progressistas desenvolvidas no Recife. A candidatura de Miguel Arraes, representando as forças populares, colocando-se por fora dos principais partidos oligárquicos que dominavam a política estadual, impôs profundas mudanças na situação política de Pernambuco, conforme assinala Coelho,

O confronto eleitoral deixou de ficar confinado às duas legendas conservadoras, tradicionalmente majoritárias no Estado: o PSD e a UDN. Com o peso do Recife aumentando a cada pleito, em decorrência da urbanização acelerada e da progressiva unificação política da Região Metropolitana. Na mesma proporção que diminuía a influência dos ‘currais’ e grotões do interior – esvaziados pelo êxodo rural e pela gradativa diminuição do ‘eleitorado fantasma.’(Coelho: 2004, 50).

Fernando Coelho (2004) assevera ainda que, a campanha eleitoral estadual de 1962 foi marcada por extrema radicalização política e ideológica, com forte intervenção do poderio econômico e, inclusive de empresas multinacionais, de bancos estrangeiros e da própria embaixada norte-americana, em favor do candidato das forças conservadoras, o que provocou a realização de uma CPI no Congresso Nacional. Mesmo assim, Miguel Arraes, expressando o desejo das forças populares, impôs uma acachapante derrota ao candidato situacionista.

Entre as mobilizações populares da época destaca-se a ação das Ligas Camponesas tendo como marco fundador a oficialização da “Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco”, no Engenho Galiléia, município de Vitória de Santo Antão, mas a partir de 1956 se transforma em entidade estadual e, em pouco tempo passa a ter dimensão nacional, embora as grandes mobiliza-

ções tenham ocorrido nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, constituindo uma rede imensa de “delegacias” locais, que podiam ser de um município ou de uma localidade (engenho, comunidade, distrito), o que lhe garantia enorme capilaridade e capacidade para espalhar-se rapidamente.

Entre 1959 e 1963, as Ligas Camponesas experimentaram uma capacidade espetacular de mobilização e organização. Após 1962, com uma inclinação à radicalização, saindo de uma influência maior do Partido Comunista Brasileiro (PCB) para uma hegemonia política do Movimento Revolucionário Tiradentes, através da forte liderança de Francisco Julião, jovem deputado estadual e advogado das Ligas naquele momento, tornou-se propagador da bandeira da “reforma agrária na lei ou na marra”. (GORENDER, 1981).

No meio urbano crescia os movimentos comunitários, entre os quais, o movimento comunitário do bairro de Casa Amarela se tornou uma referência importante, bem como o movimento sindical, sobretudo de algumas categorias operárias. Um destaque significativo desse período consistiu na ação do Movimento Popular de Cultura (MPC), política pública iniciada com a articulação entre à mobilização educacional de intelectuais e estudantes e do governo de Miguel Arraes, inicialmente na Prefeitura do Recife, em seguida, no Estado de Pernambuco. Nas palavras de Abelardo da Hora (1986, p. 13), o MPC foi o resultado do “[...] povo organizado e de uma intelectualidade democrática, progressista e popular [...] e uma juventude estudantil atuante”.

Ora, uma efervescência popular e política desta monta se apresentava profundamente contraditória com uma tradição de controle, autoritarismo e dominação das elites tradicionais do Estado de Pernambuco, como os grandes grupos econômicos, os militares, oligarquias agrárias, o sistema judicial, que não estavam acostumados com a legitimidade dos movimentos populares, com o atendimento de suas demandas e, sobretudo, com a aceitação de sua presença na cena social e política do Estado, tanto através da formulação de demandas, quanto do exercício do seu protagonismo.

Havia um ódio contido daquelas elites contra o protagonismo das camadas populares e contra as forças políticas que lhe imprimiam legitimidade. O Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964 estimulou os desejos contidos destes setores, que em resposta passaram a ações mais violentas. Este primeiro momento do golpe, a repressão se fez mais violenta em Pernambuco do que no resto do país. Aprofundaremos esta questão no próximo capítulo.

### 3. Enfrentamentos radicais contra a radicalidade da dominação: registros da grande imprensa

O marco representativo da luta pela reforma universitária se transformou em uma importante referência para os estudantes e outros movimentos sociais vinculados à vida universitária, que conectaram esta bandeira com as demais reformas de base. Os estudantes da URP são importantes protagonistas desse momento dinâmico e mobilizador da juventude brasileira, tanto nas lutas internas da universidade, quanto na solidariedade às mobilizações gerais dos trabalhadores.

Diversas matérias de jornais de grande circulação da época são indicadores desta afirmativa, vejamos algumas manchetes do Jornal do Commercio (JC), evidenciando quase um ano de mobilizações ininterruptas, em torno de uma questão central para vida universitária: o uso de seus recursos e o diálogo (ou sua ausência) entre os diversos segmentos que compõem a vida universitária:

- 4/06/1961 - *Prevista greve geral dos universitários: Apoio a Colegas de Direito e de Agronomia*
- Trata-se da paralisação dos estudantes de Agronomia e de Veterinária, que se mantinham em estado de Assembleia permanente, segundo os estudantes, “no sentido de por fim às irregularidades na Universidade Rural de Pernambuco” (ausência de aulas práticas, diminuição de bolsas escolares, insuficiência de dotação orçamentária para diretórios). Insuficiência de verbas para excursões didáticas, inexistência de verbas para restaurante. Os estudantes apresentam uma carta ao reitor e ao ministro da Agricultura. (Jornal do Commercio, 04/06/1961, nº 127).
- 10/03/1962 - *Crise da Rural ameaça atingir outras Escolas: Reitor pede garantias*
- Os estudantes apresentam uma pauta mais radical, exigindo o afastamento do reitor. Diversas denúncias de irregularidades abrem uma crise entre DCE e reitoria. O reitor (Manuel Rodrigues) pede proteção policial e passa a ser escoltado pela polícia no interior da Universidade, apesar da presença da polícia é vaiado pelos estudantes. (Jornal do Commercio, 10/03/1962, nº 57).
- 11/03/1962 - *Reitor da Universidade Rural vai ser afastado*. Importante conquista para os estudantes. O ministro da agricultura teria se reunido com João Goulart onde teria sido decidida a exoneração do reitor da URP, o jornal assume que esta é uma matéria extraoficial. (Jornal do Commercio, 11/03/1962, nº 58).
- 11/03/1962 - *Estudantes Serenamente Aguardam Agora Ação do Governo: O caso da Rural* Os estudantes se reúnem com o chefe de gabinete do ministro

da agricultura e enviam uma carta ao ministro da agricultura e ao presidente Goulart. (Jornal do Commercio, 11/03/1962, nº 58).

Como é possível ver nas manchetes de jornais acima, os anos de 1961 e 1962 tornaram-se um marco representativo para o movimento estudantil da URP, que até então pareciam estar à margem das manifestações estudantis e, daquele período em diante, começam a reivindicarem e se mobilizarem contra a política destrutiva por qual passava a URP na gestão do Reitor Manuel Rodrigues Filho.

De tal modo, que no dia 3 de junho de 1961, os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE) da Universidade Rural de Pernambuco e da Universidade do Recife (UR) deflagram greve por tempo indeterminado, aderindo no mesmo dia, os estudantes da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

As notícias de deflagração da greve são estampadas nos jornais de maior circulação no Estado e em Recife, bem como os prédios URP e UR, são tomados pelos alunos destas respectivas universidades, com exceção da UNICAP que apenas fez protestos (JESUS, 1997).

A historiadora Jaciara Maciel de Jesus afirma que:

A imprensa fez toda a cobertura da ‘crise universitária do Recife’, como constantemente se referia, pormenorizando nos mínimos detalhes, dias após dia. Com ajuda da Comissão de Greve, que diariamente alimentava com as decisões recém-tomadas de ambas as partes; já os representantes do lado oposto das autoridades universitárias, dedicavam-se apenas a esclarecer as acusações dos alunos. (Jesus : 1997, p. 18)

De fato, as manifestações ligadas aos movimentos estudantis da Universidade Católica e, sobretudo, das Universidade Rural de Pernambuco e Universidade do Recife, estavam sob o foco das lentes e da atenção dos mais diversos jornais do Estado de Pernambuco, especialmente o Jornal do Commercio.

No dia 4 de junho de 1961, o Jornal do Commercio divulga mais uma vez notícias sobre a greve; no entanto, desta vez, a “crise universitária do Recife” toma proporções maiores e inimagináveis até aquele momento. Sob os olhos da União Nacional dos Estudantes (UNE), diversas instituições de ensino superior no Brasil manifestam solidariedade aos estudantes da Universidade Rural de Pernambuco e Faculdade de Direito do Recife (UR), de modo que anunciam greve geral prevista para o dia 6 do corrente mês.

Segundo Jesus (1997, p. 18-19), associado às notícias divulgadas pela mídia pernambucana, cita-se ainda o “[...] o resumo do memorial enviado pelos estudantes da Rural, ao mesmo tempo, ao Reitor Manuel Rodrigues, ao Presidente Jânio Quadros e ao Governador do Estado, Cid Sampaio. Comunicando-lhes as causas do movimento”.

As causas elencadas no resumo do memorial, segundo Jesus (1997, p. 19) foi às seguintes: Ausência de aulas prática; Diminuição de bolsas escolares; Insuficiências a dotação orçamentária; Insuficiência de verbas para excursões didáticas; Inexistência de um departamento assistencial; Falta de representantes dos discentes na Congregação e Conselho Técnico; Completo abandono das dependências Universidade; Empreguismo.

Os estudantes da Rural, além de elencarem as causas que culminaram na formação do movimento, formularam soluções/reivindicações diretas para os problemas que afligiam a universidade: Reformas e atualização do vestibular; Melhor alimentação e paralelamente, maior higienização para o restaurante; Abertura de concurso para as cátedras vagas. (JESUS, 1997, p.19).

Essas reivindicações, por um lado fortaleceram o movimento estudantil da URP em torno de uma questão central para vida universitária, que é o uso de seus recursos e o diálogo (ou sua ausência) entre os diversos segmentos que compõem a vida universitária, por outro gerou uma tensão entre a reitoria e o movimento estudantil que parecia estar em um conflito longe de ter um fim.

#### **4. Reforma Universitária: uma bandeira para democratizar a Universidade e o País**

As profundas mobilizações realizadas pelos estudantes da Rural revelavam, por um lado, um forte comprometimento para enfrentar graves problemas no interior da universidade, que iam desde as questões específicas de sala de aula, de cada disciplina, dos projetos pedagógicos dos cursos, até as questões da gestão da universidade, particularmente contra o autoritarismo da reitoria e pela democratização da universidade, incluindo aí a representação estudantil nos organismos superiores da instituição. Mas por outro lado, os estudantes da Rural demonstravam também um profundo comprometimento com as lutas populares para além dos muros da universidade, particularmente com as mobilizações dos movimentos sociais populares.

As principais bandeiras e reivindicações dos estudantes da Rural naquele

período estavam fortemente marcadas pelas questões da função da universidade na sociedade atual. Esta questão ganha uma importância ainda maior porque se tratavam de reivindicações articuladas em torno da bandeira da “Reforma Universitária”. Naquele momento ela é marcada por singular importância pela sua vinculação à luta mais geral da sociedade brasileira e de diversas forças sociais e políticas com forte legitimidade na época, que era a defesa e realização das “reformas de base”, que mobilizou corações e mentes, pessoas e grupos, movimentos sociais e diversos governantes e políticos.

Embora a bandeira da “Reforma Universitária” seja considerada um marco fundador do movimento estudantil universitário latino-americano a partir das mobilizações dos estudantes argentinos desde 1918, no Brasil esta bandeira só se torna eixo mobilizador a partir do final dos anos de 1950, justamente vinculada ao conjunto das “reformas de base” conforme acima citado. Segundo Marcos Ribeiro Mesquita (2009), a bandeira da “reforma universitária” pode ser considerada como um marco fundador do movimento estudantil na América Latina no século XX, a partir de uma importante mobilização iniciada por estudantes da Universidade de Córdoba na Argentina. Segundo Marcos Ribeiro Mesquita (2009) a força dos estudantes ficou evidenciada a partir de um explosivo processo de mobilização realizado na cidade de Córdoba, expressando certa radicalidade, “[...] lançando mão de greves, enfrentamentos com a polícia, ocupações das universidades, etc., o movimento de Córdoba conseguiu atingir outras universidades argentinas, aglutinando apoio, força mobilizadora.” (MESQUITA, 2009, p. 57).

Trata-se de reivindicações fundamentalmente marcadas pela necessidade de modificar as estruturas universitárias fortemente caracterizadas pelo autoritarismo, controle, distanciamento entre estudantes e organismos de decisões da vida acadêmica. Portanto, reivindicavam bandeiras modernizantes como: democracia, participação, autonomia. Nas palavras de Ballardine, citadas por Mesquita (BALLARDINE *apud* MESQUITA, 2009, p. 56):

As principais demandas dos estudantes eram as modificações dos planos de estudos de uma universidade conservadora e clerical, o acesso às cátedras por concurso, a autonomia universitária, o direito de agremiação, a participação estudantil no governo universitário frente ao regime de academias vitalícias e a marcha de planos de ensino adequados à modernidade emergente. (BALLARDINE *apud* MESQUITA, 2009, p. 56).

Entre os estudantes pernambucanos, tanto as bandeiras de lutas quanto o forte relacionamento com as comunidades pobres e movimentos populares é marcada pelo avanço dos estudantes católicos de esquerda, articulados em torno da Juventude Universitária Católica (JUC). A contribuição específica da JUC de Pernambuco foi justamente o compromisso social, com as iniciativas de atuação junto aos setores populares:

O ponto crucial foi provavelmente o fato de que a JUC de Pernambuco ter adotado uma orientação mais 'prática' e socialmente engajada. Frente ao exemplo dos jucistas de Recife, que nos anos de 1957 e 1958 haviam se concentrado em temas como universidade e sociedade, fatores sociais da saúde e da doença, e o problema da fome, e já em 1958 começavam a agir nas favelas [...]. (KADT, 2003, p. 99).

Portanto, foi na relação com a sociedade, com os trabalhadores e com os movimentos sociais que se verificou com maior evidência, a contribuição dos estudantes de Pernambuco ao Movimento Estudantil Nacional e às bandeiras de lutas em torno da reforma universitária.

Na virada de 1961 para 1962, a UNE iniciou um de seus projetos mais ousados: A UNE Volante com os Centros Populares de Cultura (CPC)<sup>2</sup> realizaram caravanas por todo o país, promovendo intensas atividades de mobilização social e cultural. Esta iniciativa em grande medida foi inspirada no Movimento de Cultura Popular (MPC), atuante em Recife desde 1959 e em outros movimentos de educação popular desenvolvidos no Nordeste.

Entre as principais ações realizadas no interior das universidades destaca-se a Campanha pela Reforma Universitária, com a explosão das mobilizações no interior das universidades, ruas e praças. Neste campo de lutas realizou-se a histórica “greve do um terço”, decretada em 01 de junho de 1962, paralisando universidades em todo o país. A reivindicação por um terço era na realidade a luta pela paridade de representação dos diversos segmentos universitários em seus organismos dirigentes, no caso, a representação discente nos Conselhos Universitários, Congregações, Conselhos Departamentais, já previstos na LDB artigo 78, mas de difícil implementação nas Universidades (ARAÚJO, 2007).

Embora seja necessário reconhecer também que, no começo dos anos de 1960 constatou-se uma forte contribuição financeira do Ministério da Educação

---

2 Os Centros Populares de Cultura (CPC) mantinham estreita relação com o Movimento de Cultura Popular (MPC) iniciado anteriormente pela prefeitura do Recife, conforme acima citado na terceira seção deste capítulo.

para os trabalhos desenvolvidos pela UNE, o que lhe possibilitou maior nível de articulação e uma maior presença na cena social e política nacional. (*Idem*, p. 112). Ou seja, embora a forte capacidade mobilizadora e organizativa da UNE tenha a ver com as inovações metodológicas de suas ações, com o compromisso ético, político e militante das novas gerações de lideranças, com a combinação do trabalho de base com as mobilizações massivas, certamente que a injeção de recursos advindos da relação com o Ministério da Educação também contribuíram com tal crescimento.

A UNE Volante formulou o conceito de “Cultura Popular Revolucionária”, que foi um marco de referência para produção de peças de teatro, com obras de Gianfrancesco Guarnieri, Augusto Boal, Dias Gomes; publicação de livros; produção de filmes ou vídeos. Entre estes projetos se destacaram os “Cadernos do Povo Brasileiro”; o disco “O Povo canta”; o Violão de Rua.



## ALGUMAS CONCLUSÕES PARA ESTE PERÍODO

Como declaramos no decorrer deste capítulo, a intensa mobilização estudantil da Universidade Rural de Pernambuco, entre 1955 e 1964, demonstra que estes se colocavam como parte da tendência e da dinâmica do conjunto dos movimentos sociais e dos segmentos democráticos do Brasil de então, principalmente, dos movimentos do Estado de Pernambuco.

Momentos históricos como a federalização da UFRPE e os movimentos estudantis articulados em torno da “Reforma Universitária” e que culminaram na deposição do Reitor Manuel Rodrigues mudaram a configuração dos movimentos estudantis da Rural posteriores, colocando-os na vanguarda das lutas estudantis estaduais e nacionais.

Mostraram-se também as significativas mudanças verificadas no movimento estudantil da época no contexto das grandes lutas populares, enfatizando, especialmente, as disputas políticas e ideológicas verificadas e nas inovações das políticas públicas de inclusão e de participação que marcaram aquele período e, que sob a ótica da grande imprensa de Pernambuco foi bastante noticiado abordando, constantemente a radicalidade das ações dos movimentos estudantis contra a radicalidade das elites dominantes que controlavam a Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Desta forma, percebe-se que o período histórico citado foi de suma importância para a maturação, organização e capacidade de racionalização percebida nos movimentos estudantis da UFRPE nas décadas seguintes, já que foi nesse período que as profundas mobilizações realizadas pelos estudantes da Rural revelavam um forte comprometimento para enfrentar graves problemas no interior da universidade e nas lutas populares como as mobilizações dos movimentos sociais que antecederam a ditadura civil-militar, onde a única forma de diálogo era a violência, a truculência e a radicalidade sob a ótica da “Revolução Gloriosa”, que perseguiu, torturou, assassinou, importantes referências responsáveis por um dos períodos mais dinâmicos, criativos e generosos da juventude brasileira. Mesmo que, tenham “esquecido uma semente em algum canto de jardim”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, F. S. D. **Dom Lamartine. O pastor do silêncio.** São Paulo: Paulinas, 1994.

ARAÚJO, Maria P. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BARRETO, Anita Paes et al. **Memorial do MCP.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1986.

BRASIL. **Lei nº 2.524, de 4 de julho de 1955, combinada com a Lei nº 2.290, de 13 de outubro de 1956.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2524-4-julho-1955-360914-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 27 de outubro de 2014.

BRITO, Paulo A. B. **Participação Juvenil: Afirmação da identidade e construção de movimentos.** Anais do Congresso Latino Americano de Sociologia (ALAS). 2013.

COELHO, F. V. (2004). ***Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco.*** Recife: Bagaço.

HORA, Abelardo da. **Memorial do MPC.** Recife: Fundação de Cultura Popular da Cidade do Recife, 1986, p. 13.

JESUS, Jaciara Maciel de. **O movimento estudantil e a queda do reitor da Universidade Rural de Pernambuco Manuel Rodrigues Filho (1958-1962).** (Monografia) Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 1997.

JORNAL DO COMMERCIO (JC). **Edições dos meses de março a junho dos anos de 1960, 1961, 1962, 1963, 1964.** Recife: Jornal do Commercio.

KADT, Emanuel de. **Católicos radicais no Brasil.** Tradução de Maria Valentina Rezende e Maria Valéria Rezende. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2003.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Identidade, Cultura e Política: Os movimentos estudantis na contemporaneidade.** Maceió: EDUFAL, 2009.

*Jânio Autorizou o  
Emprego de Forças  
Contra Estudantes*

**Atentado Contra  
Estudante: Inquérito  
Vai Começar Hoje**

## Capítulo III:

# A REBELDIA CORAJOSA: A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR INSTALADA EM 1964

## INTRODUÇÃO

Paulo Afonso Barbosa de Brito<sup>1</sup>

Afonso Carlos Pereira Lima<sup>2</sup>

Thiago Luiz de Souza Leão<sup>3</sup>

Este capítulo trata de um dos períodos mais tensos e sofridos dos 500 anos de história do Brasil, também representa a euforia e dedicação da juventude estudantil pernambucana, através das vontades e atos de coragem para o exercício do seu protagonismo num período de extremas dificuldades para a ação política e para as práticas solidárias. Trata-se do registro da truculência do golpe civil-militar, implantado no Brasil em 1964 e da reação dos estudantes a tal truculência.

O momento da escrita deste capítulo é considerado como um dos mais emocionantes da pesquisa, que durou mais de dois anos, com sentimentos contraditórios de entusiasmo e de tristeza. As matérias dos jornais, os relatos de quem viveu à época, a literatura consultada, encheram os autores de entusiasmo e dor. A escrita era interrompida diversas vezes, a respiração contida, à volta para leitura de depoimentos, as frases na mente não conseguiam ser escritas no papel. A percepção da crueldade e brutalidade de alguns seres humanos contra outros, estimulados pelo sistema da opressão e dominação, mas também a reação dos perseguidos, marcados pelo sentimento tratado por alguns como de “fome e sede de justiça”, mantinha este sentimento de entusiasmo pela rebeldia corajosa, pela dedicação extrema e o desprezo à tortura e diversos tipos de espancamentos como métodos para a aquisição de informações.

---

1 Doutor em Sociologia; professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), supervisor da Área de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais (DECISO). Pesquisador e extensionista nas áreas de Juventudes, Movimentos Sociais, Desenvolvimento Rural – Territorial. E-mail: pauloafonsobr@hotmail.com

2 Estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. Estagiário na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). E-mail de afonso: afonsopl.cufrpe@hotmail.com

3 Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, discente do Curso de Licenciatura em História pela mesma Universidade. E-mail thiagoleaozinho@hotmail.com

“... minha experiência, recém-saído da adolescência, vindo de uma pequena cidade do interior, no Agreste pernambucano, Cumaru, cheio de vontade e entusiasmo para dedicar minha vida pela libertação do povo, encontro no movimento estudantil da UFRPE [...] Eu me lembro de que estava sendo torturado e minha filha tinha quinze dias de idade. Então, eu sabia mais ou menos o que era um pau de arara, um choque elétrico, a cadeira do Dragão, então tudo isso teoricamente eu sabia. Quando eu estava preso, quando a gente enfrenta concretamente estes mecanismos de tortura, eu me lembro do seguinte, que eu não podia abrir, não podia entregar os meus companheiros, talvez não fosse nem por uma formação ideológica, ou um entendimento político, mas sim por um somatório que eu iria deixar de ser gente se eu me transformasse num delator, era a percepção de minha humanidade que me manteve vivo e me fez resistir” (Joares Gomes)<sup>4</sup>.

A elaboração deste capítulo ficou organizada em oito seções assim distribuídas: após a INTRODUÇÃO; a segunda seção trata de como, desde o primeiro momento, o novo regime, já inicia mais violento em Pernambuco com representação cruel, contra o contexto de autoestima e reconhecimento das lutas sociais das Ligas Camponesas, dos Sindicatos de Trabalhadores Urbanos e Rurais, dos movimentos estudantis, os militares implantaram imediatamente um cenário de terror e de guerra destituindo o governo e assassinando estudantes no centro da cidade; a terceira seção retrata as ações do movimento estudantil da UFRPE dentro e fora da universidade com lutas incessantes, percebendo-se a intensificação de suas lutas até 1968, quando é obrigado a enfrentar o famigerado Decreto Presidencial 228 que objetivava controlar as organizações estudantis.

Continuando, ainda temos a quarta seção que trata do processo de endurecimento da ditadura militar com a ascensão da chamada “linha dura” no comando nacional, período em se Decreta o famoso Ato Institucional número 05 (AI-5), em 1968, que fechou o Congresso Nacional e acabou com todas as liberdades democráticas, e, em seguida, o Decreto 477 que marca especificamente a repressão contra o movimento estudantil e outros segmentos acadêmicos. A quinta seção aborda um dos casos da perseguição, prisão, tortura e assassinato da ditadura contra os estudantes a partir do caso de Odijas Carvalho, importante liderança estu-

---

4 Entrevista realizada para a Pesquisa “100 anos de participação estudantil na UFRPE”, em 20 de junho de 2013, com Joares Gomes, representante dos estudantes da UFRPE no histórico Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) de Ibiúna, em 1968, condenado e expulso da universidade em 1969 com base no Decreto Institucional 477, retornando pela lei da anistia em 1980, então militando no Diretório Acadêmico de Engenharia Florestal, e no Diretório Central dos Estudantes (DCE).

dantil da UFRPE. A sexta seção discute a participação estudantil em organizações revolucionárias, principalmente, aquelas que contaram com bases ou militantes no interior da UFRPE, realizando uma rápida caracterização de cada uma delas e a sua capacidade para influenciar a ação estudantil na universidade. Finalmente, apontamos algumas conclusões para este período da história da participação estudantil no interior da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Os estudantes e o Golpe Militar de 1964: por que a ditadura já iniciou mais violenta em Pernambuco?

Como vimos no capítulo anterior, uma efervescência popular e política movimentavam estudantes, trabalhadores e populares em Pernambuco. Esta realidade se apresentava profundamente contraditória com uma tradição de controle, autoritarismo, dominação das elites tradicionais do Estado, como os grandes grupos econômicos, os militares, oligarquias agrárias, o sistema judicial, que não estavam acostumados com a legitimidade dos movimentos populares, com o atendimento de suas demandas e, sobretudo, com a aceitação de sua presença na cena social e política do Estado, tanto através da formulação de demandas, quanto do exercício do seu protagonismo.

Havia um ódio contido daquelas elites contra este protagonismo das camadas populares e contra as forças políticas que lhe reconheciam a legitimidade. O golpe civil militar de 31 de março de 1964 estimulou os desejos contidos destes setores, quase como vingança passou imediatamente à realização das ações mais truculentas, neste primeiro momento do golpe a repressão se fez mais violenta em Pernambuco do que no resto do país. Já no primeiro dia após o golpe, anunciava-se o prelúdio do que viria a ser o período das trevas que o Brasil viveria nos próximos anos, o Jornal do Comércio de 01 de abril de 1964 anuncia o início deste período: “Conflito, ocupação e fim do Governo de Miguel Arraes”. Anuncia a passeata dos estudantes contra o Golpe e em apoio ao governo legitimamente eleito.

Os soldados vinham em progressão de ataque. Baionetas caladas em direção dos estudantes que, saindo da esquina da Sertã alcançaram o cruzamento Guararapes- Dantas Barreto. Os estudantes gritavam. A tensão aumentava, a cada momento. Os mais previdentes abrigavam-se.

Na esquina Dantas Barreto – Marquês do Recife, os soldados pararam. Os estudantes continuavam a gritar. Os soldados tomaram posição. Um disparo para o ar foi feito. Os estudantes continuavam a gritar. Novos disparos, agora já em todas as direções. Os gritos aumentaram e dois caíram, mortos. No solo, ainda, alguns feridos (Jornal do Comercio, 01/04/1964, nº 76, p. 1 – 2).

Desde os primeiros instantes o IV Exército, sediado em Recife, já se encontrava rebelado e o governador Miguel Arraes, cercado (GASPARI, 2002, p.103). “Alguns comandantes militares, agindo por própria conta, já haviam aprisionado os governadores Miguel Arraes, de Pernambuco, e Seixas Dória, de Sergipe” (Idem, p.121).

Daí em diante, em Pernambuco, a repressão foi generalizada, bem como os diversos atos de torturas e perseguições:

“No dia 02 de abril, no Recife, o dirigente comunista Gregório Bezerra foi amarrado seminu à traseira de um jipe e puxado pelos bairros populares da cidade. No fim da viagem, foi espancado por um oficial do Exército, com uma barra de ferro, em praça pública. Machucado e sentado no chão do pátio do quartel da Companhia de Motomecanização, no bairro de Casa Forte, Gregório Bezerra foi visto...”(Idem, p.132).

A violência e a repressão assumiam um lado oficial, comandado pelas Forças Armadas, mas, estas permitiam, ou não detinham os outros diversos agrupamentos que agiam com o desejo de vingança contra as forças populares. As questões passaram a ser resolvidas sumariamente pela intimidação e pela violência, segundo a conveniência de grupos que detinham forças e influências no novo regime.

“Mobilizaram, ao lado do exército e da polícia, bandos civis armados e grupos de paramilitares, que atuavam a soldo ou sob o comando direto de alguns proprietários de terras, usineiros, senhores de engenho, empresários urbanos e políticos opositoristas. Prendendo por conta própria e assassinando trabalhadores. Invadindo casas e expulsando famílias” (COELHO, 2004, p. 40 e 41).

Só da parte legal, foram registrados mais de dois mil presos em Pernambuco, fora parte significativa de outros segmentos, principalmente, dos camponeses que não tinham registrados seus “desaparecimentos”. A chamada linha dura das Forças Armadas “fazia a festa” em Pernambuco.

A situação ficou tão escandalosa que os próprios comandantes centrais do golpe enviaram uma missão ao Estado para verificar as ocorrências e expressar a possibilidade de algum limite para os desmandos realizados. Foi à chamada “Missão Geisel”, em que, o presidente em exercício, Castelo Branco, indicou o chefe do gabinete militar da Presidência da República, o general Ernesto Geisel para averiguar as denúncias. Esta missão colocou os torturadores na defensiva, Geisel percorreu quartéis e prisões, tomou depoimentos, recebeu laudos médicos (GASPARI, 2002, p.146).

As denúncias não cessavam a voz estridente de Dom Hélder Câmara, que proclamava o difícil momento vivido. As matérias do jornalista Márcio Moreira Alves, em sucessivas reportagens do Correio da Manhã, listaram 39 nomes de pessoas torturadas, a maioria deles no Nordeste, na jurisdição da 7ª Região Militar. Apesar de uma intimidação inicial sobre a “linha dura” do regime militar, que agia e comandava as Forças Armadas em Recife, as torturas não cessaram.

Os estudantes da Rural resistem e intensificam as mobilizações

Apesar do recrudescimento dos atos de violência da ditadura, os estudantes da UFRPE demonstram uma espetacular capacidade de resistir e combater a ditadura dentro e fora da universidade, através de diversos tipos de mobilização. Após um período inicial de reflexão sobre o significado das ações militares e das possibilidades de resistência, a universidade volta a ser palco de importantes mobilizações. O ano de 1968 é emblemático neste sentido e a grande imprensa local pode ser um indicador significativo desta afirmação, entre estas são registradas algumas das manchetes do Jornal do Comércio:

- 06/03/1968 – Rural faz greve de protesto
- 06/03/1968 – Refeição mais cara leva alunos à parede na Rural
- 08/03/1968 – Alunos prorrogam por mais 48 horas a greve na Universidade Rural
- 26/05/1968 – Diretório exige segundo vestibular de Agronomia
- 17/08/1968 – Oposição ao Governo vence no Pleito Estudantil
- 23/08/1968 – Universitários da Rural elegem representantes para seus diretórios
- 02/10/1968 – Enviados da Rural foram a Brasília solucionar crise
- 25/10/1968 – Estudantes retêm reitor da Rural por mais de 3 horas
- 27/10/1968 – Alunos da Rural podem voltar a ocupar prédio
- 03/11/1968 – DCE da UFRPE protesta contra terrorismo nos Diretórios Acadêmicos
- 05/11/1968 – Alunos da Rural exigem restauração do que foi destruído por terroristas

Verifica-se que as mobilizações se concentravam, principalmente, em torno das questões da universidade, mas, uma leitura atenta das matérias e das en-



trevistas realizadas com alguns dos protagonistas destas mobilizações demonstra que a universidade apenas expressava o contexto de autoritarismo do sistema instalado em 1964. Neste sentido, há uma estreita relação entre estas lutas no interior da universidade e as lutas gerais contra a ditadura civil-militar instalada no País.

A eleição para os Diretórios Acadêmicos, em agosto de 1968, é emblemática desta afirmação: “Oposição ao Governo vence no Pleito Estudantil” (Jornal do Comércio, 17/08/1968). Ou seja, mesmo após toda a intervenção do governo militar nas organizações estudantis, realizadas através do Decreto Presidencial nº 228 (28 de fevereiro de 1967), os estudantes da UFRPE mantêm a sua autonomia e o seu poder de mobilização, bem como a forte legitimidade frente ao conjunto dos estudantes. A sequência das matérias dos jornais aponta para um crescimento das atividades de mobilização estudantil.

Tais mobilizações demonstraram que os estudantes da UFRPE estavam conectados com as grandes mobilizações sociais e políticas que ocorriam mundo afora naquele período. 1968 é um ano emblemático pelas diversas explosões sociais ocorridas em diversas partes do mundo. Embora tenha ficado registrado como o fenômeno do Maio Francês, tais movimentações foram registradas desde os países orientais até os ocidentais, do leste-europeu à Europa ocidental, nos Estados Unidos, México, Brasil, os estudantes, as mulheres, negros, homossexuais, operários, migrantes, intelectuais, artistas se movimentavam. Diversas análises foram elaboradas, algumas chegaram a afirmar a ideia do “ano de todos os desejos”.

No Brasil, apesar da truculência da ditadura, também se multiplicaram as mobilizações. De forma localizada, as greves operárias davam sinais de que o regime não havia controlado completamente os trabalhadores. As históricas greves dos metalúrgicos de Contagem e Osasco são indicadoras desta afirmativa. Em âmbito nacional, se mobilizavam os estudantes, entre estes, destaca-se a histórica “passeata dos cem mil”, de iniciativa dos estudantes secundaristas e universitários, mas de forte adesão de artistas, religiosos, trabalhadores, donas de casa. Os estudantes da UFRPE participam ativamente deste esforço mobilizador.

Um golpe dentro do golpe? A ditadura civil-militar endurece contra o povo brasileiro, especialmente contra os estudantes.

Nos primeiros meses do golpe, as Forças Armadas, especialmente o Exército junto com as polícias civil e militar do Estado de Pernambuco, inclusive tolerando a ação de milícias paramilitares (vinculadas às velhas oligarquias agrárias), desencadearam uma intensa perseguição aos movimentos camponeses,

dizimando as Ligas e controlando os sindicatos. A partir de 1967, passam para uma investida maior contra os estudantes que seguiam em suas organizações e mobilizações.

Os jornais noticiam diversos tipos de ações do regime e de seus organismos legais ou clandestinos contra o movimento estudantil. O Comando de Caça aos Comunistas (CCC) é um destes organismos que age à sombra da lei, inclusive contra os estudantes da UFRPE: “Alunos da Rural exigem restauração do que foi destruída por terroristas” (Jornal do Comércio, 05/11/1968). Percebe-se como o sistema não conseguindo controlar as organizações estudantis, que permaneciam com forte legitimidade frente ao conjunto dos estudantes, tolera a ação terrorista contra estas organizações, uma vez que não se registrou nenhuma iniciativa para inibir a ação terrorista do CCC.

Em um dos estudos mais completos sobre o período militar instalado no Brasil em 1964, Hélio Gaspari (2002) registra que, entre os militares que prepararam, realizaram e encaminharam as políticas do golpe, destacaram-se duas tendências: os que pretendiam apagar o populismo do poder, extinguindo a aliança política que naquele momento estava encaminhando as famosas reformas de base e criar as condições para uma transição para nova correlação de forças num Estado de direito; e os da chamada “linha dura”, que tinham a perspectiva de manutenção dos militares no poder por um período mais longo de tempo. A disputa entre estas duas tendências teria inclusive levado os militares da “linha dura” realizar atividades fora da lei para incriminar as forças e organizações de esquerda e justificar uma repressão mais violenta e a sua permanência no poder por longo período.

O Ato Institucional nº 02 (o primeiro a ser numerado), segundo Hélio Gaspari (2003), é mais uma expressão do confronto destas duas tendências, em que a segunda, capitaneada pelo general Arthur da Costa e Silva, então ministro da Guerra, se impõe sobre a primeira, capitaneada pelo então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Através deste instrumento, a ditadura dar sinais que pretende endurecer sua ação. “O ato reabria a temporada de cassações, diluía o Supremo Tribunal Federal, lesava o Congresso, extinguia os partidos políticos e acabava com a eleição direta como forma de escolha do presidente da República” (GASPARI, 2003, p. 175 -176).

Pouco mais de um ano depois do AI 2, o regime apresenta nova legislação, desta vez especificamente contra os estudantes e o Movimento Estudantil. Trata-

-se do famoso Decreto Presidencial 228, que fala dos órgãos de representação estudantil no âmbito do ensino superior. Este decreto pretende quebrar a espinha dorsal do movimento estudantil, destruindo a sua autonomia, em seu Artigo 7º sentença: “O DCE será eleito por voto indireto através do colegiado formado por delegados dos D.A’s, na forma que dispuser o Estatuto da Universidade”. Ora, os estatutos das universidades já estavam devidamente controlados pelo Ministério da Educação em estreita conformidade como o regime instalado. Mas, é através do Artigo 11, que o Decreto 228 apresenta sua tentativa mais desmobilizadora dos estudantes: “É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político partidário, racial ou religioso, bem como, incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”. Em seu parágrafo único deste artigo, complementa: “A inobservância deste artigo acarretará a suspensão ou dissolução do D.A. ou D.C.E.” Em termos nacionais, o Decreto, através do seu Artigo 18 institui a “Conferência Nacional do Estudante Universitário, cuja finalidade é o exame e o debate objetivo de problemas universitários, para a elaboração de teses, sugestões e reivindicações a serem apresentadas às autoridades e órgão competentes, sendo vedados os temas de cunho religioso, político, partidário ou racial”. A Conferência é convocada pelo Ministro da Educação e Cultura.

Continuando esta busca de controle e perseguição sobre o conjunto da sociedade, em dezembro de 1968 o presidente Costa e Silva decreta o Ato Institucional nº 5, o famoso AI-5, fechando o Congresso Nacional, intervindo nos Estados e municípios, suspendendo os direitos políticos, imprimindo a censura à imprensa, criando mecanismos para cassação dos mandatos de parlamentares democráticos ou progressistas, desde os federais até os estaduais e municipais, desencadeando uma forte perseguição aos movimentos sociais, destacando-se o sindical e o estudantil. O rural já havia sido demasiadamente perseguido no período anterior, e, principalmente, para o aniquilamento das organizações de esquerda revolucionária.

Alguns meses depois, em fevereiro de 1969, vem o decreto que radicaliza a perseguição especificamente sobre o mundo acadêmico. Trata-se do Decreto Lei 477, que “Define as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências”. Já em seu Artigo 1º, o Decreto apresenta seu sentido mais profundo:

“Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que: I – Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento; II - Atente contra pessoas ou bens, tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele; III – Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe; IV – Conduza ou realiza, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza; V – Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno; VI – Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública. Parágrafo 1o As infrações definidas neste artigo serão punidas: II – Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino por prazo de três (3) anos. Art. 2º ... Parágrafo único. Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo a instalação de inquérito policial.”

Ou seja, com o arcabouço legal institucional necessário, a “linha dura” da ditadura civil- militar estava municiada das condições para perseguir, prender, destruir, controlar. O que se seguiu daí é a parte mais triste, cruel, truculenta da história do Brasil, as lideranças estudantis e os diversos lutadores e lutadoras do povo brasileiro conhecem o inferno, através da perseguição, prisão tortura, ficando à mercê da humilhação, da ofensa, da degradação física e moral, a monstruosidade da tortura cruel, implacável, fria, bestial, científica e assassina. Estudantes da UFRPE também provam desta triste e insidiosa realidade, inclusive com a morte.

#### **4. A ditadura tortura e mata importante liderança estudantil da UFRPE**

Odijas Carvalho de Souza, alagoano da cidade de Atalaia, como grande parte dos estudantes da UFRPE veio para o Recife no sonho de estudar em uma universidade de referência, fez vestibular e iniciou os estudos no Curso de Agronomia, com 19 anos de idade. Logo cedo, chamou a atenção de seus colegas pela incrível capacidade para o diálogo, a amizade e o companheirismo. Cedo também demonstrou imensa capacidade de luta pelos direitos, a partir do cotidiano na sala de aula, que o transformou em representante de turma desde o primeiro ano de faculdade<sup>1</sup>.

1 Informações colhidas do depoimento de Maria Salésia, membro da turma de agronomia onde estudou Odi-

Como a maioria dos estudantes pobres do interior que vinha estudar em Recife, Odijas vivia precariamente, além de estudar, negociava com livros e, estudioso e inteligente como era, dava aulas particulares para complementar sua renda e manter sua vida, seus estudos e sua militância em Recife. Este tipo de trabalho era importante também porque lhe garantia autonomia no uso do tempo, permitindo tempo para dedicação ao movimento estudantil e às viagens que eram parte importante de sua ação, e, posteriormente, ao partido político.

Pela sua capacidade demonstrada de defender os colegas em sala de aulas e pelo conjunto de ações pela melhoria no curso, transformou-se rapidamente em dirigente do D.A. de Agronomia. Tanto pelo envolvimento nas lutas gerais da universidade, quanto pela capacidade apresentada na luta contra a ingerência do regime militar na vida universitária, Odijas se transformou em uma importante referência do Diretório Central dos Estudantes (DCE), imprimindo nesta instituição uma grande capacidade mobilizadora, como atestam as matérias dos jornais da época, já registradas anteriormente.

Considerando as dificuldades de uma ação democrática na época, frente aos Atos Institucionais assumidas pelo regime contra o movimento estudantil e a sociedade em geral, e considerando tanto os enfrentamentos no interior da universidade quanto à luta contra a ditadura militar, Odijas não quis desistir da luta por uma sociedade justa e igualitária, e, ao optar pela fidelidade aos seus sonhos e utopias, passou à militância também no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), entrando na clandestinidade.

Em Pernambuco, se realizaram algumas das mais importantes ações do breve período de existência do PCBR e coube a Odijas, pela sua espetacular habilidade, a grande responsabilidade por tal feito, incluindo aí a rápida consolidação deste partido entre os estudantes, o que fez com que em 1968 passasse a conduzir a União Estadual dos Estudantes (UEE), uma das entidades de maior referência mobilizadora estudantil do período.

Devido às peculiaridades de perseguições desencadeadas pela ditadura contra os lutadores do povo, Odijas passa a ser duramente perseguido pelo regime, vindo a ser preso na praia de Maria Farinha, no município de Paulista, no dia 30 de janeiro de 1971. Como os demais presos políticos da época, Odijas também vai conhecer a humilhação, a ofensa, a crueldade, a degradação física e moral, a

---

jas Carvalho, formada em 1968, por ocasião das comemorações de 40 anos de formatura da turma onde foi prestada uma homenagem a Odijas. Publicado no Jornal Extra, de Alagoas, em 22/12/2008.

brutalidade das torturas mais insidiosas, implacáveis, bestiais e científicas, entre estas, o “pau-de-arara”, a “cadeira do dragão” (choques elétricos), o “sufocamento”, os “telefones” (pancadas nos ouvidos), os cruéis interrogatórios, diversos tipos de espancamentos e pontapés, expressões da perversidade de como o regime agia<sup>2</sup>. Assim, mataram Odijas Carvalho de Souza, uma das pessoas mais brilhantes, generosas, fraternas, capazes, que passaram pelos bancos de estudos da UFRPE.

Há inúmeros depoimentos detalhando as brutais torturas a que Odijas foi submetido na Delegacia de Segurança Social de Recife, com pelo menos 10 policiais denunciados mais tarde, nome a nome, por outros presos políticos, destacando-se entre os algozes o investigador Miranda, notório torturador da época. Registra-se também a presença do então delegado Aquino de Farias Reis, que atualmente é juiz e esteve sendo indicado para o cargo de desembargador.

Entre as testemunhas das torturas e assassinato de Odijas, destaca-se o forte depoimento de Alberto Vinícius de Melo Nascimento (apud MIRANDA e TIBÚRCIO, 1999), expressando que, presenciar as sevícias, torturas e a morte de Odijas foi um dos acontecimentos mais dolorosos de sua vida.

“No dia 30 de janeiro de 1971, fui acordado cedo por uma grande movimentação. Por volta das 7 h, Odijas passou diante da cela, conduzido por policiais, que o colocaram numa cela vizinha. Estava de calção de banho, camisa e descalço. (...) Na entrada para o corredor das celas ficava a sala na qual por 17 horas os torturadores se revezavam na tentativa inútil de obter informações que os levassem à localização de outros companheiros. Apesar da existência da porta de madeira isolando a sala do corredor, chegaram até nós os gritos de Odijas, os ruídos das pancadas e das perguntas cada vez mais histéricas dos torturadores. Durante este período, Odijas foi trazido algumas vezes até o banheiro, colocado sob o chuveiro para em seguida retornar ao suplício. Em uma dessas vezes, ele chegou até minha cela e pediu-me uma calça emprestada, porque a parte posterior de suas coxas estava em carne viva. Os torturadores animalizados se excitavam ainda mais, retomando os golpes exatamente ali. Em um determinado momento, nossa tensão, angústia e impotência eram tão grandes que Tarzan resolveu contar os golpes e gritos sucessivos. Lembro-me que a contagem passou de 300. Por volta das 2h, os torturadores extenuados e vencidos colocaram Odijas na cela. Passados alguns minutos, apareceu o delegado Silvestre. Visivelmente irritado, gritando com os torturadores, ordenou o reinício do assassinato que se prolongou até 4 h do dia 31 de janeiro. Desse dia ao dia 5 de fevereiro não foi mais torturado fisicamente. Seu estado de

---

2 Entrevista de Maria Yvone Loureiro, ex aluna da UFRPE no Curso de Economia Doméstica, concedida ao Jornal do Comércio em 22/05/1999.

saúde era gravíssimo. Estava com retenção de urina, vomitando sangue e sem alimentar-se. Foi retirado uma vez para um hospital onde urinou por meio de sonda. O ódio e a selvageria dos torturadores deixaram que ele definhasse, sem assistência médica, até finalmente, sem possibilidade de sobrevivência, ser retirado às pressas para um hospital, vindo a falecer três dias depois” (apud TIBÚRCIO e MIRANDA, 1999, p. 364-365).

Diversas outras testemunhas apresentam depoimentos semelhantes, entre estes se destacam: Lylia da Silva Guedes (presa com Odijas), Carlos Alberto Soares, Mário Miranda de Albuquerque, Cláudio Gurgel, Rosa Soares, Maria Yvonne Loureiro (esposa de Odijas) (Idem). Além destes que, como ele, eram presos políticos e foram testemunhas in loco das torturas que culminaram no assassinato de Odijas, advogados e parlamentares apresentam-se como testemunhas complementares. O deputado Oscar Pedroso Horta, líder do MDB na Câmara dos Deputados e membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, colegiado pertencente ao Ministério da Justiça naquela época, protocolou denúncia sobre a morte de Odijas, mas o processo foi arquivado sem que os companheiros de prisão fossem ouvidos. O deputado estadual Jarbas Vasconcelos, mais tarde governador de Pernambuco, visitou os presos políticos que testemunharam as torturas de Odijas, denunciando o fato na tribuna da Assembleia Legislativa. A advogada Mércia Albuquerque, que se destacou na sua luta incansável contra os abusos da ditadura militar acompanhando diversos casos de presos políticos, chegou a visitar Odijas e testemunhar seu estado deplorável (Idem).

Odijas foi levado para o Hospital da Polícia Militar de Pernambuco no dia 06 de fevereiro em estado de coma, morrendo dois dias depois, aos 25 anos. Embora o médico legista Ednaldo Paz de Vasconcelos tivesse atestado embolia pulmonar como causa da morte, Odijas apresentava várias fraturas de ossos, ruptura de rins, baço e fígado. A advogada Mércia Albuquerque conseguiu vê-lo no hospital, onde entrou disfarçada de enfermeira, encontrando Odijas divagando e golfando sangue (MIRANDA e TIBÚRCIO, 1999).

A divulgação oficial de sua morte foi feita somente 20 dias depois, no dia 28 de fevereiro, alegando-se causa natural (embolia pulmonar). Foi enterrado no Cemitério de Santo Amaro, em Recife, sob o nome de Osias para dificultar a localização.

Em 02 de março de 1971, Lylia da Silva Guedes, Carlos Alberto, Mário Miranda, Cláudio Gurgel, Rosa Soares realizaram uma greve de fome no presídio

para romper o sistema de incomunicabilidade e fizeram sair do presídio uma “carta denúncia” enviada ao povo brasileiro pelos revolucionários presos no DOPS do Recife, responsabilizando as autoridades militares pernambucanas pelo assassinato de Odijas Carvalho (MIRANDA E TIBÚRCIO, 1999). Esta foi à forma possível para que o País tomasse conhecimento do assassinato deste bravo combatente da nação brasileira.

Testemunha importante da sensibilidade cotidiana de Odijas para o relacionamento amistoso, companheiro e fraternal entre seus colegas e as pessoas em geral, que o caracterizava como uma pessoa meiga e afetuosa, bem como, de sua coragem e combatividade na ação estudantil e política, ele foi homenageado, mais uma vez, no oitavo encontro da turma dos engenheiros agrônomos formados em 1968. Ou seja, quase quatro décadas depois de seu assassinato, seus antigos colegas mais próximos, continuam preservando em suas memórias e corações a presença e a saudade do companheiro querido, que se tornou símbolo de destaque daquela turma, reconhecido como incrível pessoa humana e combatente político, que foi arrancado do seu meio de forma cruel, covarde, impiedosa, assassina.

## **5. A participação em organizações revolucionárias**

Antes do golpe civil-militar de 1964 e mesmo nos primeiros anos da ditadura, as organizações revolucionárias, que assumiam uma perspectiva de construção de uma sociedade socialista no Brasil, distribuía-se em dois grandes blocos: os “foquistas” e os “massistas”, ou seja, os que optavam pela estratégia de ação que priorizava o “foco revolucionário”, ou foco guerrilheiro, principalmente a ideia da guerrilha urbana, de onde deveria irradiar práticas e ideias revolucionárias para o conjunto da sociedade, ou da guerrilha rural, com a ideia do cerco da cidade pelo campo; e os “massistas”, que jogavam suas cartas pela construção de um processo que levaria à insurreição geral do País, mas para tal, seria necessário um longo período de lutas de massas, com greves, passeatas, ocupações, panfletagens e diversas outras mobilizações, incluindo a possibilidade de ações armadas (mas estas não seriam o foco principal), de forma a acumular forças através de um longo processo de reformas sociais criando as condições para a revolução socialista.

As intensas campanhas de perseguições assumidas pela ditadura, principalmente, a partir da decretação do AI-5, imprimiram um grande desgaste às organizações de esquerda que defendiam a luta de massas e o processo longo de organizações e lutas por reformas sociais, a luta legal para um progressivo acúmu-



lo de forças. A maioria das organizações, que até então ainda discutia alternativas pacíficas para a transformação social e para reconquista da democracia, ficou sem alternativas, foi forçada a uma mudança de tática e estratégia, assumindo uma política de enfrentamento ao regime, preparando-se para luta revolucionária, em geral assumindo-se como sinônimo de luta armada.

“Então, para a nossa geração militante, restaram três alternativas: renunciar aos nossos sonhos e utopias de um mundo melhor, mais saudável, justo e igualitário, afastando-nos de qualquer ação política e social; renunciar às nossas ideologias e passar a colaborar com as forças políticas dominantes, especialmente com o regime militar; assumir a luta clandestina para continuar alimentando a perspectiva de um país democrático e justo. Eu decidi assumir esta terceira alternativa” (Anísio Soares Maia)<sup>3</sup>.

A opção pela participação em organizações revolucionárias passou a ser uma necessidade de sobrevivência e de possibilidade de ação política. Contudo, segundo a análise de Jacob de Gorender (1987), um comunista considerado um dos melhores teóricos marxistas do século XX, pelo tempo, pela trajetória e pela capacidade de formulação e de análise, aponta diversas contradições na prática destas organizações, ele mesmo membro de mais de uma delas durante seus mais de cinquenta anos de militância política e intelectual.

Os prolixos documentos elaborados por tais organizações justificavam os sucessivos rachas com a constituição de novas organizações (GORENDER, 1987). As análises sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o nível das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, os significados de suas crises, o papel das diversas forças sociais e políticas presentes na cena política nacional – tanto as do campo dominante, quanto as do campo dos trabalhadores –, as táticas e estratégias de ação das forças revolucionárias, eram razões para profundas discussões entre meia dúzia ou algumas dezenas de aguerridos militantes. Congressos de fundações de organizações chegavam a ser realizados com cerca de duas dezenas de delegados, animados com a ideia de enfrentar e derrotar a ditadura, uma conquista importante para o caminho da construção do socialismo no Brasil.

O aprofundamento da repressão, a perseguição sem tréguas, as infindáveis prisões e as torturas mais monstruosas foram limitando a ação das organi-

---

3 Entrevista realizada para pesquisa “100 anos de Participação Estudantil na UFRPE”, em 22 de julho de 2013, com Anísio Soares Maia, Diretor do Diretório Acadêmico de Medicina Veterinária entre 1974 e 1975.

zações revolucionárias, que passaram a sequestrar diplomatas para trocá-los por presos políticos num esforço quase que desesperado para evitar a morte destes, durante intermináveis sessões de torturas. O primeiro deles foi o embaixador norte-americano, outros se seguiram.

“Assim, em 1970, foram realizados com êxito outros três sequestros: em março, com a ajuda de dois grupos menores, a VPR sequestrou o cônsul japonês em São Paulo, logrando liberar cinco presos; em junho foi a vez do embaixador da Alemanha Ocidental, que a VPR e a ALN trocaram por quarenta detidos; finalmente, em dezembro, a VPR capturou o embaixador suíço, conseguindo livrar setenta prisioneiros, após cerca de 40 dias de tensas negociações, com o veto da ditadura a vários nomes da lista inicialmente apresentada.” (RIDEN-  
TI,2006, p.32)

A UFRPE foi um importante celeiro para estas organizações. Ao mesmo tempo em que elas tiveram uma fantástica contribuição para aumentar a capacidade mobilizadora dos estudantes desta universidade e para a dinamização das suas organizações estudantis, elas também foram beneficiadas, uma vez que, diversos estudantes da instituição passaram a participar de tais organizações prestando importante contribuição ao seu fortalecimento e enraizamento nas lutas gerais da sociedade, principalmente, dos setores populares. Adiante traçaremos um rápido perfil de algumas delas incorporando sua influência entre os estudantes da UFRPE.

A POLOP, ou mais precisamente Organização Marxista Revolucionária Política Operária, nascida em 1961, a partir de críticas de diversos intelectuais tanto às opções políticas do Partido Comunista (aliança com a burguesia nacional), quanto ao seu arcabouço teórico-político alinhado às posições dos dirigentes soviéticos Lenin e Stalin para os rumos da revolução. Desta crítica, nasceu uma aproximação com as ideias de León Trotski e de Rosa de Luxemburgo. Esta organização cresceu, sobretudo, em sua capacidade de elaboração política, entre 1961 e 1964, incorporou intelectuais como Theotônio dos Santos, Juarez Guimarães de Brito, Vânia Bambirra, os irmãos Eder e Emir Sader, mas não conseguiu uma presença forte nos movimentos de massas.

Como as demais organizações, a POLOP também foi marcada por rachas e cisões, principalmente, nos primeiros anos da ditadura militar. Entre estas cisões, em 1968 se destacou o Comando de Libertação Nacional (COLINA), que se envolveu na luta armada, realizou assaltos a bancos e captura de armas, com a

estratégia de luta anti-imperialista e antilatifundiária, assumindo inclusive a estratégia de “foco guerrilheiro” e a guerrilha rural, que nunca conseguiu realmente realizar. Outro racha da POLOP veio a constituir a Vanguarda

Popular Revolucionária (VPR), também de inspiração guerrilheira. Estas duas cisões voltaram a se encontrar se fundindo em uma nova organização, a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR – Palmares). Esta última organização foi responsável por uma das ações mais espetaculares durante o regime militar, que foi o roubo ao cofre de Adhemar de Barros, em uma mansão de uma das famílias mais tradicionais do Rio de Janeiro, os Schiller (CARDOSO, 2012), com o objetivo de arrecadar dinheiro para preparar a luta de resistência contra o regime militar e preparar a guerrilha rural.

Em 1970, a POLOP se reestrutura sob a denominação de Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária, assumindo uma posição contrária às ações armadas de feição militarista, declara uma intensa crítica ao comportamento terrorista de algumas organizações revolucionárias e propõe a volta às lutas de massas e organizações populares. Importantes lideranças da POLOP se reencontram no exterior, realizam alguns encontros, voltando ao Brasil e, encontrando antigos militantes, voltam a se encontrar e, na década de 1980, decidem pela incorporação ao PT (Partido dos Trabalhadores).

Na UFRPE, esta organização nunca teve uma presença muito orgânica nem uma intervenção coletiva, sua presença se fez através de algumas lideranças que nunca chegaram a compor um coletivo, embora sempre marcassem presença com militantes presentes nas organizações estudantis desde o período anterior a 1964 e depois na década de 1980. Nesta última década, já no processo de dissolução e incorporação ao PT, seus militantes tiveram importante papel na mudança da correlação de forças para que uma chapa de oposição à direção do DCE, composta pelas diversas forças que constituíam a militância do Partido dos Trabalhadores, que até então era dirigido por militantes do MR-8 que tinham vindo do PCR, esta nova composição de forças conduziu o DCE da UFRPE por cerca de uma década.

O PCdoB (Partido Comunista do Brasil) foi a primeira grande cisão no interior do velho Partido Comunista criado em 1922. Já se registrando profundas divergências entre seus principais dirigentes desde a década de 1940. O período das chamadas “reformas de base”, durante o governo de João Goulart, que contou com entusiasmada colaboração do Partido Comunista, segmentos minoritários

do partido acentuaram as divergências com as críticas ao comportamento pacifista e colaboracionista de classe assumido. A expressão destas críticas desencadeou escanteamento de dirigentes históricos como Pedro Pomar, Maurício Grabois e João Amazonas, pela maioria do Comitê Central, que passa a avançar e consolidar sua política. A mudança de estatutos e programas e, inclusive, do nome, passando-se a chamar Partido Comunista Brasileiro (mas com a mesma sigla – PCB), foi o estopim para a rebeldia dos três dirigentes citados e mais uma centena de outras lideranças do Partido realizassem, em 1962, uma Conferência Nacional Extraordinária. Nesta Conferência, foi assumida a tarefa da “reconstrução partidária”, rejeitando-se a tese das reformas de base e da aliança com a burguesia nacional para uma reforma democratizante e retomou a proposta de construção de um governo popular revolucionário.

Aos poucos o PC do B foi se distanciando da influência do Partido Comunista da União Soviética, e se aproximando do Partido Comunista Chinês, incorporando as ideias de Mao Tse Tung e o seu caminho para a construção do socialismo.

Este partido teve pouca presença na trajetória da participação estudantil na UFRPE, apenas, no início da década 80, quando o mesmo se torna hegemônico no movimento estudantil universitário brasileiro, passa a ter uma presença nas entidades estudantis locais, mas nunca se constituiu como um núcleo dirigente, somente, participava junto com outras forças sem uma presença política decisiva.

O Partido Comunista Revolucionário (PCR) foi um dos que teve uma dinâmica de funcionamento e existência permanente na UFRPE com maior durabilidade e sua influência foi hegemônica no Movimento Estudantil por muitos anos. Nascido em 1966, a partir de uma cisão ou um racha no PC do B, conforme vimos acima, este Partido passou a assumir intensa relação com o modelo revolucionário chinês (cerco da cidade pelo campo e guerra popular prolongada) e passou a desferir intensa crítica ao foco guerrilheiro de inspiração cubana. Tal opção provocou algumas discórdias no seu interior, abrindo-se uma cisão no Centro-Sul, a chamada Ala Vermelha, e outra no Nordeste, principalmente na Zona Canavieira de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, que se constituiu num novo Partido, o PCR. O ponto forte de seu programa era a análise de que o Nordeste constituía o ponto mais agudo da contradição entre o imperialismo norte-americano e o povo brasileiro, por conseguinte deveria ser a área principal de ação

dos comunistas revolucionários. Segundo Jacob de Goreneder (1987), para o PCR torna-se possível como uma “concepção maoísta de guerra popular se mescla a uma visão regionalista da revolução brasileira” (GORENDER, 1987, p.109).

Desde o seu nascimento, este Partido contou com importantes lideranças das Ligas Camponesas já então quase completamente desarticuladas e do movimento estudantil. Entre as principais lideranças destacam-se Luís de Carvalho, conhecido como Capivara, Manuel Lisboa.

O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), nascido das diversas dissidências do Partido Comunista Brasileiro, inicialmente chamadas Dissidência da Juventude Comunista (ou simplesmente DI), centradas numa forte crítica à direção de seu partido pela sua política de conciliação de classes, na proposta de aliança com a burguesia nacional, bem como pela “passividade” frente ao regime militar.

Com forte participação da chamada DI da Guanabara, o MR-8 teve neste Estado e no Rio de Janeiro (naquele momento eram ainda dois Estados) uma de suas principais bases, pela incrível capacidade mobilizadora, principalmente, entre os estudantes. Esta organização foi responsável por uma das mais criativas e espetaculares ações contra a ditadura, que a colocou em xeque: o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Ellbrick, para ser trocado por presos políticos, que, naquele momento, padeciam as mais incríveis torturas nos porões da ditadura (GABEIRA,1984). Embora a ação tenha atingido seu objetivo, despertou o ódio ensandecido da ditadura que passou a exercer todo seu sistema de inteligência e de força bruta para capturar os sequestradores, conseguindo êxito.

Na UFRPE, o MR-8 só veio a ter uma presença ativa no período em que se anunciava a abertura política, a partir de dissidências do PCR. A este respeito há uma grande divergência entre militantes destas organizações, com alguns indicando que uma parte do PCR saiu do partido e se incorporou ao MR-8, e outra afirmando que, o PCR decidira, em Congresso, se integrar ao MR-8.

O PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), nascido a partir de uma das cisões no interior do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tem como marca o extremo centralismo, com o forte controle da vida partidária pelo Comitê Central e, neste, pelo Secretário Geral, assumido durante várias décadas por Luís Carlos Prestes, sufocava a liberdade e a criatividade da militância e provocava diversas cisões. Inicialmente articulados em torno da “Corrente Revolucionária” (MIRANDA e TIBÚRCIO, 1999, p. 361) importantes lideranças políticas, como

Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Jacob de Goreneder, vinham sendo perseguidas no interior do partido por suas críticas à política do Comitê Central, desde 1961 tendo se avolumado em 1967, tornando impossível a convivência partidária. O racha se formalizou quando os rebelados elaboraram uma forte crítica às posições do partido em torno da estratégia da “revolução democrático-burguesa” e apontaram uma nova estratégia na busca de “um governo popular revolucionário”, construído e dirigido por uma aliança entre o proletariado, os camponeses e a classe média empobrecida, abrindo passagem à revolução socialista. Esta dissidência inicialmente conhecida como “Corrente Revolucionária”, logo se estrutura como Partido, como era comum nas organizações marxistas e se estrutura nacionalmente.

Esta “Corrente Revolucionária” teve sua base de sustentação inicial no Rio de Janeiro e no Nordeste. Assumiu rápido crescimento no Estado de Pernambuco, especialmente, entre os estudantes, ganhando a eleição de 1968 para diretoria da União Estadual dos Estudantes até então uma importante expressão organizativa com forte capacidade mobilizadora entre os estudantes de Pernambuco, conforme indicam as matérias dos jornais da época e os depoimentos dos militantes colhidos durante a presente pesquisa.

Em 1969, a ditadura desencadeia uma forte perseguição aos militantes deste partido, especialmente aos seus dirigentes. Naquele ano, a maioria dos dirigentes nacionais, principalmente do Rio de Janeiro, é perseguida e presa, indo experimentar as monstruosidades do regime nos porões da ditadura. Em 1970, o partido já se encontrava esfacelado. As ações e os dirigentes se voltam para o Nordeste, principalmente, para Bahia, Pernambuco e Ceará. O Comitê Central se refaz em um encontro em Itaparica, Bahia, elaborando um longo e prolixo documento sobre o estágio do desenvolvimento capitalista e as tarefas da revolução, que não tem nenhuma consequência prática. Novas quedas se sucedem entre 1972 e 1973, diversos dirigentes foram apanhados, presos, torturados, conheceram o inferno da ditadura e vários foram assassinados (GORENDER, 1987).

Na UFRPE, o PCBR teve uma presença marcante através de alguns militantes influentes no movimento estudantil. Odijas Carvalho, anteriormente citado, foi um dos mais influentes entre estes militantes. Mas não conseguiu um processo de iniciação de novos quadros, após a prisão e assassinato do mesmo não se verificou a continuidade da ação partidária no interior da universidade.

## 6. A encruzilhada: rumo aos novos manifestos

A ditadura militar feriu de morte, e com muitas mortes, as organizações revolucionárias, porém não as conseguiu destruir. Combateu, perseguiu, desmobilizou os movimentos e organizações populares, sindicais e eclesiais, mas, em seguida, eles reapareciam, se expressavam como vagalumes iluminando a noite. Controlou e reduziu a quase nada a política institucional e os partidos políticos, mas, principalmente, o partido da oposição consentida permaneceu como referência para a população expressar seu descontentamento e indignação.

Desde 1969, algumas organizações revolucionárias iniciam um processo de autocrítica, percebendo que o dinheiro arrecadado através de assaltos a bancos para manutenção de suas estruturas organizativas e para a compra de armas em preparação à luta armada não compensava, considerando os diversos problemas decorrentes (GORENDER, 1987). Após a iniciativa da Ala Vermelha, em 1971, também o MR-8, constatando a redução de suas bases sociais e da esquerda armada, esboça sua primeira tentativa de autocrítica das ações armadas, ventilando a proposta de retomar o trabalho com as massas, sob formas não armadas, o que implicaria no reconhecimento do erro de vanguardismo (GORENDER, 1987, p.199). Todavia, essa análise não foi aprofundada naquele momento, adiando a autocrítica para os sobreviventes no exílio.

Diversas organizações realizaram autocrítica semelhante. A maioria se definiu pela dissolução e incorporação ao nascente Partido dos Trabalhadores, outras redefiniram suas estratégias sem uma mudança substantiva, mas nenhuma delas recoloca a luta armada em termos práticos para a luta política contemporânea. Vieram das diversas expressões dos movimentos sociais as mais inovadoras e criativas expressões de lutas, que apontaram para a construção de novos manifestos responsáveis pelo novo patamar da luta social e política que se anunciava para o período seguinte.

Entre os estudantes da UFRPE estas diversas tendências e iniciativas estiveram presentes, demonstrando espetacular capacidade de retomada rumo às novas lutas e novos manifestos.

## ALGUMAS CONCLUSÕES PARA ESTE PERÍODO

No início da década de 1960, os jovens pernambucanos, especialmente os estudantes e entre estes um destaque significativo para os estudantes da UFRPE, viviam a dedicação entusiasmada da luta pela superação das condições de pobreza, desigualdades e subdesenvolvimento que caracterizava o Estado e a Região Nordeste. Tanto nos movimentos populares, quanto nas políticas públicas de inclusão social e cultural, marcadas pelas “reformas de base” que, em Pernambuco, contavam com forte apoio dos governos de Pelópidas da Silveira, no município do Recife, e Miguel Arraes no Estado, este entusiasmo era visível e estimulado. A efervescência participativa local se tornou referência para as lutas nacionais.

Este contexto fez com que o golpe civil-militar instalado em 1964 já iniciasse mais violento em Pernambuco, evidências históricas, tratadas neste capítulo, apontam para este sentido. Frente à dificuldade ou impossibilidade de continuar aquela dedicação entusiasmada na esfera pública e legal, estudantes foram forçados ao engajamento em organizações revolucionárias clandestinas, não simplesmente como uma opção, mas, principalmente, como uma condição para a continuidade das lutas e manutenção dos sonhos e desejos destes jovens.

A violência passa a ser o diálogo possível na época. Os estudantes da UFRPE também são vítimas deste contexto, sofrendo perseguições tanto por parte do governo, quando pelas instituições de direção da própria universidade. São diversos os enfrentamentos entre movimento estudantil e a reitoria desta universidade. Mas são também sujeitos de espetaculares manifestações contra a força e a brutalidade. Expressões mais fortes desta realidade foram a perseguição, prisão, torturas e assassinato de uma de suas lideranças mais expressivas, Odijas Carvalho.

O contexto do período impõe um estilo de dedicação militante extremamente limitado. A criatividade, companheirismo e laços de solidariedade, fortemente presentes no período anterior, passam a sofrer com profundas ambiguidades. A vida e atuação na clandestinidade parecem diminuir sensivelmente a criatividade e potencializa as desconfianças e divergências. Os prolixos e exigentes documentos, elaborados pelas organizações clandestinas, justificavam os sucessivos rachas com a constituição de novas organizações. As táticas e estratégias de ação das forças revolucionárias eram razões para profundas discussões entre meia dúzia ou algumas dezenas de aguerridos militantes. Congressos de fundações de organizações chegavam a ser realizados com cerca de duas dezenas de delegados,



animados com a ideia de enfrentar e derrotar a ditadura, uma conquista importante para o caminho da construção do socialismo no Brasil. Embora se deva reconhecer a generosidade da causa geral que abraçavam, o contexto impunha atitudes marcadas pela desconfiança e pelo diálogo entre as próprias organizações e suas intermináveis disputas programáticas, teóricas e políticas, tanto pela forte violência do regime imposto, a ditadura (perseguições, torturas, assassinatos), quanto pelo “cansaço” com este estilo de vida e militância. Diversas pessoas e organizações enfrentaram um duro e sofrido processo de autocrítica, outras modificaram, apenas, as estratégias de intervenção.

Na UFRPE, este debate foi relegado como de menor importância, a principal organização em atuação na luta estudantil - o PCR, juntamente com militantes de outras referências políticas, conseguiu retomar a criatividade da luta de massas. Segundo uma de suas lideranças, “naquele momento o que nos separava era imensamente inferior ao que nos unia”, esta consciência é responsável pela espetacular retomada das mobilizações estudantis na universidade, conforme veremos no próximo capítulo.

Apesar de todos estes problemas, o que fica reconhecido na memória política nacional sobre os estudantes e a juventude daquele período é a sua capacidade e dedicação política, o seu entusiasmo militante para a luta contra o regime e pela construção de uma nação mais justa, livre e igualitária. É claro que estas foram experiências vividas por pequenos grupos militantes, além da apropriação coletiva que anima e estimula novas práticas e faz o movimento se movimentar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS DA SILVA, Ricardo do A. **Odijs Carvalho de Souza e o Movimento Estudantil durante a ditadura militar em Pernambuco: 1967 – 1971**. 1998. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 1998.

CARDOSO, Tom. **O cofre do Dr. Rui**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.  
COELHO, F. V. **Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2004.  
GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GASPARI, Êlio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras: 2003.

GORENDER, Jacob. **COMBATE NAS TREVAS**. São Paulo: Ática 1987.

\_\_\_\_\_. **A sociedade cindida**. In MAUÉS, Flamarion e WENDEL ABRAMO, Zilah (org). **Pela Democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das diretas já**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2006.

MIRANDA, N. e TIBÚRCIO, C. **Dos filhos deste solo: Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar – a responsabilidade do Estado**. São Paulo: Boitempo ditorial/ Editora Perseu Abramo, 1999.

RIDENTI, Marcelo. **As esquerdas armadas no pós 1964**. In: MAUÉS, Flamarion e WENDEL ABRAMO, Zilah (org). **Pela Democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das diretas já**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2006.

TAPAJÓS, Renato. **Em Câmara Lenta**. São Paulo:Alfa Ômega, 1977.

*Permanecem ocupadas as duas  
escolas: Universidade Rural*

Estudantes da UFRPE  
decidem situação amanhã

**PRESSÃO SERÁ  
DENUNCIADA:  
JÂNIO, HOJE**

## Capítulo IV:

# DISPOSIÇÃO E COMPROMISSO: A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1977 – 1984)

Paulo Afonso Barbosa de Brito<sup>1</sup>

Andderson Douglas da Silva Menezes<sup>2</sup>

Carolina Gomes da Conceição<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

As evidências históricas indicam que os estudantes da UFRPE tiveram um papel importantíssimo no processo de abertura política do país, que coincidia, internamente, com a luta pela democratização da universidade, de longa tradição autoritária, tendo sido uma das que mais colaborou com o regime militar, inclusive para a perseguição de seus estudantes (que culminou com o assassinato sob tortura de pelo menos um deles, que havia sido importante liderança dentro e fora da universidade). Os relatórios enviados pela reitoria para o DOPS- PE revelam este comportamento.

As matérias dos jornais apresentadas no capítulo anterior dão conta da extraordinária capacidade mobilizadora dos estudantes da UFRPE no período. É como se estes tivessem inspirado a canção do reconhecido compositor Chico Buarque, em 1977: “O que será, que será? Que andam suspirando pelas alcovas; Que andam sussurrando em versos e trovas; Que andam combinando no breu das tocas;...”. Seguindo com a brilhante intuição: “o que será que será, que todos os meninos vão desembestar...”. O “desembestamento” dos “meninos” da UFRPE apresenta sua lúcida e corajosa contribuição para a mudança do País.

O ano de 1977 é emblemático para os estudantes da Rural, pois realizam um espetacular processo de mobilização que culminou com a “greve dos cursos de férias” que durou 34 dias, uma das mais longas do País naquele período e mar-

---

1 Doutor em Sociologia; professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), supervisor da Área de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais (DECISO). Pesquisador e extensionista nas áreas de Juventudes, Movimentos Sociais, Desenvolvimento Rural – Territorial. E-mail: pauloafonsobr@hotmail.com

2 Cientista Social Formado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pesquisador nas áreas de juventude, multifuncionalidade da agricultura familiar. E-mail anddersonsdmenezes@gmail.com

3 Estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Estagiária da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). E-mail: carolinagc@live.com

cou a presença estudantil no processo conhecido como “abertura lenta, gradual e segura”, que mobilizou a agenda social e política naquela década. A década de 1980 segue apresentando novas bandeiras de lutas e novas formas de mobilização, bem como apresentando o necessário envolvimento nas lutas sociais e populares pela redemocratização do País, incluindo o esforço pela democratização da universidade.

Este capítulo está distribuído em sete seções, iniciando com a ação estudantil e segue tratando de outras iniciativas responsáveis pelo processo de abertura política vivida pelo País, como a difícil e corajosa retomada da participação estudantil, que recupera as principais iniciativas desenvolvidas pelos estudantes no interior da universidade, destacando-se a importante “greve pelos cursos de férias”. Ainda neste capítulo, temos: os estudantes da UFRPE e o Movimento Estudantil Nacional no período, com destaque para o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE); as controvérsias no interior da ditadura, em que se explicita a desmoralização ou incidentes realizados pela chamada “linha dura” do regime militar; o crescimento das mobilizações populares e a abertura política, retomando o processo organizativo e mobilizador popular, desde as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) e a construção de importantes movimentos sociais entre as décadas de 1970 e 1980; as mobilizações pressionam a política: os resultados eleitorais e a derrota política da ditadura, indicando alguns números que demonstram o descontentamento popular com o regime; a ditadura é derrotada: a praça é do povo, registrando as articulações políticas das forças populares para enfrentar o novo contexto de abertura, bem como os festejos pela volta dos primeiros anistiados à vida pública nacional; e, finalmente, indica algumas conclusões sobre este período da participação estudantil na UFRPE.

### **1. A difícil e corajosa retomada da participação estudantil**

Os diversos organismos e instrumentos do esquema armado da ditadura, a truculência cruel das perseguições, torturas, assassinatos de militantes políticos ou contra “pessoas comuns” que despertassem a desconfiança de tais organismos, bem como a arcabouço jurídico legal de perseguição aos movimentos sociais, operários e estudantis, conseguiram quebrar a dinâmica de funcionamento das organizações sociais e quase destruir as organizações revolucionárias. Tratava-se de um enfrentamento enormemente desproporcional: o conjunto das Forças Armadas do País, treinado pelo que havia de mais moderno em equipamentos e in-

teligência de guerra internacional a partir dos Estados Unidos, contra pouco mais de uma dúzia de pequenas organizações revolucionárias, compostas por grupos de militantes dedicados e bem intencionados, mas com frágil formação militar e deficiente esquema armado.

Após o assassinato de Odijas Carvalho em 1971, que foi uma expressão forte da repressão aos estudantes da UFRPE, percebe-se certo esvaziamento da participação estudantil no interior da universidade. Apesar do seu desaparecimento, pequenos grupos continuavam procurando criar condições para retomada do movimento, apenas, três anos depois, em 1974, já se constatava pequenas células agindo para este fim.

“Eu fiz vestibular para medicina veterinária em 1974, ainda como secundarista havia participado de pequenas mobilizações estudantis, como panfletagens, pichações e algumas manifestações de rua. A entrada para universidade era uma perspectiva espetacular para mim, primeiro porque eu realmente queria ser veterinário e a UFRPE era uma das poucas universidades com esse curso, depois porque já ouvia falar da tradição estudantil da Rural. Em 1975 já participava do Diretório Acadêmico do Curso, do DCE era mais difícil porque estava sob intervenção. E aquele foi um ano de muitas atividades junto aos estudantes. A nossa ideia era realizar uma atividade de grande envergadura, chamar a atenção dos estudantes e da sociedade, tentamos organizar a primeira greve em 1976 (...) Mas o ano de 1977 é que foi de muito barulho, foi o ano todo de atividades, culminando com uma greve geral de todos os cursos no mês de novembro, com o profundo enfrentamento com a reitoria e os órgãos de repressão da ditadura que existiam dentro da universidade, conseguimos eleger para o DCE, tirando da intervenção, o nosso companheiro Cesário e depois Pedro Laurentino, que era um cara com grande habilidade para entusiasmar os estudantes”. (Anísio Soares Maia).

Diversas matérias dos jornais da época, bem como depoimentos dos seus protagonistas indicam a retomada da capacidade e disposição mobilizadora dos estudantes da UFRPE. Entre os jornais de grande circulação local - o Jornal do Comercio indica alguns registros:

- Em 10/11/1977 - **Alunos fazem greve na Rural** – Após diversas consultas, incluindo um plebiscito e algumas Assembleias, os estudantes decretam uma greve geral na universidade pela realização de cursos de verão (disciplinas a serem oferecidas durante as férias).
- 11/11/1977 - **Conselho fecha DCE da Rural** – Pela indicação da reitoria, o Conselho Superior da UFRPE decreta o fechamento do DCE, a inter-

venção nas entidades estudantis.

- 12/11/1977- **Universitários da Rural vão ser punidos** – Em represália contra a greve dos estudantes.
- 17/11/1977 - **Universidade suspende alunos** – A reitoria consegue que o Conselho Universitário suspenda as lideranças da greve estudantil na UFRPE, sendo que 20 estudantes são suspensos por 30 dias, e outros seis estudantes, por 20 dias.
- 24/03/1978 - **Estudantes se preparam para o Dia do Protesto** - Celebrar o 10º aniversário do assassinato do estudante secundarista carioca Edson Luís de Lima Souto por soldados do exército. Trata-se de uma mobilização organizada nacionalmente pela Comissão Pró UNE. No Recife, a manifestação mobilizou 500 estudantes que protestaram na CDU.
- 24/03/1978 - **Acaba o silêncio de 8 meses do DCE da Rural** – Manifestação com eleição de entidades estudantis da UFRPE com um programa de maior participação estudantil nos órgãos colegiados e de novos delegados e suplentes no órgão máximo de representação universitária. A reitoria tenta inibir a participação estudantil na eleição, pressionando os estudantes monitores, bolsistas e outros que recebem alguma remuneração financeira da universidade. Houve uma espetacular participação com a presença de 3.400 estudantes.

Segundo Anísio Soares Maia<sup>1</sup>, já no início do ano de 1977, as lideranças do movimento recebem os estudantes, convocando-os para a reflexão sobre os principais problemas vividos na universidade. Após as visitas em todas as salas de aula, é decidido pela realização de uma consulta individual (para que cada estudante possa opinar) sobre qual deveria ser a principal luta daquele ano. Por outro lado, no mês de março, o governo anuncia o corte de verba federal para a educação, esta atitude foi o estopim para uma articulação entre a luta no interior da universidade com a luta contra a ditadura, provocando um imediato convite para a manifestação em frente à delegacia do MEC em Pernambuco. O ano iniciava com os estudantes nas ruas.

Durante todo o ano, diversas iniciativas foram realizadas no sentido de incorporar os estudantes em processos de reflexão, organização e mobilização.

1 Entrevista concedida para a pesquisa 100 anos de participação estudantil na UFRPE, em 22 de novembro de 2013.

Foram visitas em salas de aulas, assembleias, plebiscito, passeatas, ocupação da reitoria, audiências e até a decretação da Greve Geral dos estudantes da UFRPE com uma reivindicação muito precisa - a oferta de cursos de férias. Tratava-se de um grave problema para muitos estudantes, pois uma vez que não acompanhavam o ano letivo por alguma reprovação (ou outra razão qualquer), ficavam represados com dificuldades de seguir as suas turmas de origem.

Frente à greve, a repressão foi terrível. Mas, os estudantes demonstraram uma espetacular capacidade para manterem-se mobilizados. Durante diversos dias, a universidade ficou ocupada pelos alunos, um misto de entusiasmo e compromisso marcava a presença dos estudantes no campus. No dia 10 de novembro é decretada a greve e, já no dia 11, a reitoria consegue aprovar, no Conselho Superior da universidade, o fechamento do DCE, a intervenção nos D.A'S de Agronomia, Medicina Veterinária e Economia Doméstica, bem como, a punição através da suspensão das principais lideranças do movimento. Para tal, foi utilizado aquele arcabouço jurídico da ditadura militar citado no terceiro capítulo deste livro, particularmente o Decreto-Lei número 228, de 28 de fevereiro de 1967, e o Decreto-Lei número 477, de 26 de fevereiro de 1969, que previam penalidades para infrações disciplinares para professores, alunos e demais servidores, que “alície ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação das atividades escolares, ou participe de movimento...” (Decreto Presidencial nº 477, artigo 1º, Inciso I). Através destes, foram determinadas à suspensão de mais de 30 estudantes lideranças do movimento, decretação de intervenção no DCE e diversas outras atrocidades.

No início do ano seguinte, já no mês de março de 1978, os estudantes da Rural voltam a se mobilizar, realizam ato público e convocam eleições para as entidades estudantis. Apesar das ameaças e intimidações, matérias dos jornais da época indicam a espetacular presença de estudantes nas urnas de votação contabilizando-se 3.400 estudantes (Jornal do Comércio, 24/03/1978). A Carta Programa da chapa unificada indicava como questão central a ampliação da presença dos estudantes nos espaços de representação e decisão da universidade, caminho necessário para a conquista da democratização da instituição.

O início da década de 1980 foi de intensa luta estudantil no interior da UFRPE, os ares de redemocratização do País ainda não se faziam “eco” na universidade, que mantinha sua tradição conservadora e autoritária. Desta forma, é que, em abril de 1981, explode a famosa greve contra o fechamento do Restaurante



Universitário (RU), pela volta do café da manhã, pela abertura do restaurante nos finais de semana (uma vez que grande parte dos alunos é oriunda de cidades do interior e de outros estados), pelo congelamento dos preços da alimentação servida no RU, entre outras. Isto tudo acontece ao mesmo tempo em que se realiza uma forte campanha por mais verbas para a educação e, concretamente, contra o anunciado corte de 18 milhões de reais no orçamento da UFRPE. A repercussão de tais mobilizações foi imensa, incluindo matérias em jornais de circulação nacional, como a Folha de São Paulo do dia 15 de abril de 1981.

## **2. Os estudantes da UFRPE e o Movimento Estudantil Nacional**

Ao mesmo tempo em que realizava intenso trabalho de mobilização no interior da universidade, os estudantes da UFRPE mantiveram importante participação no processo de reorganização do movimento estudantil universitário em nível nacional. Anísio Soares Maia (2013) lembra que, em agosto de 1976, uma representação estudantil da UFRPE participa do I Encontro Nacional de Estudantes (I ENE), realizado semi clandestinamente na cidade de São Carlos, no interior de São Paulo; e, em outubro do mesmo ano, participa da realização do II ENE, no Campus da USP na capital paulista.

A participação nos eventos nacionais esteve sempre relacionada com mobilizações locais. Assim, em junho de 1977, realiza o Dia Nacional de Luta, juntamente com outras organizações estudantis universitárias e secundaristas, tanto com ações no interior da universidade, quanto exercendo importante papel na organização e realização de manifestação no Centro da cidade, na Rua do Hospício, onde se localizava a sede do DCE da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

Esta participação enfrentou a feroz repressão do regime contra os estudantes. Impedir a realização do III Encontro Nacional dos Estudantes (III ENE) se tornou uma questão importante para a ditadura, pois parecia fraqueza do sistema não ter conseguido impedir a realização dos dois primeiros encontros. Em 1977, foram frustradas as duas tentativas de realização do III ENE (NOGUEIRA, 2006), primeiro, no mês de julho em Belo Horizonte, onde as Forças Armadas descobriram a movimentação, cercaram o local, impediram a realização e foram presos cerca de 400 estudantes, delegados de diversos estados da federação. Os representantes da Rural conseguiram se livrar. Em setembro do mesmo ano, a nova tentativa de realização do Encontro na capital paulista, nas dependências da USP,

quando souberam que as Forças Armadas já haviam descoberto a organização do evento e preparavam uma invasão na USP.

Vários delegados de diversos estados já se encontravam em São Paulo, protegidos por forte esquema de segurança criado pelos próprios estudantes. Segundo Laís Abramo (2006), apesar do forte esquema policial, os estudantes de diversos estados conseguiram realizar o III ENE. As experiências anteriores demonstraram que o sistema de segurança federal e estadual de São Paulo estava devidamente articulado para impedir a realização do Encontro, pois já dispunha de informações, a partir das plenárias locais que tiravam delegados para o Encontro Nacional, que, neste Encontro seria escolhida uma Comissão Nacional encarregada da reconstrução da União Nacional dos Estudantes, a Comissão Pró- UNE, e isso a ditadura não iria permitir.

Frente a esta constatação, foi firmado um acordo sincero entre as diversas correntes que influenciavam o movimento estudantil na época para deixar de lado as divergências doutrinárias e programáticas, e se ater ao que era fundamental naquele momento: a rearticulação do movimento em nível nacional e a consequente reconstrução da UNE, destruída pela ditadura mais de uma década antes. A principal consequência deste Encontro foi à ampla divulgação de que o mesmo alcançou, demonstrando que, apesar da repressão da ditadura, especialmente da Secretaria de Segurança de São Paulo, comandada pelo terrível coronel Erasmo Dias, foi criada a Comissão Pró UNE (ABRAMO, 2006, p.189). Tal encontro foi realizado no interior da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, utilizando-se de diversas estratégias para despistar os organismos de segurança.

A realização do Encontro parecia uma provocação contra o coronel Erasmo, que, após ouvir pelo rádio a notícia da realização do Encontro, decide invadir a universidade provocando pancadaria, prisões, tendo sido destruído parte da infraestrutura e equipamentos da universidade. Apesar da pancadaria, das prisões e destruições, a Comissão Pró UNE estava eleita, e daí para frente, era articular, organizar e realizar o Congresso de Reconstrução da UNE. Finalmente, em 1979, é realizado o XXXI Congresso Nacional dos Estudantes ou o Congresso de reconstrução da UNE, com a participação de 10 mil estudantes sendo 3.304 delegados eleitos em assembleias nas suas escolas (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979). O Congresso ganhou o nome de Honestino Guimarães, último presidente da UNE, eleito em 1970, quando a entidade atuava muito precariamente na clandestinidade, ele foi preso pelo Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), estando

desaparecido até hoje. A UNE renascia, quando movimento estudantil saudava a entrada em cena do movimento operário com as espetaculares greves metalúrgicas do ABC em 1978 e 1979 e dos canavieiros de Pernambuco em 1979 e 1980.

### **3. As controvérsias no interior da ditadura: desmoralização ou incidentes realizados pela “linha dura”**

Embora o golpe de 1964 tenha sido resultado de uma articulação de forças sociais e políticas, coube às Forças Armadas a condução do processo seguindo cada vez mais para um controle absoluto da situação. Segundo Élio Gaspari (2003), tratava-se de um controle dos “comandantes militares, que, desde 1964, viam o presidente como um delegado da desordem a qual denominavam de revolução” (GASPARI, 2003, p.16). Embora os militares tenham mantido a unidade tanto para realização do golpe, quanto para a sua manutenção no poder, registraram-se diversos métodos de ação para tal manutenção. Considerando as diversas análises, assumimos aqui a corrente analítica que reconhece a existência de uma “linha dura” que, está fortemente presente durante os 21 anos da ditadura, contudo, manteve-se no controle total entre 1966 e 1973, mas tinha planos e estratégias para um longo e, talvez, perpétuo domínio da política e do Estado brasileiro.

Segundo Élio Gaspari (2003), desde os primeiros momentos do golpe, os militares vinculados ao general Costa e Silva (que alguns pesquisadores denominam de “linha dura”) se encontravam mais dispostos a realizar iniciativas antidemocráticas ao jogo político, com restrições à participação popular e aos canais de representação. Para tal, inseriam-se nos órgãos de repressão e informações como forma de perpetuar-se no poder. Por outro lado, o grupo castelista (ao redor do primeiro presidente militar, Castelo Branco), tinha um perfil mais intelectualizado, composto por generais ligados às escolas superiores das forças armadas, defendiam um controle momentâneo dos militares e o retorno à “normalidade democrática”.

Embora não se possa afirmar que os militares da “linha dura” tivessem uma organização centralizada, diversas iniciativas, muitas delas só vieram a público somente após a abertura política e o fim da própria ditadura, indicam que suas estratégias apontavam para permanência no poder por longo período. Para tal, buscavam criar condições para justificar o endurecimento do regime, suas perseguições, torturas e outros crimes, como os assassinatos.

Duas iniciativas são emblemáticas destas estratégias: as bombas explodidas no Aeroporto dos Guararapes em Recife, Pernambuco, em 1966, que passou

a justificar o “endurecimento” do regime; e a bomba explodida no Rio Centro, no Rio de Janeiro, em 1981, que passa a significar a desmoralização do regime e fortalece os processos de abertura política e da redemocratização.

Em julho de 1966 um acontecimento surpreendeu a população de Pernambuco com ampla divulgação nacional: uma bomba explode no saguão do Aeroporto Internacional dos Guararapes, onde deveria está desembarcando o general Arthur da Costa e Silva, morre um jornalista e um almirante e fere várias pessoas. Rapidamente, sem a séria investigação que a ocasião exigia, o regime credita o ato a “organizações terroristas de esquerda”. Uma linha indica como culpados militantes da Ação Popular (AP), o padre Alípio Freire e o dirigente Raimundo Gonçalves. Mas o rápido inquérito indiciou como executores os militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) Ricardo Zarattini e Edinaldo Miranda, que sofreram todo tipo de tortura nos porões da ditadura. Tal ato justificou o “endurecimento do regime” e todas as mazelas dos anos seguintes. Só muito recentemente, através do intenso trabalho da Comissão da Verdade de Pernambuco, outros documentos militares vieram à tona (documentação militar do Ministério da Aeronáutica, tratada como confidencial), documentos dos órgãos de segurança pública, datados de 1970, que esclarecem o episódio e tais documentos desmentem a versão oficial que culpou e puniu os militantes citados (Diário de Pernambuco, 10/12/2013). Até hoje não se pode afirmar exatamente quem planejou e executou o referido atentado.

Quinze anos depois, em 30 de abril de 1981, organizações estudantis, sindicais e de oposição ao regime, juntamente com diversos artistas realizam o ato comemorativo do primeiro de maio, Dia do Trabalhador. No momento em que a cantora Elba Ramalho entra no palco uma bomba explode dentro de um carro onde estavam dois militares. O show seguiu com apresentações de Gonzaguinha, Chico Buarque e Alceu Valença.

Na ocasião, como sempre, o governo culpou radicais da esquerda pelo atentado, tese que não se sustenta diante da menor investigação, o que foi confirmado posteriormente, inclusive por confissão dos culpados. Tratava-se de um plano de uma ala do Exército que não aceitava a proposta da “abertura lenta, gradual e segura”, a ideia era demonstrar que a esquerda era, necessariamente, violenta, perigosa e terrorista, o que justificaria a continuidade do Regime Militar. O Exército criou vários artifícios para não investigar a fundo o atentado (incluindo aí a substituição do responsável pelo inquérito). Diversos estudos, como ARGO-

LO, RIBEIRO e FORTUNATO, em “a direita explosiva” (1996), GASPARI (2003) indicam a responsabilidade de setores do Exército pela explosão das bombas.

Trata-se de mais um episódio que evidencia a tensão que se avoluma dentro das Forças Armadas, o regime não permite que se exponham estas tensões, por isso, é melhor não aprofundar as investigações, o que significa que esta ala - a “linha dura” - permanece com muito poder no interior do regime, o que chegou a causar inclusive a demissão de Golbery do Couto e Silva, uma das figuras mais emblemáticas de todo o período ditatorial (GASPARI, 2003). Ao assumir este caminho, o regime atrai sinais de desmoralização dos generais, deixando crer como o próprio regime mantinha ou tolerava um aparato terrorista paramilitar, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), mas, nas próprias fileiras militares mantinham-se comandantes militares desenvolvendo ações terroristas de maior vulto. Demonstrava-se a desmoralização e a decadência moral e política do regime.

Em 1975, a chamada linha dura do regime reage frente à derrota eleitoral sofrida nas eleições do final de 1974 (que analisaremos a seguir) e demonstra interesse em evidenciar sua força e retomar o controle. Neste ano, é assassinado, sob tortura, em São Paulo, o jornalista Wladimir Herzog. Frente a tal assassinato, foi realizado um ato ecumênico na Catedral de São Paulo, que se transformou em um importante ato político de denúncia da ditadura e de seus métodos, tendo sido amplamente divulgado, inclusive internacionalmente. No ano seguinte, em 1976, é assassinado mais um preso político, Manoel Fiel Filho. O presidente Ernesto Geisel vai pessoalmente a São Paulo e demite o comandante do II Exército, evidenciando importante derrota da “linha dura” e demonstrando que o processo de abertura seguiria, mas controlada pelo centro do poder e do regime num esforço de legitimar-se.

Entre 1975 e 1976 evidencia-se a disputa de procedimentos entre as chamadas “linha dura”, que tinha entre os suas expressões públicas o ex-presidente Garrastazu Médici e, como expressões operativas, os diversos organismos de segurança nos estados; e a “linha liberalizante”, que tinha entre suas expressões públicas o novo presidente Ernesto Geisel e como expressões operativas Golbery do Couto e Silva - o chefe do SNI.

#### **4. Retomada e crescimento das mobilizações populares e a abertura política**

A ditadura mantinha intensa repressão policial com invasões dos espaços associativos, dos locais de reuniões e assembleias. Sucediavam-se, cotidianamente, vários casos de tiroteios e explosões de bombas, onde o povo estava reunido, inclusive em igrejas. Mesmo assim, foi possível manter-se os espaços de aglutinação e reflexão, muitos na clandestinidade, alguns nos limites da estrutura sindical altamente vigiada, a maioria em grupos com pouquíssima estrutura organizativa.

Ainda em torno de 1968, dera-se início a importantes movimentos sociais que vão marcar as lutas populares nos anos seguintes. As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), vinculadas à Igreja Católica e a algumas igrejas protestantes, e as organizações chamadas Pastorais Sociais foram importantes polos aglutinadores das pessoas e grupos, possibilitando um espaço aberto e plural de reestruturação da sociedade, tornando-se numa “sementeira de formação de novas lideranças sociais e, num polo aglutinador das lutas comunitárias, que, devido ao contexto da época, logo se transformaram em lutas políticas” (BRITO, 1989, p. 182). Seguido do processo chamado de “novo sindicalismo” e das diversas articulações de intelectuais comprometidos com o retorno da democracia.

Em 1973 (no auge do período mais violento do regime militar com o governo Médici), os bispos e superiores religiosos do Nordeste, sob a liderança de Dom Helder Câmara, lançam o manifesto “Eu ouvi os clamores do meu povo”, destinado a ter repercussão limitada devido à censura sobre a imprensa, mas que circulou amplamente através das redes de comunicação da Igreja Católica, estimulando grupos, comunidades, personalidades formadoras de opinião, para manter acesa a luta contra a ditadura e pela organização popular, inclusive com repercussão internacional, estimulando ações solidárias aos brasileiros em outras partes do mundo. Em 1974, registram-se grandes mobilizações em torno dos transportes coletivos com incêndios de trens e ônibus em Brasília, Rio de Janeiro e Salvador.

O (auto) reconhecimento pelos movimentos sociais de “quando novos personagens entram em cena” (SADER, 1988), se configura como uma das grandes novidades na cena política brasileira durante a década de 1980. A resistência e as mobilizações, realizadas nos últimos anos da década de 1970, principalmente, em torno de bandeiras como salário, saúde, escola, creche, moradia, custo de vida e carestia, saneamento básico e serviços de infraestrutura, abertura política, entre

outros, ampliaram-se em um novo leque de demandas a partir dos anos 80. A conjuntura, da qual os movimentos sociais também são importantes artífices (e também vítimas), exigia uma “reorientação da rota”. É necessário registrar que a quase totalidade dos movimentos populares em ação na década de 80 nasceu ou foi desdobramento de lutas ou organizações surgidas na década anterior, quando imperava no País a truculência do Regime Militar. Todas as organizações tinham vida semi-clandestinas, embora tivessem sido capazes de promover intensas mobilizações, sobretudo, nos processos de reivindicações em torno de necessidades mais sentidas pelas populações no que diz respeito a equipamentos e serviços de uso coletivos. Embora tais reivindicações fossem dirigidas, principalmente, aos governos locais e estaduais, é necessário registrar que algumas delas tinham impacto nacional. A intensa campanha pelo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, encaminhada pelo Movimento Contra a Carestia, ao presidente da República, ainda nos últimos anos da década de 1970, é exemplo a ser citado. Durante este período, também se ampliaram as bandeiras de lutas para temas mais políticos como a anistia, a constituinte e a redemocratização.

### **5. As mobilizações pressionam a política: os resultados eleitorais e a derrota política da ditadura**

No início de 1974, a ditadura parecia vitoriosa, havia dizimado as organizações revolucionárias, desmantelado a oposição política, controlado a imprensa, realizado um amplo progresso e euforia econômica (o chamado milagre brasileiro), o povo entusiasmado com a vitória da Copa do Mundo de 1970 (GASPARI, 2003). Tratava agora de consolidar o regime, o presidente Médici, que havia sido o governo mais violento da ditadura encerra seu mandato, sendo substituído por Ernesto Geisel que anuncia o processo de liberalização do regime. A eleição de 1974 deveria, portanto, legitimar o processo.

O resultado eleitoral foi uma surpresa: uma ampla vitória da oposição através do voto no Movimento Democrático Brasileiro - MDB (partido da oposição consentida). Ora, uma eleição realizada imediatamente posterior ao período mais violento da ditadura militar, o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, principal representante da “linha dura” do regime, indica a dificuldade do regime se sustentar por muito mais tempo. Tais resultados revelaram o crescente descontentamento da população com a política do governo, que tinha suas ações embasadas na repressão, na força, na perseguição, nos assassinatos.

Naquela eleição, a oposição imprime uma grande derrota eleitoral ao regime, com uma espetacular vitória de seus candidatos para o senado federal em 17 estados da federação (com a destinação de eleição de um terço das cadeiras), o MDB obteve dezesseis das vinte e duas cadeiras em disputa, ficando para o partido da situação - a ARENA - a eleição de, apenas, seis senadores. Entre os vitoriosos, merece a atenção algumas lideranças que tiveram papel importantíssimo na luta contra a ditadura e pelo retorno da democracia, como Orestes Quércia (SP), Teotônio Vilela (AL), Itamar Franco (MG), Leite Chaves (PR), Marcos Freire (PE), Saturnino Braga (RJ) e Paulo Brossard (RS).

Estes resultados não se refletiram para a eleição da Câmara dos Deputados, pois para àquela Casa o MDB elegeu 161 (cento e sessenta e um deputados), contra 203 (duzentos e três) eleitos pela ARENA. De qualquer forma, a votação do MDB também para deputados federais expressou um espetacular crescimento em relação à eleição anterior de 1970, tendo quase dobrado o tamanho de sua bancada: de oitenta e seis para cento e sessenta e um deputados, o que indica uma crescente votação na oposição.

Frente a esta derrota eleitoral, a ditadura procurou reconstruir os caminhos para sua legitimação junto à sociedade buscando estratégias de enfrentar o descontentamento popular. Mas foi também uma iniciativa do presidente Ernesto Geisel para enfrentar o descontentamento dos setores da chamada “linha dura” dos militares, que não aceitavam a estratégia de legitimação do regime pelo caminho democrático e viviam, permanentemente, ansiosos do controle político pela força.

Nesta perspectiva, edita o chamado “Pacote de Abril” de 1977, também conhecido como Lei Falcão, um instrumento jurídico destinado a impor derrota a oposição, entres seus dispositivos, o pacote proibia a exposição pelos candidatos de suas ideias, projetos, propostas, análises da realidade, através dos meios de comunicação. Limitando, enormemente, a comunicação dos candidatos com a sociedade. Esta lei orientou legalmente as eleições de 1978. Além disso, como forma de garantir àqueles setores da “linha dura” que o regime poderia continuar controlando a situação, o mesmo Pacote de Abril determinou que um terço dos senadores não mais seriam eleitos por voto direto, mas sim indicados pelo presidente da República. Criou-se assim os chamados senadores biônicos (GASPARI, 2003). Esta medida visava na época garantir ao regime militar uma maior base de apoio no Congresso Nacional.



Apesar das diversas iniciativas, as eleições de 1978 demonstrou, de novo, uma acachapante derrota à ditadura. Na eleição para o Senado, a oposição, através do MDB, atingiu 4.291.202 votos a mais do que a ARENA (17.530.620 do MDB contra 13.239.418 da ARENA), com votações expressivas em estados mais populosos e economicamente mais poderosos da federação, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul. Apesar disso, a ARENA conseguiu eleger 14 senadores contra 06 do MDB. Isso foi possível em função do sistema representativo do Senado, onde, por exemplo, o Estado de São Paulo e o do Acre tem a mesma representação, com uma população numericamente muitíssimo diferente. Além deste artifício, o governo indicou (com base na Lei Falcão) a outra parte dos 23 senadores biônicos, o que garantia o seu controle do Senado Federal.

Nesta eleição, saem vitoriosas figuras importantes das lutas sindicais e populares da época como Aurélio Peres (líder do movimento contra a carestia, que havia sido preso e torturado em 1974); Benedito Marcílio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André; Audálio Dantas, do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro; e Chico Pinto, dos Movimentos Populares da Bahia. Esta eleição também possibilitou a vitória de diversas mulheres (sobretudo para as Assembleias Legislativas) que haviam se formado na luta social e política dos últimos anos, constituindo uma profunda inovação na cena política parlamentar brasileira. Entre tais se destacaram: Maria Luíza Fontenelle, socióloga e dirigente dos Movimentos de Mulheres do Ceará; Cristina Tavares, dos Jornalistas de Pernambuco; Eloneida Studart, dos Movimentos de Mulheres do Rio de Janeiro; Irma Passoni, dos Movimentos Comunitários de Base de São Paulo; entre tantas outras.

Apesar de uma legislação que possibilitava à ditadura a continuação do controle da situação política parlamentar, os números demonstravam o descontentamento popular que expressava seus posicionamentos através do voto na oposição. Entre os eleitos pela oposição, destacava-se uma pequena parcela da base popular (conhecidos como os “autênticos do MDB”). Estes demonstraram uma espetacular capacidade na articulação entre a luta política parlamentar e a luta política social, que teve grande importância para os novos acontecimentos rumo à abertura democrática. A partir daí, ganham legitimidade a oposição política e as organizações sociais locais, juntamente com suas tentativas de articulações nacionais, forçando-se o debate de temas como a redemocratização do País, a anistia, a constituinte.

## 6. A ditadura é derrotada: a praça é do povo

O ano de 1979 é emblemático, não só porque a ditadura militar vai ser forçada, finalmente, a anistiar presos e exilados políticos, mas, especialmente, do ponto de vista da relação entre luta social e luta política no Brasil. Após várias mobilizações populares, como passeatas, greves, atos contra a carestia, por creches, por serviços de saúde, resistência contra a expulsão da terra, além de grandes greves operárias no ABC, e de outras categorias em outras localidades, registram-se outras várias e importantes ações pela abertura política e pela redemocratização do País. Dá-se significativa aproximação dos movimentos sociais populares com o movimento sindical e os outros segmentos sociais e políticos empenhados nas lutas pela redemocratização. Apesar da luta pelo retorno da democracia apresentar-se como bandeira unificadora dos diversos segmentos sociais e políticos interessados nas mudanças necessárias ao País, já se percebiam diferenças de concepções e de práticas entre as forças em ação no período. O semanário Movimento, em suas edições, entre os meses de maio e novembro de 1979, registra a intensidade e a euforia desse debate.

A edição número 213 do Jornal Movimento, da semana 30/07- 05/08 de 1979, publica a “Carta de Porto Alegre”, documento síntese do resultado do Encontro entre os denominados autênticos do MDB, intelectuais progressistas e representantes do novo sindicalismo, do movimento estudantil e dos movimentos populares de então. A seção 4 do referido documento assim aborda as “lutas democráticas em suas propostas”.

“Busca de unidade em torno de todas as lutas democráticas: anistia ampla geral e irrestrita; convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, soberana e democrática; eleições livres e diretas em todos os níveis; liberdade de organização partidária; pelos direitos políticos e sociais das minorias étnicas; solidariedade à luta das mulheres, tanto pelos seus direitos de igualdade quanto pelos seus direitos diferenciados; pela manutenção e expansão das áreas verdes e de lazer; rígido controle da poluição; denúncia da destruição da natureza como consequência da hegemonia dos interesses privados sobre os coletivos; por uma política energética que consulte os interesses nacionais, inclusive com a revisão do acordo nuclear; extinção de todos os atos, decretos e tribunais de exceção e das chamadas salvaguardas; extinção da Lei de Segurança Nacional; pleno respeito aos direitos humanos e pleno direito de defesa; fim da incomunicabilidade nas prisões [...]”. (Carta de Porto Alegre, Jornal Movimento nº 217, 27/08 a 02/09 de 1979).

Pelo exposto, nota-se que a longa trajetória de lutas dos setores populares, estudantis e dos trabalhadores, as experiências vivenciadas indica que não se está defendendo, apenas, à volta a democracia, mas começa a discutir qual democracia, incorporando as diversas questões de gênero, de raça-etnia, do meio ambiente, da paz, da solidariedade, das minorias, da igualdade, da liberdade.

Outro símbolo emblemático da reconquista da democracia: Recife em euforia e festa. A forte chuva, naquele 16 de setembro de 1979, não impediu nem diminuiu o ânimo de cerca de 60 mil pessoas, que foram recepcionar seu antigo líder político no Largo de Santo Amaro, um dos bairros mais populares do Recife. Miguel Arraes voltava do exílio: “Ele está voltando” anunciavam as pichações em diversos muros e paredes do Recife e de outras cidades de Pernambuco. De diversos recantos organizavam-se em caravanas para a recepção, segundo sua filha, Ana Arraes em discurso 30 anos depois: “O povo queria ver de perto o seu governador que havia sido deposto, preso e exilado sem perder, em momento algum, a sua dignidade, e sem trair os compromissos assumidos com a população em defesa da democracia e da justiça social” (Arraes, 2009).

O povo reocupou a praça, cantou, dançou, “frevou”, ouviu atentamente diversos discursos. A volta de Miguel Arraes e o povo na praça indicavam que a ditadura estava derrotada. Mas o velho Arraes, na sua imensa sabedoria e experiência, alerta para a luta que continua: “Não devemos dar a impressão de que os problemas nacionais e os problemas populares são de fácil resolução. Não devemos dar a impressão de que se trata apenas de corrigir iniquidades.” (Diário de Pernambuco, 16/09/2009). E volta a valorizar a ação e organização dos movimentos populares como caminho importante para as necessárias conquistas. “Voltei para me integrar na luta de toda a oposição brasileira. Os movimentos populares estão dizendo que não querem mais chefes tutelares, os movimentos populares estão dizendo que sabem conduzir-se.” (Idem). O “velho guerreiro” lembra, deste modo, que é bom fazer a festa, comemorar as vitórias, mas, sobretudo se preparar para as próximas lutas.

## ALGUMAS CONCLUSÕES PARA ESTE PERÍODO

A análise deste período, da participação estudantil no interior da UFRPE e na sua relação com as lutas sociais gerais, retoma um importante debate no interior da Ciência Política e da Sociologia brasileiras sobre o caráter da transição democrática realizada no país. Trata-se de um debate, marcado por um lado com a ênfase de que a chamada abertura foi obra dos próprios militares, a partir da correlação de forças existente no interior das Forças Armadas em que a chamada “linha liberalizante” havia assumido a condução do processo na segunda metade da década de 1970, após o período mais violento, comandado pela “linha dura”; e por outro lado, alguns analistas creditam a abertura e a consequente transição democrática, à força das lutas sociais, especialmente do “novo movimento sindical”, principalmente, do movimento operário, através das longas e espetaculares greves dos metalúrgicos do ABC paulista.

As informações e registros históricos tratados, neste capítulo, revelam que a participação estudantil dos alunos da UFRPE na transição democrática, se mostrou como um importante e corajoso exemplo de disposição e capacidade mobilizadora, mesmo diante a forte repressão. Em uma instituição com uma tradição altamente autoritária, associada a um sistema fortemente repressivo e perseguidor, os estudantes da UFRPE lutaram bravamente para que houvesse uma maior presença dos mesmos em espaços de representação e decisão na universidade, e se associaram ao Movimento Estudantil Nacional para reconstrução de suas lutas e organizações nacionais, podendo se caracterizar como uma das referências do Movimento Estudantil Nacional, e, ainda, estiveram presentes e solidários nas diversas lutas sociais e políticas do período.

As informações e análises apresentadas no capítulo anterior e no atual nos levam a crer que, apesar da ditadura civil-militar, que controlou o Brasil nestas duas décadas, contar com distintas ênfases em suas práticas políticas e militares que em linhas gerais se apresentam como as ênfases na “linha dura” e “linha liberalizante”, no fundamental havia uma unidade de projeto, que não pode ser caracterizada apenas pela ação das Forças Armadas. Estas fazem parte de um conjunto de forças sociais, políticas e empresariais, inclusive com suas relações internacionais, que desencadearam juntas um movimento conhecido como “Golpe Militar de 1964”, com o objetivo de impedir a continuidade das “reformas de base”, que era a expressão da perspectiva de um desenvolvimento nacional com inclusão

social e uma mudança na correlação de forças na sociedade brasileira em favor dos setores nacionalistas e populares. Além de impedir as reformas, estas forças assumiam um novo projeto retomando a antiga dependência externa, os valores morais e políticos conservadores, a acomodação dos diversos interesses econômicos e políticos historicamente dominantes na história brasileira.

Deste modo, não podemos considerar este período, apenas ou principalmente, como uma disputa entre “linhas” das Forças Armadas e que, portanto, uma destas linhas optou pela transição democrática e teve força para fazê-la. Apesar das diferenças de procedimentos, as Forças Armadas, juntamente, com aquelas forças dominantes anteriormente citadas agiram em conjunto na defesa de um projeto de desenvolvimento e de sociedade para o País. Embora não se deva desprezar também a importância das diferenças internas das Forças Armadas. Como todas as instituições, elas não são organismos monolíticos, as tensões e disputas também se expressam no seu interior. Mas a contestação contra o regime e pela sua superação veio dos movimentos sociais, de organismos das igrejas, de setores intelectuais, e os estudantes tiveram um papel importantíssimo neste processo. As primeiras e mais corajosas manifestações contra o regime ditatorial veio justamente pela ação estudantil, já em 1976 e 1977 retomam sua articulação nacional.

Pelo exposto acima, os estudantes da UFRPE podem ser considerados como protagonistas importantes da transição democrática no Brasil. Esta capacidade de organização foi marcada por inovações com a incorporação de atividades culturais e sempre com muito entusiasmo por parte dos estudantes, articulando a luta por melhorias e democratização da universidade, com a luta geral contra a ditadura e pela retomada das liberdades democráticas. Foi assim com a greve pelos cursos de férias no interior da universidade e uma série imensa de atividades realizadas naquele ano, na participação em protestos de caráter nacionais, na rearticulação da União Nacional dos Estudantes, na luta pela anistia, na festa popular para recepção ou retorno do exílio de Miguel Arraes - um símbolo da luta contra a ditadura.

Os setores populares organizados, movimentos sociais, organismos das igrejas, estudantes e o que restou das organizações revolucionárias sempre mantiveram o contato, mesmo que restrito, com a população. E a população, quase sempre quando pôde se expressar, demonstrou seu descontentamento com o regime autoritário, assim o resultado eleitoral no ano de 1974 foi uma surpresa, após o chamado “milagre brasileiro” e o período mais duro e cruel da ditadura, consta-

tou-se uma ampla vitória da oposição por meio do voto no Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Situação que revela um descontentamento da população com o governo ferozmente repressor e violento.

Após diversas lutas travadas, o ano de 1977 é emblemático porque demonstra uma ampla capacidade de mobilização estudantil, incluindo a sua rearticulação nacional, e o ano de 1979 é simbólico, não só por ser o ano em que o regime militar será obrigado a anistiar presos e exilados políticos, mas por apresentar também uma relação entre a luta social e a luta política no Brasil. Os estudantes, de novo, são protagonistas por reconstruir a sua entidade nacional - a União Nacional dos Estudantes (UNE), no histórico Congresso de Salvador, bem como, passou a pautar novas questões ou (res)significar velhas bandeiras para a frágil retomada da democracia brasileira, como as questões de gênero, de raça-etnia, do meio ambiente, da paz, da solidariedade, das minorias, da igualdade, da liberdade. Finalmente, 1984 é conhecido como o fim do Regime Militar no Brasil. Por tudo que foi visto neste capítulo, os estudantes brasileiros podem ser considerados protagonistas neste processo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. **O III ENE e a invasão da PUC**. IN: MAUÉS, Flamarion e ABRAMO, Zilah Wendel (org's). **Pela Democracia, contra o arbítrio: A oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das diretas já**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 5 e n. 6, p. 25 – 36, maio/dez. 1997.

ARGOLO, José A., RIBEIRO, Kátia e FORTUNATO, Luiz Alberto. **A direita explosiva no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1996.

BRITO, Paulo A.B. **Movimentos Populares: possibilidades e limites de um novo sujeito histórico**. 1989. Xxx f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande –PB, 1989.

COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do regime militar. Brasil 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

NOGUEIRA, Fernando. A tentativa frustrada de realizar o III ENE em Belo Horizonte. IN: MAUÉS, Flamarion e ABRAMO, Zilah Wendel (org's). **Pela Democracia, contra o arbítrio: A oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das diretas já**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ROMAGNOLI, Luiz H e GONÇALVES, Tânia. **A volta da UNE: de Ibiuna a Salvador**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970 – 1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

*Estações de TV e  
Rádio, Temerosas!*



Capítulo V:

**DE NOVO, OS ESTUDANTES E A REFORMA UNIVERSITÁRIA: NOVOS ENTUSIASMOS, NOVAS PRÁTICAS - Uma nova universidade é possível, mas é difícil (1983 a 1996).**

Paulo Afonso Barbosa de Brito<sup>1</sup>

**INTRODUÇÃO**

A década de 1980 e o início dos anos 90 foram de intensa luta estudantil no interior da UFRPE, os ares de redemocratização do País ainda não faziam eco na estrutura da Universidade e nas suas relações de poder, sobretudo em seus organismos de decisão. Por isso, diversas lutas e reivindicações no interior da Universidade foram associadas à bandeira da democratização da UFRPE, o que implicava em retomar a plataforma da “Reforma Universitária”.

O contexto de consolidação democrática e da expressão de diversos movimentos sociais populares presentes nas cenas sociais e políticas de então, bem como o advento do neoliberalismo com seu receituário de contenção dos “gastos públicos” o que implicava inclusive na questão das verbas para a educação, indicou novos desafios para a participação estudantil. Portanto, neste período, se fez necessário intensificar as lutas no interior da Universidade em torno das demandas estudantis, mas, também em torno das questões gerais da Universidade, de sua autonomia, da concepção de produção de conhecimentos e saberes, da relação entre a UFRPE e a sociedade.

Trata-se de um período em que se verificaram mudanças também na metodologia da participação estudantil. No final de 1984 a eleição para diretoria do DCE revelou uma mudança nas forças políticas condutoras da entidade, deslocando o controle do Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR-8 (sucedâneo do PCR, conforme apresentado no terceiro capítulo deste livro), e iniciando a hegemonia de diversos agrupamentos em torno do Partido dos Trabalhadores (PT). Esta nova composição vai dirigir o Movimento Estudantil da UFRPE por mais de uma década de forma quase ininterrupta, o que possibilita continuidade das ações. Neste período, se destacaram diversas lutas no interior da Universidade

---

1 Doutor em Sociologia, professor Adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Supervisor da Área de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais (DECISO), pesquisador e extensionista nas áreas de Juventude, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Rural - Territorial. E-mail: pauloafonsoabr@hotmail.com.

em torno das questões tipicamente relacionadas com a dinâmica estudantil, as salas de aula, os equipamentos de uso coletivo, como bebedouros, banheiros, o pagamento de taxas, a utilização do restaurante universitário e da residência universitária. Mas, também de questões estruturais da UFRPE, para tal, os estudantes participaram ativamente das eleições diretas para reitor da instituição. As análises destacam a sempre tênue relação entre as lutas tipicamente estudantis no interior da Universidade e o compromisso dos estudantes de universidades públicas com as lutas sociais e políticas gerais.

O capítulo está distribuído em seis seções: matérias dos jornais da época, que expressam algumas ações realizadas pelos estudantes no interior da Universidade e que foram noticiadas na grande imprensa escrita local; entre as salas de aulas, o “espaço de vivências” da UFRPE e as ruas do Recife – novas bandeiras e novas formas de mobilização, enfatizando as lutas desenvolvidas e os métodos assumidos; a relação com o conjunto de movimentos sociais que se consolidaram a partir da década de 1980, uma vez que uma marca significativa do período era a relação com as lutas e movimentos sociais que se consolidaram na época; diversificam-se as formas de mobilização e organização – “Os Caras Pintadas” e o “Fora Collor”, destacando uma das maiores mobilizações estudantis e sociais de todos os tempos no País; uma nova Universidade é possível, mas é difícil!, perspectiva para a Reforma Universitária, onde se destacam a participação dos estudantes nas eleições diretas para reitoria da instituição; e algumas conclusões para o período.

### **1. Algumas matérias dos jornais da época**

A imprensa estudantil universitária, especialmente na UFRPE, faz parte da dinâmica estudantil desde os primeiros anos de suas organizações e lutas, mesmo assim, os diversos boletins, jornais murais, informativos são marcados pela descontinuidade, com dificuldades de permanência regular como parte do funcionamento do movimento estudantil, com diversos instrumentos sendo criados e deixando de existir logo em seguida. O boletim “Faca Amolada” é mais uma iniciativa deste tipo de imprensa, diferenciando-se pela continuidade e publicação frequente pelo menos durante a gestão de 1985 e 1986.

Para a presente análise, estamos optando, como primeira fonte, os registros de matérias dos jornais da grande imprensa escrita local, para evitar partir das próprias fontes estudantis. Deste modo, localizamos algumas matérias dos jornais no período analisado, que serão retomadas nas sessões posteriores para

uma análise mais contextualizada do período:

- **Jornal do Comércio - 04/02/1986 - “Anúncio de Greve na Rural”:** Congelamento das taxas – durante as férias a reitoria tinha aprovado um aumento de 69% em algumas taxas de serviços prestados pela Universidade. A greve avança para uma luta articulada com outras bandeiras: bebedouros, banheiros limpos, melhoria no cardápio e higiene no RU, iluminação do campus, salas de aulas adequadas, laboratório aparelhado, bloco único para as residências, investigação de acusações de fraudes em compras de materiais para Universidade e punição dos culpados.
- **Diário de Pernambuco – 22/02/1986 – Diretório critica mudanças –** Sobre a interiorização da Universidade, estudantes criticam o projeto com o argumento que não houve debate com a comunidade acadêmica da UFRPE.
- **Diário de Pernambuco – 04/02/1986 – Greve contra o fechamento do RU –** Pela volta do café da manhã, pela abertura do RU nos finais de semana, pelo congelamento dos preços do RU, contra o corte de 18 milhões do orçamento da UFRPE, por mais verbas para educação.
- **Diário de Pernambuco - 29/07/88 – Comida da Rural gera protestos –** Manifestação no interior do Restaurante Universitário.
- **Diário de Pernambuco 17/09/1988 – Concentração de 700 alunos da Rural em frente à delegacia do MEC -** Uma manifestação contra a redução de verbas para educação, especialmente para UFRPE, após a concentração em frente à delegacia do MEC, saíram em passeata pelas principais ruas do Centro da cidade.
- **Jornal do Comércio 17/09/1988 - Estudante denuncia má situação da Rural –** Movimento reivindica um ensino de qualidade e pede e mais verba para a UFRPE.
- **Jornal do Comércio 05/10/1988 - Descontração na passeata de alunos -**
- **Melhoria na condição estrutural e de ensino.**
- **Jornal do Comércio – 18/10/1988 – Alunos da Rural mantêm greve há 34 dias,** mas acham que acabará logo – Pelo fim das taxas, funcionamento do RU, suplementação de verbas do MEC para o funcionamento da Universidade, plano institucional para utilização da suplementação orçamentária do MEC.
- **Folha de Pernambuco – 19/10/1988 – “Impasse na Rural: volta às au-**

**las só com promessa cumprida”** – Estudantes permanecem em estado permanente de Assembleia Geral, com diversas atividades no Campus, como a realização de seminários sobre o sistema de ensino público brasileiro.

- Jornal do Comércio - 06/09/1992 - **“O Novo ano rebelde”** - Matéria sobre diversas atividades de estudantes, com grandes, criativas e festivas mobilizações em ruas e praças, em torno da bandeira da luta contra a corrupção no governo e o “Fora Collor”.
- Jornal do Comércio 11/09/1992 - **UNE coloca mais de 50 mil estudantes na rua** - Seguindo as manifestações nacionais, coordenadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), alunos de todas as universidades e diversos colégios realizam uma das maiores manifestações populares em Pernambuco nos últimos anos.
- Jornal do Comércio - 01/10/1992 - **A geração cara pintada** – Anúncio de um documentário especial a ser exibido na televisão, incluindo o movimento estudantil com suas lideranças dando a sua própria interpretação, para o conceito de rebeldia, tanto nas questões políticas quanto do comportamento.
- Diário de Pernambuco – 08/03/1995 - **UFRPE ganha novo reitor através de nomeação** – A eleição para a reitoria havia se realizado no ano anterior, com a vitória de uma chapa encabeçada por lideranças do movimento docente, com o apoio do movimento estudantil e dos servidores administrativos, o governo federal decide pela não nomeação do eleito, criando-se diversos problemas na Universidade com os estudantes não permitindo o início das aulas.
- Jornal do Comércio – 18/03/1995 - **Nomeação gera crise na universidade de Pernambuco** - estudantes e professores realizam ato público pela posse do reitor eleito.
- Diário de Pernambuco 29/03/1995 – **Reitor eleito da UFRPE protesta contra ministro.**
- Jornal do Comércio – 18/03/1995 – **Estudantes e professores saem às ruas em protesto** – Ocupação da avenida em frente ao prédio central, indicativo de greve dos três segmentos. Pela posse do reitor eleito.
- Jornal do Comércio – 31/03/1995 – **Carta relata acontecimentos** – As entidades explicam para a população em geral, pormenorizadamente o

processo eleitoral para a reitoria da UFRPE, indicando a lisura de todo o processo, fortemente legitimado por todas as forças e instâncias da Universidade.

- **Jornal do Comércio – 01/04/1995 – Comunidade acadêmica contra a decisão do MEC.**
- **Jornal do Comércio – 06/04/1995 – Comunidade exige uma explicação do ministro** – Pela nomeação do professor Arnóbio Andrade (presente na lista sêxtupla), assinada pelo presidente em exercício da República, Marco Maciel, e publicada no Diário Oficial do dia 03 de março.
- **JC – 19/04/1995 – Rural não quer fazer nova eleição para reitor** - Frente a não aceitação do professor Arnóbio indicado pelo MEC para assumir a reitoria (em defesa dos legítimos resultados eleitorais), o Ministério propõe nova eleição. Em contraposição, e pela posse do reitor eleito, os movimentos realizam ato público de denúncia à sociedade, em frente ao prédio central da UFRPE.

## **2. Entre as salas de aulas, o “Espaço de Vivências” da UFRPE e as ruas do Recife – novas bandeiras e novas formas de mobilização.**

O segundo semestre de 1984 é marcado por intensa movimentação no interior da UFRPE por conta do processo sucessório do DCE. Após alguns anos de domínio do movimento estudantil pelas forças vinculadas àquelas organizações revolucionárias oriundas da década de 1960 a 1970<sup>1</sup>, particularmente o Partido Comunista Revolucionário – PCR, seguido do Movimento Revolucionário Oito de Outubro - MR-8<sup>2</sup>. Por outro lado, um conjunto de forças, incluindo tendências remanescentes de algumas organizações revolucionárias, que haviam realizado autocrítica e se dissolvido enquanto organização partidária, outras que haviam decidido pela incorporação ao PT, e novos agrupamentos estudantis sem

1 As organizações revolucionárias presentes na dinâmica estudantil da UFRPE, suas análises da conjuntura brasileira, definições de táticas e estratégias de lutas sociais e políticas para a transformação social, concepção de movimento estudantil... foram tratadas no terceiro capítulo deste livro: A rebeldia corajosa: a participação estudantil durante a ditadura civil-militar instalada em 1964.

2 Expressam-se pelo menos duas interpretações a respeito da incorporação do PCR ao MR-8, através das entrevistas realizadas para a pesquisa “100 anos de Participação Estudantil”: uma indicando que houve uma decisão coletiva para tal incorporação, outra enfatizando que foi apenas um grupo que optou por tal caminho, uma vez que o Partido continuou vivo e na luta até os dias atuais. Como este não era o objetivo da presente pesquisa, a questão não foi aprofundada durante a realização da mesma.

vinculação partidária, organizam uma chapa de oposição - a ALTERNATIVA (alguns destes estudantes já haviam montado uma chapa de oposição para a eleição de 1983, que saiu derrotada).

Certamente que esta foi uma das disputas eleitorais estudantis mais acirradas e entusiasmadas da história da Universidade, e do próprio movimento estudantil pernambucano, de um lado e de outro, todos os dias ocorriam algumas atividades de campanha, líderes estudantis de outras universidades vinham para a UFRPE aumentar as mobilizações de campanha. Finalmente, a eleição, realizada nos dias 19 e 20 de dezembro, deu a vitória à chapa de oposição - a “Alternativa”, que tomou posse em 17 de janeiro de 1985, período que normalmente a Universidade está em férias. Esta composição de forças vai dirigir o Movimento Estudantil da UFRPE por mais de uma década de forma quase ininterrupta, quando finalmente, já na segunda metade da década de 1990, com um racha provocado no interior deste agrupamento, dividindo-se em duas chapas, o que levou a sua derrota eleitoral.

Uma das primeiras bandeiras de lutas da “Alternativa” foi pelo congelamento das taxas cobradas na UFRPE, com um discurso que a defesa da escola pública, gratuita e de qualidade deveria partir de questões bem concretas vividas pelos estudantes.

“Uma luta importante da nossa gestão, foi à questão do congelamento das taxas cobradas, e depois pela sua eliminação. O esforço da diretoria foi a persistência, evitar fazer um protesto e se acalmar, mas manter a chama acesa o ano inteiro. Assim, pudemos garantir que durante vários anos não se aumentassem os preços das taxas cobradas, incluindo as refeições do Restaurante Universitário.” (Múcio Magalhães).<sup>3</sup>

É importante registrar neste período, a valorização da persistência e da continuidade das lutas, do esforço para evitar lutas apenas episódicas ou eventuais, que foram duramente assumidas pela diretoria do DCE. Uma indicação destes elementos de continuidade foi a publicação do boletim “Faca Amolada”, que saiu com regularidade mensal durante toda a gestão.

Em 1985, passa a ser valorizada a realização de planejamento para a ação do DCE, ainda durante as férias é realizado o Conselho de Entidades de Base, para socialização do planejamento e incorporação de instrumentos de monitoria das

---

3 Entrevista concedida por Múcio Magalhães Secretário Geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE) - na gestão Alternativa - 1985a 1986, para a pesquisa “100 anos de participação estudantil na UFRPE”, em 03 de agosto de 2013.

ações e de alcance de resultados. Neste sentido, é registrada já no início do ano de 1985 a realização da CALOURADA, como um espaço de recepção dos calouros, mas também de boas vindas gerais aos estudantes da Universidade. Uma programação intensa de atividades culturais e políticas.

Entre este ano e o seguinte, percebe-se uma sequência e contínua pauta de mobilizações, como: comemoração do 1º de maio promovido pelo DCE, ADUFERPE e ASUFERPE; uma vitória do DCE - Assembleia Geral para barrar o aumento de 300% no preço do bandeirão do RU; reativação da sala de esportes, com mesas de bilhar, totó e tênis; ato público pela melhoria da UFRPE e por mais verbas para a educação – contra a implementação da Emenda João Calmon; participação de 1/5 dos estudantes nos diversos Conselhos e organismos decisórios da Universidade; bloco único das Casas dos Estudantes; eleições diretas para reitor e diretores dos departamentos; realização de cursos de férias em julho e janeiro; melhorias dos sanitários; instalações de bebedouros; e melhorias da iluminação.

Este conjunto de bandeiras de lutas demonstrou a necessária articulação entre as mesmas e a bandeira geral pela democratização da Universidade. A luta pelo congelamento da cobrança de taxas - incluindo a alimentação no Restaurante Universitário, bandeiras típicas realizadas no interior da Universidade, passando pelos atos públicos por mais verbas para educação, que indica uma reivindicação para além da UFRPE, com pressão sobre as políticas educacionais do governo federal -, indica aos estudantes a exigência de conhecimento e intervenção no orçamento da Universidade, do conjunto de recursos existentes, da forma como aplicá-los. Entre as estratégias utilizadas para a democratização da Universidade, destacaram-se a reivindicação pela ampliação da representação estudantil nos espaços de decisão da Universidade e dos diversos departamentos, e a eleição direta para reitor da Instituição iniciada em 1986, conforme trataremos adiante.

Para encaminhamento das reivindicações, foi assumida uma grande diversidade de formas de organização e métodos de intervenção, entre estes: dinamização e funcionamento regular do Conselho de Entidades de Base e nas diversas entidades de cursos - o Conselho de representantes de turmas; manutenção do boletim Faca Amolada; visitas às salas de aula; assembleias; seminários; passeata em Boa Viagem; cerco à Delegacia do Ministério da Educação no Recife (Rua do Hospício); concentração com ato público e cultural em frente à Igreja de Santo Antônio, no Centro da cidade; audiência com o senador e ex-ministro da educação, Marco Maciel; e abaixo- assinados.

### **3. A relação com o conjunto de movimentos sociais que se consolidaram a partir da década de 1980**

Este período da participação estudantil coincide com a expansão de diversos movimentos sociais em Pernambuco e no País, com a legitimidade de suas reivindicações, ampliação de suas bandeiras de lutas, consolidação e estruturação de suas formas de organização. O Movimento Estudantil da UFRPE esteve fortemente presente neste processo. Nesse período, se consolidam muitos grupos e entidades locais, mas, também, expressões locais de movimentos nacionais, sendo essa a década do crescimento da organicidade dos movimentos, como condição para permanência de seus processos de mobilização e articulação.

Entre os movimentos e organizações consolidados nesse período, destacam-se: os movimentos ligados às necessidades coletivas e à sobrevivência de imensos agrupamentos sociais, esses podem ser considerados os movimentos com maior capacidade mobilizadora, assumindo condição hegemônica no interior dos movimentos sociais e da sociedade civil brasileira, demonstrando também uma forte capacidade de pressão junto aos poderes públicos. Dentre eles: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); os diversos movimentos de defesa da moradia popular, como o Movimento de Luta por Moradia (MNLN) e a União das Lutas por Moradia Popular (ULM), as associações comunitárias que em geral se articulam em torno de Federações Municipais e Estaduais de Associações de Moradores. O Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), e outros movimentos de cortiços, de inquilinos, de mutuários do sistema financeiro de habitação e outros moradores de conjuntos habitacionais, podem-se vincular a esse bloco de movimentos populares.

Outros movimentos mais vinculados às identidades coletivas de setores sociais que, durante séculos, sofreram diversos tipos de opressões, entre estes: diversos movimentos de mulheres, de negros, de homossexuais, de pessoas vivendo com limitações ou “deficiências”.

Antigas organizações sociais retomaram certa capacidade organizativa e mobilizadora, principalmente os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e suas respectivas federações, e o sindicalismo em geral, fortalecido pela criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), da Força Sindical e outras centrais sindicais em franco desafio à legislação ainda então vigente.

Segundo informações das lideranças do movimento estudantil da Rural neste período, as organizações estudantis estiveram presentes, inclusive organi-



zando, diversas campanhas e mobilizações políticas do conjunto das forças democráticas e populares no período.

“Mesmo antes de assumirmos o DCE estávamos presentes em diversas mobilizações populares e democráticas da época. O início da campanha pelas eleições diretas para presidente, lá em Abreu e Lima<sup>4</sup>, (...) entre outros movimentos ... nos envolvemos no movimento contra o aumento do transporte coletivo, que é uma bandeira histórica do movimento estudantil, mas, naquele ano, envolvemos também o pessoal da Associação do Sítio dos Pintos aqui do lado da Universidade, porque os ônibus não entravam na comunidade, com o argumento dos buracos e da violência...” (Múcio Magalhães)<sup>5</sup>.

#### **4. Diversificam-se as formas de mobilização e organização - “Os Caras Pintadas” e o “Fora Collor”**

Em 1992, quando diversos analistas iniciavam suas abordagens em torno da chamada “crise dos movimentos sociais”, os estudantes brasileiros realizaram uma das mais espetaculares campanhas e mobilizações da história da juventude brasileira, e do próprio País, que ficou conhecida como “Os Caras Pintadas”, ou o “Fora Collor”, a mobilização popular, principalmente, dos estudantes pelo impeachment do Presidente da República Fernando Collor de Melo, envolvido em diversos escândalos de corrupção no seu governo (KRIEGER, G; NOVAES, L. A.; FARIA, T, 1992).

Embora entre os analistas de tal movimento seja conferido importante destaque ao papel da mídia para o resultado de tal ação (o afastamento do presidente de suas funções governamentais), nossa análise se junta àquelas abordagens

---

4 A campanha pelas eleições diretas para Presidente da República, conhecida como Campanha das Diretas, foi uma das maiores manifestações populares da história do Brasil, teve início com a primeira manifestação pública na cidade de Abreu e Lima em Pernambuco, com uma participação de cerca de 100 pessoas, seguida com atos em Goiânia (PE) e Teresina (PI) nos meses seguintes, chegando a manifestações de um milhão e quinhentas mil pessoas em São Paulo no mês de abril do ano seguinte.

5 Entrevista para a pesquisa “100 anos de Participação Estudantil na UFRPE”, citada anteriormente. A se transformar neste importante movimento, foi o protesto organizado pelos estudantes do Rio de Janeiro em sua luta pelo pagamento da meia entrada e pela carteira de estudante, que daria acesso a esse direito, onde foram denunciados os esquemas de corrupção no governo federal. Já a iniciativa de pintar os rostos em verde e amarelo se incorporou ao movimento dias depois, a partir de uma manifestação em Salvador na Bahia. Portanto, o conhecido “Movimento dos Caras Pintadas”, pelo impeachment do presidente Fernando Collor, foi se constituindo enquanto o movimento foi se movimentando.

que enfatizam o papel protagonista dos estudantes nas ruas. É claro que se faz necessário considerar a importância da atuação da imprensa, tanto para potencializar e legitimar as manifestações estudantis e populares, quanto para pressionar pelo resultado final que dependia de votação no Congresso Nacional. Mas, sobretudo, consideramos que a imprensa ampliou sua cobertura do fenômeno à medida que o movimento demonstrava maior capacidade mobilizadora, neste sentido, movimento e imprensa foram se relacionando, se legitimando, se ampliando. Provavelmente, sem as passeatas, manifestações, atos públicos, paradas nas escolas e universidades, não teria ocorrido o impeachment.

Na verdade, “Os Caras Pintadas” e o “Fora Collor”, foram símbolos e bandeiras criadas no próprio percurso do movimento (MISCHE, 1997). A primeira manifestação pública que viria

A partir de Salvador, os rostos pintados passaram a ser assumidos por estudantes de todo o País (alguns analistas indicam uma escola secundarista de São Paulo como primeira iniciativa espontânea de pintar os rostos em verde e amarelo), transformando-se em um símbolo da contestação juvenil, vindo a ser significado como título do próprio movimento (MISCHE, 1997; MARTINS FILHO, 1994). Por outro lado, por diversas razões, diversas empresas de comunicação demonstravam descontentamentos com o governo federal, estas empresas haviam assumido importante papel para a eleição do então presidente, Fernando Collor de Mello, uma liderança “fabricada”, a partir do emblema de “caçador de marajás” para impedir a eleição de lideranças da esquerda política, que se transformaram em lideranças nacionais, a partir do movimento das Diretas Já, como Luís Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola.

O descontentamento de tais empresas se transformou em instrumento, que passou a potencializar enormemente o movimento dos estudantes, que se transformou em forte movimento popular. A matéria do jornal O Estado de São Paulo, de 17 de agosto de 1992 (notícia do ato com 10 mil pessoas em São Paulo), e o lançamento da minissérie da Rede Globo “Anos Rebeldes” (com a brilhante interpretação de Claudia Abreu na personagem da estudante guerrilheira com forte protagonismo militante no final dos anos de 1960 e início da década seguinte) são emblemáticos desta constatação. Em seguida, as grandes revistas nacionais, com sedes no Rio de Janeiro ou em São Paulo, passaram a buscar os “furos de reportagens”, para divulgação das notícias, tanto do movimento, quando dos escândalos no interior do governo, objeto da denúncia dos estudantes, influenciando os

trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada para investigar o caso.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) assumiu para si a condução do movimento e se transformou no agente aglutinador das manifestações, se legitimando como representante dos “Caras Pintadas”. O presidente da entidade, o paraibano Lindbergh Farias, passou a ser liderança presente nas grandes mobilizações em todo o País, e a ocupar, cotidianamente, os meios de comunicação social, incluindo uma entrevista no programa da Xuxa, da poderosa Rede Globo, um dos programas mais assistidos pelos adolescentes e jovens daquele período. As iniciativas e métodos criativos que se desenvolviam a cada nova mobilização, combinadas com a grande divulgação realizada através dos grandes meios de comunicação, ampliaram as manifestações de ruas e praças, chegando a mobilizar até um milhão de pessoas, quantidade só vista antes na Campanha pelas Eleições Diretas para Presidente da República realizada na década anterior.

Os estudantes de caras pintadas assumiram uma identidade coletiva resgatando uma trajetória das lutas estudantis de décadas anteriores, possibilitada pela existência de uma estrutura organizativa, no caso, a UNE, que tratou de construir as teias de comunicação e articulação entre o período atual e o anterior, entre as bandeiras atuais e às anteriores; assumiram também a existência de um opositor contra o qual se deveria lutar, no caso, o presidente da república e suas práticas corruptas; e assumiram uma perspectiva da práxis na perspectiva de transformação da realidade, no caso o impedimento do presidente para continuar exercendo suas funções governamentais.

Embora na UFRPE a direção do DCE não tenha assumido como prioridade o movimento dos “Caras Pintadas” por razões políticas, que se verificava nas divergências entre as forças políticas presentes na direção desta entidade e aquelas hegemônicas na direção da UNE, os estudantes da Universidade participavam das manifestações, e o próprio DCE criava as condições de transportes para que os estudantes da UFRPE se incorporassem à participação nos atos no Centro da cidade.

“Na nossa avaliação a direção da UNE se sentiu seduzida pelo apelo dos grandes meios de comunicação para o movimento, passando a priorizar o caráter festivo e despolítico do movimento. Uma entrevista no programa da Xuxa era a glória para o presidente da entidade. Esta opção tinha consequências para as palavras de ordem das mobilizações centradas unicamente no impea-

chment, perdendo oportunidades para massificar a consciência crítica e política dos estudantes. Era um momento importante para um salto organizativo e político dos próprios estudantes, potencializar as organizações de base, estruturar as redes nacionais por cursos (...). Tanto é que, após o impeachment do Collor, a entidade voltou quase ao mesmo nível de organização e mobilização anterior ao movimento”. (Reginaldo Guimarães Filho).<sup>6</sup>

Em Recife e em diversas cidades do Estado de Pernambuco as mobilizações se multiplicavam, podendo ser consideradas entre as mais numerosas e mais permanentes do País. Entre os meses de agosto e de dezembro de 1992, realizaram-se intensas manifestações, principalmente, no mês de agosto, quando explode nacionalmente o movimento, e, no mês de setembro, quando se prepara a votação do impeachment na Câmara dos Deputados. Mas, até o mês de dezembro, quando se conclui a votação no Senado, as mobilizações eram quase permanentes, como expressam as matérias dos jornais da época: “1992 - O novo ano rebelde” (Jornal do comércio, nº245, em 06/09/1992); “Une coloca mais de 50 mil estudantes na rua” (Jornal do Comércio, nº 255, em 11/09/1992); “Estudantes nas ruas pelo impeachment” (Jornal do comércio, nº 260, em 6/09/1992); “A geração cara pintada” (Jornal do Comércio, nº275, em 01/10/1992).

## **5. Uma nova Universidade é possível, mas é difícil! Perspectivas para a Reforma Universitária**

Entre 1994 e 1995, os estudantes da UFRPE protagonizaram uma das mais espetaculares expressões mobilizadoras dos 100 anos de história da Universidade, trata-se da eleição direta para reitor e vice, com uma proposta de Reforma Universitária, que saiu vitoriosa das urnas, mas que não foi aceita pelo governo federal, indicando um interventor na Universidade. Durante um ano, a UFRPE foi balanceada por diversas e criativas mobilizações estudantis, juntamente com os servidores técnico administrativos e os professores.

Após vários anos e décadas das diversas reivindicações, campanhas, denúncias, o movimento estudantil aprendeu a articular reivindicação com proposição, combatividade e enfrentamento com negociação. Neste sentido, na década de 1980 o movimento assume a necessidade de qualificar a proposição em torno da

6 Entrevista concedida por Reginaldo Guimarães Filho, presidente do Diretório Acadêmico do Curso Agronomia da UFRPE em 1991, da Federação dos Estudantes de Agronomia (FEAB) em 1992, e do Diretório Central dos Estudantes (DCE – UFRPE), entre 1992 e 1993, para a pesquisa “100 anos de participação estudantil na UFRPE”, em 03 de setembro de 2013.

democratização da Universidade. Com a abertura política e a eleição de um presidente civil, mesmo que eleito pelo Congresso Nacional refém do regime militar, os ares de democratização espalham-se pelo conjunto da sociedade e da política do País. Um contexto favorável a recolocar a bandeira da Reforma Universitária através de sua democratização. Para o Movimento Estudantil da UFRPE, duas questões são prioritárias no caminho pela democratização da Universidade: a ampliação da representação estudantil nos organismos colegiados da Universidade, incluindo o Conselho Universitário, organismo superior de tomada de decisões sobre a vida universitária; e a eleição direta para reitor da Instituição.

Este contexto democratizante passou a ser uma referência para que os estudantes elevassem sua disposição de luta pela democratização da própria Universidade, de forte tradição autoritária. A nova gestão do DCE da UFRPE, eleita em 1984 e empossada em 1985, passa a pautar esta questão como prioritária. Após diversos anos tendo na sua ação a ênfase nas denúncias e reivindicações, o movimento se exige uma postura mais propositiva e participativa, o que só será possível com uma instituição aberta a esta participação. É claro que a bandeira da Reforma Universitária não era nova para os estudantes, ela esteve presente em diversos momentos da dinâmica e participação estudantil, mas, após a anunciada queda do Regime Militar, esta bandeira ganha novos significados e novas possibilidades.

É neste contexto que se inaugura a campanha pela primeira eleição direta para reitor e para os diretores dos departamentos da UFRPE. Foi uma campanha articulada entre as entidades representativas dos três segmentos que compõem a vida acadêmica da Universidade: os estudantes, os professores e os servidores técnico-administrativos, que se articularam em torno do “Comitê pelas eleições diretas para reitor”. Num primeiro momento, foram realizadas algumas mobilizações no intuito de pressionar o Conselho Universitário pela deliberação da convocação das eleições diretas para reitor; e no segundo momento, apressadamente, foram realizadas diversas reuniões, debates, acordos, negociações para formulação de uma proposta de trabalho, e para escolha de nomes que representassem estes desejos e propostas.

Como a maioria das mobilizações daquele período, esta também foi uma campanha marcada por diversos símbolos, criatividade, enfrentamentos. Na formulação de Almeida e Freitas (2013): ... “muitos dos novos professores oriundos do movimento estudantil tinham experiência de organização política e levaram à sua nova categoria social as plataformas e as práticas organizacionais dos estudan-

tes” (ALMEIDA e FREITAS, 2013, p. 03). Poesias, charges, debates, panfletagens e uma série de outras atividades marcaram a criatividade da disputa.

Numa rápida análise daquelas eleições, os professores Argus Vasconcelos de Almeida e Aderaldo Alexandrino de Freitas (2013) indicam uma caracterização das principais chapas concorrentes daquele processo.

A chapa “Unidade e democracia” era encabeçada por um professor que já havia ocupado diversos cargos em estruturas de poder na Universidade, como a Pró-reitoria de Ensino de Graduação, embora não assumisse, era a chapa mais aproximada da reitoria em exercício, conduzida pelo reitor Waldecy Fernandes Pinto, que dirigiu a Universidade entre 1983 e 1987. Segundo Almeida e Freitas:

“...esta chapa assumia um discurso reformista dos seus principais formuladores, havia como estratégia a unidade dos setores ditos ‘progressistas’ para conseguir derrotar os conservadores e evitar o retrocesso de uma gestão de direita como depois veio realmente a acontecer em duas sucessivas gestões...” (ALMEIDA e FREITAS, 2013, p. 28).

A chapa “Navegar é preciso” nasceu dos debates entre as entidades, que pautaram a necessidade de eleições diretas para reitor, formada pelos professores Chico e Ângela, profundamente envolvidos com o movimento docente, e após terem realizado uma surpreendente gestão no Departamento de Química, marcada pela democracia e participação. Inicialmente concebida como uma “anti-candidatura” com o interesse em pautar algumas questões fundamentais para a vida da Universidade, como a sua democratização e transparência, mas foi capaz de formular uma análise do papel da Universidade na sociedade e da produção do conhecimento. Realizando assim a “... agitação de um programa radical de mudanças dos objetivos e natureza da UFRPE” (Idem, p. 24).

A chapa “Integração e Luta”, manteve o argumento de campanha que “o País mudou! Vamos mudar a Universidade”, com um programa pouco inovador, mas se apresentando como chapa de oposição à reitoria. Segundo Almeida e Freitas (2013), àquela reitoria, anteriormente citada, não fazia parte do pacto conservador que dominou historicamente a Universidade, mas não havia aprimorado instrumentos de democracia, participação e transparência no trato da administração da UFRPE.

“O movimento ‘Integração e Luta’ tinha o apoio aberto dos setores mais direitistas da Universidade. Sua política se dava através das relações de compadrio, baseado nas características pessoais de amizade e simpatia do professor Batista e do apoio fisiológico de funcionários, professores e setores direitistas dos estudantes ligados à UDR (União Democrática Ruralista)” (Idem, p. 14 e 15).

Conforme tabela abaixo, disponível no Centro de Memória do Movimento Docente, esta chapa (Integração e Luta) saiu amplamente vitoriosa no segmento dos técnico-administrativos, ganhou também entre os professores, e perdeu apenas entre os estudantes. Por seu turno, a chapa “Navegar é preciso”, foi vitoriosa com uma pequena margem, apenas entre os estudantes, e foi a chapa menos votada entre os professores, mesmo tendo na sua composição um professor profundamente envolvido com o movimento docente.

Resultados<sup>7</sup> :

	Unidade e Democracia: (Carlos Alberto e Murilo Cesar Amorim)	Navegar é preciso: (Francisco Oliveira Magalhães e Maria Ângela)	Integração e Luta: (João Batista e Rildo Sartori)	Humanizar para desenvolver: (Luiz Gonzaga Paz e Antônio Cardoso)	Chapa 1: (José Espinhara da Silva e Marcos Antonio Lemos de Oliveira)
Professores	31,57%	3,87%	34,42%		15,48%
Técnico-Administrativos	18,13%	7,75%	55,78%		6,27%
Estudantes	12,20%	13,40%	13,20%		6,80%

Na análise de Almeida e Freitas (2013), esta eleição teve importante significado para a vida universitária na UFRPE, com consequências para a vida acadêmica nos próximos anos.

“Localmente, foi um momento muito rico de grande mobilização da comunidade e as suas entidades tiveram um papel crucial no seu desencadeamento. Não fosse a militância dos movimentos dos docentes, técnico-administrativos

<sup>7</sup> Os resultados aqui apresentados fazem parte do relatório registrado no Centro de Memória do Movimento Docente da UFRPE, da Associação dos Professores da UFRPE, seção Sindical do ANDES. Não havendo registro exato de forma apresentar os resultados em 100% em cada uma das faixas de votantes, e a chapa “Humanizar para Desenvolver”, não tem seus votos contabilizados.

e estudantes tudo teria permanecido como dantes, quando através do pacto conservador-corporativo sucediam-se os docentes agrônomos e veterinários ao poder, através de acordos de gabinetes, favorecimentos e amígdas articulados nos chamados ‘Conselhos Superiores’ da Universidade” (Idem, p. 29).

A militância e as forças políticas envolvidas nas entidades representativas dos estudantes, dos professores e dos servidores técnico-administrativos souberam enfrentar e aprender com a derrota eleitoral. Após o seminário de avaliação do processo e dos resultados, decidiu-se pela continuidade da mobilização, pelo aprofundamento das questões e propostas apresentadas, pelo estudo das possibilidades de realizações, pela análise política e metodológica dos erros e acertos, formando-se uma Comissão com representantes dos três segmentos para a continuidade da mobilização e estudos.

Oito anos depois, mais preparados e em condições de apresentarem um projeto político, metodológico e acadêmico para a UFRPE; de indicarem nomes capazes de expressar e realizar este projeto; de constituir um arco de forças e alianças capazes de vencer as eleições; os três segmentos da Universidade, através de suas entidades de representação e do trabalho articulado, montam um projeto e uma chapa para concorrer às eleições para Reitoria. Para tal, foi constituída a chapa “Gestão Coletiva” composta pelos professores Chico Magalhães e Antônio Aleixo. Também foram indicados, para assumirem as diversas pró-reitorias, diversos professores que se destacaram no processo entre a eleição de 1986 e a atual, desempenhando importante papel no processo de elaboração da plataforma de ação para a chapa. No fundamental, a chapa assumia como princípio: “Assumir como referencial filosófico a interdisciplinaridade, como princípio de reorganização epistemológica do conhecimento e de reformulação das estruturas pedagógicas no ensino, pesquisa e extensão” (Programa da chapa).

Esta eleição provavelmente foi a mais disputada durante toda a existência da UFRPE, pela apresentação de um programa intencionando uma profunda mudança estrutural na vida e na dinâmica da Universidade, incluindo questões da democratização, da transparência, da qualidade da educação (ensino, pesquisa e extensão), da relação com a sociedade, especialmente os movimentos de trabalhadores, bem como pelo caráter das disputas política e ideológica presentes nos debates e nos materiais de campanha.

Após intensa campanha, a eleição realizada em 03 de agosto de 1994 indicou uma espetacular vitória à chapa Gestão Coletiva, encabeçada pelo professor



Francisco Magalhães, conforme tabela abaixo, disponível no “Centro de Memória do Movimento Docente da UFRPE”<sup>89</sup> :

Chapa	Gestão Coletiva (Chico)	Universidade Rumo ao ano 2000 (Valmar)	Experiência e Competência (Rildo Sartori)	Totais de votantes (considerar votos brancos e nulos)
Professores	139 (29,01%)	70 (14,61%)	203 (42,38%)	479
Servidores Técnico-administrativos	471 (48,36%)	64 (6,7%)	350 (35,93%)	974
Estudantes	1.609 (62,58%)	318 (6,44%)	648 (13,12%)	2.644
Totais (proporcional ao peso de cada segmento).	36,65%	9,21%	30,47 %	4.097

Este resultado e a lisura do processo eleitoral não foram questionados por nenhum segmento universitário, dado a seriedade e responsabilidade de como os mesmos foram conduzidas, constituindo-se um consenso entre todas as forças em disputa, o que foi assumido por todos os organismos da Universidade. Deste modo, no dia 25 de outubro de 1994, através do ofício nº 342/94, o gabinete do reitor enviou comunicado ao Ministro da Educação e do Desporto com a indicação da lista sêxtupla, conforme praxe para estes casos, com a indicação do professor Francisco Magalhães, como o mais votado e com os demais nomes da mesma chapa com votações menores.

Após a abertura política e a incorporação de eleições diretas para reitoria das universidades brasileiras, era a primeira vez que um candidato profundamente envolvido com o movimento docente, tendo amplo apoio do movimento estudantil e dos técnico-administrativos, e posicionado politicamente entre as forças políticas de esquerda, saía vitorioso de um processo eleitoral.

Por outro lado, tratava-se do primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, eleito por uma composição de forças centrada na “nova social democracia brasileira” baseada na “Avenida Paulista” centro do capital financeiro nacional e internacional, representado na enigmática figura do próprio Fernando

---

<sup>8</sup> Os dados aqui apresentados são transcritos do relatório do processo eleitoral registrado no Centro de Memória do Movimento Docente da UFRPE, anteriormente citado. Estes números não foram aprofundados pois não era o objetivo da presente pesquisa.

Henrique do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), aliado com as velhas oligarquias rurais representante da velha direita política nacional, representada por Marco Maciel e pelo então Partido da Frente Liberal (PFL), partido que sucedeu a ARENA, partido que dera sustentação à ditadura civil-militar que durou 21 anos no país. Com um programa de governo neoliberal, montado no desmonte do Estado, nas privatizações, na desregulamentação, o que tinha consequências também para a política educacional, especialmente para as universidades.

Ou seja, um contexto de extremas dificuldades para o respeito às regras do jogo democrático. Deste modo, o governo decide pela não nomeação do reitor eleito, o professor Francisco Magalhães. Assim, o governo federal propõe nova eleição na UFRPE, diante a negação desta proposta pelo conjunto das forças sociais e acadêmicas presentes na Universidade, que reconheciam a legitimidade do processo realizado, o governo decide pela nomeação de outro nome da lista sêxtupla indicada pelo Conselho Universitário, o professor Arnóbio Gonçalves.

Diante dos diversos riscos impostos pelo contexto, o conjunto das forças que haviam garantido a eleição do professor Francisco, especialmente o Movimento Estudantil da UFRPE, que demonstrava imensa capacidade mobilizadora naquele período, assume a campanha “Reitor eleito, reitor empossado, sem nenhuma alternativa”, constituindo-se um amplo consenso no interior da Universidade.

Durante os meses de fevereiro, março e abril de 1995, a UFRPE volta a ser palco de grandes mobilizações, num processo crescente de radicalização, semelhante aos últimos anos da ditadura civil militar. Assembleias, atos públicos, paralisações, vigílias, entre outros. Foi constituída uma rede de apoio e solidariedade com diversos eventos realizados, indicando a necessidade da posse do reitor eleito: ANDIFES, ANDES, Associações de Docentes de diversas universidades do País, Câmara de Vereadores do Recife, Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados, Pastoral da Criança, movimentos comunitários do Recife, CUT, FETAPE e tantos outros.

Algumas matérias dos jornais da época apontam indicadores destas mobilizações: “Nomeação gera crise na Universidade de Pernambuco” (Jornal do Comércio – 18/03/1995); “Reitor eleito da UFRPE protesta contra ministro” (Diário de Pernambuco, 29/03/1995); “Ocupação da avenida em frente ao prédio central, indicativo de Greve dos três segmentos” (Jornal do Comércio, 18/03/1995); “Estudantes e professores saem às ruas em protesto” (Jornal do Comércio, 31/03/1995);

“Comunidade acadêmica exige uma explicação do ministro” (Jornal do Comércio, 01/04/1995); “Rural não quer fazer nova eleição para reitor” (Jornal do Comércio, 19/04/1995); “UFRPE tem sua autonomia questionada” (Diário de Pernambuco, 30/08/1995).

Após quase um ano de mobilizações, com forte presença principalmente de estudantes, o movimento pela posse do reitor eleito dava sinais de “cansaço”. Por outro lado, a tradição conservadora e de concentração de poder na UFRPE se impôs. Algumas forças desta tradição, profundamente relacionadas com as forças políticas conservadoras estaduais e nacionais, se associam ao interesse do governo central que continuava com a firme decisão de não empossar o reitor eleito. “Finalmente, em 30 de agosto de 1995, um ano após a eleição, os membros do Conselho Superior votaram pela inclusão do nome do professor Emídio de Oliveira, para ser apreciado pelo Ministério da Educação” (Diário de Pernambuco, 30/08/1995 - “UFRPE tem sua autonomia questionada”). Suspende-se assim a mais brilhante iniciativa de democratização da Universidade, que contou com entusiasmada e propositiva participação dos estudantes.

## ALGUMAS CONCLUSÕES PARA ESTE PERÍODO

A interpretação dos professores Argus V. Almeida e Aderaldo A. de Freitas (2013), citados no presente capítulo, constata uma assertiva que vem se revelando nos diversos capítulos desta pesquisa: muitas vezes o processo é mais importante do que o resultado final. É claro que sem conquistas imediatas, dificilmente o movimento ganha forças para manter seus processos reivindicativos e mobilizadores. O período de pouco mais de uma década de movimento estudantil, analisado no presente Capítulo, é expressão desse complemento e dessa tensão entre o processo e as conquistas ou resultados.

Outra constatação sobre a ação estudantil deste período se revela na análise positiva e, ao mesmo tempo, uma tensão, que é a permanência na direção do movimento pelas mesmas forças políticas durante uma década de forma quase ininterrupta, o que possibilita continuidade e permanência dos processos de mobilização, das bandeiras de lutas ou reivindicações, dos métodos de intervenção, das parcerias e alianças, dos enfrentamentos, dos diálogos e negociações, dos acordos. Especialmente na luta pela bandeira histórica da “Reforma Universitária”, que não pôde ser realizada de forma imediata, mas que exigiu longo, cuidadoso e permanente processo de acúmulo de ações, reflexões, elaborações, experimentos.

Alguns traços metodológicos são marcantes desse importante período do movimento estudantil na UFRPE, responsável por importantes processos de mobilização, com consequências importantes para a vida dos estudantes e da própria Universidade: Uma presença permanente ou com grande periodicidade, em salas de aulas; a constituição de espaços lúdicos e culturais no “Espaço de Vivência” no interior da UFRPE, envolvendo diversos coletivos de estudantes para além das salas de aula; o exercício de realização de planejamentos para a gestão do DCE, e dos planos anuais de ação de todo o movimento estudantil (envolvendo as entidades de base em cada curso); os debates e seminários em torno de temas universitários e da realidade nacional, ampliando a capacidade reflexiva e política dos estudantes; as edições de boletins e informativos como instrumentos de comunicação entre a diretoria do DCE, as entidades de base, e o conjunto dos estudantes (o “Faca amolada” foi o mais duradouro nesse período); a realização de mobilizações massivas em praças e ruas do Recife, e em frente à delegacia do MEC em Pernambuco (representação visível e estrutural da política educacional do governo federal no Estado); como exemplificações de demonstração de força,

legitimidade das reivindicações, constituição de identidades coletivas entre os estudantes e visibilidade dos opositores ou adversários de suas demandas (reitoria, MEC, governo federal); a articulação com outros segmentos da Universidade para elaboração de um programa de mudanças na vida acadêmica, nos processos de ensino e aprendizagem, no compromisso da universidade pública com a sociedade, e na sua própria estrutura, incluindo a forte participação nas eleições para reitoria como possibilidade concreta de realização de tal projeto.

O contexto de democratização do País, após 20 anos de ditadura civil-militar, também pode ser considerado como elemento que influenciou a metodologia de intervenção do movimento estudantil e suas bandeiras reivindicativas, a euforia participativa dos nascentes ou revitalizados movimentos sociais contaminava os estudantes. Mas também, o movimento estudantil, desse período, influenciou fortemente os movimentos massivos de rua, marcados pelas bandeiras da redemocratização e da organização popular e operária.

Findo o período cujo inimigo principal dos estudantes era o governo central, em sua expressão de ditadura civil-militar, o movimento estudantil pôde concentrar suas energias militantes nas questões específicas da Universidade, sem despreocupar das lutas gerais da sociedade (vide sua participação em lutas populares como pelos transportes coletivos, e nos movimentos de massa, como pela Constituinte, e eleições diretas para presidente da República). Neste sentido, retoma a bandeira da Reforma Universitária, que inclui tanto a democratização de suas estruturas, quanto o sentido da produção do conhecimento e da sua responsabilidade social. De forte tradição autoritária, a UFRPE, uma quase centenária instituição acadêmica, demorou a deixar de se contaminar pelos ares democratizantes do contexto nacional, portanto, as necessárias mudanças articulavam desde questões sobre o autoritarismo de sala de aulas até a representação estudantil nos órgãos colegiados de decisão da vida universitária, passando pela função social da produção do conhecimento, a relação e o compromisso da universidade pública com a sociedade, especialmente com os movimentos sociais.

Com esta determinação, o movimento estudantil participou efetivamente de uma das páginas mais brilhantes e mais tristes da história dos 100 anos da UFRPE: a primeira eleição direta para reitor da instituição e o processo que se constituiu a partir daí, aprofundando-se na prática, na reflexão e na elaboração de um novo projeto acadêmico para a Universidade, na projeção das forças sociais e acadêmicas capazes de realizar este projeto e de nomes de professores com condi-

ções e representatividade para conduzir tais mudanças. Neste processo, chega-se a eleição para reitor da Instituição em 1994, numa das campanhas mais politizadas, mais entusiasmadas, mais participativas das universidades brasileiras, com a vitória de uma candidatura e de um projeto profundamente comprometido com as mudanças desejadas, tendo como representação da chapa eleita um militante profundamente relacionado com o movimento docente da Universidade, e com os movimentos sociais progressistas e libertários de Pernambuco naquele período.

Apesar da espetacular vitória e do contexto de democratização do País já está vivendo sua segunda década, o Ministério da Educação e o governo central, dirigidos pela aliança entre a social democracia paulista e as velhas oligarquias nordestinas, não aceitam tal vitória e não permitem a posse do reitor eleito, justamente por representar àquele projeto de mudança profunda no sentido da Reforma Universitária. Após quase um ano de resistência, empunhando a bandeira de “Reitor eleito é reitor empossado”, em que o movimento estudantil assumiu um papel protagonista, com permanentes, massivas e extraordinárias mobilizações, provavelmente a última grande campanha estudantil da UFRPE no século XX, o governo, amparado em seu aparato jurídico e militar, consegue impor à Universidade um reitor fora da lista sêxtupla indicada ao MEC pelas instâncias universitárias.

Este processo demonstrou que a Reforma Universitária é possível, mas é difícil. Ficou o aprendizado. Diversas lideranças estudantis desse processo mobilizador transformaram-se em expressões centrais das forças democráticas e progressistas, influenciando fortemente as agendas sociais e políticas do Recife, de Pernambuco nas décadas seguintes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ALMEIDA, Argus V. e FREITAS, Aderaldo A. As visões sobre universidade pública nos programas das chapas concorrentes na primeira eleição direta para reitor da UFRPE.** Cadernos da ADUFERPE, nº 2: Recife, 2013.

**BRITO, Paulo Afonso B. Mudam os tempos, muda o movimento.** Revista Gaveta Aberta, nº

03. Recife: Escola de Formação Quilombo dos Palmares, 1996.

**KRIEGER, G.; NOVAES, L.A.; FARIA, T. Todos os sócios do presidente.** São Paulo: Scritta Editorial, 1992.

**MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estudantes e a Política no Brasil (1962 – 1992).** Teoria e Pesquisa, 10. Centro de Educação e Ciências Sociais: Universidade Federal de São Carlos, 1994.

**MEDINA, Cremilda (org.) - 1968-1988: nos passos da rebeldia.** São Paulo: CJE/ECA-USP, 1989.

**MISCHE, Ann. De Estudantes a Cidadãos: Redes de Jovens e Participação Política.** Revista Brasileira de Educação, nº 05, maio, junho, julho, agosto – 1997.





## **ATUALIDADE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFRPE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA VISÃO DOS ESTUDANTES.**

João Vítor Oliveira Santos<sup>9</sup>

### **1. INTRODUÇÃO:**

Este capítulo foi desenvolvido a partir dos dados e análises levantados na pesquisa de campo realizada para construção do trabalho intitulado “*Participação no movimento estudantil: Uma análise da ótica dos estudantes sobre o D.C.E da UFRPE*”, realizada por mim, com orientação do professor Dr. Paulo Afonso Barbosa de Brito. Aqui, teremos a apresentação dos gráficos resultantes do trabalho, com uma análise feita de acordo com algumas teorias utilizadas; depois as considerações finais sobre os resultados da pesquisa; por fim, a bibliografia.

Para alcançar esses dados foram aplicados questionários em estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) no período de novembro e dezembro de 2013; bem como em janeiro de 2014. Não aplicamos em nenhuma turma de primeiro ou segundo período por acreditarmos que a formação de opinião sobre o movimento estudantil na universidade pode exigir certo tempo de observação, portanto, em prol da lisura dos dados e da pesquisa, decidimos por assim.

### **2. (Des) Conhecimento, concepção e participação dos estudantes nas iniciativas das entidades estudantis**

Nesta seção abordaremos a percepção de entendimento dos estudantes para com o movimento estudantil, sendo esse uma ferramenta política de importante representação para a categoria. Vejamos os gráficos referentes à diferença entre D.A e D.C.E., respectivamente

---

9 Cientista Social formado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e-mail:santosjv@hotmail.com

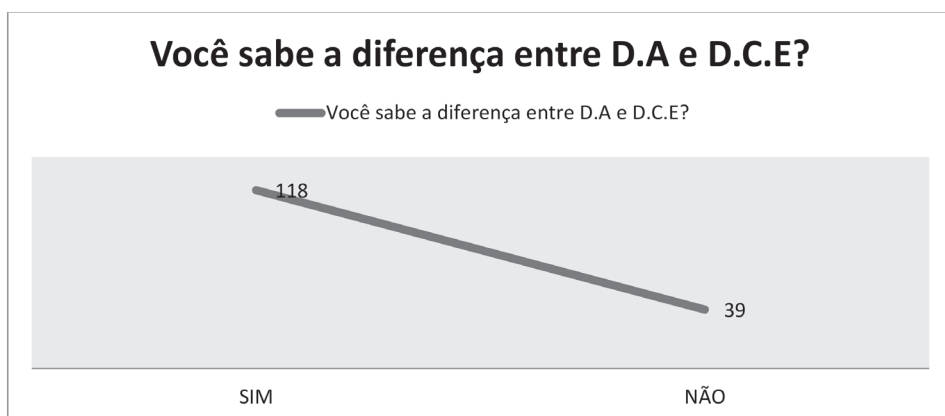


GRÁFICO 1 – Diferença entre D.A e D. C. E.

Fonte: Trabalho de Campo

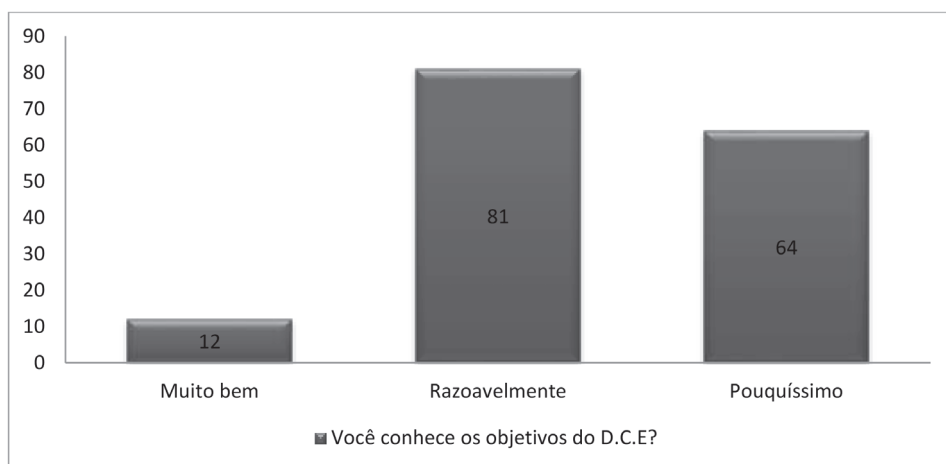


GRÁFICO 2 – Objetivos do D.C.E.

Fonte: Trabalho de campo

Quando analisamos o primeiro e segundo gráfico, a priori, pensamos haver uma contradição: a maioria dos pesquisados, no primeiro gráfico, disseram conhecer a diferença entre D.A e D.C.E (118 votos), mas logo em seguida, no segundo gráfico, a maioria esmagadora responde que conhece “pouquíssimo” (64 votos) ou “razoavelmente” (81 votos) os objetivos do D.C.E. Acreditamos que os estudantes podem, na prática, estarem considerando a diferença entre os dois órgãos de maneira básica: um sendo mais geral (D.C.E) e o outro ligado ao curso (D.A.), o que justifica sua afirmativa no primeiro gráfico.

Percebemos uma perda recente de dinamismo e vitalidade do movimento estudantil, bem como uma incapacidade latente de se comunicar com os estudantes

e representá-los dentro de seus anseios. Villasante (2002) aponta uma tendência nos movimentos sociais, em geral, de apresentarem um percurso similar às ondas, onde variam entre o seu auge (onde assumem condições de protagonistas, convergem internamente nas suas principais ideias, representam os anseios da sociedade, etc.) e seu declínio (quando a comunicação interna não se estabelece, transparecendo disputas de ideias e prioridades, não conseguindo representar as causas reivindicadas pela sociedade, etc.). Essa ideia nos leva a acreditar que o movimento estudantil esteja passando por um momento de baixa capacidade mobilizadora. Continuando, vejamos os próximos gráficos.

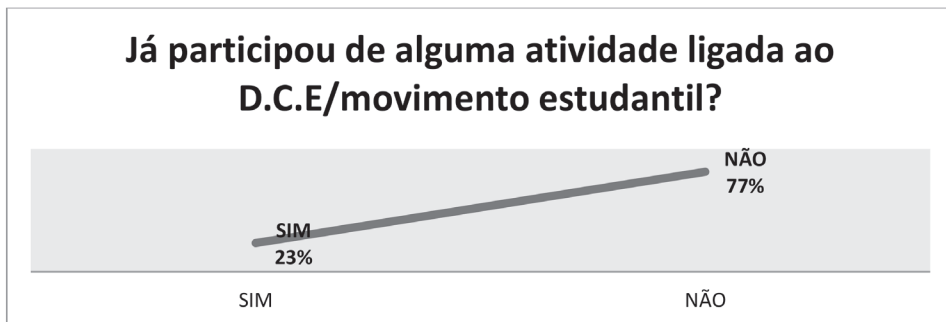


GRÁFICO 3 – Participação no D.C.E.

Fonte: Trabalho de campo

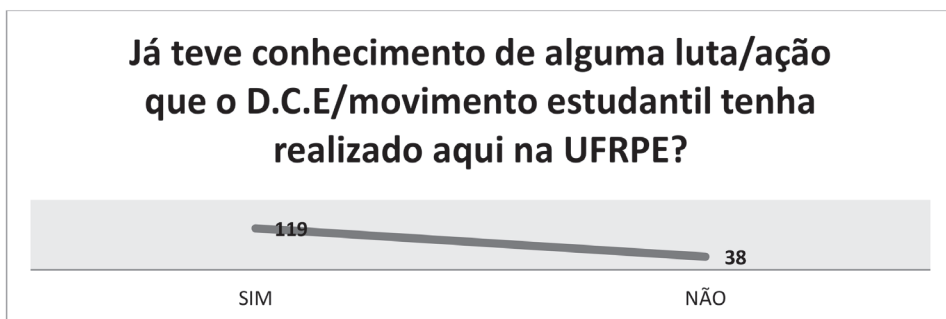


GRÁFICO 4 – Conhecimento das ações do D.C.E.

Fonte: Trabalho de campo

Apesar da maioria dos estudantes tomarem conhecimento de lutas/ações que o D.C.E promove, eles não participam. A não participação dos estudantes pode apontar uma **falta de sincronia entre as ideias dos estudantes e as ações do D.C.E.** Agora, vejamos os gráficos sobre eleições e representação estudantil:

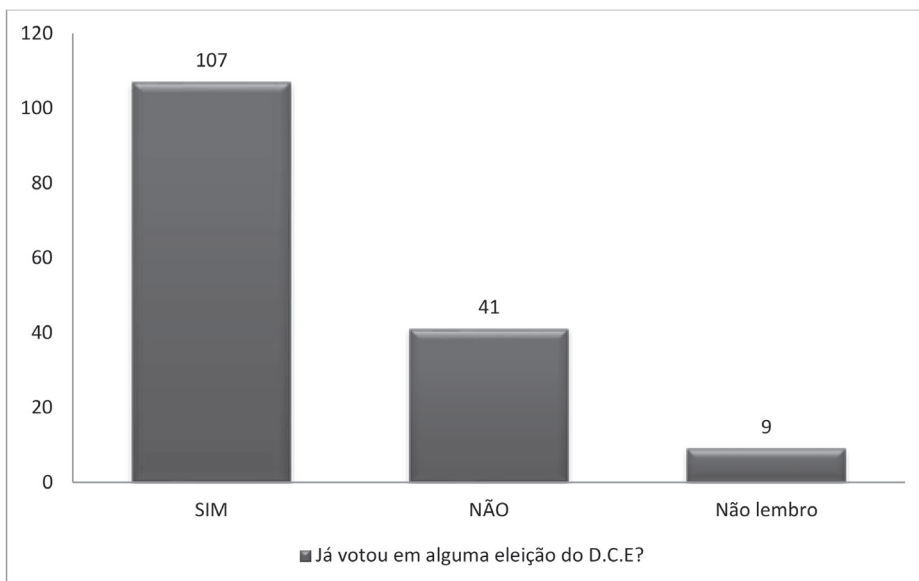


GRÁFICO 5 – Voto nas eleições do D.C.E.

Fonte: Trabalho de campo

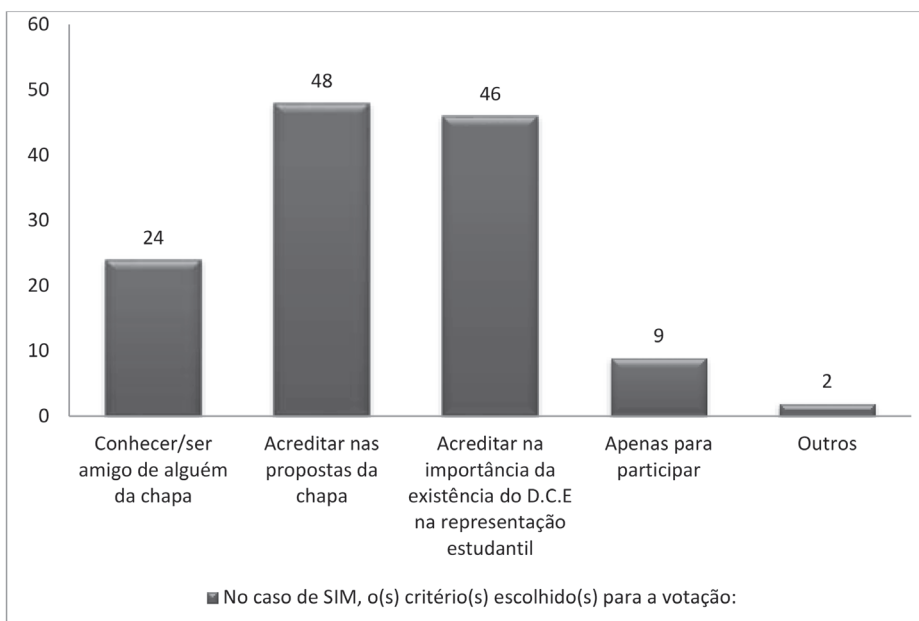


GRÁFICO 6 – Importância do D.C.E.

Fonte: Trabalho de campo

Entre os estudantes entrevistados, 107 dos 157 disseram que “SIM”, confirmando o interesse dos estudantes em participar da formação do diretório, assim como, quando questionados sobre os critérios escolhidos para participarem da votação, observamos que a opção mais votada foi “acreditar na importância da existência do D.C.E na representação estudantil” com 46 escolhas, perdendo para a mais votada, “acreditar nas propostas da chapa”, por apenas dois votos, indicando que os estudantes acreditam que **é necessário um órgão que possa representar a categoria politicamente**. Ainda sobre a representatividade dos estudantes, vejamos o gráfico abaixo:

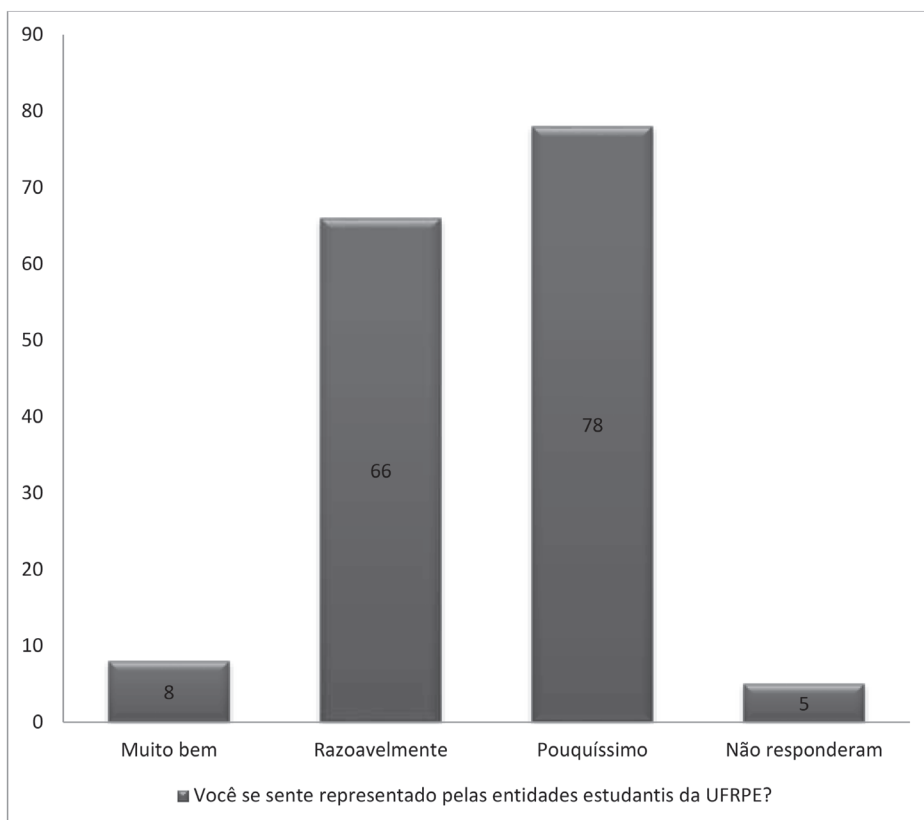


GRÁFICO 7 – Representação Estudantil

Fonte: Trabalho de campo

Quando questionados sobre se sentirem representados pelas entidades estudantis da UFRPE, o expressivo número de pesquisados que escolheram “pouquíssimo” (78 votos de 157) ou “razoavelmente” (66 votos de 157) e isto indica a **ausência de uma percepção de representatividade nos estudantes perante os dirigentes do D.C.E**.

### 3. Percepção da importância do movimento estudantil para a melhoria da dinâmica universitária: problemas e perspectivas; afirmações e contradições

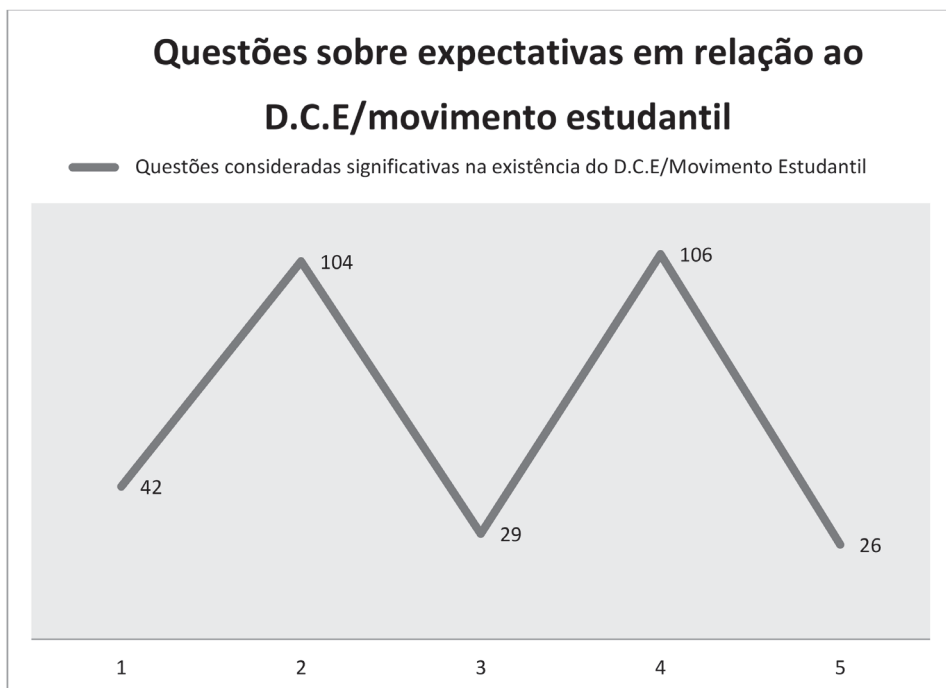


GRÁFICO 8 – Ações mais importantes do D.C.E.

Fonte: Trabalho de campo

No gráfico, as legendas significam: **1** – Encaminhamento dos problemas de estudantes em sala de aula/disciplinas; **2** – A representação dos estudantes na negociação com os diretores da UFRPE; **3** – A relação entre a universidade e a sociedade; **4** – Lutar pela melhoria da infraestrutura e logística da universidade; **5** – Organização de eventos estudantis e acadêmicos.

A pergunta é feita no sentido de quais os fatores mais significativos na existência do D.C.E/movimento estudantil, logo, quais ações apresentadas na questão deveriam ser consideradas prioridade no diretório, como se os estudantes apontassem o que consideram mais importante a ser feito, quais as expectativas deles diante do funcionamento do diretório. Os dois pontos mais lembrados são bastante complementares: o primeiro foi “*lutar pela melhoria da infraestrutura e logística da universidade*” com 106 votos; o segundo foi “*a representação dos estudantes na negociação com os diretores da UFRPE*” com 104 votos. **Podemos inferir que o estudante espera que o D.C.E/movimento estudantil o represente em negociações com os diretores da universidade no sentido de melhorar a infraestrutura e logística da mesma.** Algo que nos chamou a atenção foi a pouca

importância dada pelos estudantes à relação da universidade com a sociedade (apenas 29 votos), haja vista que, historicamente, esse é um marco da UFRPE e seu movimento estudantil, como foi abordado em outros capítulos deste livro. Veremos agora o gráfico referentes às críticas estudantis ao D.C. E:

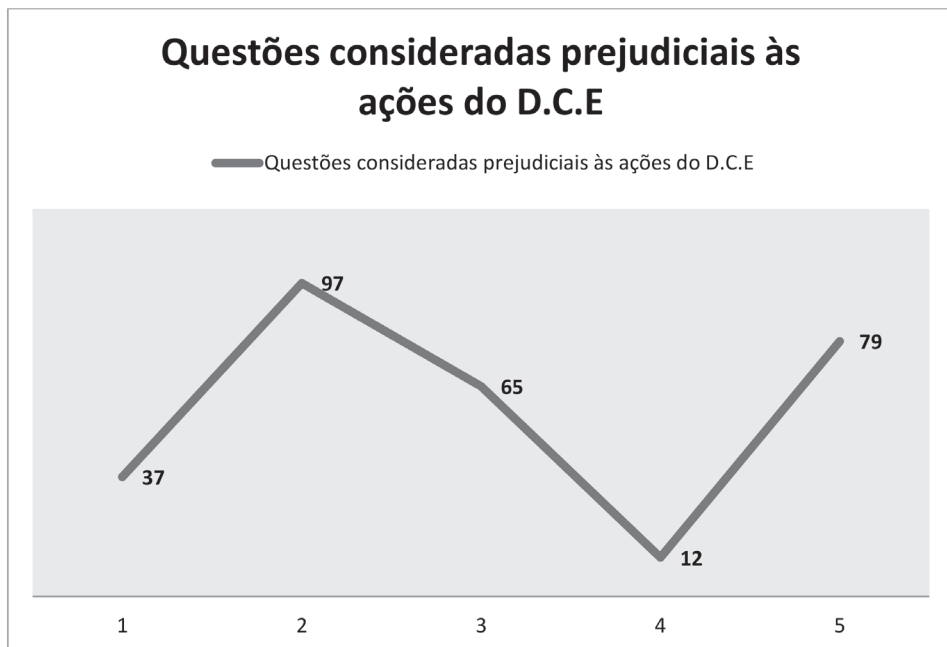


GRÁFICO 9 – Ações prejudiciais ao D.C.E.

Fonte: Trabalho de campo

No gráfico acima, as legendas significam: **1** – O pouco empenho dos próprios dirigentes; **2** – A pouca comunicação/presença dos dirigentes junto aos estudantes; **3** – Muito envolvimento com os partidos políticos; **4** – A forte vinculação com órgãos dirigentes da universidade; **5** – Dirigentes se esforçam para ganhar as eleições, mas depois não se empenham para enfrentar os problemas estudantis.

Como pode ser visto, existiam cinco hipóteses, onde o pesquisado poderia escolher até duas, apontando quais poderiam ser as ações prejudiciais ao D.C.E./ movimento estudantil no seu ponto de vista. Acreditamos que a partidarização do diretório é mal vista pelos estudantes, portanto uma das cinco opções que poderiam ser escolhidas afirmam que o “muito envolvimento com os partidos políticos” pode ser algo negativo. Essa opção foi a terceira mais votada, com 65 escolhas, mostrando que outras questões, prioritariamente, incomodam mais os estudantes. As duas opções mais votadas, com 97 votos (a pouca comunicação/presença dos dirigentes junto aos estudantes) e 79 votos (dirigentes se esforçam para ganhar as eleições, mas depois não se empenham para enfrentar os problemas estudantis), respectivamente, convergem com algo que foi bastante lembrado nos outros grá-

ficos, levando a entender que existe **uma sensação de abandono dos estudantes perante os dirigentes que fazem a política estudantil.**

Diante desses resultados, fica claro que existe falta de comunicação, constante e presente, dos dirigentes para com os estudantes, o que em tempos marcados pela rapidez nas comunicações e enredamento das relações, parece estranho que os maiores problemas percebidos pelos estudantes quanto às suas entidades representativas se situem justamente neste campo. Até agora, o que conseguimos levantar, nos leva a acreditar que existem: 1. Uma percepção de ausência de representação dos estudantes perante os dirigentes do D.C.E; 2. Falta comunicação dos dirigentes do D.C.E para com os estudantes; 3. Dissincronia entre as ideias dos estudantes e as ações do D.C.E; 4. Os estudantes consideram importante serem representados politicamente, mas não aprovam a maneira que essa representação é feita; 5. Os estudantes se sentem abandonados pelos dirigentes do D.C.E.

Todos esses pontos levantados, até o momento, apontam, simetricamente, para uma incapacidade do D.C.E em se comunicar e gerenciar os desejos dos estudantes, o que passa a ideia de que a representação feita pelo diretoria não é eficaz. Diante da literatura revisada, encontramos alguns dos possíveis motivos/causas que explicam essa dificuldade de comunicação e representação.

A dificuldade de inserir um movimento no campo institucional, dando um caráter político representativo ao mesmo, é algo trabalhado por alguns teóricos. Para Tatagiba (2011), existem mais riscos do que vantagens para os movimentos que adotam esse caminho, pois o que se costuma observar é uma moderação dos objetivos, uma mudança de identidade do movimento, bastante dificuldade em manter a mobilização de base, distanciamento da militância e dificuldades em novos recrutamentos e acirramentos de conflitos internos.

Dagnino (2010) também segue a linha crítica dos que optam por essa vertente, ela acredita que existe uma dificuldade de adaptação do movimento em lidar com as exigência e requisitos da esfera política institucional formal, o que exige uma mudança de técnicas e ferramentas do movimento para lidar com o novo campo, essa mudança termina por ocupar bastante tempo da agenda, levando o movimento a abdicar de outras prioridades que eram, até então, importantes para sua formação. A consequência, para a autora, é o afastamento da sua base aliada e, convergindo com Tatagiba (2011), também vislumbra uma fragmentação interna bastante nociva.

Para Teixeira, Moroni e Marx (2009), algumas condições que podem surgir merecem atenção dos atores que formam o movimento, pois terminam por se tornar em problemas de articulação interna e comunicação externa, como por exemplo a posição dos representantes. Muitas vezes os representantes do movimento não conseguem lidar com a “dupla militância”, pois é bastante possível que em algum momento possam surgir divergências de interesses entre o partido e a base do movimento que o adotou, colocando os representantes do movimento em uma situação delicada que pode mudar a identidade das ações. Na mesma ideia,



encontramos Brito (2011), que se preocupa com algumas lideranças inseridas nos trâmites formais ligados à política do movimento, apontando que é possível uma interrupção entre as lideranças do movimento e a base das suas organizações. Esses líderes quando inseridos no campo institucional, muitas vezes, se sentem pressionados moralmente, o que pode interferir nas suas ações.

Ainda levando em consideração as dificuldades na institucionalização dos movimentos, encontramos em Mesquita (2009) uma visão bastante crítica, ele acredita que a partidarização do movimento estudantil se intensificou nas últimas décadas e atingiu seu ápice nos dias atuais. O autor percebe também que com o passar dos anos o movimento estudantil começou a ceder, paulatinamente, às pressões dos partidos políticos, que começaram “a interferir e instrumentalizar as entidades para seus fins” (2009, p. 130). O referido autor, também aponta os fatores que, acredita ele, serem os responsáveis pelo afastamento dos estudantes nos movimentos estudantis: profissionalização da militância, a observação de práticas autoritárias, a tecnização da política observada tanto no estilo como no discurso e algumas reproduções de pautas dos partidos. Ele considera que o movimento estudantil deve se abrir para novos debates e concepções mais distantes da lógica partidária.

Após esse momento de explanação teórica, observemos o gráfico referente à representatividade estudantil

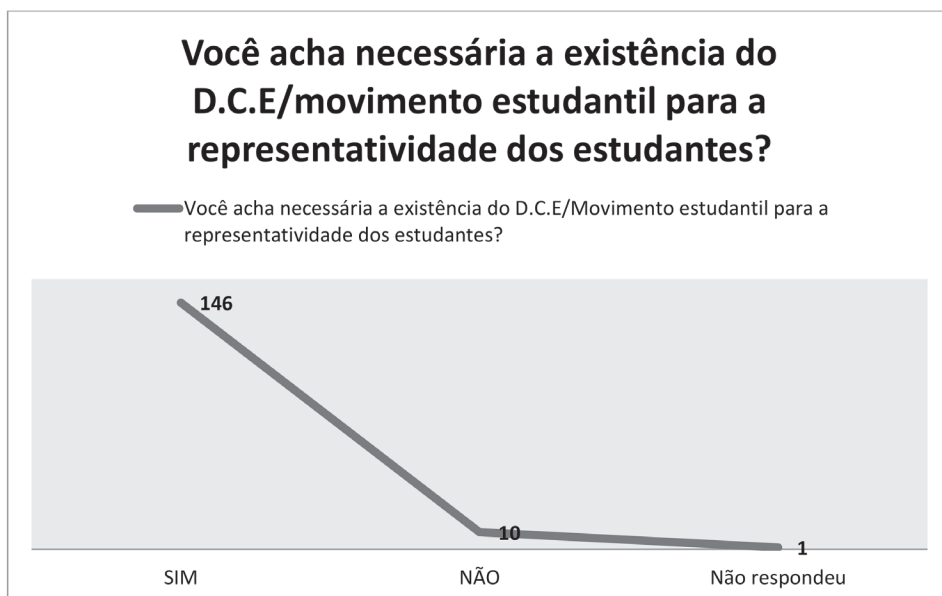


GRÁFICO 10 – Movimento Estudantil e representatividade

Fonte: Trabalho de campo

Temos, aqui, um resultado bastante afirmador, onde 146 pessoas votaram em “SIM”. Percebe-se que a noção de que é importante se sentir representado é muito forte, embora a maioria dos gráficos apontem para um distanciamento dos que fazem o diretório para com os estudantes, a importância da entidade Diretório Central dos Estudantes parece ser considerada. **É como se os estudantes soubessem a importância de serem representados, mas não aprovassem a maneira como essa representação é feita.**

## ALGUMAS CONCLUSÕES PARA ESTE PERÍODO

Antes, gostaria de registrar que durante a realização de nossa pesquisa de campo, nos deparamos com uma importante mobilização de estudantes de um dos cursos da UFRPE, em torno de reivindicações bem concretas. Trata-se de Zootecnia, curso esse que tem a maior taxa de evasão da universidade, os estudantes fizeram greve (na primeira semana de aula após o recesso, em janeiro de 2014) em prol da melhoria da estrutura das salas e do campus onde ficam alocados e outras reivindicações ligadas ao ambiente de estudos, marcharam até a reitoria exigindo que as suas solicitações fossem atendidas como condição para encerramento da greve. A ação dos estudantes foi destacada pela imprensa local e nacional, como o destaque no Diário de Pernambuco: “Alunos de zootecnia da Rural decretam greve” (08/01/2014) e no portal do ANDES (2014), na internet. Após alguns dias de luta, eles conseguiram uma assinatura da reitoria se comprometendo com as exigências e encerraram a greve. Contudo, quando da aplicação dos questionários, foi possível observar naqueles estudantes mobilizados um distanciamento do D.C.E, alguns acusavam os representantes do Diretório Central de marcarem presença nas salas de aula na época de eleição e, depois, sequer aparecer para agradecer os votos. Também falavam que após toda a luta deles em busca dos seus interesses (realização da Assembleia e passeata, concentração diante do prédio da reitoria, etc.) os dirigentes do D.C.E apareceram e ainda tentaram levar a responsabilidade pela mobilização, o que irritou boa parte dos estudantes.

Pelos diversos relatos e fatos vivenciados na pesquisa fica evidente afirmar que, enquanto ser político, o indivíduo entende a importância de se representar através de algum órgão, instituição, movimento, grupo, etc. que lhe forneça a possibilidade de legitimar sua voz em busca de seus anseios e objetivos. São ideias e interesses particulares que, quando expostos no coletivo, terminam convergindo com outros, criando bandeiras de luta com força suficiente para serem defendidas.

As pessoas aprenderam isso com o passar dos séculos; o desenvolvimento dos movimentos sociais aponta para isso, um amadurecimento da sensação de necessidade de representação, o aumento do contingente de movimentos, a pluralização das reivindicações e de seus atores sociais, grupos que buscam suas demandas e a vontade cada vez mais significativa de poder participar e interferir nas condições que nos são impostas cotidianamente.

Dentro desse cenário, a crescente falta de interesse dos estudantes pela participação no movimento estudantil da universidade, na última década, termina soando contraditório. Quando questionados, se a forte ligação do movimento estudantil é algo negativo, 65 dos estudantes (de um total de 157) concordaram, foi a terceira opção mais lembrada. Acredito que a partidização termina fazendo com que o estudante associe a entidade D.C.E ao partido que ele está aliado, porém os partidos que costumam revezar/disputar o poder desses diretórios apresentam, simultaneamente, pouca adesão de militantes e indivíduos quando vistos na sociedade civil e, mesmo que o estudante seja, constantemente, tratado como uma categoria dotada

de características próprias e especificidades, ele faz parte da grande sociedade, não vive única e exclusivamente o ambiente acadêmico e, inevitavelmente, apresenta condutas, valores e tendências da grande sociedade.

Os dados e informações alcançados durante nossa pesquisa nos fazem acreditar que a linguagem, a maneira de se comunicar, o modo de lutar e reivindicar, as estratégias e as ferramentas de voz usadas pelos D.C.E's apresentam, hoje, dificuldade em ser entendida pela categoria estudantil. Embora o Movimento Estudantil tenha tido uma participação importantíssima no processo de abertura política do país, não conseguiu manter o auge organizativo e mobilizador posteriormente. O que se vê, nos últimos anos, desde o fim dos tempos militares, foi o movimento estudantil “pegando carona” em outros movimentos que formavam ideais, se organizavam, e iam à luta.

Além das considerações levantadas, até aqui, ao dialogar explicitamente com os objetivos e hipóteses construídos para a realização da pesquisa e elaboração do presente capítulo, percebemos que as informações coletadas junto aos estudantes demonstram que realmente há pouca percepção de que as entidades representativas, principalmente o D.C.E, continue representando os interesses do conjunto dos estudantes. Percebe-se que a confiança em seus representantes na condução das entidades e interesses estudantis está fortemente abalada e os estudantes demonstram pouco interesse em participar das ações e organizações convocadas pelo diretório.

Contudo, embora os estudantes não refutem a nossa hipótese inicial, de que o forte processo de partidarização do movimento estudantil enfraqueceu a credibilidade e o sentimento de representatividade do mesmo perante os estudantes; as informações coletadas na pesquisa de campo indicam outras questões como principais causadoras desta descrença e distanciamento: a pouca comunicação e presença dos dirigentes estudantis junto ao cotidiano estudantil, e o pouco empenho para enfrentar os problemas concretos dos estudantes, uma vez que, após as eleições se verifica um distanciamento das direções em relação aos estudantes. São duas questões complementares, ambas relacionadas a pouca presença ou pouca relação cotidiana com a vida e a dinâmica estudantil. Só em terceiro lugar aparece a questão da partidarização. Ou seja, não se trata de afirmar que a forte partidarização não seja responsável pela perda de credibilidade dos estudantes em relação às suas entidades representativas, mas que esta está subordinada a outras questões.

Por outro lado, os dados não indicam uma crítica absoluta a participação estudantil através de suas entidades de representação, uma vez que, 146 votos, continuam considerando necessária a organização dos estudantes através de entidades representativas, como possibilidade de encaminhamento das ações. As críticas são, principalmente, na forma de condução das entidades estudantis.

Acho importante ressaltar que, as diversas críticas e percepções levantadas pelos estudantes ao D.C.E. através do questionário aplicado e abordado neste capítulo, não estão ligadas às bandeiras que ele representa, nem mesmo à atual gestão do diretório ou alguma gestão anterior em específico, pois vejo essas características

aqui explanadas se repetirem independente da gestão do D.C.E. Os estudantes não indicam uma análise final do movimento e da participação estudantil, uma vez que apontam diversas possibilidades de novas pautas e novos estilos, novas atitudes. Trata-se de saber ouvir e interpretar estas demandas para preparar um novo tempo.

Chegando ao fim da avaliação o gostaria de, agora, confrontar o material coletado, bem como a análise construída, com os objetivos e hipóteses do projeto. Os estudantes ainda se sentem representados pelos movimentos estudantis das suas universidades? Eu acredito que não. Assim como não vejo o movimento estudantil atendendo às necessidades dos estudantes. A partidarização do movimento interferiu negativamente na relação do mesmo para com a sua base aliada? Nossos dados apontam que sim, o que terminou por conflitos internos que enfraqueceram o movimento. Sobre os objetivos, tínhamos como objetivo geral entender o posicionamento dos estudantes no que se refere à participação do movimento estudantil/D.C.E., acredito que conseguimos uma resposta interessante nesse sentido, que nos traz um conforto para tentar imaginar quais são as tendências das opiniões dos estudantes de uma maneira mais abrangente. Nossos objetivos específicos eram: a) Refletir se os estudantes acreditam que o movimento estudantil/D.C.E atende às suas necessidades; b) Analisar se a partidarização do movimento estudantil/D.C.E abalou a confiança entre o movimento e os estudantes; c) Identificar possíveis pautas que despertem algum interesse dos estudantes pelas entidades de representação estudantil. Logo, acredito que os objetivos deste trabalho foram atingidos.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDES. **Estudantes da UFRPE encerram greve contra condições precárias de ensino.** Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=6554>>. Acessado em: 19 de fevereiro de 2014.

BRITO, Paulo Afonso Barbosa de. Movimentos Sociais: Cidadania e Participação Democrática. In: SILVA, Márcia Karina da; SOUZA, João Moraes de. (Org.). **As Ciências Sociais em Perspectiva.** 01ed. Recife: EDUFRPE, 2011.

DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. (Org.) **Mouvements sociaux et participation institutionnelle:** répertoires d'action collective et dynamiques culturelles dans la difficile construction de la démocratie brésilienne. *Revue Internationale de Politique Comparée – Número especial sobre Répertoires d'action collective em Amérique Latine*, (Imprimé), v. 17, p. 167-185, 2010.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Identidade, cultura e política: **Os movimentos estudantis na contemporaneidade.** Maceió: EDUFAL, 2009

TATAGIBA, Luciana. **A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo.** In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.) *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação.* Brasília: IPEA, 2011, v. 7, p. 171-186.

TEIXEIRA; Ana Claudia Chaves; MORONI, José Antonio; MARX, Vanessa. Políticas de participação e novas institucionalidades democráticas no contexto brasileiro recente. In: **Sociedade Civil e Novas Institucionalidades Democráticas na América Latina: dilemas e perspectivas**, Brasília, 2009.

VILLASANTE, Tomás. **Redes e alternativas – Estratégias e estilos criativos na complexidade social**. Tradução de Carlos Alberto Silveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

## PARTE II:

### QUESTÕES TRANSVERSAIS E ANALÍTICAS DOS 100 ANOS DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA UFRPE

#### Capítulo VII:

#### **GÊNERO E POLÍTICA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFRPE**

Maria Grazia Cribari Cardoso<sup>1</sup>

#### **INTRODUÇÃO**

Levando em conta que é muito baixa a atuação da mulher na política institucional no Brasil, o objetivo do capítulo é analisar a participação específica das mulheres como parcela significativa na liderança estudantil na Universidade Federal Rural de Pernambuco<sup>2</sup>.

Para tal empreendimento, trabalhamos com entrevistas de militantes da década de 80. Essas trajetórias são importantes para compreender a participação feminina no campo da ação política, representado e constituído, até hoje, como sendo masculino. Quando se trata do Estado e suas instituições é minúscula a presença feminina. Ao contrário, sua participação aparece com mais força na política não institucionalizada (movimentos estudantis, movimentos feministas e movimentos sociais em geral) (SARTORI, 2001; VENTURI; GODINHO, 2013).

No entanto, mesmo em espaços de maior participação política feminina é necessário desconstruir as relações socialmente estabelecidas entre homens e mulheres. Diferenciando “sexo” e “gênero”, pretendemos compreender como o modo de organização da vida social pública e privada também é estabelecido de acordo com as relações de gênero, para, desse modo, revelar a divisão sexual do trabalho na vida política.

Tomamos como referência, para este estudo, o trabalho de Goldemberg (1997) que mostrou as transformações políticas dos movimentos de esquerda e sindicatos, através da narrativa da vida pessoal de mulheres militantes, da sua atuação política e da sua visão de luta de acordo com gerações diferentes. A par-

1 Doutora em Antropologia. Professora Adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), No Departamento de Ciências Sociais (DECISO). Pesquisadora e extensionista nas áreas de Gênero e Trabalho. E-mail: mariagraziacardoso@gmail.com

2 Doravante, UFRPE.

ticipação feminina na política sofreu transformações que acompanharam as lutas políticas da esquerda em diversas épocas. Por isso, cada um desses momentos teve sua peculiaridade no tipo de participação feminina. Assim, a participação política das estudantes da UFRPE na década de 1980 pode ser estudada seguindo as mesmas bases lançadas pelo trabalho citado.

Isso nos permitiu ver que a atuação dos movimentos estudantis durante o período da ditadura militar no Brasil foi marcada pela presença de mulheres, porém, as relações de gênero neles não eram temas centrais de debate e ação. Colling (2004) analisou a história da repressão na ditadura militar e, em especial, como as relações de gênero estavam excluídas deste debate, sofrendo a mulher um duplo cerceamento: primeiro, por ser contra o regime militar, lutando contra ele; e, em segundo lugar, por invadir o espaço público considerado masculino, invertendo as normas estabelecidas para os sexos.

As lutas políticas pela liberdade, durante a ditadura militar, não corresponderam às lutas feministas. As contradições de classes no capitalismo dominaram a discussão, reforçando a preponderância masculina no mundo da política estudantil. Do mesmo modo, o movimento estudantil inicialmente desprezou o debate sobre as relações de gênero nele mesmo ou na sociedade.

Por outro lado, a pesquisa de Cipriani (1988, p.162) sobre política nos movimentos estudantis na década de 70 nos Estados Unidos e na Itália tem como objetivo compreender a relação sagrada política no ocidente. Considera que os movimentos, a religião e os jovens estudantes estiverem à frente das mudanças sociais da década de 70. Nas palavras do autor: “A condição de estudante, que alia paradoxalmente privilégios e marginalidade, conflitos sociais e gerações, desempenhou um papel fundamental na mobilização religiosa experimentada pelo Ocidente. É esse duplo caráter – leigo e religioso – dos movimentos estudantis que desejamos analisar(…)”

As fontes bibliográficas nos permitiram abordar o percurso da questão do gênero na academia e no movimento estudantil, além de nos fornecer o plano para a análise da atuação feminina em militâncias políticas no Brasil. Documentos dos arquivos do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRPE e dos Diretórios Acadêmicos (DA) dos cursos de: Zootecnia, Agronomia, Veterinária, Economia Doméstica, e licenciaturas; reportagens de jornais de circulação na cidade; atas das reuniões das do DCE; e programa políticos das chapas para eleição da direção das entidades estudantis citadas nos permitiram reconstituir a participação feminina nos espaços formais do movimento e também identificar os te-



mas centralizadores da luta estudantil no período do regime militar, e depois dele acompanhando o percurso do tema gênero nas discussões da política estudantil

A reconstrução das experiências das militantes foi realizada através de entrevistas com duas participantes do movimento da década de 1980 que, lembrando o olhar subjetivo que tinham da participação na luta estudantil (ideais e atividades), relataram a situação política da sociedade brasileira nesse período, além de suas próprias vidas neste contexto político. O exame destes relatos nos permite estudar a situação feminina no movimento estudantil e na família, a forma de atuação feminina na política dos movimentos sociais e a reprodução da divisão sexual do trabalho na atuação política estudantil.

Segundo Mesquita (2009) o debate sobre o gênero no movimento estudantil brasileiro foi tardio e inconstante. Assim, seguindo esta tendência, a discussão sobre mulher e gênero no Movimento Estudantil da UFRPE foi descontínua e extemporânea. No entanto, as jovens militantes marcaram presença como sujeitos que desejavam também se expressar, se fazer ouvir, como parte importante da vida da sociedade. Mesmo assim, de maneira geral no Brasil, a questão feminina preterida frente às lutas pelas liberdades públicas, pela redemocratização e, mesmo, por melhores condições na universidade. Veremos que o Movimento Estudantil da UFRPE é uma prova disso.

Assim, tendo em vista que as Ciências Agrárias, naquela época, não tinham no seu arcabouço teórico discussão sobre a construção social da realidade, incluindo as relações sociais construídas entre homens e mulheres, ou seja, as relações de gênero. Então, levantamos a hipótese que a problemática “mulher, gênero e diversidade sexual”, tenha sido nutrida paulatinamente através da participação maior de estudantes das diversas áreas das licenciaturas da UFRPE no movimento e, com isso, a maior participação das disciplinas humanísticas nos cursos.

Nesse sentido é relevante explicar: como se dá a discussão sobre gênero na academia e no movimento estudantil? Quais as experiências femininas neste movimento? As condições de classe, familiares, culturais afetam ou não esta militância? Como a divisão sexual do trabalho provoca diferenças na participação da mulher na política estudantil? É o que pretendemos responder.

## **1. Sexo e gênero**

Antes de adentrar no tema específico da participação política feminina no movimento estudantil, se faz necessário cercar o conceito e a historiografia

teórica do conceito de gênero a fim de apresentar uma distinção teórica que fundamente a compreensão do objeto do estudo.

Embora mantenha uma referência ao sexo, “caso não o fizesse não seria gênero, seria outra coisa, falaria sobre ‘outras’ diferenças” (PISCITELLI, 1997, p.65), gênero é uma categoria que faz distinção entre as esferas do biológico e do social. Já a categoria sexo refere-se à dimensão biológica e às características anatômicas e funcionais de homens e mulheres. Isto é, diz respeito às distinções inscritas na espécie humana entre machos e fêmeas.

Gênero, por sua vez, diz respeito, às representações sócio-culturais construídas, que informam e dão sentido ao fenômeno biológico do sexo. Por isso, ser homem e ser mulher, antes de ser um prolongamento do sexo, são atributos criados pela cultura ao conceber diferenças na conformação física dos sexos (Heilborn e Sorj: 1999).

A literatura antropológica vem mostrando que, ao falar de comportamento humano, o condicionante biológico submete-se às determinações culturais. A cultura transforma os fatos naturais em algo com sentido e significado para a sociedade.

A cultura considera qualidades diferenciadas para os sexos. Dessa maneira, o entendimento, do que é ser homem ou ser mulher, varia conforme o tempo e a sociedade. Em relação às qualidades atribuídas, ao homem e à mulher, algumas teóricas feministas postulam que não existe um sentido universal que dê conta da diversidade de conteúdos de gênero manifestados pelas culturas.

Mas, qual a condição feminina? Pergunta-se o feminismo. Há uma enorme variedade dos conteúdos de gênero nas culturas. Entretanto, os significados culturais serão tanto mais aceitos e eficazes, quanto mais eles forem apresentados como naturais. A cultura delinea comportamentos, cria padrões sem os quais a experiência humana seria incompreensível.

As pesquisas antropológicas realizadas por Mead (1979), Suárez (1997), Strathern (1999) mostram que a concepção do feminino e do masculino reveste-se das mais variadas roupagens entre as sociedades, evidenciando a força da cultura na formação de atitudes e na concessão de significados referentes a ser homem e ser mulher socialmente.

Portanto, gênero é um conceito utilizado nas Ciências Sociais para designar as relações socialmente construídas entre homens e mulheres. Estas relações são marcadas pela desigualdade de poder, resultado de uma construção social que aponta diferenças entre o que é masculino e feminino.

Teóricas feministas procuram aqueles aspectos gerais da condição feminina comuns a todas as culturas. Parte-se do princípio da existência de características gerais próprias da condição feminina em todas as sociedades. No entanto, tendências universalistas apontam para uma “valência diferencial dos sexos”, ou seja, uma desigualdade entre homens e mulheres existente em todas as sociedades (HÉRETIER citada por SZTUTMAN, NASCIMENTO, 2004). Por isso, apesar do caráter do que é masculino ou feminino mudar de significado em toda cultura, a divisão entre o que é masculino e feminino mostra-se constante e é independente da cultura, gerando desigualdades de gênero. É o que trataremos a seguir.

## **2. Divisão sexual do trabalho**

A discussão sobre gênero adquire novos ares quando se depara com as questões do trabalho. A divisão social do trabalho permite compreender que as relações entre homens e mulheres são culturalmente distintas. Construídas através de configurações socioculturais específicas ao longo da história, a divisão sexual do trabalho mostra que são essas desigualdades que definem as relações de gênero (KERGOAT, 2009).

Numa visão mais tradicional a divisão sexual do trabalho refere-se à diferenciação de tarefas entre homens e mulheres. A família e, especificamente, a mulher são uma peça chave para o estabelecimento de um vínculo social (HIRATA, 2002).

A família é um espaço de complementaridade, entre homens e mulheres onde os papéis são desempenhados de acordo com o gênero, mas reduzindo estas relações ao desempenho biológico de cada sexo.

Na visão mais tradicional, a concepção de divisão sexual do trabalho não problematizou as relações de gênero em toda a sua riqueza. Naturalizou a posição de homens e mulheres como decorrência da condição biológica, sem atentar para a construção cultural do gênero. Nesta perspectiva, a divisão sexual do trabalho é um fato universal encontrada em todas as sociedades através do tempo.

As atividades e obrigações vinculadas aos papéis de pai e mãe dentro da família são resultantes de uma ideologia naturalista que submete as construções sociais a regras sexuadas. O fato de a mulher ser mãe determinaria os vínculos com o trabalho doméstico (PENA: 1981). Porém, o status de família advém do marido-pai e dos ganhos obtidos com o trabalho remunerado. Esta condição inviabiliza o trabalho doméstico, desvalorizando-o. A família é um espaço que é igualitário,

expressando uma relação entre semelhantes que, não obstante, desempenham papéis diferentes.

Esta perspectiva tradicional da divisão sexual do trabalho não problematizou a relação de gênero. Naturalizou a posição de homens e mulheres como decorrência da condição biológica, sem atentar para a construção cultural do gênero. Assim, a divisão sexual do trabalho é um fato universal encontrada em todas as sociedades através do tempo.

A desigualdade de gênero é a temática dominante num novo paradigma da divisão sexual do trabalho. Nesta outra versão, ao aspecto da especialização das atividades, alia-se a questão da subordinação e assimetria nas relações de gênero, isto é, acrescenta-se a questão do poder dos homens sobre as mulheres. Existem dois princípios organizadores da diferenciação das atividades: “o princípio da separação ( existe trabalhos de homens e de mulheres) e o princípio hierárquico ( um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher” (KERGOAT, 2009, p.67; HIRATA,2002) mesmo que a noção de trabalho feminino ou trabalho masculino variem no tempo e no espaço.

A ocorrência de um trabalho mais igualitário está associada a organizações sociais mais simples, porque à medida que a sociedade se torna mais complexa acentua-se os processos de diferenciação. Nestas os trabalhos de homens e mulheres são igualmente produtivos, enquanto que nas sociedades complexas a produção para a troca suplanta a produção para o consumo (CASTRO, N; GUIMARÃES: 1997).

Mesmo que não exista um padrão único para a divisão sexual do trabalho e não obstante haver diferenças culturais nas organizações e concepções sociais a cerca das relações entre homens e mulheres, essas são naturalizadas associando-se o lugar das mulheres ao cuidado com os filhos e ao trabalho doméstico, numa relação com o corpo feminino e a capacidade de reprodução humana, enquanto que aos homens, lhes cabe às atividades de produção e sobrevivência da família e as atividades de sustento dela que, por sua vez. são incorporadas ao mundo público.

Desta maneira, não só o papel é atribuído às tarefas domésticas e ao papel reprodutivo e por isso âmbito privado e o papel masculino ancorado no mundo do trabalho e da esfera produtiva e como tal o domínio público “assim como, simultaneamente, a captação por parte dos homens das funções com forte valor social acrescido (políticas, religiosas, militares etc.)” (KERGOAT, 2009, p.67). Portanto, nesta perspectiva, as diferenças entre homens e mulheres são tratadas como as-

simetria de poder e estas são importantes para se compreender as desigualdades entre homens e mulheres nos espaços da sociedade (HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO: 2010).

A política é um desses espaços de desigualdade de participação entre homens e mulheres. É ingênuo pensar na inserção da mulher na política apenas em termos de escolhas pessoais ou preferências naturais do sexo, ou mesmo, inclinações distintas entre homens e mulheres. Embora não seja exclusividade do nosso país, há uma pequena participação feminina na política institucionalizada. Por exemplo, embora a participação parlamentar feminina seja crescente nos últimos anos a sua representação parlamentar no País não é expressiva. Ao contrário, as mulheres têm maior participação política nas organizações não organizadas pelo Estado e nos mais diversos movimentos sociais. Especificamente, o movimento feminista assegurou a entrada das discussões sobre mulher e, posteriormente, gênero na academia e nos coletivos estudantis. É o que veremos a seguir.

### **3. Gênero: academia e Movimento Estudantil**

Pretendemos nesta seção traçar o percurso do debate sobre gênero nas academias universitárias brasileiras e no movimento estudantil a partir das diferenças na influência do movimento feminista sobre esses segmentos universitários.

No Brasil quanto no exterior o movimento feminista influenciou o debate na universidade. No caso brasileiro, as relações entre a questão feminista e a academia foram tão próximas que segundo Heilborn e Sorj (1999, p. 186) “ (...) o feminismo contou desde a origem com expressivo grupo de acadêmicas, a tal ponto que algumas versões de sua história consideram que o feminismo apareceu primeiro na academia e, só mais tarde, teria se disseminado entre mulheres com outras inserções sociais”.

Beneficiadas pela expansão do ensino superior e o maior ingresso das mulheres nas universidades, as feministas acadêmicas tinham na formação universitária a condição para a reflexão sobre a situação da mulher.

Porém, ao contrário do que ocorreu no exterior<sup>1</sup>, no Brasil a resistência ao tema levantado pelo feminismo foi diferente. Houve a incorporação institucional

---

1 Nos EUA e na Europa, os movimentos sociais que eclodiram na década de sessenta influenciaram o debate acadêmico criticando simultaneamente a organização institucional da universidade e os fundamentos epistemológicos das Ciências Sociais. (HEILBORN, SORJ, 1999; AGUIAR, 1997).

dos estudos sobre mulher e posteriormente estudos de gênero pela adoção do establishment acadêmico. Isto quer dizer que a inclusão do tema se estabeleceu por meio de coletivos, na sua maioria mulheres, que se adaptaram as estruturas departamentais das universidades formando grupos de pesquisa, estudos e núcleos que se dedicariam a discutir as questões feministas. Esse feminismo de cunho mais acadêmico e reflexivo, que procura na universidade, não o questionamento das estruturas das organizações científicas, mas antes, a legitimidade e reconhecimento das relevâncias do tema junto ao meio acadêmico, volta-se para o incremento da pesquisa social e para a criação de núcleos de estudos, suportes da produção de trabalhos de pesquisa sobre as mulheres de cunho empírico e com ênfase nos estudos de caso.

O feminismo universitário no Brasil não se contrapôs radicalmente contra as estruturas organizacionais da academia, não propugnou a separação radical entre os sexos e nem propôs modificações nas práticas de ensino. Ademais, no caso brasileiro, os problemas de desigualdade social e a luta contra a ditadura militar imprimiram uma orientação de luta política alinhada ao pensamento das esquerdas e nunca chegaram a defender o embate direto entre os sexos. O ativismo político permeou os estudos de mulheres. Se o movimento feminista influenciou as ideias feministas acadêmicas, estas últimas, trataram de formalizá-lo na estrutura organizacional ao mesmo tempo em que faziam a crítica ao aparato teórico-analítico.

Os estudos produzidos, a partir da década de 70 sobre a questão feminina, dão visibilidade ao tema por meio de um referencial que busca denunciar a assimetria e subordinação / opressão das mulheres na sociedade. Tendo como objeto privilegiado o trabalho feminino no capitalismo, este debate remonta a década de 70 quando feministas francesas de esquerda estenderam a categoria marxista de relações de produção para a produção doméstica.

Até a década de 70 na Europa, EUA e América Latina, os estudos sobre trabalho tratavam à classe trabalhadora como homogênea e não atentavam para as diferenças entre homens e mulheres, o que tornava invisível, o trabalho da mulher (ARAÚJO, 2001). Foi intensa a contribuição do feminismo às teorias marxistas. Muitas estudiosas feministas apoiaram-se nas categorias marxistas para a análise da situação do trabalho remunerado e do trabalho doméstico dentro do sistema capitalista.

A preocupação do feminismo marxista foi desvendar a base material da opressão feminina tornando visível a questão do trabalho doméstico e suas rela-

ções com o capital. No entanto, as relações domésticas tendiam a ser vistas como subsumidas às relações de classe (SAFFIOTI, 1992).

A perspectiva marxista fundamentou à análise sobre a dominação dos trabalhadores pelos interesses das classes dominantes. A exploração de classe e a maneira como essa exploração estrutura as relações sociais foram consideradas fundamentais, porque faziam parte da base econômica da sociedade. Dessa forma, as relações de trabalho domésticas foram consideradas secundárias em relação à problemática central da opressão de classe.

Todo esforço do feminismo marxista foi analisar o trabalho doméstico, como um conjunto de relações de produção no interior do sistema econômico. A discussão girou sobre as possibilidades de se avaliar se as categorias analíticas usadas para o entendimento do trabalho assalariado serviriam para o trabalho doméstico. Discutiram se era uma forma ou não de produção de mercadorias e qual o papel que desempenhava nas relações de produção capitalista. Conjugaram a análise marxista de classe social às análises das relações entre os sexos e inseriram a questão do poder e sua significação, por meio do conceito do patriarcado em sua conexão com o capitalismo. Esta abordagem foi usada para se entender situações de discriminação e subordinação das mulheres (CASTRO, LAVINAS, 1992).

Assim como no exterior, os estudos sobre mulher no Brasil foram substituídos pelos de gênero na década seguinte. Mas, os embates dessa substituição não foram vivenciados entre nós, porque aqui, as propostas feministas nunca passaram pela defesa de uma esfera separada da visão e vivência feminina.

Gênero não tem os mesmos apelos políticos separatistas da categoria mulher, e parece despolitizar uma problemática posta pelo movimento, talvez por isso, promova uma abertura da academia para a nova temática, a tal ponto que podemos afirmar que a teoria feminista instigou as diversas disciplinas das Ciências Sociais apontando as limitações do pensamento androcêntrico.

Advindo do movimento feminista e da crítica teórica, o conceito de gênero denuncia o andrôcentrismo das Ciências Humanas. Sendo um conceito que chega para reavaliar posturas teóricas nos vários campos de estudos, desencadeia e aprofunda a reflexão sobre as possibilidades de se estabelecer uma disciplina fundada sobre a teoria feminista. Além disso, o conceito de gênero abre um espaço de discussão capaz de perpassar diversas disciplinas, como a Antropologia, Sociologia, História, Filosofia, psicanálise, Lingüística e Literatura (MACHADO, 1992; SEGATO, 1998; COUTO, 2001).

No movimento estudantil brasileiro o debate sobre feminismo foi tardio. Influenciado pelas esquerdas políticas a questão feminista foi considerado secundária tendo em vista a instalação da ditadura militar desde os anos 60. A esse respeito Mesquita (2009) postula que o aparecimento tardio do tema no movimento estudantil é consequência também do assunto não fazer parte da cultura política dos estudantes<sup>2</sup>. As demandas pela discussão de gênero são recentes no movimento. Apenas, a partir da década de 1980 que aparecem os primeiros grupos aptos ao debate de gênero na participação política estudantil. Dez anos após a consolidação do tema na academia. Antes disso, o tema não foi capaz de convergir interesses por demandas de representação.

Inicialmente, os temas da visibilidade e a participação política das mulheres nas entidades estudantis centralizam as discussões. É na política informal que as mulheres têm maior participação política. Não é diferente no movimento estudantil. No entanto, se comparados com os homens sua participação é menor. De forma que há diferenças entre homens e mulheres, tendo o primeiro maior representação política. Além deste fato, o movimento feminista também influenciou a entrada das discussões de gênero nos coletivos estudantis. Fundamental foi a participação de militantes estudantis nas redes de movimentos sociais feministas. Sendo assim, com a redemocratização do país, os movimentos sociais fundiram seus interesses na elaboração de novos programas políticos. O que contribuiu para a adoção da temática pelos jovens estudantes.

A esse respeito, Mesquita (2009) afirma que a partir dos anos 90 houve a institucionalização e a elaboração de uma agenda que incorporou na ação política estudantil as reivindicações das mulheres. Foram realizados eventos e oficinas temáticas. Na estrutura formal do movimento, criaram-se as secretarias específicas. Mas isto não garantiu uma continuidade da pauta nos diversos encontros nacionais:

“No 41º CONUME, realizado em Campinas, a reivindicação para que se realizasse o III encontro nacional da mulher Universitária foi aprovada como uma das deliberações oficiais do congresso que, naquela edição, elegia Patrícia de Angellis como a terceira presidente da história da UNE. No 42º CONUNE, em 1992, esta reivindicação é retomada, incluída e aprovada em plenária final,

---

2 Mesquita (2009,p.99) cita a fala de uma militante da UNE em 2003 “ (...) E faziam questão de dizer para as meninas: coloquem-se no seu lugar. As meninas se organizaram contra uma rifa que estava sendo promovida... iam rifar duas prostitutas....Objetivando uma mulher. E foram estes episódios todos que deram suporte pra gente se organizar, foi quando a gente sentou e disse: não dá mais pra gente continuar achando que são casos isolados (...).”



para tão somente em 1993, ser efetivada (...). A questão feminista volta ao 45º CONUNE, em 1997, junto a outros elementos e categorias ligadas ao campo das minorias “ (MESQUITA, 2009, p. 95-96)

Pelo contrário, além de ser interrompida sistematicamente a problemática feminista será substituída pela discussão de gênero sem que a primeira interviesse de forma contínua. De forma que, a partir dos anos 2000, a organização feminista no movimento estudantil se rearticula e coloca a questão feminista no centro de debate e reorganiza a atuação coletiva feminista articulada a outros movimentos sociais. Segundo Mesquita (2009), importantes são a atuação dos campos de luta “Kizomba” e “Reconquistar a UNE”, o Encontro das Mulheres da UNE em 2005 e a tendência Executivas de Curso, no processo, considerando que as lideranças feministas estudantis participaram dessas reuniões e arranjos políticos internos. Em suma, as vivências machistas no interior do movimento e a descontinuidade da discussão sobre mulher/gênero interferiram na consolidação desta temática nas lutas estudantis.

Concomitante a questão de gênero surge na década de 90 também uma discussão acerca da diversidade sexual. A necessidade de incorporação e intervenção na universidade no debate, considerando que esta luta foi decorrência também das vivências machistas no interior do movimento e pela necessidade de levar o debate para esferas políticas nacionais capazes de apreciar as necessidades desses coletivos. De maneira geral, os coletivos LGBT’s no movimento estudantil foram expostos as mesmas dificuldades e vivências dos arranjos feministas: reações as experiências machistas e homofóbicas no movimento, revelando a marginalização da discussão no campo de atuação política estudantil. Mas que lograram se organizar em tendências para discutir e propor ações sobre sexualidade e diversidade de orientações sexuais no movimento. Através da criação de fóruns e secretarias da UNE sobre o tema a fim de agir também nas bases de poder da sociedade (MESQUITA, 2009).

A presença feminina sempre foi marcante há história do movimento estudantil na UFRPE. Elas se destacaram nos momentos mais difíceis como a luta contra a ditadura militar nos anos 60 e 70. No entanto, o debate sobre a questão feminista se faz de maneira tardia e descontínua no interior do movimento. Considerando que é só a partir da década de 80 que o debate feminista aparece organizado. Assim, as lutas feministas se incorporam aos programas políticos de atuação do DCE e DA’s na Universidade e na sociedade de forma tímida e assistemática.

O golpe militar realizado em 1964 e a consequente instalação da ditadura militar no País reservam a este Estado um espaço privilegiado para o aprofundamento dos métodos violentos e de toda a truculência policial-militar instalada, justamente por ser Pernambuco um dos Estados do País com maior capacidade mobilizadora nos rumos das reformas sociais em curso, e com maior legitimidade das forças políticas que impulsionavam os processos de mudanças. A UFRPE, como parte da sociedade não está imune a esse contexto, abatendo-se forte repressão às suas lideranças estudantis.

Os estudantes da UFRPE participam ativamente deste momento conjuntural do Estado, se incorporando às lutas de resistência da juventude pernambucana. No primeiro período, que vai do dia do golpe até o assassinato do padre Henrique, em 1968, destacam-se importantes mobilizações de rua, por iniciativas dos estudantes, sobretudo os universitários, tais mobilizações demonstravam impressionante capacidade de envolver outros jovens e a população em geral. Deste período, destacam-se as grandes passeatas no centro da cidade do Recife, os enfrentamentos com a cavalaria militar e as atividades específicas nas universidades. As temáticas principais e as bandeiras de lutas estavam relacionadas com a questão nacional, contra o golpe militar e mais especificamente pela defesa da democracia e contra a ditadura.

A análise dos documentos oficiais da DCE e DA<sup>a</sup> da UFRPE – jornais, atas de reuniões, termos oficiais da reitoria e principalmente os programas das “chapas” para as eleições – indicam a presença feminina. Em documento assinado pelo reitor Arthur Lopes Pereira, sobre o DCE da UFRPE onde consta o nome, filiação, endereço de cada integrante da entidade encontramos o nome de Ana Maria Laet (curso de Veterinária) como integrante do DCE no cargo de tesoureira na gestão 67/68.

No momento seguinte, o período da “ditadura escancarada”, sobretudo a partir Ato Institucional Número 05, a participação política da juventude pernambucana passa para a defensiva, para as campanhas contra as prisões, perseguições, torturas. Importantes lideranças estudantis da UFRPE são fortemente atingidas neste período, incluindo, entre outros, o assassinato do estudante de Agronomia Odijas Carvalho, que atualmente dar nome ao DCE desta Universidade. Este é o tema dominante do DCE no período. Em 1977, a chapa “Caminhando” tem como propostas, além das melhores condições de ensino e condições de assistência estudantil, tem a liberdade de manifestação e organização política suas principias

reivindicações: a abertura dos DA's, contra os decretos 288 e 477 que retiravam a autonomia das entidades estudantis e ameaçavam a participação efetiva dos estudantes nas universidades. Neste e no período anterior, propostas que enfatizassem a questão feminina são inexistentes. Isto não quer dizer que não houvesse a participação política da mulher no movimento estudantil. A participação da mulher se dá em menor número. A luta pelas liberdades públicas dominou o debate o que reforçava a preponderância masculina no mundo da política estudantil. É importante também ressaltar que na época havia uma preponderância de estudantes dos cursos de agrárias (Medicina Veterinária, Agronomia, Zootecnia etc.) no DCE e DA's da Universidade, carreiras ainda nesta época preponderantemente masculina<sup>3</sup>.

A partir da década de 80, o Movimento Estudantil da UFRPE passa a uma nova fase de sua intervenção política, agora ampliando um pouco os espaços de atuação, as temáticas, bem como suas bandeiras de lutas e suas reivindicações. É retomado um intenso trabalho de organização ou retomada das entidades de base no Movimento Estudantil Universitário. Nessa época, as bandeiras de lutas vinculadas às questões específicas da mulher e gênero aparecem com abundância vinculadas aos temas nacionais, como: Abertura política, anistia ampla, geral e irrestrita; constituinte livre, democrática e soberana. Os estudantes da Rural acompanham estas mudanças. A chapa Viração do DA do curso de Zootecnia, apoiada pelo DCE de então, inclui três mulheres nos cargos de diretoria: de Cultura, de Esporte e uma suplente feminina. Além disso, no programa de luta concomitantemente a reivindicação pelas liberdades democráticas e as lutas do povo se posiciona contra a discriminação da mulher. A gestão 80/81 do DCE (Viração) tem Maria Lúcia Pelhures (Zootecnia) como vice-presidente, Edna Maria Costa como tesoureira (Medicina Veterinária) e Maria Célia Lúcia da Silva como suplente (Economia Doméstica). Inicia-se aqui a participação de outros cursos e áreas no Movimento Estudantil da UFRPE. No entanto, se a partir da década de 80 a participação feminina nos DA's e DCE aumenta significativamente, na medida em que elas passam a se candidatar mais aos cargos no movimento. No entan-

---

3 Importante para compreender a participação feminina no curso de Agronomia é o texto de Lopes (2007). Nele a autora traça a trajetória das primeiras mulheres concluintes do curso de Agronomia na então Escola Superior de Agricultura (ESA), posteriormente UFRPE. Conclui que nos primeiros vinte e oito anos inexistiu a presença feminina neste curso. A primeira concluinte é do ano de 1944 e só depois da década de setenta começou um lento crescimento da mulher na agronomia do Estado de Pernambuco.

to, a temática mulher e gênero não têm a mesma constância. Nas eleições do DCE de 1984 a chapa “Pra sair da maré” apesar de não incluir nenhuma luta feminina no seu programa conta com a participação de quatro mulheres: Jeanne Duarte (Agronomia) e Márcia Cristina (Zootecnia) como coordenadoras de Imprensa e Marlene Gomes (Economia Doméstica) e Fabiana Camarão (Veterinária) como coordenadoras de Cultura. A mesma coisa acontece nas eleições de 1985, onde a chapa “Alternativa” que fazia oposição ao DCE tem como vice- presidente Andréa Portela (Zootecnia) e diretora de Imprensa Marieta de Fátima (licenciatura). Notam-se, aqui, os primeiros registros de participação das licenciaturas no movimento. O jornal do DCE em 1985 “Faca Amolada” tem como redatora Marieta de Fátima G. de Andrade. Igualmente encontramos participação feminina sem lutas das mulheres.

A partir de 1988, Fabiana Camarão seria a presidente do DCE da UFRPE com bastante atuação política em protestos, passeatas na luta por verbas para a educação, pelo não pagamento de matrículas. Em 1989, o programa do DCE inclui uma temática nova para o movimento: palestra sobre sexualidade. Além de não ter continuidade a problemática da mulher será substituída pela discussão de gênero e sexualidade sem que a primeira se esgote no movimento. Assim é que nas eleições para a gestão 90/91 a chapa Yanomami tem como bandeira de luta a eleição para reitor, o fim do governo Collor, a luta pelos Yanomami e nenhuma proposta feminista ou de gênero, mas conta com a participação de seis mulheres. Entre elas três pertencentes a cursos de humanas.

Assim como o debate sobre lutas feministas foi substituído por uma temática mais geral sobre gênero e sexualidade sem que o primeiro se exaurisse, o tema da diversidade sexual e diversidade étnica aparece no DCE em 2013 sem que a discussão de gênero fosse amplamente discutida. Assim é que encontramos a criação de uma coordenadoria de opressão, mais vagas nas casas de estudantis femininas, criação de creches, integração das mulheres negras e LGBT's, educação sexual com ênfase no combate ao machismo, homofobia e a presença de cinco mulheres na gestão 2013/14.

Assim como no debate brasileiro, a discussão sobre mulher e gênero no Movimento Estudantil da UFRPE foi descontínua e extemporânea. A questão feminina foi considerada secundária frente às lutas pelas liberdades públicas, posteriormente, pela redemocratização e mesmo pelas lutas por melhores condições na Universidade. Embora não tenhamos dados suficientes para corroborar nossas

afirmações, acreditamos que a problemática mulher, gênero e diversidade sexual, tenha sido reforçada paulatinamente com a participação maior de estudantes das licenciaturas da UFRPE no movimento. Tendo em vista que as Ciências Agrárias, até então, não tinham no seu arcabouço teórico discussão sobre a construção social da realidade incluindo as relações sociais construídas entre homens e mulheres, ou seja, o conceito de gênero.

Na próxima seção temos como objetivo apresentar experiências femininas no Movimento Estudantil da UFRPE.

#### **4. Experiências femininas no Movimento Estudantil: a contestação vivida**

Nesta seção, pretendemos explicitar a vivência subjetiva de duas estudantes participantes do Movimento Estudantil da UFRPE durante a década de 1980. Através da entrevista, pretendemos compreender a experiência de militantes do movimento estudantil incluindo as condições anteriores para entrada no movimento, a entrada na Universidade, no movimento estudantil, as dinâmicas subjetivas geradoras de ideais e de atividades, a situação familiar e a condição de gênero, o significado de ser mulher militante na esfera da política estudantil no final do regime militar, as interações com os estudantes militantes e não militantes, a visão da sociedade e da organização do movimento do ponto de vista das mulheres envolvidas na política estudantil.

As analogias entre o movimento estudantil e a religião feita por Cipriani (1988) nos permitiu tomar de empréstimo dois termos chamados de “altruísmo revolucionário” e a “ação comunitária”. Consideramos que estas duas expressões são os eixos principais do pensamento das estudantes e nos ajudou a entender as experiências das mulheres no movimento estudantil brasileiro.

O “altruísmo revolucionário” refere-se aos ideais fomentados pela crítica política do regime militar no país que, juntamente com o caráter da instituição e a experiência de classe, levaram os jovens a experimentar processos subjetivos na vida universitária e fora dela. Já a “ação comunitária” alude não só aos ideais de fraternidade e solidariedade, mais também às atividades coletivas realizadas e como estas revelavam os comportamentos no movimento estudantil vivenciadas pelas relações de gênero. Refere-se também a vivência fora do movimento: a organização da família, da moral e dos preconceitos contra a mulher nesse período.

É preciso lembrar que a experiência de militância é vivida como um único conjunto de valores, de forma que a vida pessoal e a sua proposta de sociedade

se imbricam. O “altruísmo revolucionário” é vivido e idealizado na “ação comunitária”, mas a ação prática da militância na política submete-se a divisão sexual do trabalho que coloca as militantes em atividades consideradas “femininas”.

Supomos ser dois os elementos centrais do pensamento dos militantes do Movimento Estudantil da UFRPE:

1. Altruísmo revolucionário: crítica à ordem social e à política dominante na sociedade, vinculada às esquerdas e ao marxismo, a favor da democracia, contra o regime militar vigente, denúncia da situação política e das desigualdades sociais existentes no país;
2. Na Universidade: exposição do descompromisso da direção superior com as necessidades e anseios da comunidade universitária em especial dos estudantes (que se materializava com as lutas pela melhoria do restaurante universitário, curso de férias entre outros).

A natureza hostil da instituição na época influenciou a constituição deste pensamento estudantil fundado em ideais de solidariedade coletiva. A participação estudantil revelou-se como parte da vitalidade e dinamismo da vida acadêmica e estrutural da UFRPE, contudo, nem sempre teve a capacidade para incluir as iniciativas estudantis como legítimas fontes constituintes da Universidade, o que tem gerou tensões ou afastamentos.

O golpe militar realizado em 1964 e a conseqüente instalação da ditadura militar no País, durante 25 anos, reservam a este Estado um espaço privilegiado para o aprofundamento dos métodos violentos e de toda a truculência policial-militar instalada, justamente por ser Pernambuco um dos Estados da federação com maior capacidade mobilizadora nos rumos das reformas sociais em curso, e com maior legitimidade das forças políticas que impulsionavam os processos de mudanças.

A UFRPE, como parte da sociedade, não esteve imune a esse contexto: de um lado as estruturas de poder da UFRPE, durante o período militar, emitem determinações universitárias que reproduziam as condições políticas da época, abatendo-se forte repressão às suas lideranças estudantis numa relação de confronto, desconhecimento e repressão. De outro, apesar da truculência instalada percebe-se permanente reação dos jovens universitários participantes em diversos momentos do regime militar; ativos junto aos demais segmentos universitários, organizando mobilizações de rua, participando de organizações políticas vinculadas às guerras urbanas e rurais ou retomando um intenso trabalho de organização

ou retomada das entidades de base no Movimento Estudantil Universitário.

Segundo Cipriani (1988, p. 163), estudantes formam uma quase classe, ou seja, é um agrupamento social relativamente homogêneo e unificado que encontram “no papel interclassista” de estudantes, diversas camadas sociais estimuladas por impulsos ascendentes. Na UFRPE convergiram tanto estudantes de origem rural, quanto urbanos com concepção de mundo contrária a situação política brasileira à época e conseqüentemente com a própria Universidade.

Rosélia é do interior de Pernambuco, portanto, origem rural, com o pai comerciante e pequeno proprietário de terras. Também era vereador no município onde morava com atuação política de esquerda. A família de quatorze filhos, durante a década de 70 vivencia situação de declínio econômico:

“Para ser mais exata meu pai foi a falência, ele perdeu a fazenda para um agiota, perdemos tudo, perdemos a casa que morava (sic) perdemos tudo e passamos necessidade, assim ... questão de fome”.

Este fato obriga Rosélia, aos 17 anos, assim como outros irmãos mais velhos, procurar emprego e começar a trabalhar durante o dia e estudar a noite. O que fazia com sentimentos ambíguos. De um lado, a tristeza porque queria estudar durante o dia, mas tinha que trabalhar ao mesmo tempo. O trabalho lhe propiciou um encontro com os problemas do campo.

Oportunizou-lhe a reflexão sobre os problemas rurais e a consolidação de um ideal altruísta. A reflexão social veio acompanhada pelo sofrimento pessoal:

“(...) a partir dos 17 anos quem pudesse trabalhar ia. Lembro-me que o primeiro aluguel de uma casa grande que fomos morar, fui eu que paguei com o dinheiro do trabalho. (...) eu lembro que na época, eu chorava porque tinha que trabalhar de dia e eu queria estudar ... eu não podia...eu estudava à noite e, durante o dia, eu queria estudar, mas tinha que trabalhar e eu ia pro trabalho... voltava pra casa...tomava banho...trocava de roupa porque tinha que usar o uniforme escolar (...).meu primeiro emprego foi com aposentadoria do idoso pelo Funrural pra mim foi um contato com esse mundo agrário.”

Edna, por outro lado, formou suas aspirações coletivas a partir de uma experiência de pobres urbanos. Família igualmente grande com doze filhos, pai era um funcionário da administração municipal do Recife com cargo hierárquico menor e de baixa remuneração e a mãe dona de casa. O trabalho doméstico em casa sempre permeou a sua vida. Assim, ela posiciona sua família:

“Nasci e me criei em Recife. Era uma família pobre. Meus pais tiveram dezesseis filhos. Meu pai funcionário público da Prefeitura e criaram doze filhos comigo, né? São vivos até hoje - os doze. Muita gente. Minha mãe sempre foi dona de casa. Nunca tivemos empregada. Logo cedo, tive que aprender a lavar prato, a cuidar de criança porque todo ano tinha um, era uma escadinha lá em casa e, isso aí, aprendi a trabalhar logo cedo. Estudava e, ao mesmo tempo, trabalhava dentro de casa, ajudando minha mãe.”

A participação no Movimento Estudantil Universitário não foi à primeira experiência política dessas mulheres. A comunidade, a família e o Movimento Secundarista foram espaços primeiros de uma aprendizagem. Para Rosélia, a experiência no Movimento Secundarista e a família foram determinantes. “Meu irmão era estudante da escola secundarista, era do Movimento Secundarista e participava de comícios políticos e aquilo me despertou o interesse.” A convicção política correta seria afirmada através de um episódio na escola que lhe permitiu ser fiel as suas crenças políticas. Nas palavras de Rosélia:

“Lembro que estudava Educação Moral e Cívica. Eu tinha um professor, era militar e, uma vez, ele pediu uma redação sobre liberdade...e eu achei aquilo muito ousado, um desaforo de um militar querer falar sobre liberdade. Eu fiquei tão irritada que a única coisa que eu fiz... foi pedir a alguém uma régua e pedi um papel pautado, abri o papel ao meio peguei a régua desenhei a bandeira de Minas Gerais e escrevi em português liberdade ainda que tardia. Levantei, entreguei a ele e saí da sala. Ele me puxou pelo meu braço e disse: ‘se você não tivesse apenas 15 anos ... eu lhe levaria para o quartel para conversar.’ Eu me senti muito bem, vitoriosa naquele momento. Pensei que estava no caminho certo.”

Para Edna, a vivência na sua comunidade, no bairro onde morava, com operários e trabalhadores participantes de associações e sindicatos de esquerda gerou o interesse pela vida pública, ao mesmo tempo em que construiu seu compromisso pessoal com os ideais de luta política.

“Eu morava num bairro, um córrego em Água Fria. Então, era um córrego que tinha muitos comunistas. Quando criança via a vizinha dizendo assim: ‘eu vou à reunião do partido comunista.’ E eu achava tão legal assim o povo saindo para uma reunião, parecia que ia para reunião de uma associação de moradores ou coisa parecida. Tinha um papagaio que era dessa vizinha que cantava as paródias da Pitombeira com Miguel Arraes. Então, eu lembro mesmo pequena - com oito anos e tal ou sete anos. Eu tenho essa recordação. Então, era um bairro que tinha uma participação de muitas lutas. E isso eu assistia né? Às ve-



zes eu corria ia assistir a reunião. Achava bonito o povo falando, querendo organizar uma greve que a maioria era operária da fábrica têxtil. Eu não sei bem que fábrica era que tinha por ali, eu sei que era uma fábrica de tecido. Então, eu assistia muito isso. E isso meu pai sempre gostou de fazer política, mas nunca foi uma política engajada, era uma política assim no geral mais eleitoral.”

A prática política de esquerda já fazia parte da vida dessas mulheres, da mesma forma em que suas inspirações altruístas contrárias à situação política vigente estavam consolidadas. Os processos de vida experimentados antes do movimento estudantil foram fundamentais para a vivência subjetiva na universidade. Assim, é que ao entrarem na Universidade o encontro com o Movimento Estudantil Universitário foi procurado e desejado através de relações anteriores. Para Edna:

“ (...) Quando era adolescente, eu conheci um pessoal que já fazia política clandestinamente. Eu achei muito bom, mas ninguém queria me dar essa oportunidade. Quando eu entrei na Universidade Rural, eu disse pronto: aqui vai ser minha chance de eu participar de algo mais político. Era muito jovem nessa época e acho que eles ... não me conheciam ...né? E talvez a forma como eu cheguei assim abordando... naquela época todo mundo tinha muito medo né? ... eu acredito que foi o ano de 74, era um ano muito perigoso e eu não tinha muita noção desse perigo. Eu realmente não tinha noção desse perigo... eu passei a ter com o tempo né? Aí em 74...em 76 eu passei no vestibular...alias em 75...e em 76 eu comecei na Universidade Rural e já fui procurando o DCE porque eu tinha um amigo que tinha estudado lá (...).”

O encontro de Rosélia com o movimento da UFRPE é a continuidade de uma vida e o estabelecimento de uma identidade e ideal engajadas com a política de esquerda:

“Entre aqui na Rural de Pernambuco em 80. Comecei estudar em 81.(...) aí eu me encantei com o movimento estudantil e aí eu me engajei com o movimento estudantil daqui né? Do mesmo modo, mesmo afimco, mesmo amor.(...) nós estudamos numa faculdade pública num período de repressão política, com restrição de todos os direitos do País: 1980-81 e eu ... o curso de Veterinária funcionava no prédio central e o Diretório Acadêmico funcionava no mesmo prédio, no mesmo lugar que ainda é hoje. E eu ver o que era um Diretório Acadêmico e eu começar a frequentar um Diretório Acadêmico era uma efervescência política e era uma efervescência de todos os movimentos de todos os lados,

compositores que vinham pra cá, cantores de um movimento político grande ... eu tinha uma colega que se chamava Valéria Farias Neves e ela era muito engajada com movimento de esquerda, com movimento de mulheres de esquerda, com a poetisa chamada Celeste que hoje tá no Céu, uma pessoa como aquela só pode está no Céu. Celeste foi prisioneira política torturada e Valéria me apresentou a essas pessoas e, assim, me encaixando, me engajando no movimento político da Universidade.”

Da mesma forma, as lutas estudantis na UFRPE, refletiam os ideais altruístas na própria Universidade, tendo em vista que denunciavam a direção superior que não atendiam as necessidades dos discentes, ao mesmo tempo em que expunham publicamente as arbitrariedades do regime militar. A esse respeito Rosélia e Edna nos relatam:

“A luta que agente tinha mais era a questão do Restaurante Universitário. Nessa época, a UFRPE ... o curso de Veterinária era o único curso de Veterinária do Nordeste. Então, ele recebia estudantes de todo os estados do Nordeste. Vinham pessoas muitos pobres. Eu tinha um colega muito pobre, Raimundo do interior do Ceará. Ele tinha só uma alpercata, e, para não molhar as alpercatas, ele forrava de jornal porque só tinha uma. Essa pessoa morava na casa e como essa pessoa ia ficar sem comida? Então, a nossa preocupação sempre foi a alimentação por causa dessas pessoas. Nós sabíamos que tinham pessoas que não vinham pra aula porque não tinha passagem; tinha um ônibus só nessa época e haviam pessoas que moravam muito longe e haviam pessoas que precisavam pegar dois ônibus. Ainda hoje é distante, imagine naquela época 1980! A preocupação era o Restaurante Universitário, acesso gratuito e de qualidade para todos. Havia a coisa política do País, lógico, a falta de liberdade das pessoas, da expressão política”. (Rosélia).

“Teve uma vez que o Exército invadiu. Hoje em dia você diz assim: ‘que lutas tão bobas, né?’ Mas, era a luta pra estudar nas férias, Curso de Verão em 77 (...) e o Exército invadiu a Universidade porque nós fizemos uma greve pra ter

que estudar nas férias, veja que é tão absurdo hoje! Naquela época, foi um escândalo saia tudo quanto era de imprensa! Houve muita repressão nesse período. Dezesete companheiros foram suspensos, porque estavam querendo o curso nas férias, a gente chamava Curso de Verão, na Rural, e na Federal, Curso de Férias. E foi quando agente começou... Eu fazia as faixas ...pregava cartolina e dizia estamos em greve... queremos Curso de Verão! Era uma forma também de desafiar a ditadura, porque você não tinha como se manifestar de forma alguma. Então, era uma forma que mobilizava todo mundo, uma reivindicação super justa e botava a contradição da ditadura exposta pra todo mundo. Então, foi uma boa estratégia de luta pra derrubar a ditadura também.” (Edna).

O segundo ponto essencial do pensamento sobre o movimento foi à vivência do movimento estudantil enquanto espaço de solidariedade, igualdade, liberdade e cultura em contraposição ao autoritarismo dos militares, a censura, a repressão e as desigualdades sociais encontradas na sociedade vigente, é o que chamamos de ação comunitária. Para tal, analisaremos as relações de gênero entre as jovens estudantes na família e na universidade enfocando o sistema de valores predominantes entre homens e mulheres nas duas esferas.

Goldemberg (1997) discute os papéis tradicionais e modernos de homens e mulheres na vida política de partidos de esquerda e classifica as militantes em antigas e novas de acordo com a época em que foram ativistas políticas. As militantes antigas são as mulheres nascidas no início do século XX até a década de 40, cujo modelo de atuação política é ancorado na invisibilidade da militante e na submissão aos homens. As novas militantes são aquelas que atuaram antes e depois do golpe militar e que propugnavam as conquistas femininas dos anos 60 e 70 mais de acordo com os valores do feminismo e do individualismo na busca da igualdade entre homens e mulheres e na defesa da autonomia feminina. Para a autora, estes dois modelos “contaminam os papéis, os valores e as visões de mundo das mulheres militantes” na sociedade brasileira (GOLDEMBERG, 1997, p. 10) .

No caso das militantes estudantis da UFRPE, embora podendo chamá-las de novas militantes devido à época em que atuaram, estes dois modelos conviveram simultaneamente ao invés de se sucederem no tempo. Existiam diferenças nas atuações políticas dos estudantes e, da mesma forma, as desigualdades também eram encontradas na família em relação às mulheres e aos homens (pais, irmãos, maridos). Os valores familiares tradicionais ora são mantidos em nome da luta política que justifica as diferenças entre os gêneros, ora esses valores são

questionados e ‘quebrados’ em nome desta mesma luta. Porém, as militantes ou-  
saram em sua própria vida, contrariando o papel tradicional estabelecido social-  
mente para a mulher:

“Meus quatro irmãos mais velhos também me deram formação intelectual de  
muita leitura e de uma formação política. Eu lembro bem que aos meus 15  
anos, eu lia autores russos e aquilo me deu uma consciência política e aos 15  
anos, foi uma leitura antecipada, não era uma leitura para uma jovem tá fazen-  
do, sabe no fundo eu queria ler a revista *Capricho*, mas não nos éramos permi-  
tido, porque havia uma vigilância por parte de meus irmãos que não queriam.  
Eu tinha revistas escondidas no caderno e meus irmãos desconfiavam do meu  
interesse supremo do caderno e quando eles iam olhar era revista de foto no-  
vela ...e me davam um livro. Eles diziam que foto novela não prestava! (...) A  
questão de ler a *Capricho* para meu irmão era leitura fútil e ele dizia que era  
leitura que não ensinava nada. Isso não era por repressão! Era imposição de  
leitura útil! Ele achava que *Capricho* era fútil, mas o que meu irmão queria não  
era uma repressão! Ele era professor de outro modo! Com minha roupa, ele  
não queria que eu usasse short (sic) ... a leitura quando ele proibia era porque  
ele queria que eu lesse coisa útil! [Depois de formada já com o filho], trabalhei  
numa empresa privada, multinacional, ganhava bem pra caramba. Aí já era  
outra situação financeira, mas continuei na casa de minha mãe até que um  
dia aconteceu uma dessas rupturas de família, a ovelha negra agora assumiu  
e partiu. Fui morar na minha casa, desde este tempo, tive outro companheiro  
mas nunca quis casar, eu acho que não nasci *pra* isto!”

“Meu marido não era do movimento e isso fez a gente se separar porque eu  
procurei ver se ele participava, ele tinha muito medo, ele não concordava e aí  
as contradições do casamento aceleraram e a gente teve que se separar. Na-  
quele período, assim, mulher naquela época separada, mãe dois filhos (...) aí  
juntava as duas coisas entendeu; *tá* vendo? já perdeu o marido! Diziam muito  
isso assim *né?*... mas, eu consegui conduzir isso: enfrentando, discutindo e,  
naquela época, a gente nem tinha tanta consciência disso! Mas, eu achava que  
era uma injustiça muito grande me discriminar por ser mulher, por ser negra.  
Eu, mulher, negra e ainda, além disso, comunista de esquerda! Eu digo, então,  
era uma discriminação muito pesada e, ainda baixinha, não era do estilo da  
beleza feminina.” (Edna).

Cipriani (1988, p. 165) afirma que “a moral, a vida e a sociedade consti-  
tuem para os jovens um conjunto único, uma espécie de nova religião que estru-  
turariam os seus comportamentos” e, complemento, seus ideais. Assim, é que as  
entrevistadas experimentavam o movimento estudantil, as suas vidas e a socieda-

de como se fossem uma coisa só ao propugnar valores libertários e altruístas em contraposição a opressão do regime militar. É o que acontece na visão e na prática de Rosélia e Edna:

“Nem todos eram estudantes. Havia uma participação de artistas aqui na Rural, encontros culturais (...) aqui tinham artistas populares, haviam os poetas populares, cantores populares do Curso, haviam os meninos de Agronomia, haviam os meninos da Veterinária que eram cantores populares. Nós tínhamos muitos lugares alternativos no entorno da Universidade e era lá que nós reuníamos e, nessa época, a Universidade recebia muitos estudantes estrangeiros, dos países da América Latina e eram pessoas que tinham consciência política grande. Nós nos encontramos nas mesas de bares, bebíamos e conversávamos, nós fazíamos revoluções de pensamentos, havia a coisa da gente se congregar, lutar pelo movimento, fazer greve, fazer piquetes, fazer passeatas, pedir dinheiro nas ruas quando precisava de dinheiro pra alguma causa estudantil. Não tinha essa repressão, nós conversávamos, comentávamos nos bares era como se fosse nossas igrejas sagradas e lá nós tínhamos o livre exercício da palavra, era o lugar que nós não tínhamos medo, era aberto. Nós nos sentíamos seguros dentro dessas igrejas e esses bares eram caindo aos pedaços (...)” (Rosélia).

“O DCE, além de ser um instrumento de luta, era lazer. Nós tínhamos uma radiola lá com vinis da MPB atual, procurávamos sempre as atuais de Chico Buarque, de Caetano, dos melhores músicos da época. Tinha uma biblioteca-zinha, que quem queria ir lá pra estudar, tinha uma salinha pra estudar, sala pra ouvir musica, tinha totó. Então, a gente procurava o DCE, tinha tudo isso, era uma forma de atrair os estudantes, ser mais simpáticos e, ao mesmo tempo, passar filmes políticos . Enfim, tudo isso ajudou a agente tá mais próximo do estudante.” (Edna).

Embora vivida como uma coisa só: suas vidas e as lutas políticas, no ambiente universitário, as relações entre estudantes homens e mulheres eram diferentes a depender se os estudantes eram do movimento ou se fora dele. A vida social local era permeada por valores tradicionais quanto ao papel de gênero na sociedade. As mulheres que participavam do movimento estudantil eram discriminadas, por questionarem com o seu próprio comportamento a moral dominante da época e por lutarem contra a ditadura militar. A esse respeito, Colling (2004, p.1) é bastante explícita ao afirmar que a mulher militante na ditadura (e no final dela) cometia duas transgressões aos olhos da sociedade conservadora: por se rebelar contra o regime político vigente, lutando em oposição a ele e pela recusa

ao papel tradicionalmente determinado para a mulher na família “rompendo os padrões estabelecido para os dois sexos”. Vejamos dizeres das nossas militantes:

“Mas veja, os homens do movimento estudantil não nos tratavam com desigualdade. Com os meninos de minha sala não. Tinha um tipo extremamente rude, machista. Ele encabeçou um movimento em descobrir quem era a menina da turma que estava grávida. Ele não era do movimento, no movimento nunca teve diferenças, mas de minha turma da classe da Veterinária teve. Havia um menino, ele queria saber como é que era uma mulher solteira, grávida na década de 80! Então, ele contou uma história estúpida que eu fiquei horrorizada! Porque ele descobriu que a irmã transava, e aí ele juntou-se com o seu pai e deu uma surra na irmã. Aí eu lembro que ele disse: ‘eu dei um murro nela, que ela caiu por cima do centro e que o pai a desertou, foi no cartório e tirou o nome dela’ ... isso foi em 1980... então, essa pessoa encabeçou uma campanha para descobrir qual era a moça que estava grávida, só ia sossegar quando descobrisse. E início de gravidez dá um fome desgraçada. Eu almoçava no Restaurante Universitário e um dia eu estava bem tranquila e ele passa e disse assim: ‘Rosélia não acha que esta comendo demais não?’ E na hora eu disse : claro cara, estou grávida! Tenho que comer muito! Ele só queria saber porque tinha um tipo de repulsa, era tão assumido na época !” (Rosélia).

“Existia sim muita discriminação *né?* Mas, assim, eu acho que eu consegui impor isso na sala de aula, a maioria conseguia lidar bem na turma, apesar que teve um período em que esses meus colegas de turma se afastaram um pouco porque diziam pra mim: ‘eu não quero amizade com você Edna, porque você é de esquerda e eu tenho medo de ter amizade com quem é de esquerda’. E na sala de aula tinham muitos que diziam isso. Eu senti muito isso, até fiquei tão sentida tão triste. Aí falei isso pra Cesário: Cesário tô muito triste porque meus colegas se afastaram de mim. Não querem ser meus amigos, disseram porque eu sou de esquerda. Cesário disse: ‘nada não Edna lá daqui a uns anos, eles tudinho vão quererem ser de esquerda’. Eu até perguntei: Será? Hoje em dia é o que mais agente vê, *né?* (Edna)

O movimento estudantil, por sua vez, não era isento de desigualdades na forma de participação política entre gêneros. Ele era vivido como ambiente de igualdade para todos e todas, mas enquanto espaço social se organizava também em torno de divisão de tarefas. As jovens militantes lutavam para viver essa igualdade dentro do movimento. Edna nos relata uma pequena descrição das atividades masculinas e femininas e a peculiaridade da participação feminina. Essas ações organizadas segundo o princípio da associação da mulher com tarefas delicadas e naturalizadas enquanto tarefas como femininas e os homens com as iniciativas de ponta, ou seja, daquelas que lidam diretamente com o público e mantêm a liderança:

“Geralmente tinha sim. É, as meninas têm as letras mais bonitas: fazer as faixas (risos) rodar no mimeógrafo, datilografar, passar no estêncil. Tarefas das meninas que elas corrigem e fazem isso direitinho! Os rapazes iam fazer as decisões, pegar o megafone, falar, agitar, falar, comandar nas assembleias. Eu também pedia para falar: deixa eu dar uma faladinha! Ai eles deixavam. Eu era tímida e falava bem rápido, mas eles eram que *tavam* mais no comando realmente!” (...) tudo era de forma coletiva, então, eu aprendi logo, tudo a gente procurava decidir de forma coletiva. No início, quando as meninas ficavam excluídas, eu brigava para que elas estivessem incluídas nas discussões. Isso foi muito importante para o crescimento pessoal e político”. (Edna).

Assim, podemos afirmar que a experiência de ser mulher no movimento estudantil, para as entrevistadas, foi muito mais que uma agenda de lutas feministas. A contestação da ordem política e dos papéis tradicionalmente atribuídos à mulher foi vivida por elas na família, no movimento e na sociedade. Colocaram à prova todas essas esferas sociais resistindo às formas de submissão política e de gênero da época.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferenças entre a participação política de homens e mulheres não podem ser explicadas apenas por escolhas pessoais. A divisão sexual do trabalho tem um papel importante tendo em vista ser não apenas uma forma complementar de divisão de tarefas, mas uma forma masculina de governar as atividades com maior prestígio social.

Diferentemente do percurso da discussão de gênero na academia, o debate feminista no movimento estudantil só se consolidou a partir dos anos 90. Da mesma forma, na UFRPE a participação feminina se solidificou aos poucos mesmo que não existisse uma agenda feminista de luta no movimento.

As mulheres do movimento estudantil na década de 80 trouxeram para as suas vidas, através da experiência familiar e de classe, a luta política. Não foram expectadoras passivas do momento histórico que vivenciaram. Militaram e com seu ativismo político responderam as repressões políticas e de gênero, contribuindo para uma sociedade pautada em ideais democráticos e de igualitarismo entre homens e mulheres.

Considerando os movimentos sociais os lugares de maior envolvimento político feminino, faz-se importante desenvolver pesquisas que revelem este fazer político no sentido de mostrar que a política também é coisa de mulher.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**AGUIAR**, Neuma (org). Gênero e Ciências Humanas: Desafio às Ciências Humanas desde a Perspectiva das Mulheres. Rio de Janeiro: Record/.Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997.

**ARAÚJO**, Ângela Maria Carneiro. Apresentação. Dossiê: Gênero no trabalho. Cadernos Pagu. Campinas: Unicamp. 2001/02 (17/18)

**CIPRIANI**, Roberto. Política e Religião nos Movimentos Estudantis. In: **VON SIMSON**, Olga de Moraes (org.) Experimentos com Histórias de Vida ( Itália – Brasil). São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1988. p. 162 a p.170.

**CASTRO**, Nadya Araújo; **GUIMARÃES**, Iracema Brandão. Divisão Sexual do Trabalho, Produção e Reprodução. IN: SIQUEIRA, Deis; POTENGY, Gisélia, et. al. Relações de Trabalho, Relações de Poder. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.p. 177-211.

**CASTRO**, Mary G.; **LAVINAS**, Lena. Do Feminino ao Gênero. A Construção de um Objeto. IN. COSTA, Albertina de O; BRUSCHINI, Cristina. Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.39-53.

**COLLING**, Ana Maria As Mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. Disponível em : [www.ich.ufpe.edu.br](http://www.ich.ufpe.edu.br). Acesso em: 14/01/2004.

**COUTO**, Márcia T. Na trilha do Gênero: A Construção de um arcabouço teórico. In: Pluralismo Religiosos e Famílias Populares: Poder, Gênero e Reprodução. Tese de Doutorado. Recife: UFPE/ Doutorado em Sociologia, 2001. p.31-42.

**GOLDEMBERG**, Mirian. Mulheres & Militantes. Revista Estudos Feministas.v.5,n.2,1997.

**HEILBORN**, Maria Luiza; **SORJ**, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In: **MICELLI**, Sergio, et al. O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Sumaré/ ANPOCS, 1999.p.183-221.

\_\_\_\_ ; **ARAÚJO**, Lelia; **BARRETO**, Andreia (orgs.). Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça. GPP: módulo II Rio de Janeiro:CEPESQ; Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

**HIRATA**, H. Nova Divisão Sexual do Trabalho? São Paulo: Boitempo, 2002.

**KERGOAT**, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais entre os Sexos. IN; **HIRATA**, Helena; **LABORIE**, Françoise; **LE DOARÉ**, Hélène; **SENOTIER**, Danièle.

Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: UNESP, 2009.

**LOPES**, Conceição. Mulheres pioneiras, mulheres de renome: as engenheiras agrônomas pernambucanas da primeira metade do século XX ( década de 40). Anais da Academia Pernambucana de Ciências Agrônomicas. Recife: UFRPE, Imprensa Universitária, 2007.



**MACHADO**, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. IN: **COSTA**, Albertina de O; **BRUSCHINI**, Cristina. Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.p.24-38.

**MEAD**, Margaret. Sexo e Temperamento. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

**MESQUITA**, Marcos Ribeiro. Identidade, Cultura e Política: os movimentos estudantis na contemporaneidade. Macéio: EDUFAL, 2009.

**PENA**, Maria Valéria J. **Mulheres e Trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

**PISCITELLI**, Adriana. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: **AGUIAR**, Neuma (org). Gênero e Ciências Humanas: Desafio às Ciências Humanas desde a Perspectiva das Mulheres. Rio de Janeiro: Record/.Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997, p.49 -66).

**SAFFIOTI**, Heleieth I. Reatirculando Gênero e Classe Social. IN: **COSTA**, Albertina de O; **BRUSCHINI**, Cristina. Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.p.39-53.

**SARTORI**, Ari José. Homens relações de gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis. In: **BRUSCHINI**, Cristina; **PINTO**, Célia Regina (orgs.). Tempos e Lugares de Gênero. São Paulo: FCC/Ed. 34, 2001.

**SEGATO**, Rita Laura. Os percursos do Gênero na Antropologia e para além dela. Série Antropologia. Brasília: UNB, 1998.

**STRATHERN**, Marilyn. No Limite de uma Certa Linguagem. Mana. São Paulo.5(2): 157- 175, 1999.

**SUÁREZ**, Mireya. A Problematização das Diferenças de Gênero e a Antropologia. IN: **AGUIAR**, Neuma (org). Gênero e Ciências Humanas: Desafio às Ciências Humanas desde a Perspectiva das Mulheres. Rio de Janeiro: Record/.Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997.p.31-48.

**SZTUTMAN**, Renato; **NASCIMENTO**, Silvana. A antropologia de corpos e sexos: entrevista com Françoise Héritier. Revista de Antropologia. v.47.n.1. São Paulo, 2004.

**VENTURI**, Gustavo; **GODINHO**, Tatau (orgs.). Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudança na opinião pública. São Paulo: Perseu Abramo/ SESC, 2013.

*GREVE TOTAL  
E ESTUDANTES  
VÃO RESISTIR*



## CAPÍTULO VIII

# CRISTÃOS UNIVERSITÁRIOS: SOLIDARIEDADE E REVOLUÇÃO COMO MODO DE VIDA

## INTRODUÇÃO

Paulo Afonso Barbosa de Brito<sup>4</sup>

Aylanne Adriano Silvestre<sup>5</sup>

Afonso Carlos Pereira Lima<sup>6</sup>

A pesquisa que deu origem a presente publicação buscou analisar a participação estudantil através de suas organizações de representação, notadamente as mobilizações que foram organizadas, coordenadas e dirigidas pela entidade geral de representação durante a trajetória dos 100 anos da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Mas, também pudemos registrar e refletir sobre a organização e a ação de “grupos alternativos”, ou seja, aquelas dezenas de grupos que não têm caráter de representação dos estudantes da universidade, mas se organizam e agem a partir do espaço universitário. Neste sentido, encontramos diversas formas de organização, desde as mais bem estruturadas, passando pelas semiestruturadas, até as sem nenhuma forma organizativa, entre estas destacamos: Grupos de Capoeira, Intervalo Bíblico, Grupos de Mulheres Estudantes, Grupos de Estudos Espíritas, Coral, Grupos de Dança, Times de Futebol e outras modalidades esportivas, Freqüentadores do Bosque<sup>7</sup>; além de outros grupos de interesse especificamente acadêmicos, como os grupos de estudos temáticos, grupos de pesquisa, entre outros. Alguns permanecem articulados por longo período, outros nascem e se desarticulam poucos meses depois.

Escolhemos um destes grupos para uma reflexão mais aprofundada, tal escolha deveu-se há um tempo relativamente longo de existência do mes-

---

4 Professor na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no Departamento de Ciências Sociais (DECISO), Supervisor da Área de Sociologia. Pesquisador e extensionista nas áreas de movimentos sociais, juventude, desenvolvimento territorial. Endereço eletrônico pauloafonsobr@hotmail.com .

5 Graduanda do Curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Endereço eletrônico: aylanne.adriano@gmail.com

6 Graduando do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE. Estagiário da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Endereço eletrônico afonsopl.ufrpe@hotmail.com

7 O "Bosque" é um Local de encontro dos estudantes da UFRPE

mo (grande parte da década de 1980), facilidade para localização de seus participantes, importância que a participação no grupo parecia revelar para a vida dos seus membros, e visibilidade do efeito de sua ação tanto para Universidade, quanto para sociedade envolvente. Assim, decidimos pela análise do Núcleo do Movimento de Cristãos Universitários (MCU), uma expressão local da Pastoral Universitária.

Para a análise e elaboração foi realizada uma entrevista coletiva com a técnica de “Grupo Focal”, onde se fizeram presentes sete participantes do grupo e mais três pessoas que foram profundamente envolvidas na sua dinâmica de ação. Após esse primeiro encontro, a transcrição da entrevista, a tabulação dos dados e informações, e a primeira elaboração do texto. O mesmo foi enviado para todos os participantes marcando-se um novo encontro para retomada da reflexão e discussão em torno do texto elaborado. A partir daí, foi definido o presente texto. Chama a atenção o profundo compromisso dos participantes com o resultado deste trabalho de elaboração, bem como, o sentimento de generosidade, os valores despertados pela vivência no grupo, o compromisso com a justiça e pela mudança social, que permanecem na vida dos participantes até os dias atuais.

O conjunto da análise e elaboração do Capítulo está distribuído em seis seções: o encontro - o processo de criação e consolidação do grupo; o compromisso com os pobres verificado através do trabalho realizado no Sítio dos Pintos, comunidade existente ao lado da Universidade; a atuação no movimento estudantil oficial; a metodologia de ação do movimento – a revisão de vida; a referência teórica e as opções pela teologia da libertação e pela educação popular; algumas conclusões.

## **1. O encontro: motivação e consolidação do Núcleo**

Um marco inicial para a formação do núcleo foi em 1981, a celebração da Páscoa dos Universitários, que, anteriormente, havia sido divulgada nas igrejas e universidades. Esse dia foi marcante pela forma como foi conduzida essa festa-celebração, a missa, as leituras, os sermões proferidos, as dramatizações, tudo parecia preparado para causar questionamentos nos estudantes e fazê-los refletir acerca da realidade social, econômica, política, universitária, e da posição da Igreja em relação ao contexto local e nacional daquele momento.

“Nessa Páscoa, no colégio São José, tinha mais ou menos uns 100 a 150 estudantes. Aquele auditório ali, auditório aberto em cima, cheio de gente. E tinha

algumas figuras na mesa. Entre elas, Dom Marcelo Cavalheira, que era bispo lá em Guarabira. E o pessoal, para provocar os estudantes, fez uma dramatização, onde gritava: ‘Quem são os faraós do nosso tempo?’ E, em seguida, saiu um grito lá do fundo: ‘Golbery do Couto e Silva’ e outras figuras representativas da ditadura militar... Depois: ‘Quem são os Moisés de hoje?’ e as respostas: ‘Santo Dias, Lula, D. Hélder...’ (Informante 07)

“... Aquele negócio provocou muitas pessoas que estavam ali. É uma coisa muito bonita, uma energia fantástica acendeu nas pessoas, a missa completamente diferente, provocativa, Dom Marcelo Cavalheira falando com muita força. O segundo momento da missa foi o encontro das pessoas por cada universidade pra marcar um encontro dentro da universidade. A partir daí, começou então a história do grupo, eu e Valdênio, Múcio, Surubim, Pedro de Lara, um monte de gente que veio depois Marli, Ana Virgínia, Lady Selma, Marieta...” (Informante 07).

Nessa Páscoa, vários dos integrantes se conheceram e buscaram trocar contatos para se reencontrarem. E foi nesse dia solene que nasceu a vontade de buscar compreender mais como funcionava o mundo e as maneiras de transformá-lo em lugar melhor e mais justo. Pois se achavam muitas injustiças presentes nele, os jovens estudantes enxergavam as falhas na estrutura do sistema político da sociedade, e passaram a refletir como poderiam conciliar a condição deles de estudante, cristão católico com o pulsante desejo por mudanças que sentiam. O grupo iniciou com uma vontade enorme de fazer as coisas. Logo, iniciaram as reuniões ordinárias, uma vez por semana, cada vez alguém preparava e coordenava. Veio à assessoria do Frei Tito, que já acompanhava um grupo no Convento do Carmo, onde algumas pessoas deste grupo já se faziam presentes. Então, realizavam reflexões bíblicas, análise da realidade, as celebrações, as reflexões sobre as ações e compromissos dos participantes. Mas, o grupo queria um engajamento mais coletivo. Os estudos dos documentos da Pastoral Universitária, a Teologia da Libertação, os movimentos populares, o intelectual orgânico, levantavam a perspectiva de uma ação libertadora. Neste ínterim nasceu a ideia de um trabalho no Sítio dos Pintos, que era uma comunidade extremamente pobre, existente ao lado da Universidade.

“Não foi só motivação não, foi convencimento, um interesse profundo de discutir a fé e a realidade. Descobrimos uma coisa muito boa, porque a maioria não tinha experiência anterior de militância, foi descobrindo ali. E a gente acreditava muito profundamente naquilo que a gente estava fazendo. Estar a serviço, colocar a vida a serviço do povo. (...) Todas às vezes que você ia ma-

tando os valores reacionários que tinham dentro de você, você ia nascendo de novo, todo dia. E isso era muito empolgante... Era uma coisa concreta, não era uma coisa de ficar só falando, você estava ali: fazendo acontecer. E jovens gostam disso, gostam de fazer, não ficar só no blábláblá, fazia! Eu levava um compromisso sem limites”. (Informante 04)

“Foi incorporada a ‘Revisão de Vida’ na dinâmica do grupo, e a gente era duro nas revisões, mas, era também amoroso, porque a gente cultivava a amizade e a confiança. Então, podia dizer pro outro o que a gente achava mesmo, e, sobretudo, refletir como a gente achava que Jesus Cristo agiria naquela situação...” (Informante 02).

Enquanto identidade coletiva, após a Páscoa dos Universitários e o início do trabalho concreto na Universidade e, principalmente, no Sítio dos Pintos, o grupo se definiu como parte da Pastoral Universitária da Arquidiocese de Recife e Olinda, que tinha um posicionamento político pastoral que se fundamentava na opção de que a Igreja Católica fazia pelos pobres, assim, por entender à luz da Teologia da Libertação que a fé cristã não poderia ficar fora das discussões dos grandes problemas humanos que afligem principalmente a massa de homens e mulheres explorados pelo grande capital. A fé em Jesus Cristo supunha para o grupo um comprometimento contra tudo que oprime o homem e a mulher e, não, apenas, um posicionamento contrário ao já quase extinto regime militar, que na época caminhava para seu fim. E isso era traduzido numa militância engajada no meio popular e por lutas no interior da Universidade e pelas liberdades democráticas no País.

No interior da Pastoral Universitária nacional, o grupo da UFRPE dedicou-se ao aprofundamento de uma concepção autodenominada de “Pastoral Universitária – opção libertadora”, que veio a constituir o Movimento de Cristãos Universitários (MCU). Para estes estudantes, a fé passava por uma reflexão e inserção na própria realidade econômica, política e social, portanto, observamos aqui a influência direta da Teologia da Libertação. Era a crença em uma fé cristã encarnada na realidade humana que impulsionaria os cristãos a lutarem por mudanças nas estruturas sociais injustas da sociedade de então, pela superação de todas as formas de exploração, opressão e discriminação e pela emancipação dos oprimidos e de todas as pessoas.

Constata-se como, ao mesmo tempo em que os militantes do núcleo valorizavam e desprendiam grande parte de suas energias na sua própria organização e na ação junto ao movimento popular e ao movimento estudantil, valorizavam

também muito as articulações, que lhes davam o caráter de ser movimento. Muitos registros indicam o dinamismo na relação com outros núcleos do MCU presentes na arquidiocese de Recife e Olinda (de outras universidades ou de bairros), e nas articulações regionais e nacionais: “naquele encontro de Maceió”, “a visita a Campina Grande”, “nossa experiência foi escolhida para ser a experiência de engajamento em um movimento popular a ser sistematizada para um Encontro Nacional”. E ainda, a dimensão latino-americana, com participação no “Comitê de Solidariedade a América Central”, seja com os processos de lutas do povo de El Salvador, seja as campanhas de solidariedade à Revolução Sandinista, que, naquele momento era grande inspiração para as lutas libertárias de todo o continente. A opção da Igreja do Recife e Olinda, liderada por Dom Hélder Câmara, estimulava essa dimensão continental, a vinda de Gustavo Gutierrez, peruano teólogo da libertação é um indicador dessa opção, conforme veremos adiante.

## **2. A radicalidade e generosidade do compromisso com os pobres: a atuação no Sítio dos Pintos**

Uma das reflexões mais marcantes da dinâmica, das reuniões e das celebrações do MCU era sobre a relação do saber universitário com os movimentos populares, mais especificamente sobre a responsabilidade e o compromisso de transformação das situações de injustiças e de exploração a partir das organizações e lutas do povo. Neste sentido, o saber universitário poderia ter um papel neste processo, mas, também este saber deveria ser questionado e refeito a partir das lutas populares. Deste modo, o Núcleo do MCU teve uma importante participação na comunidade que se localizava nos arredores da Universidade Federal Rural de Pernambuco - o Sítio dos Pintos. Um acontecimento levou o grupo a procurar maneiras de atuar dentro da comunidade, pensando principalmente em uma forma solidária de beneficiá-la. Esse evento impulsionador ocorreu quando os jovens estavam fazendo suas refeições no Restaurante Universitário (RU).

Fora do restaurante havia uma presença constante de crianças pedintes que ficavam rondando o recinto em busca de resto de alimentos. As crianças já haviam chamado atenção de vários integrantes do grupo, porém, graças ao pulsante desejo de atuação que as reuniões causavam a dúvida de “onde atuar?” e acrescida da comoção causada pela cena das crianças, que ficavam segurando saquinhos de leite secos esperando por comida, levou os jovens a querer conhecer o motivo dos pequenos estarem ali.

“Uma das coisas que mais me comovia, me chocava, eram as crianças que ficavam com o saquinho de leite seco pra pegar os restos das comidas do restaurante. O restaurante da universidade tinha janelas grandes, e as janelas de madeira com tábuas transversais, eles enfiavam os saquinhos vazios pelas brechas... ai pegava os restos, a maioria dos estudantes ajudava, seja a sobra, seja separando uma parte da sua própria alimentação”. (Informante 01).

Certa vez, alguns estudantes decidiram seguir os meninos até as suas casas e foi assim que chegaram ao Sítio dos Pintos. Esse encontro foi uma oportunidade que o Núcleo descobriu para aprofundar concretamente algumas reflexões que vinham realizando internamente.

“Eu acho que uma coisa que tocou muito a gente, que na verdade a gente conhecia pouco disso ai, em função da nossa trajetória anterior de Igreja mais convencional, foi a experiência de Jesus, do testemunho de Jesus. Eu acho que quando a gente começou a se aprofundar nisso, viver um nível de comprometimento, e a distância que nós estávamos disso, acho que isso levou com que muitos tivéssemos uma busca em exercer uma prática política e militante que, cada vez mais, buscasse se aproximar do que foi a prática de Jesus. Então, eu lembro, pegando um gancho nisso que Marli estava falando, de um chavão que a gente criou na Pastoral Universitária que era de como colocar o saber acadêmico a serviço do saber popular”. (Informante 06).

A descoberta do Sítio dos Pintos apresentou-se como uma realidade bastante desafiadora para os estudantes, percebeu-se que era uma comunidade bastante empobrecida, parte da “cidade clandestina”, sem nenhum tipo de planejamento, sem ruas, sem qualquer tipo de equipamento público ou bens e serviços de uso coletivo. O que suscitou a ideia de participar na mudança das péssimas condições de existência dos moradores que ali viviam. O encontro com essa realidade fomentou uma série de reuniões do Núcleo para decidir de que forma poderiam chegar até a comunidade e colaborar para uma melhoria das condições.

O Sítio dos Pintos, apesar de ser uma comunidade que se encontra nos arredores da Universidade, não era um local de fácil acesso no início dos anos de 1980. Ainda se tratava de um lugar afastado da cidade (geograficamente e socialmente) e que exigia uma longa caminhada para acessá-lo, ficava rodeado de matas. Na década de 80, a comunidade sofreu contendas com a dona das terras em que se encontrava. A mesma era proprietária de grandes lotes de terras na região, incluindo o Engenho Camaragibe (nome do município vizinho à Universidade). Hoje, a comunidade expandiu-se e estabilizou-se, ocupando também boa parte da



área que pertencia à Universidade. O MCU tem parte no mérito pelo crescimento da comunidade e melhoria na condição de vida dos moradores.

A ideia inicial dos estudantes para sua intervenção no Sítio dos Pintos foi a criação de uma *horta comunitária*, pois, a produção de alimentos poderia ser tanto um interesse coletivo para enfrentar um problema grave da comunidade (a falta de alimentação verificada através das crianças pedintes no restaurante), bem como para um trabalho coletivo da mesma. Pensaram em várias maneiras de não despertar desconfiança nos moradores do local, para isso, decidiram por identificarem-se como estudantes universitários, o que traria uma simpatia da população. Objetivavam também atuar de outras maneiras dentro do bairro depois que ganhassem respeito e confiança das pessoas.

Após diversos debates, os estudantes acertaram um dia para entrar no Sítio dos Pintos. Ao chegarem com muita dificuldade, pois era o mesmo que fazer uma trilha pela mata, demonstraram de porta em porta as ideias para a criação de uma *horta comunitária*. Encontraram acolhimento de boa parte dos moradores, que inicialmente haviam desconfiado dos estudantes por acharem que eram policiais. Entre eles, havia uma figura que foi essencial para modificação dos planos iniciais - era o Manuel Marques. A figura de Manuel sempre intrigou os jovens e quando por fim ele revelou o que pensava, conseguiu convencer os jovens a mudar o objetivo inicial.

“E quando nós chegamos lá, nós tínhamos um álibi: dizer que éramos estudantes da Rural, que queríamos discutir uma horta comunitária para a comunidade. Era pra poder chegar, a estratégia era essa. O pessoal olhava assim ‘é polícia, é polícia’, dizíamos ‘não!’ ‘Somos estudantes da Rural’. E, aí, fomos entrando, visitando as famílias de casa em casa e apresentando a proposta da horta comunitária. Depois localizamos e combinamos com alguns moradores um local para reuniões: embaixo da latada de Seu Manuel Marques, onde havia o jogo do bilhar. As visitas eram nos sábados à noite. (...) Um dia o senhor Manuel Marques, estava lá no cantinho dele e disse: ‘Ô meninos, vocês vem aqui falar de horta, mas a gente não precisa disso aqui não. O que precisa é de uma Associação de Moradores boa, que faça as coisas...’ Era só o que nós queríamos ouvir. Aí fomos descobrindo tudo, ele já tinha sido militante da Liga Camponesa (...) E nunca mais se falou em horta.” (Informante 07).

O grupo passou a realizar reuniões assiduamente aos sábados à noite, com bastante disciplina em relação aos horários e às presenças. Com as reuniões semanais, eles construíram a confiança que queriam da comunidade e passaram a

compreender melhor as dificuldades que eles viviam. Assim, em torno do processo de construção da Associação de Moradores foram se articulando as lutas específicas, porque as necessidades eram imensas, mas era necessário definir aquelas prioritárias. Para os estudantes, também foi um aprendizado profundo uma vez que ninguém nunca havia tido uma experiência similar anteriormente, embora as reflexões no interior do grupo fossem sempre em se colocar também como “comunidade aprendente”, o próprio grupo sentia que a população local esperava mais iniciativas propositivas dos estudantes. Então, o exercício foi se realizando a partir da necessidade de escutar a comunidade, mas também foram tomadas iniciativas, as decisões passaram a ser assumidas conjuntamente nas reuniões dos sábados.

“Eu acho que o interessante disso é que a gente começou a se envolver no Sítio dos Pintos e eu acho que juntou a fome com a vontade de comer. A gente tava com uma energia muito grande para fazer um trabalho popular. E a gente descobriu um grupo de pessoas que também tava querendo apoio. Já tinha uma trajetória, já tinha uma experiência de vida coletiva e estava querendo fazer também esse tipo de trabalho. E a descoberta de Manuel Marques foi uma coisa super (...) Ele contando a experiência dele no passado com as Ligas Camponesas. ‘Pô, o cara é esse, o cara é um revolucionário!’. Isso é interessante de registrar. Agora, o que eu acho que foi acertado, na nossa proposta de trabalho no Sítio dos Pintos, foi que a gente juntou duas coisas importantes, quer dizer, a constituição de uma organização com uma bandeira de luta. Quer dizer, não é você formar uma organização sem uma pretensão objetiva que seja um desejo da comunidade. Então, a gente disse: ‘Não, pra formar uma organização tudo bem, mas o que é essa organização? Que serviço ela vai prestar?’ E, aí, a comunidade tinha duas preocupações centrais: uma preocupação era o transporte, pra sair do Sítio dos Pintos e chegar até Dois Irmãos era uma dificuldade muito grande, muitas pessoas doentes eram levadas em cadeiras nos ombros, e isso foram relatos deles para a gente, e tinham que sair doentes pela estrada à noite e longe, muitas vezes, táxi nenhum queria entrar ali, não queria entrar porque era ameaça, era perigo; então uma necessidade era o ônibus; (...) outra era a água.” (Informante 01).

O entusiasmo, a dedicação e a disciplina assumidos pelos estudantes ampliavam a confiança de grande parcela da população do bairro nos mesmos, e, entusiasmavam também os moradores para a ação e a organização.

“Agora era disciplina. A gente quando começou a ir à noite, a gente marcava no ponto de ônibus ali às seis horas. Quem chegasse atrasado ia sozinho pelo meio do mato na escuridão da noite” (Informante 02).

A identificação dos problemas vividos pela comunidade fluía muito fácil em todas as reuniões, no início com pouca gente e depois foi aumentando. As pessoas expressavam com grande facilidade os problemas vividos, embora não refletissem as suas causas. Um exercício inicial importante foi o convencimento de que os problemas e necessidades não eram mais do que direitos que eram negados aos moradores, aliás, direitos negados à grande maioria dos empobrecidos e trabalhadores do País. O diálogo entre estudantes e moradores refletia que se são direitos negados, precisam ser conquistados; e não se conquista, se não se mobiliza, se não se luta. Ao listar o conjunto das principais necessidades/direitos negados, e das possibilidades de formas de conquistá-las, decidiu-se fazer um plebiscito para que, cada morador pudesse opinar sobre qual era o maior problema vivido por eles e, assim, orientar a decisão da nascente Associação de Moradores, sobre qual luta priorizar e os métodos de ação necessários para conquistar a vitória desejada.

Tratava-se de uma postura bastante inovadora, ainda num período da ditadura militar, em que a cidadania não podia decidir sobre vários de seus governantes, os moradores do Sítio dos Pintos estavam sendo convocados para decidir, através de um plebiscito, sobre como melhorar de vida. Assim, puderam construir uma bandeira de luta para a Associação. Destacaram-se duas preocupações centrais: o transporte e a água.

Do plebiscito, saiu vitoriosa a luta pelo transporte coletivo. As dificuldades que a população sofria com a falta de ônibus eram extremas. Quando um morador ficava doente, tinha que caminhar até algum ponto de ônibus que era muito distante do local.

“Às vezes, as pessoas levavam o indivíduo em uma cadeira... lembro-me de uma cena chocante, da mulher descendo o barranco com a mãe doente sentada numa cadeira suspensa pela filha e pelo filho da filha, pela dificuldade que a doente tinha para andar essa distância. Isso era para ir levar aquela senhora para um hospital. Muitas vezes, quando tinham a condição de chamar um táxi, o taxista negava-se a passar pelo caminho que levava à comunidade, pelo preconceito ou pelas dificuldades de tráfico que existia. Essas e outras complicações ocasionadas pela falta de transporte perturbavam os moradores da região” (Informante 01).

Então, o MCU junto com os moradores articulados, agora através da Associação, continuou com sua ação. Diversos métodos e iniciativas articuladas surgiram, como: confecção e distribuição de panfletos (elaborados junto com os

moradores, mas reproduzidos na gráfica da Arquidiocese), realização de reuniões e assembleias, ofícios, abaixo-assinados, organização de passeatas, em que os próprios moradores compareciam, iam até a EMTU, entre outras iniciativas. Depois de muito trabalho, por fim conseguiram o ônibus. A comunidade, depois dessa conquista, sentiu-se ainda mais motivada a lutar por melhores condições e a Associação passou a funcionar de forma bastante dinamizada e muitas vezes sem intervenção nenhuma dos estudantes do MCU. A Associação de Moradores do Sítio dos Pintos atua até hoje e conquistou diversos benefícios para a comunidade. Muitos moradores antigos são gratos ao grupo dos universitários, e o nome deles constam como fundadores da Associação de Moradores.

Outras importantes lutas foram travadas, com destaque para uma ocupação coletiva para construção de moradias, e aí possibilitou por um lado, uma grande mobilização da comunidade, e por outro um profundo enfrentamento com a polícia, porque aquelas terras tinham dono, a mesma dona do Engenho Camaragibe. Depois, a luta pela água, a construção da escola e muitas outras. Mas, o mais importante foi a construção da Associação de Moradores, como uma estrutura permanente de funcionamento de união e organização do povo, inclusive para dinamizar sua consciência coletiva, participativa e política.

Tem-se convicção de que estes níveis de participação e politização não é uma construção linear e sempre ascendente, certamente que os riscos de cooptação, arrefecimento da luta, disputas de lideranças, como existem em qualquer organização social, estão presentes também na experiência dos moradores do Sítio dos Pintos, mas importa registrar esta experiência como motivadora do conjunto de lutas que contribuem para emancipação social e humana.

Esta ação foi importante também para a formação e para a vida dos estudantes.

“Eu acho que esse aspecto formativo que Marcos está falando, tem referencial teórico que eu acho muito legal pra gente, referencial de esquerda. Eu lembro uma coisa que foi muito importante em relação a formação para mim, foi a gente na nossa necessidade de olhar a realidade e não estar modificada pela opção radical pelos pobres. A gente foi aplicar o método de Paulo Freire com as prostitutas do Alto da Besta. Foi uma experiência muito diferente e inovadora. O método Paulo Freire de aprendizado e alfabetização com as prostitutas.” (Informante 01).

“Então, assim, eu acho que não foi só para o Sítio dos Pintos, uma referência,

mas também foi pra nossa formação, sabe? A gente se colocar num lugar sociológico daquelas pessoas. Assim, a gente redescobriu uma realidade, que a gente que vinha de uma classe média baixa, a gente não tinha essa visão. Por que não ter um ônibus? O que é que significa não ter um ônibus? O que significa andar a pé, dois ou três quilômetros pra pegar um ônibus pra ir pra o hospital. Então, se colocar aí, foi um exercício muito interessante que eu acho que teve um impacto muito grande na nossa vida. E por outro lado, eu acho que isso repercutiu fortemente, tanto dentro da Universidade, que o pessoal passou a ter um respeito muito grande por a gente, como Múcio coloca. Mas, também dentro da própria Pastoral Universitária no Brasil inteiro. Não sei se vocês lembram, mas a nossa experiência foi escolhida para ser a experiência de engajamento em um movimento popular a ser sistematizada para um Encontro Nacional” (Informante 06).

“E uma coisa interessante é isso que Múcio estava falando, acho que outra dimensão importante é a história do comprometimento. Eu acho que das experiências que eu vivi, de se colocar a serviço de fato, de uma entrega grande, ‘estar a serviço’. Acho que ali não era... veja bem ... dia de sábado. Nós éramos jovens, 18 a 20 anos. Eu deixava de namorar, todo mundo deixava de namorar, tomar as cachaças para ir pra lá. Todo sábado a gente se encontrava lá, todo sábado à noite era a reunião da Associação.” (Informante 02).

“Outra dimensão importante, além de criar instrumentos de luta e de organização com o apoio da gente, eles passaram a ter uma relação de confiança. A confiança que eles tinham em Múcio, Surubim, Pedro de Lara, Valdênio, Marquinhos, Ana Virgínea... Era muito grande, era como se fossemos amigos, nós éramos convidados para coisas extras associação: para tomar café na casa do pessoal, as conversas intermináveis ao lado da banca do bilhar, as festas de Cosme e Damião...” (Informante 03).

“A gente também aprendeu a ter paciência. Às vezes, a ansiedade era demais, lembro de nossas broncas com Valdêncio, que às vezes queria ‘colocar o carro na frente dos bois’, tinha pressa em transformar o mundo, e essa transformação ia começar por ali, pelo Sítio dos Pintos, na ‘Revisão de Vida’ a gente tentava refletir isso aí.” (Informante 07).

### 3. Movimento Estudantil: nova perspectiva

A participação dos militantes do MCU no movimento popular era motivo de entusiasmo e expressão marcante do compromisso político na luta de transformação social, contudo, volta e meia a reflexão sobre a atuação no interior da Universidade era recolocada. Havia um enorme cuidado para que o movimento não se apresentasse como mais uma tendência do movimento estudantil, isso era motivado, inclusive, por conta da reflexão sobre a identidade cristã e eclesial na prática política, teórica e orgânica dos movimentos sociais, que poderia se apresentar através de diversas forças, conforme veremos a seguir.

Após mais de um ano de atuação no Sítio dos Pintos, os estudantes do MCU passaram a colocar a responsabilidade também com o próprio meio onde viviam a maior parte do seu tempo, e onde constituíam importante dimensão de sua identidade estudantil e universitária. As críticas ao modelo de organização e de ação do movimento estudantil, até então, serviam como um álibi para o distanciamento e o não envolvimento com este meio

“A gente tava muito entusiasmado com o trabalho no Sítio dos Pintos, porque via que era uma coisa muito concreta (...) E por outro lado, tem que avaliar que o movimento estudantil não valia a pena porque era aparelhado pelo MR- 8” (Informante 03).

Mas, este tipo de argumento não poderia se sustentar permanentemente como uma negação da participação estudantil, tanto nas próprias reuniões do Núcleo e, principalmente, em momentos de avaliação em que a questão voltava cada vez com mais força, quanto nos encontros que participavam com outros grupos de Pastoral Universitária do Nordeste e do Brasil. Os questionamentos sobre o compromisso com o meio universitário foram se transformando em um clamor cada vez maior.

“Em muitas de nossas reuniões, sobretudo, em momentos de revisões de vida, eram levantados diversos questionamentos a respeito de que a participação no Sítio dos Pintos e nos movimentos populares não poderia significar uma negação da ação em nosso meio mais específico que era o mundo universitário. Então, vinham as velhas críticas sobre o estilo manipulador e autoritário do movimento estudantil, a grande parte das energias militantes estarem dedicadas às disputas internas (...) De qualquer forma, decidimos encarar isso muito mais como um desafio do que como um impedimento, então, passamos a estimular que, os membros do Núcleo, individualmente, fossem se comprometendo com suas entidades estudantis.” (Informante 07)

Embora houvesse uma crítica comum a respeito de uma concepção ‘aparrelhista’ em que se apresentava de modo dominante no movimento estudantil da UFRPE naquele momento, esta crítica era assumida por diversas forças políticas e ideológicas, às vezes assumidas como correntes com referenciais políticos bastantes definidos, outras vezes por agrupamentos “próximos” de tais correntes, outras vezes por grupos ou pessoas independentes, sem nenhuma vinculação orgânica aos grupos estruturados. A reflexão interior no MCU indicava somar-se a estes agrupamentos críticos à concepção dominante, contudo seus participantes se aproximavam individualmente a estes diversos agrupamentos. No processo de constituição de uma proposta em torno do nascente Partido dos Trabalhadores, vários destes agrupamentos foram incorporados a este projeto.

Militantes do MCU participaram ativamente desta crítica à concepção hegemônica e embora não tenha havido uma decisão pela entrada em bloco no movimento estudantil, diversos militantes conseguiram entrar em diretorias dos Diretórios Acadêmicos dos Cursos de Veterinária, Agronomia e Engenharia de Pesca. Outros tentaram, mas não demonstraram força suficiente para entrar em tais diretórios. Àqueles agrupamentos e pessoas descontentes com a direção estudantil e seus métodos de ação, conseguiram montar uma chapa para concorrer ao DCE, saíram derrotados, mas mantiveram a articulação, no ano seguinte, mais experientes e articulados, com presença forte em diversos cursos, conseguiram a vitória assumindo a direção do movimento estudantil na Universidade. Alguns militantes do MCU ficaram em cargos de importância naquela diretoria.

Os estudos anteriores realizados com representantes de outros grupos da Pastoral Universitária da Arquidiocese de Olinda e Recife, com a assessoria pedagógica da Pastoral Universitária, tanto os específicos sobre as forças e tendências políticas envolvidas nos processos de transformação social no Brasil e no mundo, quanto os estudos de caráter teológico e eclesiológico, combatiam fortemente a ideia de constituição de uma “força católica ou cristã” presente na luta social e política. Este seria um risco contraditório com a missão de ser “fermento na massa”, conforme o ideário de uma Pastoral Universitária libertadora (Konings, 1985). Esta reflexão era ilustrada com a perigosa e nefasta experiência vivida pela Igreja Católica no passado, o chamado regime de cristandade, que tantos males fez a humanidade. À medida que a Igreja se colocou no centro do poder, enquanto uma força, deixando de ser uma presença de convencimento, de conversão, de acolhida, para ser uma presença de imposição, de cobrança, de condenação, a doutrina substituiu a fé e o fundamentalismo esqueceu a conversão e o respeito.

Diversos depoimentos indicam que o Movimento Estudantil da UFRPE experimentou um período de grande dinamicidade naquele período. Um indicador da veracidade desta afirmativa vem pelo fato de que as forças que conduziam o DCE, neste período, se mantiveram hegemônicas no Movimento Estudantil da UFRPE durante cerca de uma década, experiência muito rara no Movimento Estudantil do Brasil no interior das universidades.

“O Conselho de Entidades de Base (CEB) passou a ter uma dinâmica e uma representatividade, porque se cobrava muito como cada entidade de base estava relacionando com os estudantes do curso. Foi quando se percebeu que havia um grande descontentamento com as excessivas taxas cobradas, desde para solicitar o plano de ensino de uma matéria (...) Então, foi a primeira Universidade que passou um tempo sem pagar nenhuma taxa, nós resolvemos que tinha que ser 100% pública, aí foi pau! Dia da reunião do Conselho Universitário, lotamos toda a área com a presença de estudantes para acompanhar a votação.” (Informante 01).

Neste período, a direção do DCE preocupou-se pela manutenção de uma comunicação permanente com o conjunto de estudantes da UFRPE, bem como, que os estudantes percebessem a coerência entre o que os dirigentes pregavam e o que viviam. Neste sentido, cada representante dos estudantes que participava dos Conselhos e para tal recebia um “jetom”<sup>1</sup>, ao considerar que esta representação não era pessoal, mas das entidades, então, firmava o compromisso de que tais recursos deveriam ser repassados para as entidades estudantis. A publicação do jornalzinho “Faca Amolada” foi um dos instrumentos da imprensa estudantil que saiu com maior regularidade e durante um longo período de tempo.

Este sucesso no interior do movimento na Universidade impulsionou as forças políticas para disputar a direção da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), o que foi conseguido com sucesso. A experiência do MCU com o movimento popular, através de sua presença no Sítio dos Pintos contribuiu para que seus militantes na diretoria da UEP estimulassem esta instituição a realização de diversas lutas em parceria com os movimentos populares da cidade, aproximando, cada vez mais, os estudantes das classes populares. Entre tais lutas, as manifestações em torno dos transportes públicos demonstraram esta maior aproximação entre estudantes universitários e movimentos populares.

“... quando nós éramos da UEP, teve uma mobilização muito grande e fizemos uma passeata. Uma passeata naquela época, negócio de ônibus, bandeiras e es-

---

1 Remuneração por presença em cada sessão a que membros do conselho, assembleia, etc., comparecem.1



sas coisas. E o pessoal do Sítio dos Pintos foi para essa passeata e foi em peso. Muita gente foi. Foi puxada pelos estudantes da UEP e com aliança com o movimento popular. Então, a gente foi buscar dezenas de associações (...) Era em 1985, período de Jarbas. A gente fez uma mobilização enorme.” (Informante 01).

#### **4. Revisão de Vida (RdV): Revolução no Cotidiano ou Conversão Permanente?**

Os espaços celebrativos parecem ser também momentos de muita relevância na vida do Movimento, desde a celebração primeira (a Páscoa universitária, citada no início desse capítulo, que provocou a criação do Núcleo), as celebrações ordinárias no Núcleo, nos Encontros, sempre contavam com comissões específicas de celebração ou os momentos de oração-espiritualidade, sempre carregadas de símbolos e forte dinamismo, de relações estreitas entre a mensagem bíblica e a leitura da realidade atual. Comum numa celebração, a primeira leitura ser bíblica (antigo ou novo testamento), e a segunda ser um texto a algum teólogo, ou cristão militante, ou mesmo algum lutador social contemporâneo. Memórias de uma celebração onde após a canção referência musical do catolicismo popular nordestino Zé Vicente - Pai Nosso Dos Mártires -

“Pai nosso, dos pobres marginalizados; Pai nosso, dos mártires, dos torturados; Teu nome é santificado naqueles que morrem defendendo a vida; Teu nome é glorificado, quando a justiça é nossa medida; Teu reino é de liberdade, de fraternidade, paz e comunhão; Maldita toda a violência que devora a vida pela repressão (...) Protege-nos da crueldade; Do esquadrão da morte; Dos preva-  
lecidos; Pai nosso revolucionário; Parceiro dos pobres; Deus dos oprimidos ...”.

Inspira a poesia “Canção da foice e o feixe”, de Dom Pedro Casaldáliga, bispo do Araguaia, referência da teologia da libertação: “Me chamarão subversivo; E lhes direi: eu o sou; Por meu Povo em luta, vivo; Com meu Povo em marcha, vou; Tenho fé de guerrilheiro; e amor de revolução; E entre Evangelho e canção; sofro e digo o que quero...” Compondo assim, um estilo de celebração profundamente coerente com a proposta global do Movimento, de uma espiritualidade alimentada na mensagem bíblica, e igualmente, nas lutas libertárias.

Como a maioria dos movimentos progressistas ligados à Igreja Católica e à Teologia da Libertação, o MCU também assumia o método ver – julgar – agir como referência para a ação. Tratava-se de uma opção para a vivência da fé encarnada na realidade, ou seja, o ponto de partida da experiência cristã e eclesial é a leitura da realidade e a reflexão da prática, o momento do VER. Para Pablo

Richard (1982) tal opção designa que a ação principal é a inserção na práxis histórica de libertação dos empobrecidos, a reflexão bíblica e teológica vem depois, no momento do JULGAR, porque não se pode celebrar, refletir os ensinamentos do evangelho se não se tem uma prática social, um compromisso, uma ação, a mensagem bíblica é clara e radical a este respeito - “a fé sem ação é morta” (Tg. 2,17)<sup>2</sup>; no método o momento do AGIR retorna para a realidade para reorientar a ação, após a análise e o confronto com as exigências da mensagem de Jesus Cristo, no esforço de avançar com a qualidade da ação, a demonstração de que esta ação necessariamente deve ser transformadora em profundidade, ou seja, não basta mudar a aparência da realidade, faz-se necessário mudar as estruturas profundas de exploração e de dominação da sociedade capitalista.

Contudo, o MCU adicionava ao método ver – julgar – agir, a vivência da Revisão de Vida, ou seja, um método mais vivencial, em que a vida de cada membro do grupo passa a ser o centro da reflexão coletiva. Esta foi uma das principais dimensões da dinâmica do Movimento que mais marcou a vida das pessoas. As diversas falas dos militantes a este respeito revelam, por um lado, a valorização de um espaço da confiança e do respeito, mas também da cobrança e do questionamento, ou seja, um espaço da convivência e pertencimento entre companheiros e companheiras que se querem bem, gostam de estarem juntos, se sentirem um grupo, uma comunidade de fé e militância, mas, por outro lado, a responsabilidade de um espaço institucional, o Núcleo está ligado a um movimento nacional e latino-americano, e a uma Igreja local e universal.

“Os momentos de ‘Revisão de Vida’ foram demasiadamente importantes, um exercício de aprendizado que eu levo comigo ainda hoje, claro que de forma mais precária, mais individualizada, não tenho mais aqueles momentos de parada, de reuniões ou celebrações preparadas por algum de nós (...) além de que a revisão de vida é necessariamente coletiva, é a vida na relação, com a fé, com a caminhada do povo de Deus que caminhou e caminha na história da humanidade, com a realidade vivida, com a prática social, mas principalmente, na relação com os demais que estão ali, ao seu lado, lhe questionando, provocando...” (Informante 05).

Segundo Johan Konings (1985) assessor nacional do Movimento, um biblista e exegeta de grande respeitabilidade entre teólogos do Brasil e da América Latina:

---

2 Referência ao evangelho escrito por Thiago, capítulo 02, versículo 17.

“A Revisão de Vida é uma atividade exercida dentro da atividade do Ver – Julgar – Agir. Consiste em observar a própria práxis da gente – e não uma realidade exterior – à luz da fé, do compromisso evangélico e da práxis de Cristo, para julgar e aprimorar a própria práxis num espírito de conversão permanente. (...) Mas, como a nossa práxis e nossos engajamentos são comunitários e como queremos crescer juntos, é preciso realizar RdV em comunidade, em equipe. Isso exige um certo grau de amizade, pois o engajamento e a sua avaliação são coisas que atingem nosso íntimo.” (KONINGS: 1985, 41).

Parece que aí residia uma tensão nunca enfrentada, que são as mediações entre a liberdade e a obrigação, entre a autonomia e a cobrança, entre a individualidade e a coletividade.

“Como parte importante da nossa dinâmica interna, foi incorporada a Revisão de Vida na dinâmica do grupo, e a gente era duro nas revisões, mas era também amoroso, porque a gente cultivava a amizade e a confiança, às vezes até apareciam umas tensões pesadas, mas nada que colocasse em risco esse pertencimento confiante.” (Informante 02).

Ou seja, os questionamentos ou tensões giram em torno de: como respeitar a liberdade de cada indivíduo e cobrar as responsabilidades dos compromissos coletivos? Como expor a vida para as revisões coletivas quando existem questões lá no íntimo da pessoa (comportamentais, políticas, familiares, religiosas) cuja exposição poderia deixar a pessoa vulnerável frente a possíveis cobranças do coletivo?

“É interessante, talvez o maior ganho para mim, foi o processo de aprendizagem. O que a gente aprendeu, com aquela experiência... e a gente aprendeu com a gente mesmo, a gente se autodescobriu nesse processo. Então, como é que essa experiência daquela época reflete na vida da gente hoje: você já casado, com filhas, com filhos na universidade, já 50 anos de idade. Essa história toda. Então, eu acho que nesse sentido, essa experiência contribuiu muito pra fazer a nossa própria formação. Os caminhos que a gente passou a trilhar, a partir daí, foram muito influenciados por essa vivência que a gente teve. Essa vivência coletiva de aprender um com o outro. E a gente descobriu muita coisa, não é um ganho material que você tem, não é um ganho econômico, entendeu? É um ganho na formação de um caráter, na formação de uma personalidade. Essa perspectiva como a gente tá falando, uma perspectiva ampla de perceber o outro, de perceber o que é a mulher. A gente vivia em uma época em que o machismo predominava. Você tinha um diálogo com as colegas companheiras, que era um diálogo de igual para igual. Eu me lembro da discussão que a gente teve sobre menstruação em um encontro lá de Maceió, por exemplo, que eu disse assim: ‘Meu Deus do Céu, onde é que eu tô?’ Porque era uma

coisa inteiramente nova para mim, entendeu? E você conversava isso de uma forma aberta, respeitosa, amorosa e no sentido de aprender. Você não tem isso dentro de um sindicato, você não tem isso dentro de um partido político.” (Informante 06).

Portanto, a Revisão de Vida enfrenta uma questão muito cara para a esquerda e todos os agrupamentos humanos que lutam por um mundo mais humano, justo, fraterno, agradável para todos ou para a grande maioria. A relação entre os meios e os fins, entre a tática e a estratégia, entre os comportamentos pessoais e os projetos políticos que se quer construir, de forma que haja a maior coerência possível entre os fins, as estratégias e o projeto, com os meios e o cotidiano como se vive na atualidade. Que a sociedade fraterna, igualitária, justa que se quer construir no futuro sirva de referência para as ações, práticas e vivências da atualidade, como diz o poeta: “Não basta que seja pura e justa a nossa causa. É necessário que a pureza e a justiça existam dentro de nós” (Agostinho Neto). Trata-se, portanto, de uma conversão permanente, de uma revolução que se quer para o futuro da humanidade, mas, que começa aqui e agora, nos atos do dia a dia, das relações pessoais e cotidianas, entre os amigos, entre as parcerias, casais, mas também nos processos de lutas, nas relações com os adversários, com os que não estão envolvidos em processos de lutas e organizações.

## **5. Uma perspectiva teórica e revolucionária latino-americana: Teologia da Libertação e Educação Popular**

“Ainda hoje eu tenho guardado em casa, lá em Pitimbu, aquele quadro de Camilo Torres, que tem um rosário pendurado no rifle.” (Informante 01)<sup>3</sup>

Essa referência, junto com outras que veremos a seguir, indicam a dimensão continental, latino-americana e caribenha do Movimento. Camilo Torres, um padre colombiano que, após seus estudos de Sociologia na tradicional Universidade Católica de Louvan na Bélgica, fundou a Faculdade de Sociologia da Universidade Nacional de Bogotá, expressa a dimensão continental e teórica do Movimento. Provavelmente, Camilo Torres foi um dos primeiros estudiosos que, a partir do marxismo, tentou construir uma abordagem fora do eurocentrismo nas Ciências Sociais, isso porque, apesar de uma referência à Teoria Marxista,

3 Cartaz conseguido em um dos Encontros Nacionais da Pastoral Universitária, com referência ao padre Colombiano Camilo Torres, fundador da Faculdade de Sociologia da Universidade Nacional de Bogotá, e guerrilheiro do Exército de Libertação Nacional (ELN).

entre as poucas que naquela época guiavam os processos de transformação social, Camilo já se preocupava com as condições específicas da América Latina, e com a “descolonialidade” do poder, inclusive do poder intelectual. Mas, ele não foi apenas um estudioso, aliás, apesar de ter criado a Faculdade

Sobre diversos aspectos, Camilo Torres funda uma nova interpretação do marxismo a partir das condições e da sua leitura da composição social da América Latina (falta uma análise das rupturas e continuidades entre o pensamento de Camilo Torres e tradição marxista), mas também recupera uma velha interpretação da mensagem evangélica e da participação dos cristãos nos processos de mudança social. Segundo Orlando Vilanueva (1995), Camilo propunha uma genuína interpretação da mensagem de Jesus Cristo, por exemplo, na tradicional mensagem “eu tive fome e me destes de comer...” (Mt. 24, 31 a 46)<sup>4</sup>, para ele, essa mensagem só faz sentido se compreendida historicamente, adequada às realidades concretas, aos contextos e aos desafios de cada tempo e local. Neste sentido, se faz necessário perguntar: na nossa realidade, de que maneira somos capazes de dar de comer à maioria dos famintos, vestir a maioria dos maltrapilhos, conseguir trabalho para a maioria dos sem terras, a abrigar a maioria dos sem-teto? Segundo sua convicção de fé, nas condições da América Latina não se conseguiria se realizar mudanças sem reformas estruturais profundas em favor das maiorias. Tais mudanças só seriam possíveis com uma revolução e esta é a forma suprema de realizar o amor ao próximo, portanto o cristão deve ser um revolucionário.

Para Pablo Richard (1982), a Teologia da Libertação é uma reflexão atual que, articula a caminhada histórica do povo de Deus com os desafios atuais da realidade latino-americana, ela contribui para reflexão da ação dos cristãos nos processos históricos de libertação dos oprimidos, neste processo estão todos os sujeitos que almejam esta transformação. A identidade cristã, portanto, só faz sentido com sua presença nestas lutas de libertação, na prática política, teórica e orgânica do movimento popular.

“O problema da identidade é o problema da identificação com o outro. Através da identificação, alguém se dá a conhecer a outros e é reconhecido por outros. Quando se fala de identidade cristã, esta expressão tem normalmente sentido de posse de uma série de valores, princípios ou doutrinas cristãs, por meio dos quais um cristão se diferencia dos outros não cristãos. Esta identidade expressa algo que o cristão possuiria por princípio e desde sempre e que, então,

---

4 Referência ao evangelho escrito por Mateus, capítulo 24, versículos de 31 a 46.

procuraria apenas redefinir em função de uma escolha, de uma prática ou de um compromisso.” (RICHARD, 1982: 85).

É o que ele chama de identidade *à priori*, antecedente, portanto negativa, que deve ser perdida para ser reconstruída na prática política, teórica e orgânica das lutas populares, uma vez que, esta tem uma racionalidade própria, derivada da própria luta e da conjuntura onde se realiza, portanto:

“A identidade cristã por nós denominada de identidade consequente (ou a posteriori) tem um caráter completamente diferente (...) tal identidade se descobre e se constrói, a partir da plena identificação com a luta libertadora dos pobres. Esse processo de perda e de reconstrução da identidade cristã que se realiza pela mediação da prática política, orgânica e teórica de libertação, implica, para o cristão, num processo de contínua conversão, num processo de contínua entrega da própria vida, para identificar-se com a causa do outro.” (Idem, 89).

Trata-se de uma opção profundamente evangélica. “Quem procurar ganhar sua vida vai perdê-la, e quem a perder, vai conservá-la”. (Lc. 17, 33).

Os militantes do MCU da UFRPE assumiam esta radicalidade em suas práticas.

“Porque na verdade você aprendia a ler o mundo, mas, também você assumia um lado, uma opção que a Igreja colocava: a opção preferencial pelos pobres. Tinha uma opção de vida que levava você a dedicar a sua vida, a sua luta para construir um mundo novo. É porque é muito diferente, hoje em dia, nem tem mais a reflexão, só tem oração. Naquele tempo, a gente aprendia que tinha o povo de Deus de caminhada, a opressão e ia vendo o que era isso hoje.” (Informante 05).

“A gente não pode desprezar essa informação porque a gente tá falando de uma época em que a Teologia da Libertação, a formação de um partido político ... época que a gente vivia entusiasmadamente essa conjuntura, os movimentos populares e sindicais numa efervescência grande e a gente jovem ... os grupos de solidariedade aos pobres da América Latina, de El Salvador e da Nicarágua, a gente se engajava nisso também. A gente se engajou numa campanha enorme para arrecadar material escolar para contribuir com a campanha nacional de alfabetização que a Frente Sandinista estava desenvolvendo como parte da revolução nicaraguense (...) naquela época a gente era apaixonado mesmo, apaixonado pela Revolução Cubana, apaixonado pela transformação daquela situação dos meninos que estavam com o saquinho ali enfiando naquelas frestas pra comer restos de comida. A gente queria mudar aquilo e a gente achava que ia conseguir mesmo, e mudou muita coisa. Que eu acho que isso é impor-

tante recuperar. Mas, a gente tinha um sonho, uma utopia, a gente lutava por ela, a gente refletia sobre ela, a gente estudava e estava engajado nos diversos movimentos.” (Informante 06).

Referência fundamental para a Teologia da Libertação na América latina foi o teólogo Gustavo Gutiérrez, que veio a Recife em 1982 (início da estruturação do Movimento), durante uma semana inteira dialogou com militantes cristãos, em consequência desses diálogos, a Pastoral Universitária publicou a Cartilha “*Sete Temas de Teologia da Libertação*”, que se transformou numa espécie de “catecismo teológico” para os militantes do Movimento. Em seu livro fundador “Teologia da Libertação”, o autor expressa uma grande contradição da Igreja nos séculos passados: “... a Igreja preocupou-se essencialmente, durante séculos, em formular verdades e, enquanto isso, nada fazia pra conseguir um mundo melhor.” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 67). Portanto, a nova abordagem teológica latino-americana deve se preocupar com uma crítica da sociedade e de suas estruturas opressivas e da própria Igreja, constituindo uma teoria crítica à luz da fé, animada por uma intencionalidade política, “indissolivelmente unida à práxis histórica.” (Idem, p. 68).

Como crítica da sociedade, a Teologia da Libertação lança mão das análises das Ciências Sociais que estão construindo uma leitura inovadora do papel assumido pelo continente na divisão internacional do trabalho, principalmente da chamada teoria da dependência.

“O subdesenvolvimento da América Latina é, em grande parte, um subproduto do desenvolvimento capitalista do mundo ocidental. A interpretação da realidade latino-americana em termos de dependência é adotada e considerada válida porquanto nos permite buscar uma explicação causal, denunciar a dominação e lutar por superá-la com um compromisso em prol da libertação que nos leve a uma nova sociedade.” (Idem, p. 167)

Diante desta realidade de dominação e exploração, os cristãos são convocados a se juntarem com outras forças sociais e políticas que apontem para a transformação da mesma.

“Surgida de um profundo movimento histórico, essa aspiração à libertação começa a ser acolhida na comunidade cristã como um sinal dos tempos. Como um chamado a um compromisso e a uma interpretação. A mensagem bíblica, que apresenta a obra de Cristo como uma libertação, propicia-nos o marco dessa interpretação. A teologia parecia ter-se esquivado por muito tempo de

uma reflexão sobre o caráter conflitivo da história humana, sobre o enfrentamento entre pessoas, classes sociais e países.” (Idem, p. 94).

“Libertação exprime, em primeiro lugar, as aspirações das classes sociais e dos povos oprimidos, e sublinha o aspecto conflituoso do processo econômico, social e político que os opõe às classes opressoras e aos povos opulentos. Diante disso, o termo “desenvolvimento” e, sobretudo, a política chamada desenvolvimentista parecem estéreis e, portanto, falseadores de uma realidade trágica e conflituosa.” (Idem, p. 95).

Outra perspectiva duramente cultivada se referenciava nas descobertas epistemológicas da Educação Popular, através das inovações propostas pelo educador brasileiro Paulo Freire. Em duas das obras fundadoras do pensamento freireano, *Educação como prática da liberdade* (1967) e *Pedagogia do oprimido* (1987), o autor trabalha a antinomia da ação social, concretamente os processos de opressão e libertação dos indivíduos.

Em suas primeiras elaborações, Paulo Freire indaga: “Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará melhor preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? (...) Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação?” (FREIRE, 1987, p. 17). Mas, Paulo Freire não apresenta um modelo determinista ou linear entre os processos de opressão e os de libertação, sua descoberta epistemológica anuncia um mundo de ambiguidades e contradições.

“O grande problema está em como poderão os oprimidos, que ‘hospedam’ ao opressor em si, participar da elaboração, enquanto seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram ‘hospedeiros’ do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora.” (Idem, p 17).

Paulo Freire assume o seu diálogo com a teoria marxista da necessidade de libertação dos oprimidos a partir de sua própria organização contra as estruturas de exploração (Idem, p. 20 a 23). Neste diálogo, é reafirmado a sua aproximação em torno da categoria práxis, e, principalmente, sobre a inserção crítica dos seres humanos nos processos de transformação. Contudo, constatam-se algumas diferenças, há particularmente um diálogo com George Lukács (embora não seja explicitado diretamente), apesar da coincidência na concepção de que cabe às massas populares a construção dos processos de libertação, Freire é bastante enfático quando contrapõe a necessidade de “explicar às massas o sentido da sua



ação”, segundo a formulação de George Lukács (legítimo representante da tradição marxista), para uma inflexão substantiva em sua epistemologia, afirmando de que não se trata de explicar às massas, mas em “... dialogar com elas sobre a sua ação.” (Freire, 1987, p. 22).

Em situação concreta da opressão e dos oprimidos, Freire reconhece que, entre as grandes mazelas do sistema de opressão está no fato do oprimido introjetar concepções e modos de vida do opressor. Além disso, assume uma percepção da fatalidade de como a vida e os sistemas opressivos se reproduzem. “Quase sempre este fatalismo está, referido ao poder do destino, ou da sina, ou do fado.” (Idem, 27):

“De tanto ouvirem de si mesmo que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isso terminam por se convencer de sua ‘incapacidade’, falam de si como os que não sabem e do ‘doutor’ como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhes são impostos são os convencionais.” (Idem, 28).

Mas, Freire aponta os caminhos necessários para superação desta situação vivenciada pelos oprimidos, entre estes, destaca-se o diálogo possibilitado pelos processos educativos. Os oprimidos, quando conseguem soletrar a palavra tijolo, e refletir sobre ela, percebem que no tijolo não tem apenas barro, argila, água, mas tem também trabalho, exploração, riqueza, pobreza. Quando os oprimidos conseguem ver uma peça de teatro, percebem a criatividade dos seres humanos, a capacidade para a expressão de diversas linguagens, a expressão do cotidiano apresentada no palco. A reflexão sobre estes acontecimentos da educação, da arte, da estética, mediatizada por uma boa pergunta, possibilita o rompimento com o fatalismo anteriormente tratado e a abertura para um processo de tomada de consciência de sua situação na estrutura da sociedade, bem como do dinamismo social, da sociedade em permanente movimento, portanto, passível de mudanças. Esta é uma descoberta fundamental expressa através da pedagogia do oprimido, obra fundadora da concepção metodológica dialética da educação popular.

## ALGUMAS CONCLUSÕES

Pouco mais de três dezenas de estudantes da UFRPE participaram diretamente da experiência do Movimento de Cristãos Universitários, durante a década de 1980. Alguns com uma dedicação intensa e permanente, tanto na dinâmica interna do grupo, com suas reuniões semanais, celebrações, revisões de vida, preparação das ações, planejamentos e avaliações do grupo, encontros diocesanos, regionais e nacionais do Movimento, quanto no engajamento sócio político, com o trabalho comunitário no Sítio dos Pintos, ação nos Diretórios Acadêmicos e no Diretório Central dos Estudantes, ações de solidariedade a outras lutas sociais e políticas locais, nacionais e latino-americanas. Outros se envolvendo em suas ações, em menos intensidade e de forma descontínua, participando de uma ou outra atividade, vindo em algumas celebrações, sobretudo, nas reuniões, ou participando de alguma campanha.

Contudo, quase todos e todas, tanto os de participação mais intensa, quanto os pouco assíduos, expressam que àquela foi uma experiência importantíssima para suas vidas. No MCU sua vida estudantil ganhou novos sentidos e significados, tornou-se mais agradável, saudável e produtiva a vida na Universidade. O cultivo e vivência da amizade, generosidade, solidariedade, tornaram-se valores que passaram a fazer parte do seu modo de viver no mundo. O compromisso em torno de práticas humanitárias, o respeito, a defesa da dignidade, da igualdade, contra os preconceitos, discriminações, a ação política para transformação das estruturas injustas da sociedade, permanecem como referências em suas vidas.

Portanto, a solidariedade e a revolução não eram/são princípios abstratos e incolores, são expressões do modo de vida. Ser sensivelmente e praticamente solidários com pessoas, grupos, classes ou segmentos sociais, nações, que sofrem situações de opressão, preconceito, marginalização, exploração, discriminação, injustiças, passa a fazer parte do cotidiano, da vida. E a revolução não é apenas algo para ocorrer um dia na história da humanidade, um momento de ruptura, mas algo para a vida agora, já. Claro que uma transformação profunda nas estruturas sociais, econômicas, políticas, culturais das sociedades, é uma perspectiva profundamente cultivada, mas na história da humanidade não há lugar para este momento de ruptura, de destruição da velha sociedade e de construção da nova, mas movimento que se move, processo de construção permanente.

Além dos valores, comportamentos e atitudes vivenciados por estes estudantes (agora já profissionais), outras contribuições desta participação no MCU

são reconhecidas para sua formação enquanto pessoas e profissionais. A qualidade profissional, geralmente, é reconhecida no meio onde atuam, considerando-se uma forte articulação entre capacidade e sensibilidade, o esforço para ser um (a) profissional competente, ético, dedicado, na busca de ser sempre melhor. Continua forte o compromisso e a responsabilidade com as organizações sociais e políticas que lutam pela transformação social.

Mas, é reconhecido também que, tanto no tempo de estudantes, quanto agora na vida profissional, os militantes do MCU não eram/são “anjos”, vivem com todos os esforços e contradições dos seres humanos. A vivência no grupo permaneceu como uma força moral e valorativa, indicando critérios e princípios de como viver na coletividade, os princípios e valores cultivados permanecem como “um chamado para a ação e modo de vida”. (Informante 05).

É importante observar o que classificava o Movimento dos Cristãos Universitários como um “movimento alternativo”. A primeira diferença evidente que o MCU possuía era o caráter da espiritualidade existente no grupo. Todos no grupo eram cristãos e tinham a religiosidade, ou, mais precisamente, a espiritualidade intensificada pelas concepções do Movimento, nenhum outro grupo tinha essa noção. Eles acreditavam no crescimento interior e na evolução pessoal através das realizações coletivas em favor do povo. Os motivava a crença de seguir o caminho de Jesus Cristo, não como um conjunto de dogmas e doutrinas, mas como um modo de ser e de viver.

Apesar de agirem de forma independente em suas práticas na comunidade do Sítio dos Pintos, e no movimento estudantil, eles se consideravam parte de um grande movimento que ocorria em toda a América Latina nos anos 80: a efervescência revolucionária e o crescimento da Teologia da Libertação. Eles se acreditavam diferentes dos demais grupos por estarem enquadrados nesse movimento gigante de transformação, que incluía revoluções que ocorriam na Nicarágua e em El Salvador.

Uma questão sempre colocada é: como uma experiência tão forte e envolvente se dissolveu do ponto de vista orgânico, não prosseguiu nos anos seguintes? Mudanças conjunturais e eclesiais indicam algumas possibilidades, a Arquidiocese de Recife e Olinda sofreu um profundo golpe com a saída de Dom Hélder Câmara, e a entrada de um arcebispo extremamente conservador, que desmontou todo o aparato de apoio aos movimentos eclesiais progressistas de então. Mas, a interrupção do Movimento foi também nacional, o que demonstra que, tanto

o entusiasmo da experiência, quanto a sua desarticulação pode se explicar por questões geracionais e conjunturais, o final da década de 1980 e o início dos anos 90 marcaram profundas modificações no conjunto dos movimentos sociais e eclesiais do Brasil. Mas, a dinâmica social segue e a experiência permanece como um legado, que não ficou no passado, está fortemente viva no presente, e no futuro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

KONNINGS, Joan. **Pastoral Universitária: Opção Libertadora**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Identidade, Cultura e Política: os movimentos estudantis na contemporaneidade**. Maceió: EDUFAL, 2009.

RICHARD, Pablo. **A Igreja latino-americana entre o temor e a esperança**. Tradução de José A. de Assis Coutinho. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

VILANUEVA, Orlando. **Camilo, Acción y utopia**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. 1995.



## CAPÍTULO IX

# 100 ANOS DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL: UM BALANÇO SOCIOLÓGICO

Paulo Afonso Barbosa de Brito<sup>5</sup>

## INTRODUÇÃO

Estudantes e juventudes são, ao mesmo tempo, sujeitos sociais presentes nas cenas sociais e políticas das sociedades do século XX, e, categorias analíticas fortemente presentes nas Ciências Sociais Contemporâneas, especialmente na Sociologia. O aniversário de 100 anos da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) despertou o interesse pelo registro e análise a respeito da presença estudantil na dinâmica universitária, constituindo-se numa grande oportunidade para uma reflexão sociológica sobre este importante fenômeno social presente nas sociedades durante todo o século XX, mas que explodiu com força social e política a partir da década de 1960 e permanece como importante referência tanto mobilizadora, quanto analítica no início do século XXI, desafiando as Ciências Sociais a uma análise mais profunda do mesmo. Tratou-se, portanto, de se referenciar em uma experiência histórica concreta da participação estudantil como elemento dinamizador da vida social e universitária, para sua análise sociológica.

Constata-se uma grande diversidade de análise a respeito do fenômeno participativo juvenil como problemática sociológica. Alguns marcos significativos das elaborações ofereceram “combustível” para uma “visão romantizada”, a respeito da percepção dos estudantes e da juventude como sinônimos de rebeldia e revolução, indicando uma perspectiva revolucionária a partir de suas ações. Contudo, se faz necessário aprofundar experiências concretas dos jovens e da própria história do Movimento Estudantil e das diversas organizações e manifestações juvenis da contemporaneidade para entender a dinâmica diferenciada que este grupo social, melhor dizendo, estes grupos sociais tomaram em distintos momentos.

Para a presente análise, nos beneficiamos dos resultados da pesquisa exploratória 100 anos de participação estudantil na UFRPE apresentados nos seis

---

<sup>5</sup> Doutor em Sociologia; supervisor da Área de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais (DECISO) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); professor das disciplinas de Introdução à Sociologia, Movimentos Sociais, Sociologia Rural. Pesquisador e extensionista nas áreas de Juventude e de Movimentos Sociais Rurais. E-mail: pauloafonsoobr@hotmail.com.

primeiros capítulos na primeira parte deste livro – A trajetória estudantil nos 100 anos da UFRPE. Relacionamos esta experiência como problemática sociológica presente nas elaborações tanto da juventude e das teorias geracionais nas Ciências Sociais, quanto da teoria dos novos movimentos sociais. Consideramos que a aproximação teórica com estas distintas referências analíticas nos possibilita uma explicação sociológica mais consistente a respeito do fenômeno analisado.

O capítulo está organizado em seis sessões assim distribuídas: Após esta introdução, são registrados alguns momentos fortes dos processos participativos dos estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco nestes 100 anos retirados dos capítulos anteriores; Estudantes, juventude e geração: um debate inconcluso, onde são indicadas algumas das elaborações em torno da chamada corrente geracional como parte da sociologia da juventude, mais concretamente, as contribuições de dois dos mais importantes sociólogos do século XX: Karl Manneheim e Pierre Bordieu; Movimento Estudantil como expressão específica dos movimentos sociais, onde se registra a contribuição da teoria dos movimentos sociais, particularmente de sua vertente culturalista-acionalista, mais precisamente, as elaborações de Alain Touraine e de Alberto Melucci; Estudantes e juventude como categorias para análise de experiências singulares concretas, em que buscamos realizar uma relação da experiência registrada com as referências teóricas assumidas, indicando aproximações e distanciamentos; finalmente indicamos algumas conclusões.

### **1. Alguns momentos fortes dos processos participativos dos estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco nestes 100 anos**

Reuniões, assembleias, abaixo-assinados, passeatas, marchas, visitas nas salas de aulas, ocupações, audiências, congressos, vigílias, greves, saraus poéticos, teatro, calouradas, festivais, paralisações, atos públicos, discursos, bandejadas, cercos, elaboração e distribuição de panfletos, jornais impressos, jornais murais, boletins, realização de planejamentos e avaliações das ações, disputas e campanhas eleitorais, confraternizações, festas, bar da curva, bosque, torneios de futebol e outros esportes.

Uma lista imensa de diversos tipos de ações de mobilização e reivindicação marca a trajetória de participação dos estudantes da UFRPE durante estes 100 anos de existência. Ora com um pique mobilizador mais permanente, demonstrando espetacular capacidade de ocupar a cena pública como condição para al-



cançar suas reivindicações, ora com pouca capacidade de entusiasmar ou envolver grandes grupos, realizando apenas atividades de pouca dimensão mobilizadora.

Os capítulos anteriores dão conta de todo o processo de mobilização e participação vivenciado pelos estudantes da UFRPE nestes 100 anos, para efeito analítico registramos, aqui, alguns momentos importantes em que foram capazes de demonstrar uma extraordinária capacidade para: definir bandeiras de lutas onde a grande maioria dos estudantes da universidade se sentiam representados; convocar, seduzir e entusiasmar os estudantes para o envolvimento em ações de defesa destas bandeiras; despertar dinamismo e criatividade de ações com uma metodologia para o envolvimento de maior número de pessoas; relacionar permanentemente os grupos organizados (diretorias, entidades, comissões) com a massa estudantil; manter uma sucessão de ações em um período relativamente prolongado, com meses e até mais de um ano de mobilização de torno das bandeiras definidas; garantir conquistas, resultados e mudanças com incidência positiva para a vida dos estudantes.

Indicamos cinco destes momentos: a intervenção do Centro Acadêmico de Agronomia e Medicina Veterinária frente ao processo de estatização da universidade, entre 1936 e 1937, uma vez que se promovia uma mudança da natureza das faculdades, inclusive com mudanças curriculares, o que acarretava em riscos à dinâmica estudantil e acadêmica; a luta em torno das bandeiras da reforma universitária na passagem da década de 1950 para 1960, que, devido ao alto grau de radicalização, se transformou numa luta pela deposição do então reitor da universidade; a greve dos 34 dias pelos Cursos de Férias, realizada ainda durante a ditadura militar, em 1977, que demonstrou uma espetacular capacidade de mobilização e uma referência para o movimento estudantil daquele período; a luta contra o aumento, seguida pelo fim da cobrança de taxas na UFRPE, entre 1985 e 1986, que conseguiu relacionar esta reivindicação com a luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade, bem como iniciou o debate sobre o orçamento e a democratização da universidade, articulando-se com as organizações dos servidores técnico-administrativos e dos docentes pela realização da eleição direta para reitor da universidade; campanha “reitor eleito é reitor empossado, sem nenhuma outra alternativa”, realizada, entre 1994 e 1995, após oito anos de luta pela democratização da universidade, finalmente, em eleição direta, foi possível eleger um reitor membro do movimento docente e comprometido com profundas mudanças tanto na estrutura da universidade, quanto no seu projeto acadêmico

e pedagógico, mesmo no chamado período de consolidação democrática no País, o novo bloco de poder dirigido pela moderna social democracia em aliança com a velha direita oligárquica, não tolera uma mudança profunda na universidade, culminando com uma intervenção federal na UFRPE.

Nem sempre estas mobilizações e processos participativos eram definidos, apenas, ou principalmente, a partir de situações internas da universidade, algumas vezes, o contexto externo exercia forte influência para definição das reivindicações e métodos de ação e organização. Contudo, as formas de organização e métodos de decisão e mobilização são definidas, principalmente, pelos seus protagonistas no interior da própria universidade. Em grande medida, estas formas e métodos são responsáveis pela garantia das conquistas alcançadas, desta forma ficou evidente que, quando o maior número de estudantes participou da decisão sobre qual bandeira de luta deveria ser priorizada naquele momento, foi possível realizar as mais extraordinárias ações de mobilização, bem como a manutenção de um processo participativo de longa duração, mantendo-se uma relação permanente entre as organizações representativas dos estudantes, suas lideranças individuais e coletivas, as forças políticas na condução das lutas, com a base estudantil, as salas de aulas.

Apesar de considerar que as formas de organização e métodos de ação são tidas como as grandes responsáveis para garantir as conquistas, uma vez que são elas que demonstram a força do movimento, a sua disposição e capacidade para potencializar a ação, as experiências registradas demonstram que outras dimensões da ação são importantes de serem consideradas, como a construção de alianças e parcerias, a percepção das forças e instrumentos de ação dos adversários, também com suas alianças, a análise da conjuntura ou do contexto externo. Ou seja, algumas vezes, mesmo que o movimento tenha acertado em todas as suas iniciativas, envolvido um grande número de estudantes na escolha da reivindicação e tomada de decisões, demonstrado incríveis capacidades de mobilização, mas a relação com o contexto externo se apresentado de forma favorável ou hostil, influenciou bastante para o alcance da conquista ou para sua frustração. Contudo, mesmo se a reivindicação não foi atendida, necessariamente, não significa que àquela luta foi um fracasso. Algumas vezes, o processo foi mais educativo e politizador do que o resultado, uma vez que possibilitou que grande número de estudantes desenvolvesse o sentimento de pertencimento, acreditasse no seu potencial para a ação, exercitasse o seu protagonismo.

Dois exemplos emblemáticos desta relação favorável ou hostil com o contexto externo podem ser apontados como indicadores de sua influência na conquista das reivindicações do movimento. O primeiro, entre 1959 e 1961, em grande campanha por uma pauta de reivindicações construídas a partir de todas as salas de aula, que foi articulada com a pauta da reforma universitária (citado acima e registrado no segundo capítulo deste livro), adquirindo forte oposição da reitoria, resultando em terrível e violento confronto entre esta e as lideranças do movimento estudantil, levou estes a buscar alternativas junto ao Ministério da Agricultura (a quem a universidade era subordinada à época) e à Presidência da República. Enquanto, a presidência estava ocupada por Jânio Quadros, diversos comunicados, diálogos e até audiências foram realizadas, sem nenhuma consequência prática, quando a presidência passou para a responsabilidade de João Goulart, após as primeiras audiências em Brasília, combinadas com diversas manifestações na UFRPE e em Recife, o reitor em questão foi finalmente deposto.

O segundo exemplo, foi a campanha vitoriosa de eleição para reitor da UFRPE, entre 1994 e 1995, elegendo um docente profundamente comprometido com mudanças na estrutura e no projeto acadêmico da universidade (citado acima e registrado no quinto capítulo deste livro). Mesmo este tendo sido um resultado fruto de amplo processo de mobilização que durou oito anos, desde a primeira eleição direta para reitor, o fato do nome eleito não ser da confiança política do grupo dirigente da política nacional, capitaneada pela social democracia paulista em aliança com setores das oligarquias tradicionais nordestinas, tendo na presidência Fernando Henrique Cardoso e Marco Maciel e no Ministério da Educação e Desportos, o ex-reitor da UNICAMP, Paulo Renato de Souza, gerou uma grande tensão e confronto entre as organizações representativas da UFRPE junto com os três segmentos da vida universitária, e o Ministério da Educação – Presidência da República. Contra todas as regras construídas nos processos eleitorais da UFRPE, o governo se negou a nomear o reitor eleito, prolongando o confronto por alguns meses e culminando com a indicação de um “interventor” assim designado entre as diversas organizações de representação dos setores universitários, porque o referido nome não fazia parte de nenhuma lista de indicações ao Ministério, conforme era exigido na época.

Constata-se, portanto, que é à medida que o “movimento se movimenta”, dinamizado pela criatividade de seus participantes que demonstra capacidade para alcançar o atendimento das reivindicações, mas sua trajetória demonstra

também que se faz necessário considerar o contexto externo, realizar alianças com a sociedade envolvente e construir diálogos com as forças sociais e políticas presentes nas disputas de poder local e nacional, uma vez que se trata de uma universidade pública e federal.

## **2. Estudantes, juventude e geração: um debate inconcluso**

Evidências históricas demonstram a secularidade da participação estudantil, principalmente universitária, em importantes mobilizações tanto no interior das escolas, quanto na cena social e política das nações. Contudo, nas Ciências Sociais, esta questão transformou-se numa problemática sociológica, principalmente, a partir da metade do século XX. Associada à questão da juventude e das gerações, a participação estudantil está presente nas formulações de Karl Mannheim (1968), indicando alguns caminhos explicativos para o poder da juventude, que pode ser considerada como uma das obras fundadoras de tais estudos. Em uma perspectiva distinta encontramos as elaborações de Pierre Bourdieu (1983), previdente, este autor alerta para os riscos de manipulação do conceito de juventude e, de que, portanto, tal manipulação seria extremamente prejudicial para uma análise sociológica equivocada.

Na realidade brasileira, entre diversos pesquisadores, consideramos alguns marcos importantes de estudos, como a de Arthur José Poerner (1995), que formulou uma trajetória histórica da participação estudantil na realidade brasileira, e de Maria Alice Foracchi (1972; 1977) que analisou as manifestações estudantis universitárias na década de 1960 enfatizando as dificuldades da universidade em atender às demandas dos estudantes, tendo em vista as suas condições de classes sociais, especificamente a sua origem social, majoritariamente, oriundos da classe média e com perspectivas de incorporação no mercado de trabalho liberal.

Registramos, aqui, para relacionamento e posterior análise do nosso objeto de estudo, breves considerações destes que são considerados entre os mais importantes sociólogos do século, mais precisamente, porque fincaram formulações que marcaram, polemizaram, exigiram posicionamentos e novas abordagens de pesquisadores que assumiram para si o desafio de enfrentar a análise dos fenômenos sociais vivenciados por agrupamentos juvenis, utilizando-se de uma ferramenta analítica concebida como juventude.

Para evitar as análises simplistas ou estáticas, Mannheim (1978) agrega as derivações de “posição geracional”, “conexão geracional” e de “unidade geracional”. Neste sentido, a posição geracional não pode ser configurada como um

amontoado de experiências comuns vivenciadas por grupos de pessoas, mas, apenas, como possibilidades de experimentarem atitudes semelhantes. O conceito de conexão geracional destaca a atenção para a criação de vínculos mais permanentes entre indivíduos com idades biológicas comuns, articulando esta semelhança temporal com o contexto histórico social. Já a “unidade geracional” é encarada com a criação consciente de pertencimentos despertados na conexão geracional, tais atitudes sofrem influências do contexto social, mesmo não tratando de posições de grupos, mas de tendências possíveis.

O conceito de geração, para Mannheim (1982), significa fundamentalmente uma localização social comum, ele desenvolve uma análise otimista em perspectivas sobre a juventude. Ele reconhece que a juventude não é nem progressista, nem conservadora à priori ou por natureza, mas que estas opções são influenciadas por forças sociais maiores que a envolve, contudo, a juventude se coloca aberta a diversos tipos de inovação, por isso, qualquer análise deve estar articulada com as condições históricas, políticas, sociais e econômicas mais amplas. Porém, ao mesmo tempo, em que é influenciada por estas forças externas, a juventude demonstra importante papel para mudar estas estruturas históricas e sociais.

Numa abordagem substantivamente distinta, Pierre Bourdieu (1983) cunhou uma afirmação que, forçosamente, inspirou diversas controvérsias ou motivou diversos pesquisadores a assumirem posições. Convencido de que há forte risco de instrumentalização ou manipulação do conceito de juventude, em uma histórica entrevista que se transformou em referência epistemológica, devido à linguagem enfática, contundente e provocativa afirmação de que “A juventude é apenas uma palavra” (1983). Uma vez que, o jovem se define em relação e na distinção ao adulto, e portanto, “somos sempre o jovem ou o velho de alguém” (BOURDIEU, 1983, p. 113). Portanto, a divisão analítica a partir das idades biológicas ou das gerações seriam arbitrárias, suscetíveis à manipulações.

De acordo com Bourdieu, a categorização de ser jovem ou ser adulto pode ser atribuída à mesma pessoa em contextos ou situações distintas, ou seja, em reunião de um determinado clube, uma pessoa se coloca como jovem porque ao seu redor está um conjunto de pessoas em idades mais avançadas do que a sua, mas, esta mesma pessoa, em outra situação, como numa partida noturna de futebol, poderá estar cercada de pessoas em idades inferiores à sua, situando-se, neste momento, como adulta. Portanto, “Juventude e velhice não são dados, mas construídos socialmente” (BOURDIEU, 1983, p.113).

Bourdieu parece querer evitar constituir-se em uma expectativa sociológica em torno dos jovens para responsabilidades que não haja evidências de repostas no presente, ou seja, enquanto ainda jovens. Ele chama à atenção para a complexa relação existente entre a idade biológica e a questão social, que são mediatizadas por contextos históricos e sociais complexos, deste modo, um jovem em idade biológica determinada poderá assumir atitudes socialmente assumidas como de adultos em contextos sociais distintos.

Do ponto de vista das expectativas criadas, Bourdieu delimita a condição juvenil relacionada com transição, busca, construção, mas que não se pode ser definidos de forma permanente. Esta análise quer evitar a atribuição de uma imensa responsabilidade, não só quanto ao seu próprio futuro, mas ao futuro dos modelos civilizatórios e da própria humanidade. Reconhece a definição presente e expectativa futura: “[...] os jovens se definem como tendo futuro, como definindo o futuro” (1983, p. 119). Neste sentido, a sua participação na construção do futuro se coloca na relação com o conjunto das forças sociais e políticas presentes no contexto global.

As duas referências citadas evidenciam como a juventude, tanto como sujeito social presente na cena social e política local e global, quanto como categoria analítica dos fenômenos sociais, inspira um profundo debate sociológico com diversas interpretações, controvérsias e contradições. A perspectiva sociológica aqui assumida reconhece a importância de autores consagrados na tradição do pensamento social do século XX, mas enfatiza a necessidade de aprofundamento das situações e experiências realizadas ou que estão se realizando, da análise minuciosa destes fenômenos para apreender seus significados e afirmações.

Embora devamos tratar as contribuições de Alberto Melucci na sessão seguinte, onde trataremos de sua abordagem do movimento estudantil como uma expressão específica dos movimentos sociais, adiantamos algumas considerações sobre os estudantes e os jovens a partir de sua perspectiva, em que, estes são situados como condições de abertura, procuras e buscas, que os colocam em condições privilegiadas para incorporação em processos de participação e mobilização:

Na opinião que prevalece nos dias de hoje, ser jovem parece significar plenitude como o oposto de vazio, possibilidades amplas, saturação de presença. A vida social é hoje dividida em múltiplas zonas de experiência, cada qual caracterizada por formas específicas de relacionamento, linguagem e regras. Complexidade e diferenciação parecem abrir o campo do possível a tal ponto

que a capacidade individual para empreender ações não se mostra à altura das potencialidades da situação. Esse excesso de possibilidades, que nossa cultura engendra, amplia o limite do imaginário e incorpora ao horizonte simbólico regiões inteiras de experiência que foram previamente determinadas por fatores biológicos, físicos ou materiais. Nesse sentido, a experiência é cada vez menos uma realidade transmitida e cada vez mais uma realidade construída com representações e relacionamentos: menos algo para se “ter” e mais algo para se “fazer”. (MELUCCI, 1997, p. 09)

Melucci considera a forte e crescente participação de jovens em suas próprias organizações e formas de mobilizações, quanto a participação de jovens em lutas sociais e políticas gerais da sociedade nas últimas décadas do século XX: “nos últimos trinta anos a juventude tem sido um dos atores centrais em diferentes ondas de mobilização coletiva” (MELUCCI, 1997: 11).

Os 100 anos de participação estudantil tratados nos capítulos anteriores revelam diferentes expressões e características de tal participação. Tal diferenciação nos indica que esta não é uma categoria naturalmente predisposta para uma ou outra forma de ação social, de intervenção política, de comportamento frente ao conjunto da sociedade. Os jovens são fortemente influenciados pelos contextos em que se realizam ao mesmo tempo em que influenciam, à vezes decididamente, na mudança destes mesmos contextos.

### **3. Movimento Estudantil como expressão específica dos movimentos sociais**

Embora a ação de diversos movimentos sociais já fosse registrada desde o século XIX, só foi a partir da chamada explosão dos novos movimentos sociais, verificada na década de 1960, que os mesmos assumiram um estatuto sociológico, com alguns autores justificando que a análise destes movimentos seria uma ferramenta central para interpretação da própria sociedade, como se expressa Alberto Melucci (1994), para que a sociologia necessitaria de novas formas de abordar o social, justificando-se assim o interesse em aprofundar a percepção sobre o papel dos movimentos sociais neste processo de construção do conhecimento.

Os movimentos sociais constituem aquela parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas sociais, onde a ação é a portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido. Ao menos para mim, eles não constituem um simples objeto social e sim uma lente através da qual os problemas mais gerais poder ser abordados.” (MELUCCI, 1994, p. 155).

Um dos fundadores da teoria dos novos movimentos sociais, Alain Touraine (1978), constrói um modelo analítico de tais movimentos em torno da articulação de três princípios combinados: o princípio da identidade, o princípio da oposição e o princípio da totalidade. No primeiro, ele aponta como o movimento constrói um nós, a autoconsciência ou identidade própria; no segundo, em que o movimento identifica com clareza contra quem vai lutar, ou seja, não basta saber em defesa de quem lutar definido no princípio da identidade, mas quem será seu opositor ou seus opositores; no terceiro, o movimento assume a consciência dos riscos e condicionantes do combate a ser travado, ou seja, o princípio da totalidade localiza o terreno histórico em que se realiza o combate, gera a sua historicidade, ou mais precisamente, a almejada transformação, “... pelo fato de se opor a esta ordem em nome da própria historicidade como também para sua própria libertação”. (TOURAINÉ, 1978, p. 233).

A abordagem de Touraine enfatiza o papel do ator ou o sujeito pessoal como motor das práticas sociais, diminuindo a ênfase que marcava a sociologia da época, que destinava esta ênfase às estruturas sociais. Para ele, a análise a partir das estruturas indica explicações inibidoras, senão eliminadoras, da política como ação criativa, o autor propõe avançar em torno de uma nova abordagem, que reconhece a resistência do sujeito pessoal. “[...] ao seu desejo de ser ator, o ator de sua própria existência, contra uma lógica cívica ou histórica que lhe aparece cada vez mais como destruidora de sua liberdade e mais ainda de sua identidade”. (TOURAINÉ, 1998. p. 38). Portanto, uma nova concepção democrática deve “[...] proteger as liberdades e segurança pessoais e, acima de tudo, o direito de cada um conservar ou adquirir o controle sobre a própria existência.” (Idem, p. 48). É essa concepção que Touraine denomina de democracia social e cultural. Para ele, sua realização depende dos papéis decisivos dos movimentos sociais, dos trabalhadores, das minorias étnicas e raciais, dos grupos socialmente e culturalmente marginalizados, das mulheres, das crianças. Sua concepção afirma a identidade dos sujeitos, reconhece a legitimidade das demandas e argumentos dos adversários. Entende que as diversidades identitárias não buscam uma unidade meta social e que qualquer aproximação, distanciamento ou conflito, devem ser pautados de forma transparente e pública (Idem, p. 37 - 40). Mais do que uma visão de esperança no futuro, do fim da história, a concepção democrática social e cultural se funda na defesa e ampliação dos direitos, em situações sociais concretas.

Nesta mesma esteira analítica, mas apresentando algumas inovações, en-



contramos as elaborações de Alberto Mecucci (2001), onde destaca as ações coletivas a partir de três conceitos: solidariedade, conflito e ruptura. Para ele, a solidariedade revela-se nas atitudes dos atores construindo seu auto reconhecimento e sendo reconhecidos pela sociedade envolvente; enquanto o conflito é a expressão de antagonismo e oposição dos atores em seus processos de luta; e a ruptura, por sua vez, aponta a possibilidade de superação do sistema quando os conflitos se expressam, exigindo novas solidariedades.

Nesta linha interpretativa, o autor expressa a particularidade das atuais formas de organização e mobilização, sublinhando a descontinuidade analítica dos fenômenos contemporâneos, com relação aos movimentos do passado, particularmente ao movimento operário. Para ele, a invenção das redes a partir do cotidiano é a realização mais visível desta descontinuidade.

O movimento é composto de unidades diversificadas e autônomas, que dedicam à sua solidariedade interna uma parte importante dos seus recursos.

Uma rede de comunicação e de intercâmbio mantém, todavia, essas células em contato entre elas; informações, indivíduos, modelos de comportamento circular por muito tempo nas pequenas redes, passando de uma unidade a outra e favorecendo uma certa homogeneidade do conjunto (Idem, p. 95).

[...] As formas de mobilização externas refletem as características de solidariedade interna que podem se expressar assim: a agregação é pontual, isto é, surge em torno de um objetivo determinado; a agregação é do presente e não persegue objetivos de longo prazo e inalcançáveis; a agregação não é possível se não existe uma certa coincidência entre objetivos coletivos e necessidades afetivas, comunicativas e de solidariedade dos membros; enfim, a agregação deve garantir espaços de controle imediato, verificáveis na experiência dos membros. (Idem, p. 97 – 98).

Estas novas formas de mobilização e organização que valorizam, sem formular hierarquias ou níveis de importância, o individual e o coletivo, o político-mobilizador e o afetivo, a solidariedade e a individualidade, trazem em si, segundo o próprio Melucci, suas forças e suas fraquezas. Entre os méritos das redes, Melucci destaca a mobilização de solidariedades primárias, difíceis de serem articuladas em estruturas organizativas complexas; também a de flexibilidade e imediatibilidade que em organizações mais estruturadas seriam impraticáveis; a possibilidade de expressar questões conflituais e necessidades de participação do cotidiano que não se revelam em outros modelos organizativos hierarquizados.

Quanto às fraquezas, ele destaca: os riscos permanentes de fragmentação; dificuldades em montar objetivos gerais e de longo prazo; e dificuldades em envolver-se em problemas de política no sentido próprio.

#### **4. Estudantes e juventude como categorias para análise de experiências singulares concretas**

Conforme tratado anteriormente, apesar de Manneheim ter construído seu arcabouço teórico-metodológico para os estudos da juventude enfatizando suas características geracionais e seu entusiasmo em relação às “gerações novas”, ele reconhece a necessidade e a importância de sua compreensão levando em consideração o contexto histórico, político e social no qual ela está inserida e, da percepção da relação entre juventude e sociedade em termos de reciprocidade. Desta forma, a análise manneheimiana das gerações enfatiza, por um lado, uma perspectiva multidimensional de análise das relações sociais e geracionais, e, por outro, apresenta a necessidade de construção de instrumentos analíticos capazes explicar ou interpretar a singularidade de experiências concretas, que carecem de uma análise teórica.

Neste sentido, se reconhece os riscos teórico-metodológicos de tal opção, faz-se necessário reconhecer as críticas apresentadas pelo previdente sociólogo Pierre Bourdieu em seu esforço metodológico para evitar afirmações teóricas que não encontrem substância na realidade social, sobretudo, pela ênfase que atribui aos jovens com relação à sua natureza transitória, à sua preparação para o futuro. Apesar deste reconhecimento, considera-se importante o aprofundamento de experiências concretas de exercício da cidadania ou protagonismo juvenil em termos geracionais pela singularidade desta dimensão da vida das pessoas e pelas experiências que têm sido registradas na história contemporânea.

Neste campo de análise, Alberto Melucci, cientista social com profundo senso de responsabilidade em investigar a dinâmica dos movimentos sociais, entre estes, os movimentos juvenis, a partir de suas próprias engrenagens, centrando seu esforço analítico para o interior das próprias experiências de lutas e organizações juvenis, percebe nos jovens uma ênfase nas questões do presente como um tempo carregado de oportunidades, com os jovens encontrando em suas mãos a tarefa de construir suas experiências.

Todos comungam com a necessidade do aprofundamento das experiências concretas, onde jovens expressem habilidades, tensões, afirmações e até ambiguidades que os caracterizem enquanto uma geração. Mas a maioria enfatiza

que, para caracterizar uma geração não basta enumerar as pessoas por haver nascido em uma mesma época, ser jovem ou adulto correspondendo a esse período. O esforço metodológico é a busca de caracterizar uma posição comum daquelas pessoas nascidas em um mesmo tempo cronológico, com as potencialidades ou possibilidades de presenciar os mesmos acontecimentos, de vivenciar experiências semelhantes, mas, sobretudo, de processar esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante.

Trata-se de uma responsabilidade teórico-metodológica para a interpretação dos fenômenos vivenciados por amplos grupos de pessoas que, a partir de idades cronológicas comuns, podem expressar desejos, necessidades, vontades, bem como construir estratégias para responder às suas demandas ou necessidades, e ainda exercer seus desejos e vontades. A preocupação sociológica apresentada busca justamente desvendar o peso dessas diversas influências na constituição das gerações. Esta é uma tarefa apresentada à Sociologia, pois esta ciência tem como objetivo o conhecimento da realidade societal, os vínculos sociais construídos, os processos, articulações, aproximações e distanciamentos das pessoas em torno do movimento da sociedade, tanto para manutenção do *status quo*, quanto para provocar mudanças comportamentais, culturais, sociais, estruturais. O estudo das gerações se caracteriza também como mais um esforço sociológico, para a ênfase nas sociedades dinâmicas.

As experiências que temos pesquisado, nestes 100 anos de participação estudantil na UFRPE, levanta uma série de elementos importantíssimos para este debate sociológico, nos capítulos da primeira parte deste livro nos foi possível destacar diversos aspectos de tais experiências: em torno de que as pessoas se juntam e tecem suas iniciativas e ações; como fazem para manter estes vínculos criados pelas experiências; como elaboram as demandas e constroem as estratégias para alcançá-las; como definem os opositores e firmam alianças nos processos de mobilizações. Estes aspectos são analisados tendo em consideração os sujeitos protagonistas das ações, os estudantes da universidade, pertencentes a diversas gerações que de diferentes formas se relacionam com o contexto social, cultural e político envolvente.

Na expressão de uma das lideranças do movimento estudantil da UFRPE dos anos de 1970, registrada no terceiro capítulo deste livro, é apresentada uma caracterização da juventude da época: “... éramos jovens normais, andávamos de sandálias, usávamos calças jeans, camisetas, tomávamos cerveja, íamos ao cinema, tínhamos uma disciplina de leituras de análise da realidade, apreciávamos uma boa música...”. Note-se que o depoente apresenta uma série de elementos do âmbito cultural. Só quando fala “éramos jovens normais”, parece alguma referência biológica ou a idade daquelas pessoas, uma vez que no senso comum jovem está associado com determinada idade.

Seguindo o seu raciocínio, o mesmo depoente adianta uma dimensão política significativa, como reação a um contexto que condicionava fortemente sua identidade geracional:

“Então, para a nossa geração militante, restaram três alternativas: renunciar aos nossos sonhos e utopias de um mundo melhor, mais saudável, justo e igualitário, afastando-nos de qualquer ação política e social; renunciar às nossas ideologias e passar a colaborar com as forças políticas dominantes, especialmente com o regime militar; assumir a luta clandestina para continuar alimentando a perspectiva de um país democrático e justo. Eu decidi assumir esta terceira alternativa” (Anísio Soares Maia).

Ou seja, a referência à geração está relacionada com o contexto histórico e com a construção de uma identidade coletiva marcada pela dimensão cultural de militância e política, com uma perspectiva de intervenção na realidade para transformá-la.

É claro que, nos anos de 1970, outras identidades marcavam enormemente os e as jovens daquela década. A Bossa Nova havia se consolidado; o Rock, de base internacional, entusiasmava milhares de jovens brasileiros, abrindo caminho para as históricas bandas de rock nacional que viriam a explodir na década seguinte; e a experiência hippie tornava-se referência para um grande número de jovens que assumiam um novo estilo de vida. Contudo, a participação em organizações revolucionárias permanecia como uma sedução e um elemento forte de constituição de identidades para jovens que assumiam para si a missão de transformar o mundo na perspectiva da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Tanto é que ficou forte no imaginário popular e juvenil, como um traço identitário daquela geração para as gerações futuras, esta dimensão do compromisso político e revolucionário.

Deste modo, os jovens que viveram na década de 1970 no Brasil, vivenciaram modos de vida bastante distintos. O contexto externo influenciava enormemente estas opções e vivências. Os agrupamentos e as diversas identidades construídas também eram marcados pelas opções e decisões dos diversos agrupamentos juvenis. Já no início dos anos de 1990, com a democracia em vias de consolidação, a perspectiva plural das identidades juvenis são marcas da mesma geração, mesmo entre os jovens participantes da luta estudantil.

“A nossa geração, embora demonstrasse uma grande capacidade de mobilização, é marcada também pela despolitização. A UNE dirigida pelo paraibano Lindbergh Farias, do PC do B, assumiu a ‘geração Xuxa’, a famosa apresentadora da Rede Globo vestiu a camiseta com a fotografia de Chê Guevara, e caiu na graça da estudantada. Então, logo no início do “movimento dos caras pintadas” pela deposição do presidente Fernando Collor, Lindbergh naquele momento presidente da UNE ganha uma entrevista do programa da Xuxa, isso tem consequências para a massificação do movimento, mas também para sua despolitização, os meios de comunicação cada vez mais ficaram noticiando e, de certa forma, influenciando a agenda do movimento. É claro que nós, o pessoal que fazia oposição à diretoria da UNE, por dentro da entidade, participamos daquele movimento, mas achávamos que deveríamos manter uma agenda com as questões específicas das universidades e do movimento estudantil, foi o período que iniciamos as importantes ‘Comissões de Cursos’ que foi um laboratório significativo para o acúmulo de experiências estudantis relacionadas com a nossa formação acadêmica e dos consequentes compromissos sociais...” (Reginaldo Guimarães Filho).

Continuando o mesmo depoente emenda: “havia uma disputa metodológica sobre a condução das lutas estudantis no País e sobre a forma de envolvimento de maior número de estudantes que fosse possível, ou, a crítica que não bastava juntar muita gente...” (Idem). Tratava-se de um contexto em que diversas análises enfatizavam a dificuldade do movimento estudantil para entusiasmar a participação dos jovens em processos reivindicativos, aliás, uma realidade que já se prolongava por alguns anos. Então, conforme registrado no quinto capítulo deste livro, a União Nacional dos Estudantes (UNE), encontrou uma causa capaz de sensibilizar corações e mentes e construiu uma estratégia de mobilização atraindo a grande massa juvenil para esta causa (a deposição do presidente da República, o chamado impeachment presidencial).

Neste caso, o depoente demonstra uma perspectiva plural da identidade juvenil vivido naquele período da história do País, mesmo no campo de jovens

militantes do movimento estudantil. O depoente reconhece a importância da “massificação do movimento”, ou seja, reconhece que a grande maioria dos jovens não é, necessariamente, aberta para a participação em processos reivindicativos e mobilizadores, mas deve ser atraída para tal, e essa atração depende das formas de como o movimento se movimenta, deste modo é o próprio movimento que constrói a identidade da juventude em determinados períodos históricos.

Naquele momento, ser jovem significou ser “cara pintada” simbolizando uma identidade política e uma estratégia de mobilização para atingir objetivos determinados. As formas de mobilização foram sendo, cada vez mais, carregadas de criatividade, festa, emoção, o que incomodava as lideranças estudantis que preferiam a ênfase em aspectos mais racionais e politizantes.

Podemos considerar que, esta perspectiva geracional dialoga com as abordagens de Karl Manneheim sobre as perspectivas transformadoras das “gerações novas”, compondo uma “unidade geracional” que se expressa através de símbolos e códigos, intervindo na realidade histórica transformando-a, indicando uma alternativa rumo a uma sociedade mais democrática e dinâmica. Contudo, consideramos também os limites da referência à “unidade geracional”, percebendo nesta realidade histórica mais elementos de articulação do que de unidade.

Considera-se ainda que, as experiências registradas relacionam-se com a perspectiva analítica de Alberto Melucci (2001), quando o mesmo lembra que os movimentos sociais são cheios de paixão, constituem ‘formas quentes’ de ação e que não podem ser explicados simplesmente pela sua redução a ação social organizada, desprezando-se o restante como irracional. “Eles não são irracionais, mas, são uma forma apaixonada de ação que é bastante significativa para a mudança social. Afinal, se não houvesse paixão, por que alguém se importaria em transformar?” (MELUCCI, 2001, p. 160). É esta valorização das paixões, dos valores, dos elementos de ordem subjetiva como a dedicação, a espontaneidade, a criatividade que contribui para uma explicação totalizante das ações dos movimentos juvenis, o que anularia a lógica dos interesses racionais, ou seja, as pessoas agindo sempre e apenas porque elas calculam os seus resultados.

Esta última experiência citada, mas também aquelas cinco referências apresentadas na segunda sessão deste capítulo, indicam uma assertiva da análise de Alberto Melucci para sua teoria dos movimentos sociais, que apresenta como ponto de partida a constituição de uma identidade, onde se vivenciam relações de solidariedade e pertencimento, se localiza o adversário ou o inimigo contra o

qual se deve lutar. Desta relação entre a construção da identidade e a localização do adversário, o próprio movimento define suas estratégias de ação, organização e mobilização, constrói as alianças e parcerias, ou seja, define a metodologia de intervenção, o que não quer dizer definição de regras fixas e rígidas, como se o resultado já fosse algo garantido pela estratégia, mas um caminho por onde se mover, inclusive como trilhas, onde se possibilita a criatividade e as iniciativas. Este conjunto de elementos vai influenciar para a conquista dos objetivos, ou mais concretamente, a transformação desejada.

## ALGUMAS CONCLUSÕES

A pesquisa sobre os 100 anos de participação estudantil na UFRPE nos permite afirmar, com convicção, que estamos diante de experiências sócio-políticas marcadas por grande dinamicidade social, conduzida pela vivência coletiva e comunitária; pelas relações societárias na base; pela participação em processos reivindicativos e lutas estudantis, sociais e políticas; e pela garantia de resultados e conquistas para a vida estudantil e acadêmica. Nesse contexto e nessa dinâmica, realizam-se entre os participantes das organizações estudantis, uns ciclos de companheirismo e solidariedades, compondo um conjunto de atitudes e sentimentos de pertença, reconhecimento e compromissos éticos e morais, pondo em circulação uma série de bens que alimentam e dinamizam a vida estudantil e social. O companheirismo vivenciado não elimina momentos de conflitos e disputas. Essa participação solidária tem incidência claramente visível na vida das pessoas envolvidas, nas suas condições de sociabilidade, de autoestima, de cuidados consigo e com os outros, na melhoria das condições de estudo e, mesmo, na qualidade da educação oferecida na universidade. Também provoca impacto nas relações políticas institucionais no interior da universidade e, eventualmente, participa nas disputas políticas locais, incidindo nas práticas políticas tradicionais e até em esferas da política nacional.

Consideramos acertado buscar distintas fontes teóricas e metodológicas para uma interpretação das experiências analisadas, concretamente a referência às abordagens geracionais com ênfase na proposta de Karl Manneheim, e seu entusiasmo pelas chamadas “gerações novas” para sua abertura à participação em processos de mudanças sociais. Consideramos importante a sua formulação em torno da “unidade geracional”, encarada com a criação consciente de pertencimentos despertados na conexão geracional, não se tratando de uma unidade dada e permanente, mas de tendências possíveis, bem como, o seu cuidado com os contextos históricos, pela consideração de que os jovens e suas atitudes sofrem influências do contexto social.

Mesmo considerando importante esta referência geracional, achamos acertado e necessário incorporar as abordagens dos novos movimentos sociais, onde estão inseridos os movimentos estudantis.

Os fatos colhidos em nossa pesquisa de campo convergiram com a contribuição de Alberto Melucci (2001), uma vez que esse autor considera que o simples



conceito de movimentos sociais, nascido para expressar a emergência de atores sociais que interferem na realidade política, revela-se como insuficiente para explicar a nova dinâmica social de movimentos juvenis contemporâneos. Para ele, “os movimentos contemporâneos se apresentam como redes de solidariedade, com fortes conotações culturais” (MELUCCI, 2001, p. 23). Constatamos, junto com esse autor, que estes movimentos estudantis, ao lutarem pelos direitos e melhoria do ambiente universitário, interferem também na ampliação dos limites da política, forçam mudanças nas regras e procedimentos no jogo democrático e contribuem para transformações nas formas de participação no interior dos sistemas políticos. (MELUCCI, 1994).

Numa linha de abordagem semelhante uma vez que relacionado com a teoria dos novos movimentos sociais, dialogamos com as formulações de Alain Touraine, mas consideramos insuficiente a ênfase conferida por ele ao papel do ator, no desencadeamento de intenções e definição de estratégias de ação social. Esta ênfase parece minimizar a dimensão relacional e interativa da ação, na qual o inusitado, o imprevisto e o espontâneo podem surgir, provocando novas motivações e orientações do sentido da ação. A nossa pesquisa beneficiou-se certamente das elaborações da sociologia da ação de Touraine, detendo-se, porém, muito mais nos aspectos relacionais do que na estrita intervenção de cada ator.

Nossa observação registra a existência e multiplicação de uma imensa rede de relacionamentos cruzados, entre organizações estudantis de representação e grupos com pouca organicidade interna (turmas de cursos, grupo de capoeira, coral universitário, grupo de estudantes espíritas, intervalo bíblico, pessoal do bosque), em que os aspectos das solidariedades cotidianas, da dedicação, da entrega, se afirmam entrelaçados por relações simbólicas e subjetivas, evidenciando novas formas de motivação da ação social, que fogem aos procedimentos de definição de estratégias pelos atores organicamente definidos. Estamos convictos de que nossa pesquisa demonstra também que as estratégias assumidas pelos vários atores sociais são motivadas, definidas e redefinidas durante o caminho, por condições relacionais que se forjam na própria ação social. Ou seja, embora haja um ponto de partida, como uma reivindicação em torno de uma questão bem concreta, o processo vai indicando novas possibilidades e perspectivas, construindo novas pautas. Dois indicativos, entre tantos outros citados anteriormente e evidenciados em todo o processo da pesquisa, são apresentados com bastante visibilidade desta conclusão: o final da década de 1950 o movimento inicia em

torno de uma pauta de reivindicação construída nas salas de aulas, o mesmo é tratado como inimigo pelas instâncias de comando da universidade, desenvolvendo-se violentos conflitos até o movimento se transformar em uma reivindicação ou exigência pela deposição do reitor; e nas décadas de 1980/ 1990 uma campanha pelo congelamento e depois pelo fim da cobrança de taxas na UFRPE se transforma em grandes debates sobre o orçamento da universidade, seguindo sobre a democratização da universidade até a intervenção na eleição direta para reitor da instituição.

Como nos referimos anteriormente, mesmo que nossa pesquisa indique a vivência de valores de solidariedade, companheirismo, pertencimento, entre os envolvidos nos processos de organização e mobilização, como partes da dinâmica da vida universitária na UFRPE, verifica-se que estes não são valores estáticos e permanentes, mas as experiências também indicam existência de conflitos, oportunismos, personalismos e disputas pela condução das experiências. Neste sentido, nossa pesquisa também nos alerta para o risco de partir da consideração de que os estudantes, participantes em processos de organização e mobilização para melhoria das condições de vida e de estudo na universidade e das necessárias transformações da sociedade, serem seres humanos como tendencialmente bons e generosos, naturalmente abertos ao sacrifício.

Esses conflitos, longe de enfraquecer o potencial emancipatório dessas experiências, reforçam seu caráter dinâmico e inovador, por isso pulsante nas realidades locais. Eles se inscrevem nos marcos de uma perspectiva plural da realidade social, onde a criação e manutenção de espaços coletivos de explicitação das diferenças, de construção de acordos e de negociação de propostas e projetos reforçam o postulado de que o vínculo e a aliança não são dados *a priori* e em definitivo, mas, são partes de um movimento permanentemente recriado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Carla de Sant'Ana Brandão. **Movimento Estudantil Contemporâneo: uma análise compreensiva das suas formas de atuação**. 2004.

COUTO, Roberto Costa. **Historia indiscreta da ditadura e da abertura (1964 -1985)**. São Paulo: Record, 1999.

CUNHA, Luís Antônio. **A Universidade Temporã**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Universidade Crítica: o ensino superior na república populista**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1982.

DIRCEU, José e PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a Ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

DUARTE, Teresinha. **“Entre a realidade e a utopia: Goiânia em 1968”**, in João R. Martins Filho (org.), **1968 Faz 30 Anos**. São Paulo: Fapesp/ Ed. UFSCar/ Mercado das Letras, 1998.

EDER, Klaus. **“As Sociedades Aprendem, mas o Mundo é Difícil Mudar”**. Lua Nova, nº 53, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. **Universidade e Poder**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

\_\_\_\_\_. **“Vinte e cinco anos da reforma universitária: um balanço”**, in M. Morosini (org.), **Universidade no Mercosul**. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. **Universidade do Brasil: das origens à construção, Vol. I**. Rio de Janeiro: UFRJ/ INEP, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **A Juventude na Sociedade Moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

\_\_\_\_\_. **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GROPPO, L. A.; Z Aidan Filho, M.; Machado, O. L. **Sob o impacto de novos movimentos estudantis**. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). **Movimentos juvenis na contemporaneidade**. Recife: EDUFPE, 2008.

GURGEL, Antonio de Pádua. **A Rebelião dos Estudantes: Brasília**, 1968. Brasília: UnB, 2002.

KONDER, Leandro. **“A Rebeldia, os Intelectuais e a Juventude”**. Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, nº 15.

MANNHEIM, Karl. **“O Problema da Juventude na Sociedade Moderna”, in Sociologia da Juventude, I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Coleção Textos Básicos de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

\_\_\_\_\_. **. Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A Rebelião Estudantil**. São Paulo, Mercado das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **. Movimento Estudantil e Ditadura Militar**. Campinas: Papirus, 1987.

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais**. Tradução de Angelina Teixeira Peralva. Universidade degli Studi di Milano. Revista Young. Estocolmo: 1996, v. 4, nº 2, p. 3-14.

\_\_\_\_\_. **“Juventude, Tempo e Movimentos Sociais”**. Revista Brasileira de Educação, 1997, nº 5 e 6.

\_\_\_\_\_. **. Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

\_\_\_\_\_. **. Funções das gerações novas**. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. Educação e Sociedade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 91-97.

\_\_\_\_\_. **. O problema da “intelligentsia”: um estudo de seu papel no passado e no presente**. In Sociologia da cultura. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 69-139.

MISCHE, Ann. **De Estudantes a Cidadãos: rede de jovens e participação política”**. Revista Brasileira de Educação, 1997, nº 5 e 6.

NOVAES, Regina R. (2000). **“Juventude e Participação Social: apontamentos sobre a reinvenção da política”**, in Helena W. Abramo, Maria Virgínia Freitas e Marília P. Sposito (orgs.) Juventude em Debate. São Paulo: Cortez/ Ação Educativa, 2000.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

REIS FILHO, Daniel Aarão e MORAES, Pedro. **1968, A Paixão de Uma Utopia**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1968.

RIDENTI, Marcelo. **“Breve Recapitulação de 1968 no Brasil”**, in Marco

Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira (orgs.), **Rebeldes e Contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de**

64. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1968.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1999.

SIRKIS, Alfredo. **Os Carbonários, memória da guerrilha perdida**. São Paulo: Global Editora, 1984.

SOUZA, Luiz Alberto Gomes. **A JUC: os estudantes católicos e a política**. Petrópolis: Vozes, 1984.